



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Altair Bonini

**As práticas esportivas como dispositivo biopolítico e o jornalismo esportivo
na constituição de masculinidades e feminilidades na década de 1950**

Florianópolis

2022

Altair Bonini

**As práticas esportivas como dispositivo biopolítico e o jornalismo esportivo
na constituição de masculinidades e feminilidades na década de 1950**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título
de doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Joana Maria Pedro

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bonini, Altair

As práticas esportivas como dispositivo biopolítico e o jornalismo esportivo na constituição de masculinidades e feminilidades na década de 1950 / Altair Bonini ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2022.

270 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Gênero. 3. Masculinidades. 4. Biopolítica. 5. Imprensa esportiva. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História. III. Título.

Altair Bonini

**As práticas esportivas como dispositivo biopolítico e o jornalismo esportivo
na constituição de masculinidades e feminilidades na década de 1950**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Vanderlei Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.(a) Dr.(a) Rogério Klaumann Luiz de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Dr.(a) Marlene de Faveri

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de doutor em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr.(a) Joana Maria Pedro

Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que lutam por igualdade e aos homens que se juntam a elas em suas batalhas.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que apresento à comunidade acadêmica e científica tem um significado especial. Foram 15 anos que fiquei afastado das atividades de pesquisa; então, além de amadurecimento pessoal, é também uma continuidade de aperfeiçoamento profissional que, em nosso país, (e muitas vezes) é realizado em formas de saltos, rupturas e continuidades. Para um/a professor/a que trabalha na educação básica, fazer pesquisa é uma tarefa que exige muito esforço, tendo em vista a precarização do trabalho docente que vivemos. Continuar estudando também é uma forma de resistência, pois nos querem fracas/os e mal preparadas/os para dar sequência em um projeto de desvalorização da educação pública.

Algumas pessoas me apoiaram e colaboraram direta ou indiretamente nesse percurso.

Um agradecimento especial a minha orientadora, professora Joana Maria Pedro, pelo compromisso, contribuições valorosas e apoio constante, pela confiança e paciência com alguém que, distante no espaço (Maringá/PR e Florianópolis/SC) e com muita dificuldade nas comunicações. Agradeço aos encontros de orientação e às reuniões coletivas com as/os demais orientandas/os, que favorecem trocas de angústias, experiências, bibliografia e metodologias. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). Às professoras Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Alexandre Busko Valin e Henrique Espada, pelas contribuições dadas através de disciplinas ministradas.

Agradeço à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) pela liberação parcial das atividades docentes (20 horas), que possibilitou cursar disciplinas do PPGH-UFSC nos anos de 2016 e 2017.

Às colegas de curso pelo companheirismo, com as quais dividi incertezas e conquistas teóricas e práticas.

Agradeço às/aos funcionárias/os da Biblioteca Pública do Estado do Paraná pela presteza e carinho com que recebem os pesquisadores na consulta do acervo de materiais antigos, nos periódicos - que me foi possibilitada a consulta -, que são conservados com muita técnica e cuidado.

Sem o apoio de familiares não teria como ter terminado a pesquisa. Agradeço a compreensão e carinho, em especial aos meus queridos irmãos Adair e Marilda que me acolheram em suas casas no período da realização das aulas presenciais em Florianópolis.

“Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula” (BUTLER, 2016).

RESUMO

Esta tese tem como objetivos compreender as práticas corporais e esportivas como dispositivos disciplinares que operavam dentro de um quadro da biopolítica e analisar a construção de masculinidades e feminilidades em alguns periódicos esportivos da década de 1950, principalmente a revista Manchete Esportiva, que circulou em todo território brasileiro entre 1955 a 1959. Este foi um período de grandes mudanças sociais e políticas em nosso país, que se inseriu no mercado global de produção com a união do capital estatal com representantes do capital internacional, caracterizado principalmente pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Também, nessa década, a institucionalização das práticas esportivas no Brasil já estava bastante adiantada, principalmente o futebol, o que fez surgir vários periódicos dedicados a este tema. Compreendo as práticas corporais e esportivas como dispositivos disciplinares que operavam dentro de um quadro da biopolítica (FOUCAULT, 2008). Assim, os discursos elaborados por jornalistas esportivos estavam dentro de um campo de forças, que buscavam manter o controle sobre as mulheres e os homens das camadas populares. Para tanto, eram idealizados modelos de masculinidades e feminilidades esportivas atravessadas pelas marcações de gênero, classe e raça. As principais categorias utilizadas ao longo da tese estão atreladas às discussões provenientes da história das mulheres, estudos de gênero, história do esporte e da imprensa esportiva; das quais se destacam: mulheres, masculinidades, discurso e subjetividades. Modelos de feminilidades eram reforçados pelas revistas, da mulher frágil, delicada e para o casamento, que na década de 1950 já eram atravessados por falas mais libertárias realizadas pelas mulheres esportistas. Nas masculinidades, a virilidade do atleta era reforçada pelo desempenho da força física. A imagem do valentão é tensionada por outros valores vindos das camadas médias, que valorizavam o controle emocional e moral, para se comportarem como homens responsáveis pela família, que estava longe dos vícios, principalmente das bebidas alcóolicas. Nesse sentido, o jogador também era medido por sua atuação fora de campo.

Palavras-chave: 1. Gênero 2. Masculinidades 3. Biopolítica 4. Práticas esportivas 5. Imprensa Esportiva.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the corporal and sportive practices as disciplinary devices that used to operated inside a biopolitic frame and to analyse the masculinity and femininities constructed in some sports journals of the 1950's, mainly the Manchete Esportiva magazine, that were sold all around the Brazilian territory between 1955 and 1959. This was a period of intense social and political changes in our country, that was inserted in the national production market with the union of states capital with representatives of international capital, characterized mainly by the developmental policy of the government of Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961). Also, in this decade, the institutionalization of sports practices in Brazil was already advanced, mainly football, which made many journals dedicated to this theme emerge. I understand the corporal and sportive practices as disciplinary devices that operate inside a biopolitical enlivenment (FOUCAULT, 2008). Thus, the discourses elaborated by the sports journalist were inside a forcefield, that look to keep control over the women and men of the popular layers, for that, were idealized models of masculinity and femininity through gender, class, and race delimitation. The main categories utilized though the theses are linked to discussions from the history of women, gender studies, sports history, and from the sports press, of which are highlighted: women, masculinity, discourse, and subjective. Models of femininities were reinforced through magazines, as the woman, fragile, delicate, and prepared for marriage, which was already being challenged by more libertarians' speeches made from sportswomen in the 50s. In the masculinities, the virility of the athlete was reinforced by the performance of physical strength. The bully's image is strained by other values from the middle classes, which value moral and emotional control, to behave as men responsible for the family, away from addictions, especially alcohol. In this sense, the player was also measured by his performance off-field.

Keywords: 1. Gender 2. Masculinity 3. Biopolitics 4. Sport Practice 5. Sports Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal esportivo <i>O Sport</i> (1885).....	68
Figura 2 – Jornal esportivo <i>O Sportman</i> (1913).....	68
Figura 3 – Capa da revista <i>A Platea</i> (1888).....	69
Figura 4 – Capa da revista <i>A Bicycleta</i> (1896).....	69
Figura 5 – Capa da revista <i>Sports</i> (1915).....	69
Figura 6 – Capa da revista <i>Época Sportiva</i> (1919).....	69
Figura 7 – Capa da revista <i>Sport Ilustrado</i> (1938).....	70
Figura 8 – Jornal <i>A Gazeta Esportiva</i> (1947).....	70
Figura 9 – Capa da Revista <i>Vida do Crack</i> , n. 3 (1957).....	74
Figura 10 – Capa da <i>Revista do Esporte</i> , n. 1 (1959).....	75
Figura 11 – MEG na redação da <i>Revista Manchete Esportiva</i> , n. 53, 24 nov. 1956.....	78
Figura 12 – Capa de <i>Manchete Esportiva</i> n. 1, 26 nov. 1955.....	80
Figura 13 – Mudança de <i>layout</i> da capa, n. 102, 2 nov. 1957.....	81
Figura 14 – Nova mudança de <i>layout</i> da capa, n. 133, 18 out. 1958.....	82
Figura 15 – Revista <i>Manchete Esportiva</i> , n. 53, 24 nov. 1956 (imagem: Ângelo Gomes).....	84
Figura 16 – Capa de <i>Manchete Esportiva</i> , n. 188, ago. 1959 (imagem: José Castro).....	86
Figura 17 – <i>Manchete Esportiva</i> , n. 42, 8 set. 1956 (imagem: Jader Neves).....	96
Figura 18 – <i>Manchete Esportiva</i> , n. 4, 17 dez. 1955, p. 39 (imagem: Ângelo Gomes).....	97
Figura 19 – <i>Manchete Esportiva</i> , n. 10, 29 jan. 1956, p. 22 (imagem: José Casal).....	108
Figura 20 – Sensualidade na <i>Manchete Esportiva</i> , n. 79, 25 maio 1957, 'p. 2 (imagem: Augusto Valentim).....	109
Figura 21 – Miss dos clubes esportivos, <i>Manchete Esportiva</i> , n. 187, jun. 1959.....	113
Figura 22 – Vedete concorrente a Miss Futebol: Carmen, <i>Manchete Esportiva</i> , n. 186, jul. 1959, p. 2.....	114
Figura 23 – Vedete concorrente a Miss Futebol: Conchita, <i>Manchete Esportiva</i> , n. 187, jul. 1959, p. 2.....	114
Figura 24 – O espetáculo do futebol de mulheres, <i>Manchete Esportiva</i> , n. 186, jul. 1959....	116
Figura 25 – Jogo de futebol das vedetes, <i>Manchete Esportiva</i> , n. 190, set. 1959, p. 71.....	117
Figura 26 – Deise de Castro com o esposo e filho, <i>Manchete Esportiva</i> , nº 45, 1956, p. 11.....	123
Figura 27 – Atletas negras, <i>Manchete Esportiva</i> , Anuário de Ouro, 1959, p. 59.....	124

Figura 28 – Ciclista campeã, Manchete Esportiva. N. 190, set. 1959, p. 2	129
Figura 29 – As lutadoras, Manchete Esportiva, n. 50, 1956, p. 29	130
Figura 30 – Jogo viril, mas leal, Manchete Esportiva, n. 26, 1956 (imagem: Joel Martins)	165
Figura 31 – Virilidade e demonstração da força física, Manchete Esportiva, n. 47, 1956 (imagem: Jader Neves).....	169
Figura 32 – Comparação entre salários dos jogadores (Botafogo x São Cristóvão, 1958), Manchete Esportiva, n. 142, 1958, p. 12.....	190
Figura 33 – Manchete Esportiva com a fotonovela “O ídolo triste”, n. 186, 1959.....	198
Figura 34 – Extrato da Fotonovela “O ídolo triste”, Manchete Esportiva, n. 186, 1959.....	200
Figura 35 – Manchete Esportiva com fotonovela “Um Rei disse Adeus”, n. 189. 1959.....	201
Figura 36 – Didi escravo do lar, Manchete Esportiva, n. 90. 1957, p. 12.....	204
Figura 37 – Poster em folha dupla Flamengo, Manchete Esportiva, n. 21, 1956, p. 21.....	229
Figura 38 – Time amador de indústrias (década de 1950), Manchete Esportiva, n. 96, 1957.....	230
Figura 39 – Pose de jogador (década de 1950) Manchete Esportiva, n. 30, 1956, p. 40.....	231
Figura 40 – O corpo masculino exposto, Manchete Esportiva, n. 97, 1956, p. 20.....	233
Figura 41 – O banho nos vestiários, Manchete Esportiva, n. 97, 1956, p. 20.....	234
Figura 42 – O corpo masculino negro nas revistas esportivas na década de 1950, Manchete Esportiva, n. 162, 1958, p. 57.....	235
Figura 43 – O jovem Pelé flagrado no banho no início de sua carreira.....	236
Figura 44 – Pelé e Bellini se confraternizam no vestiário – 1958.....	238
Figura 45 – Jogadores apresentados como “Escurinhos” bons de bola em reportagem da Revista do Esporte, n. 185, 1962, p. 14.....	240
Figura 46 – O beijo de jogadores da Tchecoslováquia em jogo de 1956, Manchete Esportiva, n. 39, 1956, p. 16.....	243
Figura 47 – O beijo proibido, Manchete Esportiva, n. 114, 1958, p. 52.....	244
Figura 48 – O beijo em preto e branco, Manchete Esportiva, n. 114, 1958, p. 50.....	246
Figura 49 – Beijo da goleada, Manchete Esportiva, n. 20, 1956, p. 57 (imagem: Ângelo Gomes).....	247
Figura 50 – Beijo da vitória, Sarará beija Zizinho após o jogo que decidiu o título paulista de 1957, São Paulo contra Corinthians.....	248

Figura 51 – Afeto entre os goleiros Gilmar e Castilho, Manchete Esportiva, n. 86, 1957.....	249
Figura 52 – Beijo também vale..., Revista do Esporte, n. 84, 1960, p. 52	2511
Figura 53 – Mister Carioca, Manchete Esportiva, n. 111, 1958, p.34.....	256
Figura 54 – Beleza masculina de Bellini (1), Revista do Esporte, n. 77, 1960 (capa).....	260
Figura 55 – Beleza masculina de Bellini (2), Revista do Esporte, n. 137, 1961 (capa).....	260
Figura 56 – O atleta galã, Revista do Esporte, n. 61, 1960, p.1 (imagem: Nelson Santos)....	262
Figura 57 – Breno Mello: galã de Orfeu Negro, Manchete Esportiva, n. 159, 1958, p. 12....	263
Figura 58 – ropaganda de roupas com jogadores, Manchete Esportiva, n. 138b, 1958, p. 2..	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de associações desportivas e culturais no Brasil (1948-1951).....	48
Tabela 2 - Número de associados em associações desportivas no Brasil (1957-1960).....	48
Tabela 3 - Número de associados em associações desportivas na região Sudeste (1957-1960)	49
Tabela 4 – Quantidade de Homens e Mulheres em associações desportivas e culturais no Brasil (1948-1951).....	153
Tabela 5 - Quantidade de Homens e Mulheres em associações desportivas no Brasil (1957- 1960).....	153
Tabela 6 - Quantidade de Homens e Mulheres em associações desportivas na região Sudeste (1957-1960).....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFEs - Atividades Físicas Esportivas
- CBAAt - Confederação Brasileira de Atletismo
- CBD - Confederação Brasileira de Desportos
- CBDU - Confederação Brasileira de Desportos Universitários
- CBG - Confederação Brasileira de Ginástica
- CBN - Confederação Brasileira de Natação
- CBV - Confederação Brasileira de Voleibol
- CND - Conselho Nacional de Desportos
- CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CSV - Confederação Sul-americana de Voleibol
- FIVB - Federação Internacional de Voleibol
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPA - International Psychoanalytical Association
- JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira
- MEC - Ministério da Educação
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PSD - Partido Social Democrático
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- REF - Revista Estudos Feministas
- SESC - Serviço Social do Comércio
- SESI - Serviço Social da Indústria
- UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 ESPORTES E LAZER COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XX.....	32
2.1 OS ANOS DOURADOS E A TENTATIVA DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA	32
2.2 O CENÁRIO CULTURAL BRASILEIRO NOS “ANOS DOURADOS”	38
2.3 ESPORTES COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO: IMPLANTAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	40
2.4 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS COMO DISPOSITIVO DISCIPLINAR E PEDAGÓGICO	49
3 IMPRENSA ESPORTIVA NA DÉCADA DE 1950: INTERDEPENDÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO	56
3.1 AS REFORMULAÇÕES DO JORNALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1950 E SUA REAFIRMAÇÃO COMO CAMPO DE PODER/SABER.....	56
3.2 O JORNALISMO ESPORTIVO É DIFERENTE?	62
3.3 A IMPRENSA ESPORTIVA NO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 1950.....	67
3.4 O SEGMENTO DAS REVISTAS ESPORTIVAS NA DÉCADA DE 1950.....	72
3.4.1 Revista Vida do crack.....	73
3.4.2 Revista do Esporte	74
3.4.3 Revista Manchete Esportiva	75
4 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE MULHERES NOS ANOS DOURADOS: DISCURSOS NOMALIZADORES E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NOS PERIÓDICOS ESPORTIVOS	90
4.1 AS MULHERES DOS ANOS DOURADOS E AS PRÁTICAS ESPORTIVAS COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO.....	91
4.1.1 Voleibol	98
4.1.2 Natação	100
4.1.3 Atletismo	101
4.1.4 Ginástica	102
4.2 TECNOLOGIAS DE GÊNERO: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE MULHERES EM SUAS PRÁTICAS ESPORTIVAS.....	103
4.3 AS TECNOLOGIAS DE GÊNERO MOLDANDO PADRÕES DE FEMINILIDADES ESPORTIVAS	108
4.4 OUTRAS FEMINILIDADES.....	119
4.5 ENTRE O ESPORTE, O AMOR ROMÂNTICO E O TRABALHO	130
5 AS PRÁTICAS CORPORAIS E A EXALTAÇÃO DA VIRILIDADE	139

5.1 AS MASCULINIDADES DENTRO DO CAMPO DE ESTUDOS DE GÊNERO.....	139
5.2 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS NA DÉCADA DE 1950 E A POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL	152
5.3 VIRILIDADES, FUTEBOL E SUBJETIVIDADES MASCULINAS.....	161
6 O JOGADOR DE FUTEBOL COMO HOMEM TRABALHADOR: DISCIPLINA E ASCENÇÃO SOCIAL.....	175
6.1 O TRABALHO DO JOGADOR DE FUTEBOL COMO REFERÊNCIA DE MASCULINIDADE	177
6.2 JOGAR NO EXTERIOR: O “SACRÍFICIO” PARA MANTER O PADRÃO DE VIDA DAS CAMADAS MÉDIAS	197
6.3 ESPORTISTAS COMO MODELOS DE SER HOMEM: DISCIPLINADO, ECONÔMICO E CASEIRO.....	202
6.4 AS DIFICULDADES DE SE AJUSTAR AO DISCIPLINAMENTO ESPORTIVO ...	212
7 O CORPO DO JOGADOR DE FUTEBOL EM EVIDÊNCIA NAS REVISTAS ESPORTIVAS.....	225
7.1 AS FOTOS DE TIMES E O MODO DE SE PORTAR DO HOMEM ATLETA	226
7.2 A CONFRATERNIZAÇÃO DOS VESTIÁRIOS: OS CORPOS EXPOSTOS DE HOMENS BRANCOS E NEGROS	232
7.3 AFETIVIDADES CONTIDAS	242
7.4 O JOGADOR GALÃ: CORPO, BELEZA E MASCULINIDADES NAS REVISTAS ESPORTIVAS	253
8 CONCLUSÃO.....	267
FONTES	274
REFERÊNCIAS.....	278
APÊNDICE A --- Quadros de jogadores brasileiros exportados para Itália e Espanha na década de 1950	I

1 INTRODUÇÃO

Quando recebi de um colega de trabalho, como presente, uma coleção de revistas Manchete Esportiva, publicadas na década de 1950, pensei que o material era muito interessante. Mas não tinha clareza de quando, nem o que poderia fazer com elas. Futuramente, quando pensei em cursar o doutorado em História, passei a olhar de forma diferente para aquele material guardado em cima da estante e me interessar pelas práticas esportivas daquele período.

A prática esportiva não faz parte do meu cotidiano; minhas memórias e experiências com elas me remetiam ao tempo escolar, em que era um sofrimento particular ir para as aulas de Educação Física. Também me traziam a memória dos jogos de futebol nos fins de semana, realizados em meu bairro, dos quais apenas era observador. Como já havia estudado as relações de gênero em meu mestrado, foi mais fácil, ao folhear as revistas, ir percebendo que além das questões táticas, os campeonatos, os clubes e suas equipes, os textos jornalísticos indicavam formas de masculinidades e feminilidades que convergiram em questionamentos e possibilidades de entender como as relações de gênero e poder eram construídas, afirmadas e reafirmadas nas instituições esportivas em meados do século XX. Mas, principalmente, me atentei em como o jornalismo esportivo elaborava discursos em que estas questões estavam presentes, para quem eram endereçados esses discursos.

Aos poucos fui conhecendo outros periódicos esportivos que formam o *corpus* documental deste trabalho. A principal fonte é a revista Manchete Esportiva, que foi publicada semanalmente entre novembro 1955 e maio de 1959, e entre 1977 e 1979, no Rio de Janeiro, pela Bloch Editores. Devido ao recorte temporal deste estudo, foram analisadas somente as edições do primeiro período. Entre os anos de 1955 e 1959, identificaram-se 168 números publicados de Manchete Esportiva. Também utilizo edições da Revista do Esporte, que foi publicada de 1959 a 1970, sendo 95 números que correspondem aos anos de 1959 e 1960, e, em quantidade menor foram consultadas outras revistas como: Manchete Esportiva Ilustrada (1950), Gazeta Esportiva (1953 – 1967) e Revista do Crack (1953 a 1958), Mundo Esportivo (1946 -1956). A maioria dos periódicos encontra-se materialmente em posse do pesquisador, mas podem ser localizados digitalizados e disponíveis no *site* da Hemeroteca Nacional.¹ Além das fontes da imprensa escrita, faz parte depoimentos orais (transcritos e

¹ Para acessar o *site* da Hemeroteca Nacional acesse: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

registrados em áudio e vídeo) de jogadores de futebol que participaram das copas do mundo entre 1930 a 2010, que pertencem ao projeto: “Futebol, Memória e Patrimônio” e “Projeto de constituição de um acervo de entrevistas em História Oral”, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), bem como, compõem as fontes históricas documentos governamentais sobre os esportes no Brasil.

As camadas médias da sociedade foram importantes dentro do contexto de industrialização acelerada ocorrido na década de 1950, pois estava em ascensão. Muitas das mudanças ocorridas neste período beneficiaram estes grupos, ao contrário da população das camadas populares. Mas as mudanças tecnológicas e culturais dividiam as camadas médias, sendo que parte apoiava as transformações e parte acreditava na necessidade de recuperar valores de bases tradicionalistas.

Alguns estudos, como de Carla Bassanezi (1996) e de Alexandre Pianelli (2017), que tinham como fonte as revistas femininas e as de variedades, tais como as revistas Claudia, Capricho e O Cruzeiro, por exemplo, deste mesmo período, apontam a importância que as camadas médias adquiriram. Estes materiais se tornaram um meio valioso para o entendimento sobre uma “moral média”. Como afirma Godoy (2017), essa moral estava presente “nas colunas de conselhos sentimentais, nas propagandas comerciais, nas dicas de beleza e nas colunas sociais”. Segundo o autor, os discursos contidos em textos e imagens nos periódicos eram “veiculadoras e reprodutoras do padrão médio de comportamento” (GODOY, 2017, p. 20).

Assim, comecei a me perguntar: os periódicos esportivos também eram veículos para transmissão de valores morais das camadas médias? Como os discursos construídos pela mídia esportiva convocavam os leitores para modelos de feminilidades e masculinidades, considerados ideais, pelas camadas médias e altas na década de 1950? Também percebi a maior presença dos homens negros nas revistas. Eles se destacavam devido suas habilidades esportivas no futebol, o que me fez indagar como as revistas procuravam falar desses homens, oriundos das camadas populares? Se o preconceito racial estava presente em suas reportagens? E por fim, uma questão mais abrangente, que perpassava pelas outras indagações: a mídia esportiva da década de 1950, dos grandes centros urbanos do país, contribuía para uma biopolítica para a governança da população por meio das práticas corporais e de lazer?

A partir destes questionamentos os objetivos gerais da pesquisa são: compreender as práticas corporais e esportivas como dispositivos disciplinares que operavam dentro de um

quadro da Biopolítica, analisar a construção de masculinidades e feminilidades em alguns periódicos esportivos da década de 1950 e identificar se os periódicos esportivos eram veículos para transmissão de valores morais das camadas médias.

Para tentar resolver estas questões, inicialmente procurei entender como era o contexto histórico em que estes periódicos eram produzidos. Um tempo histórico que ficou conhecido na memória do país como os “anos dourados”. Como indicou Eric Hobsbawm (1995) essa foi uma tendência em muitos países, principalmente nos de maior desenvolvimento econômico. Em suas palavras, “a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo” (HOBSBAWN, 1995, p. 253). Mas o Brasil não figura nesse rol de países, então, como esse período da história brasileira também recebeu esse título? A explicação está na política econômica que muda a estrutura produtiva da nação, passando de um país estritamente agrário-exportador para um país industrializado.

Em nossa realidade, desde os governos de Getúlio Vargas (1930 a 1945 e de 1951 a 1954) vigorou a ideia de que o desenvolvimento do país só ocorreria por meio da industrialização. Sua política econômica tinha como linha mestra a política de substituição de importações, que foi realizada em três fases, a saber: a produção de bens de consumo não duráveis (alimentos, bebidas, etc.); de bens de consumos duráveis (automóvel, máquina de lavar roupas, etc.), de bens intermediários (tecidos e lingote de aço produzidos pelas siderurgias) e bens de capital (máquinas, equipamentos).

Essa ideia de desenvolvimento também se manteve no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), cuja política econômica favoreceu a industrialização de bens de consumos duráveis, dos bens intermediários e bens de capital. Para tanto, incentivou a vinda de multinacionais, principalmente voltadas para o setor automobilístico.

Diferente de Vargas, que buscava controlar a entrada de capital externo para proteger a indústria nacional, JK aproveitou o contexto internacional, de maior liquidez de capitais nos países do hemisfério Norte, e priorizou a associação dos capitais nacionais, públicos e privados com representantes do capital internacional, inserindo assim, o país no mercado global de produção (BENEVIDES, 1976).

Estas ações governamentais aceleraram a industrialização, mudando a estrutura produtiva brasileira, fazendo o Produto Bruto Interno (PIB) crescer em média 8,1% a.a. (IBGE, 2003). Consequentemente, a renda e as condições de vida de uma parcela da população (Camadas médias e altas) melhoraram. É neste sentido que, para estas camadas

sociais, a década de 1950 ficou marcada na memória como “os anos dourados”, pois causou uma sensação de modernização acelerada e um sentimento de otimismo que perdurou até o final do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

As ações dos governos pautadas pela ideia de um nacional-desenvolvimentismo provocaram mudanças no setor produtivo e na infraestrutura do país. Contudo, sem mudar aspectos da desigualdade social, privilegiavam as camadas altas e médias da sociedade, a parcela urbana, com estudos e qualificação profissional. A maior parte da população era excluída ou não se enquadrava nos empregos formais das fábricas, dos escritórios ou lojas de departamento. As/os migrantes do campo, as/os colonas/os, as/os retirantes, as/os sertanejas/os que iam para as grandes cidades, se deparavam com um Brasil nada moderno, com falta de habitação, de escolas, de unidades de saúde e com o desemprego.

Segundo Domingues (2014, p. 32) a euforia do progresso, da modernidade e da novidade, impediu por um período os conflitos pela busca por direitos e melhores condições de vida, que se acirraram já no final do governo de JK. Diante das contradições, setores das camadas populares² passaram a ter maior atuação política e cultural, seja por meio de passeatas ou por greves. Exemplos destas manifestações de insatisfação foi a greve dos 300 mil, em São Paulo em 1953, e no ano seguinte a greve dos 400 mil. Domingues (2014) aponta que apenas em 1959 aconteceram 65 greves. O Brasil moderno se deparava com seu contrário: um país com grande desigualdade social, pobreza, relações arcaicas de trabalho no campo e na cidade. Para estes, eram mais frequentes a repreensão, o disciplinamento e o enquadramento nos novos moldes.

Esse período também foi marcado por mudanças no plano cultural, no qual muitos artistas e intelectuais estavam empenhados em valorizar elementos que formassem uma identidade nacional, tipicamente brasileira. Assim, surgiram os movimentos da Bossa Nova

² A noção de camadas populares utilizada nesta pesquisa dialoga com o conceito de classe apresentado por Edward P. Thompson (1987), como um processo de fazer-se, que envolvem as relações históricas, as experiências das pessoas e a cultura. Nessa perspectiva, tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos são considerados, não se restringindo apenas ao lugar que as pessoas ocupam nas relações de produção. Thompson (1987, p. 10) explica que a classe acontece “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. Assim, me apoio nesse entendimento para considerar que as classes populares são formadas por diferentes grupos (operários/as, desempregadas/os, habitantes das periferias e favelas, migrantes, participantes de sindicatos ou de movimentos sociais diversos, entre outras/os), que viviam em condição de exploração e de dominação no capitalismo sob muitas e diferentes formas, não formando uma homogeneidade, mas uma “classe múltipla e diferenciada que, no entanto, articula-se por meio da noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único” (SADER; PAOLI, 1986, p. 61). Nesse sentido, as classes populares são a expressão de diferentes experiências vividas pelos sujeitos, amparada tanto nas relações cotidianas, cultura e tradições, quanto no processo de luta. Com isto, busco articular a categoria de classe com a de gênero tentando perceber suas intersecções e relações.

na música, o concretismo na poesia, o Cinema Novo de Glauber Rocha, as chanchadas de Oscarito. Por outro lado, o cinema estadunidense começou a ter grande importância e a influenciar o comportamento de muitas pessoas. O maior dinamismo dos chamados “anos dourados” foi fortemente registrado pelos mecanismos midiáticos existentes na época, uma vez que muitos grupos ligados a imprensa se modernizaram nesta época, destacando-se o rádio e a mídia impressa, como jornais e revistas.

O modelo de sociedade que estava se edificando, estava regulado por relações capitalistas mais complexas, em que as pessoas eram incentivadas a consumir bens materiais e imateriais. Para esse sistema, era muito importante a existência de corpos saudáveis, funcionais, ágeis, fortes belos e produtivos, justificando a necessidade e valorização da prática de esportes. Nesse sentido, não somente as/os atletas, mas a população foi marcada pela valorização do sujeito esportista, criando subjetividades e subjetivações.

O esporte é entendido atualmente como parte da cultura e como um elemento que tem estado presente em diferentes épocas, culturas e sociedades. Sob a óptica do pós-estruturalismo, a cultura é uma forma de produção da significação social, nas palavras de Stuart Hall são os “sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas ‘culturas’”. (HALL, 1997, p. 16). Nesse sentido, a cultura é entendida como dinâmica, elástica, ampla e múltipla, cada vez mais ao adentrar na sociedade contemporânea. Esta concepção de cultura dialoga com o pensamento de Foucault, que a compreende como uma tecnologia do poder e “um agrupamento de saberes e práticas sociais, que enquadram uma sociedade. Os limites do quadro, e sua moldura, onde a sociedade se insere, colocam-lhe suas possibilidades de nomear, falar, pensar” (QUEIROZ, 2003, p. 172). Assim, a presente pesquisa se insere nos quadros dos estudos culturais, que buscam entender como os discursos sociais surgem. Como se tornam naturais e hegemônicos por meio da análise dos artefatos culturais.

O esporte é um produto cultural ao produzir diferentes sentidos e significados conforme o tempo e o espaço. Por isso, deve ser entendido na sua historicidade, haja vista que “resulta da ação de sujeitos que, ao seu tempo, construíram, estruturaram e, de certa forma, influenciaram na constituição do modo como hoje entendemos e vivenciamos esta prática corporal, seja ela como trabalho, lazer ou opção de divertimento” (DAL SIN; GOELLNER, 2006, p. 154). Assim, as questões pertinentes às práticas corporais, constituem-se em amplo campo de investigação para a história, no qual o esporte não é visto como um fenômeno

autônomo, pois se entende que as práticas corporais e esportivas fazem parte de um processo cultural, através do qual atuam em um sistema significativo e simbólico por meio do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida e legitimada (BOURDIEU, 1983; VIGARELLO, 2005; PRIORE; MELLO, 2009; KNIJNIK, 2010).

Como parte da cultura, as práticas e políticas públicas relacionadas aos esportes têm proposto modos de se governar, envolvendo a aplicação de tecnologias de poder que têm como tema a manutenção da saúde e da vida. As práticas esportivas, nessa perspectiva, visam dar qualidade de vida, tornar a população saudável e produtiva por mais tempo. O estado e as instituições ao valorizarem as práticas esportivas, por meio do estabelecimento e organização das normas; pela criação de órgãos administrativos; do incentivo e na criação de entidades promotoras de práticas e eventos; de projetos de amplo alcance social; pelo estabelecimento da obrigatoriedade para todas as crianças em idade escolar indicam que se inscrevem no quadro das biopolíticas, visto que o Estado, nesse caso, pretende atingir não apenas o indivíduo, mas grande parte da população, tendo como alvo moldar suas próprias vidas.

Biopolítica é entendida nesta tese a partir das reflexões feitas por Foucault em seus escritos: *Segurança, território e população* (2008a), *Nascimento da biopolítica* (2008b) e *História da Sexualidade: a vontade de saber, volume I* (1988). Em seus escritos este autor considera a sociedade da biopolítica como aquelas alicerçadas no poder sobre a vida, enquanto espécie e população, com controle e intervenção do Estado realizados por meio da utilização de múltiplos saberes, produzidos por um conjunto de disciplinas, a exemplo da estatística, da demografia e da medicina sanitária, etc. Assim, vários dados podem ser elaborados sobre uma disposição espacial já dada, como taxas de mortalidade, taxas de natalidade, difusão de doenças, entre outros, que permitem estabelecer políticas públicas, padrões de condutas e normas (FOUCAULT, 2005, p. 289-295). É seguindo esta lógica que procuro entender a continuidade de investimentos em equipamentos básicos para prática de esportes nos governos brasileiros, iniciados ainda nas décadas de 1930 e continuados nas décadas de 1940 e 1950. Nestas décadas, principalmente o incentivo para a criação de clubes de esportes, recreação e lazer comunitários, alcançando na época atual em uma política de Estado consolidada, com grande importância política, financeira e social.

Desde fins do século XIX e início do XX o sujeito esportista passou a ser valorizado no Brasil, sendo considerado posteriormente como modelo a ser seguido. Com a instauração do Estado Novo (1937-1945), juntamente com outras técnicas pedagógicas e de controle, o esporte passou a ser considerado um aparelho importante para construção de um sentimento

de identidade nacional. Os discursos estatais procuraram vincular a prática esportiva ao fortalecimento da “raça”, ao sentimento de civismo, para mobilizar a coesão patriótica e de unidade nacional. Assim, os grandes eventos esportivos eram utilizados politicamente para dar o sentido de união, coesão e identidade ao povo brasileiro (AGOSTINO, 2002).

O sujeito a quem a biopolítica do esporte estava endereçado, era principalmente o homem, e em menor escala as mulheres, tanto das camadas médias e altas, como das camadas populares. Das camadas médias e altas, como forma de distinção, da inculcação de valores morais, do autocontrole, do corpo belo e vigoroso e para os homens das camadas populares, como forma de preparar o corpo para o trabalho difícil e repetitivo, de disciplinar o corpo e a mente, principalmente como forma de passar mensagens que convocavam as pessoas para as boas virtudes e afastá-las dos vícios, como o alcoolismo, da degeneração, da preguiça, tendo os/as atletas como modelos a serem seguidos.

Dentro da ordem biopolítica, a nova tecnologia do poder não se dirige ao indivíduo, mas à vida da espécie e sua “massa”, aos processos de reprodução, nascimento, adoecimento e morte tendo como meio não a repressão ou a disciplina, mas a regulação, uma tecnologia de segurança. Assim, na contemporaneidade em muitos países, as práticas esportivas passaram a fazer parte dos direitos sociais. Contudo, existe um paradoxo, pois como mencionei anteriormente o homem foi o sujeito privilegiado neste quadro biopolítico, em que não só no âmbito social, mas também no político, no econômico (orçamentário-financeiro) e destacadamente no jurídico-legal, as práticas esportivas de mulheres não recebem a mesma atenção, indicando o cruzamento com relações de poder e gênero, ao determinar quem tinha mais vantagens para cuidar do físico, da saúde e direito ao lazer. Documentos recentes mostram que essa racionalidade ainda continua operando como indica o *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas* (2017), ainda os “homens têm um índice de prática de 113 enquanto as mulheres de 88. Dessa forma, apenas por pertencer a um ou outro grupo, a probabilidade de uma pessoa praticar AFEs difere em 28,4%, a favor do grupo masculino” (BRASIL, 2017, p. 100).

O estudo sugere que a falta de políticas públicas de lazer e o pouco incentivo às práticas esportivas (amador e de alto rendimento) para mulheres fazem parte de um projeto social que privilegia os homens. As práticas corporais e esportivas parecem se estabelecer nesta seara como um dispositivo de destaque para a edificação e manutenção, dentro da sociedade brasileira, da hierarquia de gênero, de classe social e de etnia (GOELLNER, 2003;

KNIJNIK, 2003, 2010). Esta estratificação faz parte da biopolítica, pois também serve como dispositivo de controle, de disciplinarização e de normalização, colocando estes outros corpos como inferiores ou anormais (FOUCAULT, 1988; 2008a; 2008b). Para Knijnik (2010, p. 56), “a partir do corpo atlético, diversos signos de gênero são ‘atirados’ à sociedade, num processo que muitas vezes cristaliza preconceitos, ao invés de quebrá-los”. Estas questões nos levam a pensar que as práticas corporais e esportivas ainda são pautadas pelas relações de gêneros permeadas por políticas de exclusão, não só de mulheres, mas também de outros sujeitos como homossexuais e idosos, por exemplo.

No Brasil, as práticas corporais e esportivas se popularizaram nas primeiras décadas do século XX, e se tornaram um espetáculo que atraía grande público mais para meados do século. Os clubes privados e as associações esportivas eram os principais locais para realização de práticas esportivas, de forma amadora ou profissional. Desde o final do século XIX, surgiram clubes de elite e clubes comunitários, muitos fundados por grupos de imigrantes europeus (portugueses, italianos, alemães). De acordo com Melo (2007), os imigrantes europeus incentivavam o hábito de participar de clubes esportivos e de organizar competições esportivas. A institucionalização das práticas esportivas foi estimulada por meio de ações governamentais e das agremiações esportivas, principalmente ligadas ao futebol.

As camadas populares, inicialmente, participavam como torcedoras pagantes de ingressos e como apostadoras, como no caso do turfe (MELO, 2009, p. 67). Para essa camada, as possibilidades de realizar esportes foi ampliada com ajuda das leis trabalhistas que possibilitaram maior tempo livre, devido a jornada de trabalho de 8 horas diárias e dos fins de semana livres. Em meados do século XX, muitos atletas campeões e que conseguiram fama eram de origem humilde, como foi o caso de Adhemar Ferreira da Silva (1927–2001); Domingos Antônio da Guia (1912-2000); Djalma Santos (1929-2013); Edson Arantes do Nascimento/Pelé (1940) e Manoel Francisco dos Santos, o Mané Garrincha (1933-1983).

As práticas esportivas realizadas nos clubes eram símbolo de *status* social da classe média. Entre elas estavam: a natação, o remo, o turfe, o tênis, o voleibol e o basquetebol. Nas camadas populares as práticas esportivas mais comuns eram o futebol e o boxe, por exemplo.

A popularização das práticas esportivas, de forma amadora ou profissional, fez surgir um mercado a partir do esporte espetáculo, que além de eventos, vendiam produtos industrializados e simbólicos como imagens, histórias e artefatos (bandeiras, álbuns e histórias). A partir de então vários periódicos dedicados a este tema surgiram desde o final do século XIX, mas foi a partir da profissionalização do futebol, em 1933, que este ramo

especializado da imprensa se desenvolveu de forma mais consistente, se consolidando na década de 1950. As revistas e jornais de maior tiragem nesse período, nos grandes centros, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, constituem a documentação principal que procuro analisar a partir de metodologias apropriadas a elas. As fontes históricas analisadas relatam sobre práticas esportivas amadoras e profissionais da década de 1950.

A historiadora Tânia Regina de Luca (2015, p. 131), sugere que metodologicamente, ao se ter como fonte e/ou objeto de estudo os materiais da imprensa, deve-se levar em questão a necessidade do estudo de sua materialidade. Seu formato, tipo de papel, qualidade de impressão, cores imagens, fonte, etc. Essas características da produção do impresso estão relacionadas com as condições históricas em que ele foi elaborado “em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere” (DE LUCA, 2015, p. 132). O estudo da materialidade revela também a história da gráfica e de seus profissionais: tipógrafos, paginadores, ilustradores, fotógrafos, editores, escritores, etc. Bem como, as condições de maquinários, tintas, papéis disponíveis, as estampas em xilogravura ou litogravura, a introdução da fotografia entre outros aspectos, sendo esses pontos importantes para entender a produção de um impresso e seu consumo.

Carece atentar que esse tipo de documentação são construções humanas carregadas de valores, ideias e “visões de mundo”, divulgadas por meio das reportagens pelos jornalistas e produtores, “o que implica reconhecer que as reportagens precisam ser avaliadas enquanto linguagens produtoras de significados em relação a uma situação historicamente contextualizada”. Os periódicos como meio de comunicação possuem uma função pedagógica de difusão do discurso de setores da sociedade e, portanto, os textos desempenham uma função social específica, cujas notícias não são narradas com imparcialidade e objetividade, “tal pressuposto implica perceber como a notícia foi produzida, quais foram às condições de sua produção, qual a conjuntura na qual essa aconteceu” (ZANIRATO, 2005, p. 21-22).

Para o entendimento sobre a imprensa escrita na década de 1950, utilizei os estudos de Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*, de 2007 e de Ana Paula Goulart Ribeiro, *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*, também de 2007. Estas autoras pesquisaram as mudanças ocorridas na imprensa escrita no Brasil, que envolveram tanto as inovações tecnológicas e estilísticas da forma de escrita, como as mutações sociais, culturais e políticas por que passaram os mais importantes periódicos diários do país, sobrevivendo à formação de grandes grupos empresariais do ramo.

Os estudos de Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Victor Andrade de Melo (2012) e de André Ribeiro (2007), serviram de referência para o estudo das revistas esportivas analisadas neste trabalho. Os autores produziram importantes obras, que tanto falam da história dos periódicos esportivos, como indicam metodologias e possibilidades teóricas de análise das fontes. Segundo Melo (2012, p. 24), essa fonte pode ser entendida como mediadora entre as agremiações e o público mais amplo, trabalhando como “agências educadoras, no que se refere às peculiaridades da nova prática que se estruturava na cidade, quanto como caixa de ressonância das posições dos aficionados”. No caso de Manchete Esportiva, procurei observar estes dois aspectos, como “agência educadora” e como “caixa de ressonância” de grupos sociais que liam a revista. Os estudos realizados pelos historiadores do esporte citados anteriormente, me deram ferramentas metodológicas para entender tanto como se dava a produção da fonte (revistas esportivas), bem como, para identificar os discursos e representações presentes nos materiais.

Ao levar em consideração que a mídia impressa das revistas esportivas, produzia uma discursividade elaborada segundo sua lógica da novidade, do espetacular, do drama dos sujeitos, que construía uma realidade por meio da produção de notícias que se conectavam com outros saberes produzidos socialmente, utilizo a noção de arquivo de Michel Foucault (2008c). Por esta perspectiva as fontes elencadas não formariam um amontoado documental ordenado cronologicamente, mas sim um espaço regido por um jogo de regras que delimitam os discursos circulantes em seu interior.

Ao observar as revistas esportivas, fui percebendo como os sujeitos mulher e homem esportivos/os iam sendo construídos visualmente e por meio dos discursos dos jornalistas esportivos. As mulheres da classe média que frequentavam clubes e dispunham de tempo para as práticas esportivas, e os homens das camadas populares que eram tornados ídolos, principalmente os jogadores de futebol, mas também os lutadores de boxe. Essa diferença de perfil de sujeitos fazia com que os jornalistas elaborassem discursos diferentes para eles, no sentido da normalização e disciplinarização de seus corpos, estabelecendo jeitos de ser homem e mulher. Conforme Foucault, o corpo é a matéria (um invólucro/superfície), que se mantém ao longo da história, que pode ser modelada e transformada por técnicas disciplinares e de biopolítica. É o corpo que sente a ação das tecnologias políticas e históricas de poder. Foucault em *A microfísica do poder* (1979) diz que os corpos são “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua

pulverização. A genealogia, como análise da proveniência está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2008a, p. 22).

Pesquisar de forma interdisciplinar o tema das práticas esportivas e as relações de gênero nas revistas esportivas da década de 1950 exige uma caixa de ferramentas ampla. Quando se agregam a essa temática as perspectivas da biopolíticas e da interseccional racial e de classe, o objeto de pesquisa se expande em complexidade.

Nesse sentido, metodologicamente, utilizo como referencial teórico a genealogia de Foucault (1988; 1996), uma vez que o autor estava preocupado com a utilização dos discursos dentro de um campo de forças. O método de Foucault procurava diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir das relações de poder. Ao considerar os temas e problemas que envolvem a pesquisa, várias questões se entrelaçam, como a vontade do Estado e das camadas médias e altas em utilizar as práticas esportivas para dar unidade cultural à população, mas também como forma de incentivar a saúde, a partir de princípios higienistas e eugênicos, de incentivar as camadas populares a hábitos considerados mais saudáveis, de estabelecer modelos de comportamentos por meio das instituições esportivas e do jornalismo esportivo. O método genealogista permite diagnosticar e interpretar as relações de poder estabelecidas nas várias esferas da sociedade, ou seja, nos seus vários tempos e espaços. São os discursos que produzem, reforçam, alimentam as relações de poder, eles se articulam e envolvem os sujeitos criando sujeições e subjetivações.

Este método está em consonância com a concepção de gênero estabelecida por Joan Scott (1990). Ela diz que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Se o gênero é a constituição de diferenças sexuais, Scott demonstra que era fundamental perceber como elas são construídas e ganham significados culturais ao longo do tempo e espaço. Por isso, ao construir a categoria analítica, a autora inclui o pensamento de Foucault, para pensar o poder como multiplicidade de relações de força e estratégias de resistência. Para ela o gênero é a primeira maneira de dar significado às relações de poder, que permeia todas as relações sociais, conseqüentemente nas diferenças entre masculino e feminino. Utilizo-me desta categoria para compreender como os discursos empregados nas revistas evocam representações que se relacionam a determinada feminilidade e masculinidade, para compreender como estas expressões são normatizadas e

limitam as possibilidades de ser mulher, principalmente, em relação ao que era definido como masculino.

O esporte historicamente foi um espaço de exclusão das mulheres, como aponta Katia Rubia (2021) sua presença “nunca foi concessão, foi conquista alcançada com lutas”, ainda hoje marcada por sexismos, racismo e distinção social. Nesse sentido, utilizei o conceito de interseccionalidade apropriando-me dos trabalhos de Kimberlé Crenshaw (2002), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), Carla Akotirene (2018) e bell hooks (2015). Essas autoras feministas explicitam aspectos interseccionais de classe e de raça que produzem arranjos singulares, pois segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”, principalmente de gênero, raça e classe. A autora utiliza a metáfora do cruzamento de avenidas, em que o fluxo do tráfego pode ser comparado a multiplicidade de opressões às quais a pessoa estará submetida. Essas opressões se cruzam, se chocam ou se sobrepõem. Assim sendo, este conceito é importante para entender como mulheres e homens negros em suas práticas esportivas eram abordados por jornalistas das revistas esportivas, permitindo perceber suas experiências, como as/os atletas se constituíam no jogo de forças a que estavam expostas.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica sobre o tema gênero e práticas esportivas, utilizei autores que já vêm desenvolvendo estudos há vários anos como: Silvana Goellner (2003), com estudos sobre as representações sobre as mulheres em suas práticas esportivas. Bem como, autores que abordam as constituições de masculinidades e feminilidades no esporte, tais como Knijnik (2010) e Devidé (2003). Quanto ao tema específico das masculinidades no esporte foram utilizados os estudos realizados por Gustavo Andrada Bandeira (2017) e Edison Gastado (2006; 2011) que abordam questões das homosociabilidades masculinas nos estádios de futebol.

Sobre o entendimento das masculinidades, Welzer-Lang (2004) destaca que o campo de investigações se origina dos estudos sobre a homossexualidade masculina com a aproximação das teorias feministas. O que vai ao encontro com o que foi expresso por Maria Izilda S. de Matos (2001), ao dizer que o “tema-questão” faz parte dos desdobramentos dos estudos de gênero e das alterações das pautas do feminismo, que apontam novas e diferentes estratégias de busca da equidade entre homens e mulheres. Neste sentido, as teorias feministas permitiram a percepção de que tanto as masculinidade(s) como as feminilidade(s) são constructos sociais e culturais, relacionais, interdependentes e de múltiplas definições, sendo a

categoria de gênero imprescindível para a compreensão de seu caráter histórico, datado e político.

Para aprofundar este debate, utilizo-me do aporte teórico fornecido por Raewyn Connel (2003), Michael Kimmel (2011) e Miguel Vale de Almeida (1995), que compartilham a ideia de que as masculinidades são construções sociais que variam espacialmente (de uma cultura para outra), temporalmente (numa mesma cultura, através do tempo), bem como, elas são construídas na relação entre os diferentes grupos de homens e mulheres de acordo com sua classe, raça e geração. Como expresso por Medrado (1997) e Bento (2015, p. 62), as masculinidades são construções sociais que se dão em diferentes níveis: 1) relacional, que remete a questão de que o masculino e feminino só existe em relação um ao outro, que estão em interação constante; 2) contextual, que remete a contextos culturais específicos, definidos conforme o tempo e espaço, por fim, 3) Histórico: para se entender as relações de gênero, é necessária uma contextualização histórica, caso contrário, corre-se o risco de percebê-las como algo fixo.

As revistas apresentam muitas imagens que são analisadas como objeto detentor de historicidade e também como documento de natureza discursiva. Assim, da mesma maneira que outras fontes, as imagens precisam ser compreendidas no seu contexto amplo, de produção, autoria, distribuição, trajetória, bem como em seus sentidos iconográficos (MENEZES, 2003).

É, portanto, a partir da articulação de várias perspectivas teórico-metodológicas que aspiro explorar as revistas esportivas. Penso que com o estabelecimento de uma relação entre a utilização da imprensa como fonte e objeto, as ferramentas analíticas da ordem do discurso, as teorias feministas de gênero e a compreensão da imagem para além do seu caráter ilustrativo, é possível contribuir para aprofundar questões que merecem mais estudos no campo historiográfico, que são as práticas esportivas enquanto biopolíticas e as masculinidades. Para tanto, o estudo foi dividido em cinco unidades, que explico a seguir.

Na unidade 2, exponho o contexto histórico em suas dimensões de espaço temporal. Assim, a década de 1950 será apresentada destacando aspectos das mudanças que ocorreram neste período, tanto no Brasil como em outros locais, como os Estados Unidos e países da Europa. O Rio de Janeiro, ainda sendo a capital do país, era um lugar de intensa movimentação econômica e cultural, e nos “anos dourados” passou por grandes mudanças em sua estrutura urbana. A preocupação com o embelezamento da cidade e com a instalação de áreas de lazer em vários bairros destinados à classe média, aparece como política pública na

cidade com maior força nesta época. Os clubes recreativos atraem muitas pessoas interessadas em lazer e em praticar algum esporte. Foi neste contexto que a imprensa esportiva ganhou maior corpo e conseguiu publicar títulos de grande alcance tais como: Jornal do Sport, Globo Sportivo, Manchete Esportiva e Revista do Esporte. Para tanto, selecionamos a revista Manchete Esportiva, publicada pela Editora Bloch, entre os anos de 1955 e 1959, na cidade do Rio de Janeiro. Buscaremos apresentar a revista não apenas como fonte, que produz informações sobre um determinado assunto, mas, sobretudo, como objeto de estudo produzido em determinada época e local. Neste sentido, ao mesmo tempo em que, procuraremos destacar os esportes como tema de estudo para a história, propomos refletir sobre alguns aspectos teórico-metodológicos para pesquisa cujo *corpus documental* é a mídia impressa.

Na unidade seguinte, trabalho com os esportes já institucionalizados e consolidados no Brasil, contando com clubes e atletas profissionais, movimentando milhares de pessoas, tanto de praticantes (atletas amadores, por lazer ou outro motivo) como de público em eventos e mídias. A fim de garantir seus interesses econômicos, os meios de comunicação criaram grandes espetáculos com os eventos esportivos e as práticas corporais, transformando homens e mulheres em verdadeiros heróis, com habilidades especiais. Por meio dos exemplos de atletas e das competições, eram divulgados e enaltecidos valores morais dos grupos privilegiados da sociedade, bem como, as diferenças de gênero. Ao levar esses aspectos em consideração o capítulo centra-se no tema das masculinidades, suas representações e construções a partir da revista.

Na unidade 4 apresento a forma como a revista deu visibilidade às mulheres esportistas e suas práticas corporais. Objetivo apresentar as mulheres como pessoas extremamente ativas, realizando vários esportes e o que isto representava para elas. A revista Manchete Esportiva, entre 1955 e 1959, registrou a presença das mulheres por meio de reportagens e entrevistas. As práticas esportivas realizadas por mulheres eram variadas (remo, natação; ciclismo, atletismo; basquetebol; voleibol; lutas e futebol). Por meio das matérias é possível entendermos o significado do esporte para mulheres do Rio de Janeiro na década de 1950. Por outro lado, a revista também divulgou um modelo de mulher e de feminilidade a ser seguido por todas.

Nas duas últimas unidades discuto as características das masculinidades esportivas apresentadas pelos periódicos esportivos, tendo como objeto principal os jogadores de futebol. Por ser o esporte que se institucionalizou rapidamente, ser um dos primeiros a se profissionalizar e estar mais estruturado dentro da lógica do esporte espetáculo, os jogadores

de futebol era os sujeitos principais das revistas esportivas. Considerando que as masculinidades do período eram pautadas pela exposição de uma virilidade que tinha como fundamento a força física, o autocontrole e os valores morais.

Busco elencar algumas características da masculinidade do jogador de futebol que perpassam pelo trabalho, questão que indicava a posição de um homem na sociedade de classe, pois a maioria dos atletas do futebol era oriunda das camadas populares. Outro aspecto relacionado à masculinidade dos jogadores de futebol perpassava pela questão racial, pois a evidência e o sucesso de futebolistas negros borram os discursos discriminatórios, não que deixaram de existir, pelo contrário, foram rearticulados. Dessa forma, procuro apresentar como os textos jornalísticos procuravam enquadrar os jogadores nos modelos de masculinidades propostos pelas camadas médias, como exploravam a exposição do corpo do atleta e como contribuía para constituir subjetividades, tanto nos futebolistas quanto nos leitores por meio de suas reportagens. Enfim, não foi intenção esgotar a complexidade histórico-cultural das questões mencionadas acima; entretanto, trazer à baila torna-se importante para podermos refletir e examinar como, no Brasil, essas diferentes imagens sobre as masculinidades e feminilidades nos esportes foram produzidas desde os anos 50 do século passado, e ainda hoje, com algumas modificações são repetidas e colocadas em circulação pela imprensa esportiva nacional.

2 ESPORTES E LAZER COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XX

Esta unidade é voltada à apresentação do contexto político e cultural da sociedade brasileira que ficou conhecido pela vivência da experiência democrática (1946-1964). Procuo relacionar o conturbado momento político que o país viveu na tentativa de consolidar a democracia, com a continuidade das políticas para o desenvolvimento do esporte, que já vinham ocorrendo desde o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Procuo relacionar a implantação de políticas públicas para o esporte como parte da biopolítica estatal, pois também visava preparar o físico da classe trabalhadora para o mundo do trabalho industrializado.

Para André Schetino (2013, p. 6), a cultura esportiva se consolida na década de 1960, devido ao incentivo dado pelo Estado anteriormente, passando a fazer parte da cultura urbana. Não se tratava mais de ser uma atividade exclusiva das elites, mas de todas as camadas sociais, como estratégia de governança dos corpos, de desenvolvimento de mecanismos de segurança social e de previdência, levando em consideração não somente garantir maior saúde à população, mas como estratégias para “adestrar o físico” e a “disciplina moral” das pessoas.

2.1 OS ANOS DOURADOS E A TENTATIVA DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

A década de 1950, no mundo e no Brasil, foi marcada pelo estranhamento diante do potencial das mudanças que as pessoas passaram a vivenciar, principalmente nos espaços urbanos. Foi considerada por muitos como uma “Era de Ouro”, principalmente para as pessoas que viviam em países desenvolvidos do Ocidente, que presenciaram anos contínuos com ritmo acelerado da produção industrial, pleno emprego e o desenvolvimento das políticas chamadas de “Estado de Bem Estar Social”, fatores que contribuíram para que a condição de vida de boa parte da população realmente melhorasse. De sua singularidade surgiu à ideia do “dourado”, explicado por Eric Hobsbawm (1995) como um termo que se originou dos estudos do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o qual foi de expansão do capitalismo e lembrada dessa forma porque as décadas seguintes foram marcadas pela obscuridade de intensa crise (HOBSBAWM, 1995, p. 253).

No contexto mais amplo, os “anos dourados” coincidiram com o início da concorrência política e ideológica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), conhecida como Guerra Fria.³ Foi criado um imaginário de rivalidade entre capitalismo e socialismo e a divisão do mundo em dois blocos antagônicos, gerando insegurança e instabilidade até o final dos anos 1980.

O ambiente era da constante iminência de uma nova guerra mundial com armas atômicas, o que provocava medo e uma sensação de descrença quanto ao futuro do planeta. Este cenário influenciou diretamente os jovens: uma parte ficou apática e indiferente em relação à sociedade, em outra provocou a renúncia aos padrões sociais e culturais anteriores dando origem aos grupos de contracultura nas décadas seguintes. A mobilização de jovens, vinculadas à crítica social, originou novas representações sobre a sociedade capitalista, com repercussão mais visível a partir da metade da década e que irão se aprofundar entre 1960 e 1970 (HOBBSAWM, 1995, p. 318; JACOBY, 1990). A indústria por sua vez, passou a produzir mercadorias exclusivamente voltadas para esse segmento social, tais como filmes, músicas, revistas, roupas entre outros, fazendo surgir um “mercado para jovens”.

No Brasil, os chamados “anos dourados” podem ser balizados temporalmente entre 1946 e 1964, delimitados entre duas ditaduras (de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, e a civil-militar, de 1964 a 1985), também conhecido como período democrático.

Foi uma época marcada por certa agitação na sociedade, com a entrada de novos sujeitos e instituições no panorama político. Cabe destacar que em 1945 houve a formação de partidos políticos de âmbito nacional, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha sido fundado em 1922 e, na época, ampliou a abrangência. Esses grupos políticos disputavam o eleitorado com propostas e ideologias bem definidas.

Em termos de projetos de governos que assumiram o poder no período, o embate se dava entre o liberal conservador e o nacional-estatista. Segundo Jorge Ferreira (2006, p. 123), o liberalismo conservador, proposta encabeçada pela UDN, foi colocado em prática no governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). As principais políticas foram “de alinhamento incondicional aos EUA, a abertura do país ao capital estrangeiro, a política econômica ortodoxa e monetarista, o anticomunismo exacerbado, o cerceamento do

³ Para alguns estudiosos a Guerra Fria foi uma construção no imaginário da sociedade ocidental a fim de favorecer a expansão e controle de áreas de influência global norte-americana. Ver: CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996, e DEUTSCHER, I. **Mitos da Guerra Fria**. In: HOROWITZ, D. (org.) **Revolução e repressão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

movimento sindical e as perseguições às esquerdas”. Esse projeto não teve apoio popular estando seus representantes envolvidos em golpes em todo o período.

O projeto do nacional-estatismo estava em vigor desde a década de 1930. Entre suas práticas políticas estavam: “a defesa da indústria nacional, a criação de empresas estatais, o incentivo à substituição de importações, o planejamento econômico, as garantias dos direitos sociais, entre outras políticas públicas voltadas para a industrialização” (FERREIRA, 2006, p. 123-124).

Esse período também foi denominado de populista por alguns historiadores, devido às políticas sociais que estavam em curso e a maior participação política dos trabalhadores. Contudo, o historiador Jorge Ferreira (2006, p. 125) adverte que o termo populismo surgiu e foi reforçado na historiografia para desqualificar o período democrático anterior ao golpe civil-militar de 1964. Descrever esta época como populista implica dizer que os trabalhadores eram simples “massa” de manobra de líderes carismáticos. Pelo contrário, observa-se nesse período um avanço na participação política dos trabalhadores que em vários momentos lutaram pela manutenção dos direitos trabalhistas, pela ampliação da cidadania e pela participação na política nacional. Entre as manifestações dos trabalhadores, podem ser citadas: a mobilização da sociedade pela volta de Getúlio Vargas, com o quererismo, a Greve dos 300 Mil, em 1953, que favoreceu a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma organização intersindical fundada em 1962. A população foi às ruas em apoio à posse de Juscelino na presidência da República em 1955, e em 1961 pela posse de Goulart.

Os primeiros anos da década de 1950 foram marcados por grandes embates e reviravoltas políticas, ressaltando-se a volta de Getúlio Vargas (1951-1954) na presidência do país. Existia uma grande polarização política entre “nacionalistas” e “entreguistas”, sendo a questão da nacionalização do petróleo, com a criação da Petrobrás, o ponto alto do confronto entre os dois grupos. Juntou-se a isto a alta do custo de vida, que serviu de mote a vários protestos e greves contra o governo, produzindo instabilidade política, culminando com a retirada do apoio dos militares, forçando sua renúncia. Mediante a isto se suicidou, em 24 de agosto de 1954, retardando em uma década um golpe militar em curso (RODRIGUES, 2010; SKIDMORE, 1988).

O governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960) foi organizado seguindo um Plano de Metas cujo lema era avançar o Brasil “50 anos em 5”. A abrangência do projeto nacional-desenvolvimentista exigia uma quantidade de capitais e de tecnologias que somente as

multinacionais e as empresas estatais possuíam. Então, nesse governo ocorreu à união do Estado com o capital internacional, o que gerou crescimento urbano e industrial, uma vez que:

Os investimentos voltaram-se, prioritariamente, para os setores de energia e de transportes. Por exemplo, construíram-se as hidrelétricas de Três Marias e de Furnas. Na área de transportes, Juscelino implementou a chamada Operação Brasília. Tratava-se da construção da nova capital do país e do “cruzeiro rodoviário”: as estradas Belém-Brasília (2 mil quilômetros), Acre-Brasília (2500 quilômetros), Fortaleza-Brasília (1500 quilômetros), Belo Horizonte-Brasília (setecentos quilômetros) e Goiânia-Brasília (duzentos quilômetros). JK também construiu mais de 2 mil quilômetros de ferrovias, alterando a circulação de riqueza e de pessoas no país. A construção naval tomou impulso jamais experimentado. Para o país vieram as indústrias Verolme, Ishikawajima, Niigetabras e Ellicot, além de ocorrer à ampliação dos estaleiros Mauá, Emaq, Caneco e Aratu. Assim, os estímulos foram dados aos transportes ferroviário, rodoviário e marítimo. No entanto, a grande vedete da industrialização com JK foi à indústria automobilística. O plano era atrair as montadoras que, aqui, produziriam veículos com 90% a 95% de nacionalização, aliviando, assim, o balanço de pagamentos. A agricultura foi colocada em segundo plano. Sem uma indústria química que produzisse fertilizantes, inseticidas e outros elementos necessários à produção agrícola, o investimento na agricultura seria inócuo, afirmava o presidente (FERREIRA, 2006, p. 55-56).

Consequentemente, isso acarretou alterações no mundo do trabalho, abrindo espaço para empresários nacionais em vários setores de menor importância. Nas áreas administrativas, gerenciais e de altos cargos da burocracia estatal abriram-se muitos postos de trabalho. Esses, em várias ocasiões, foram ocupados por representantes da classe média que procuravam meios para ascensão social. Muitas profissões que antes eram de destaque, como de vendedor de loja, se tornaram populares e mal pagas (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 595).

Outro fator importante a ser considerado no período foi a existência de grandes fluxos migratórios. Um grande contingente populacional saiu do Nordeste para as novas fronteiras agrícolas da região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Outro destino de muitos nordestinos foi a região Sudeste, procurando de empregos no setor industrial, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Na região Sul, o fluxo migratório também estava relacionado às fronteiras agrícolas, haja vista que parte da população se dirigiu para os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (GRAHAM; HOLANDA FILHO, 1980, 745 *apud* VALE; LIMA; BONFIM, 2004, p. 27).

A fuga das grandes secas no Nordeste brasileiro, a construção da rodovia Belém-Brasília e da nova capital federal, ou ainda as oportunidades de trabalho nas áreas metropolitanas mais industrializadas estão entre as razões da migração de aproximadamente 11 milhões de pessoas das áreas rurais, sendo que quase metade (46,3%) desse contingente provinha do Nordeste (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, p. 8).

Segundo Camarano e Abramovay (1998, p. 13), na atualidade são os mais jovens que migram, principalmente as mulheres, pois encontram mais oportunidades de trabalho no setor terciário (serviços/principalmente no trabalho doméstico). Os dados do Censo Demográfico mostram que na década de 1950 eram as mulheres que mais migraram. Foram 5.984 milhões de mulheres para 4.839 milhões de homens. Essa tendência não se repetiu na década de 1960, quando se aferiu uma maior migração masculina, de aproximadamente 1,2 milhões.

Os migrantes que se dirigiram aos grandes centros do Sudeste em busca de melhores condições de vida geralmente se alocavam nas favelas em expansão e buscavam trabalho em qualquer lugar ou função. A maioria dos homens conseguia emprego na construção civil. Uma parte bem menor conseguia trabalho nas indústrias de metalurgia (automóveis) em expansão, um setor formal, coberto pelo salário mínimo e pelo sistema da previdência social. Para as mulheres, ocorreu entre 1950 a 1960 um declínio da oferta de vagas de trabalho na indústria, principalmente nas empresas do ramo têxtil, por essa razão muitas se empregavam como domésticas ou como vendedoras no comércio varejista (FONTES, 2008, p. 66).

No final da década de 1950, o otimismo foi substituído pela apreensão em face das contradições que se acumulavam: o ritmo de crescimento diminuía, crescera a inflação, intensificam-se as greves e manifestações por melhores salários e condição de vida. Assim, ao entrar na década de 1960, com renúncia do recém-eleito governo de direita de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961) e com a volta do governo centro-esquerda com João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), as disputas no contexto político-social do país acirraram. Nesse período pré-golpe, ficou patente a ampla mobilização política das camadas populares em defesa de João Goulart, o que acarretou a ofensiva política dos setores militares, empresariais e das camadas médias. José A. Segatto resume a situação política do governo às vésperas do golpe civil e militar de abril de 1964 da seguinte forma:

Jango, acossado pela direita e pela esquerda, viveria o tempo todo na “corda bamba”, sob dois fogos. De um lado, setores dominantes, no mais das vezes conservadores e de direita, aglutinados num complexo de organizações – composto, entre outros, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Escola Superior de Guerra (ESG), sindicatos e federações de trabalhadores e patronais, Igreja Católica (setores majoritários), imprensa, embaixada e outras representações norte-americanas – bradavam acusações de incompetência, corrupção, desordem, subversão, anarquia, populismo, exasperando a histeria anticomunista, enraizada no imaginário militar, desde 1935, e nas camadas médias e superiores, radicalizada nos anos sessenta pela Guerra Fria. Procuravam bloquear qualquer tipo de reforma e/ou de mudança socioeconômica que afetasse seus interesses e negócios, além de empenharem-se em obstaculizar a ampliação dos direitos de cidadania. Passaram a

usar todos os meios, lícitos ou ilícitos, para desestabilizar o governo (SEGATTO, 2014, p. 37).

Vemos nessa explicação como as relações de forças estavam crispadas no final dos “anos dourados”. Os representantes das elites temiam o avanço da democracia, a ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais e qualquer possibilidade de mudanças estruturais mais profundas na sociedade. A possibilidade de um golpe civil-militar rondou os governos democráticos de 1946 a 1964, por quase 20 anos.

Em resumo, o tempo da experiência democrática no Brasil foi marcado pela disputa política entre um projeto de consolidação da democracia por meio da maior participação política dos trabalhadores, principalmente pela ação dos sindicatos, estudantes e professores se manifestando contrários aos golpes, lutando pela manutenção e ampliação de direitos trabalhistas, sociais e políticos. E por um projeto elitista, conservador e autoritário, que tentou de todas as formas usurpar a presidência.

O período ficou popularmente conhecido como “dourado” aqui no Brasil e em outras partes do mundo. O termo foi cunhado somente tempos depois, ou seja, nas décadas seguintes, nas quais boa parte da população ocidental viveu momentos de dificuldade sentidos por conta das recessões econômicas, baixos salários, instauração de ditaduras militares violentas em vários países. Assim, a ideia de um passado áureo na economia se popularizou mais como uma era mítica (HOBSBAWM, 1995; GOMES, 2002). É como se as pessoas olhassem para o passado e dissessem que aquele foi um “tempo bom” ou “dourado”.

Maria V. de M. Benevides (1976) asseverou que no Brasil, em meados do século XX, a economia não teve uma “arrancada”, mas sim uma “reorientação do desenvolvimento econômico”. Ou seja, manobras executadas para que o país fosse integrado definitivamente no mundo ocidental capitalista.

Certamente, para a sociedade brasileira a década de 1950 foi uma época de grandes mudanças em vários setores, principalmente na indústria de bens duráveis (eletrodomésticos, automóveis etc.) e na indústria cultural⁴ (cinema, rádio, televisão, imprensa etc.). Essas mudanças foram notadas principalmente no Sudeste, em seus grandes centros: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

⁴ O conceito de indústria cultural foi criado em meados dos anos 40 por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Eles analisam “a produção industrial dos bens culturais como movimento global de produção da cultura como mercadoria. Os produtos culturais, os filmes, os programas radiofônicos, as revistas ilustram a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo” (MATTELART, 1990, p.77).

A expansão econômica e urbana que a nação viveu, pode ser creditada, em parte, à política nacional-desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). O termo nacionalismo, do período anterior, foi substituído em um movimento que combinava o Estado, empresas privadas nacionais e capital estrangeiro. Os números do crescimento do período são impressionantes: a produção industrial cresceu em 80% (aço 100%, mecânicas 125%, eletricidade e comunicações 380 %, transporte 600%) e o Produto Interno Bruto cresceu 7% ao ano (FAUSTO, 2002, p. 427).

2.2 O CENÁRIO CULTURAL BRASILEIRO NOS “ANOS DOURADOS”

Como vimos anteriormente, um novo panorama para o Brasil se configurou a partir do meio do século XX, com a maior industrialização, modernização do espaço urbano, ascensão da classe média e migrantes (do Nordeste e do interior do Centro-Sul), que se tornaram a base social das camadas populares urbanas. Esse movimento interferiu no modo de pensar e fazer a cultura no país.

A questão da formação de uma identidade nacional foi um tema central no período, mesmo sendo uma tarefa impossível, como analisa Renato Ortiz em *Cultura brasileira e identidade nacional* (2006). As discussões e ações a fim de traçar uma matriz de pensamento que balizava sobre a cultura brasileira foram encabeçadas por intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A identidade brasileira pertencia mais a um tipo de dimensão simbólica e política, idealizadas conforme projetos ideológicos vinculados aos interesses dos diferentes grupos sociais e em suas relações com o Estado, bem como o desejo do controle da população trabalhadora (NAPOLITANO, 2001; ORTIZ, 2006).

Para as elites paulistana e carioca, a cultura nacional deveria ser alavancada a fim de superar o atraso e o subdesenvolvimento, tendo como inspiração as nações desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos e, nesse sentido, negavam as expressões culturais mais populares. Para isso a música, o cinema, o teatro, a literatura, enfim, as diversas linguagens, deveriam ganhar novos formatos. Em São Paulo, como forma de “atualizar” a cultura, surgiu em 1947 o Museu de Arte de São Paulo (MASP). Dando continuidade a este projeto, em 1948, foram fundados o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), o Museu de Arte Moderna (MAM) e a Escola de Arte Dramática (EAD). Como ação empresarial destacou-se o surgimento da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, fundada no ano de 1949 pelo produtor

italiano Franco Zampari e pelo industrial Francisco Matarazzo Sobrinho (NAPOLITANO, 2001).

No cinema, as chanchadas (filmes cômicos, musicais, de baixo orçamento), estreladas por Oscarito e Grande Otelo, produzidas pelas Companhias Atlântida e Cinidistri ainda eram as mais populares, como também os filmes de Mazzaropi. Mas o que caracteriza o período é o movimento Cinema Novo e a proposta estética nacional de Glauber Rocha (NAPOLITANO, 2001).

Na poesia surgiram o concretismo e o neoconcretismo; a literatura de Jorge Amado estava em alta e, na música, surgia a Bossa Nova, por meio de João Gilberto, Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes.

O grande veículo de comunicação era o rádio, tanto que o período também ficou conhecido como a “era do rádio”. O aparelho estava presente na maioria das casas dos brasileiros, seja na cidade ou no campo, nas camadas mais populares e mais privilegiadas. Os programas de auditório com música ao vivo, as radionovelas, as cantoras eleitas “rainhas do rádio”, os programas humorísticos e de variedade. Entre as maiores rádios estavam a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Mayrink Veiga, Tupi e Tamoio (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 595).

A primeira emissora de televisão foi ao ar em 18 de setembro de 1950, em São Paulo, e pertencia ao empresário Assis Chateaubriand, presidente do conglomerado empresarial de imprensa, Diários Associados. Um ano depois, a TV Tupi do Rio de Janeiro deu início à transmissão, e no mesmo ano em São Paulo, estreou a segunda emissora, a TV Paulista. Em 1953, o empresário do ramo das comunicações, Paulo Machado de Carvalho inaugurou a TV Record. Em 1955 foi à vez da TV Rio, do empresário carioca João Batista do Amaral, por fim em 1959 entrou no ar a TV Continental do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2007, p. 154). Apesar do surgimento de tantas emissoras de televisão nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, seu alcance ainda era limitado, poucas residências contavam com aparelhos de televisão, que só vão se popularizar a partir da Copa do Mundo de 1962.

Ao lado das atividades culturais os habitantes dos grandes centros vão buscar outras formas de lazer e diversão, tais como as práticas esportivas, que começaram se tornar mais populares.

2.3 ESPORTES COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO: IMPLANTAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A cidade do Rio de Janeiro já era uma grande metrópole, com 2,3 milhões de habitantes, em 1950, chegando ao final da década com 3,2 milhões de habitantes (IBGE/Anuário Estatístico, p. 22). Era o centro das decisões políticas e econômicas, local onde estavam instaladas as sedes de bancos e de companhias nacionais e estrangeiras. Era também um centro turístico e cultural.

A cidade passou por grandes reformas urbanas desde o início do século até os anos 60 do século XX. Primeiramente, teve início à famosa reforma do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que tinha como objetivo remodelar o centro da cidade, implantando novas avenidas com jardins, praças e parques, tornando a capital da República mais “moderna” e “civilizada”. O projeto foi inspirado em Paris e buscava desvincular o Brasil da ideia de “país atrasado”, tendo por modelo a Europa “desenvolvida”. Neste período passou a ser conhecida como a “Paris tropical” e a “cidade Maravilhosa”. Depois foi a vez do “Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento”, conhecido como Plano Agache,⁵ encomendado pelo prefeito Antônio Prado Júnior (1926-1930), considerado o primeiro plano diretor da cidade, tinha objetivos de ampliar a infraestrutura e proporcionar o embelezamento à capital federal. Com a Revolução de 1930 o plano foi reformulado, só se concretizando alguns de seus projetos. Com a transferência do Distrito Federal do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília em 1960, surgiu o estado da Guanabara, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade-estado, tendo como primeiro governador Carlos Lacerda (1960-1965). Em sua gestão foi elaborado o Plano Doxiadis,⁶ que procurava reformular as linhas mestras do urbanismo carioca, em termos de circulação, habitação, trabalho e lazer. Esse plano também não foi totalmente implementado (REZENDE, 2002, p. 260-268).

Os planos urbanísticos não tinham o objetivo de modernizar e embelezar toda cidade do Rio de Janeiro. Alguns espaços foram privilegiados, a fim de transformá-los em pontos turísticos, cartão postal símbolo do Brasil, e também valorizar economicamente certas áreas urbanas, pois na metade do século XX se intensificava o processo de adensamento de espaços

⁵ Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959), arquiteto francês, elaborou planos de urbanização nas cidades: Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba nas décadas de 1940 e 1950.

⁶ Nome do arquiteto e urbanista grego Constantinos Apostolou Doxiadis (1913-1975), a quem foi encomendado o projeto.

já ocupados. A zona sul do Rio de Janeiro já estava quase que completamente ocupada por prédios comerciais e habitacionais. Buscavam-se novos locais para grandes empreendimentos imobiliários, transformando áreas antes menos valorizadas em opções para o mercado imobiliário. Para tanto, casas antigas e morros foram “botados a baixo”, forçando parcelas da população das camadas sociais menos privilegiadas a se deslocarem para favelas ou bairros distantes no subúrbio carioca. Nestes locais, onde os habitantes em sua maioria eram da classe trabalhadora, não existia nenhuma ação governamental, bem como nenhum investimento em infraestrutura, tais como: asfalto, saneamento básico, transporte público adequado, escolas, etc.

Nas áreas nobres da cidade (zona sul), além de melhorias das vias públicas, foram construídos vários edifícios públicos, com arquitetura moderna, que traziam maior beleza e importância para o local. Também se destacavam as áreas de lazer, como a praia do Arpoador, o Parque da Cidade ou Parque da Gávea, como ficou conhecido, a lagoa Rodrigo de Freitas, entre outras. Entre as décadas de 1940 e 1960, as favelas em torno da lagoa foram removidas, parte do terreno foi aterrada, dando origem a parques e edifícios destinados à classe média. Alguns clubes recreativos estão localizados na lagoa como o Clube de Regatas do Flamengo, o Jockey Clube Brasileiro, Paissandu Atlético Clube, Clube de Regatas Vasco da Gama, Botafogo de Futebol e Regatas. O aterro que deu origem ao parque do Flamengo também foi uma importante obra do período, iniciada em 1955, para o Congresso Eucarístico, finalizada em 1964, previu a existência de um complexo de lazer à beira-mar (MAIA, 2011).

As reformas da cidade estão relacionadas com a forte onda de movimentos populacionais, por meio do êxodo rural regional e inter-regional. O aumento expressivo da população da cidade fez com que políticos e grupos sociais abastados repensassem a organização dos espaços e territórios como parte do controle social. O que pode ser observado em outros grandes centros urbanos, como São Paulo e Belo Horizonte. Com o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, procuro demonstrar a ação dos grupos de poder neste sentido, visto que o planejamento da cidade se alterou e passou a considerar a capacidade de otimizar a vida com a construção de parques, de jardins, de condomínios habitacionais.

Nota-se a preocupação com espaços públicos amplos para evitar a aglomeração e a “contaminação” dos habitantes. Assim, as camadas médias e as camadas populares passaram a ser pensadas em sua relação com a cidade e de sua relação com o meio ambiente e conseqüentemente, a se efetivar políticas que levassem em consideração a regulação e previsão de questões climáticas, hidrográficas e geográficas.

Para Foucault (2008b), enquanto as sociedades baseadas na soberania, até o século XVII, se preocupavam com o domínio de um território, nos séculos seguintes o poder se concentrou sobre os espaços disciplinares individualizantes (prisão, fábrica, clínicas, etc.). Na virada do século XIX para o XX a população passou a ser tanto alvo como instrumento em outro tipo de relação de poder, surgindo o que Foucault denominou de sociedade de segurança ou biopolítica.

Desta forma, na sociedade de segurança, as relações de poder, sobretudo através do Estado, passaram a exercer o controle sobre os fluxos e a circulação, não do sujeito enquanto indivíduo ou corpo, mas enquanto espécie, visando o domínio da população em suas múltiplas modalidades. A população é o novo conceito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva, dos processos biológicos, para controlá-los e eventualmente modificá-los (FOUCAULT, 2005; 2008). A normalização biopolítica transforma acontecimentos desfavoráveis em acontecimentos favoráveis, pela via de estatísticas, tornando-os previsíveis no futuro, conforme os saberes desenvolvidos. Nesse sentido, que o esporte está inserido nesta lógica, se articulando a outros saberes, atuando como dispositivo de normalização da sociedade, de segurança, ou seja, de proteção à vida. Assim sendo, a biopolítica vai operar procurando estabelecer vários sentidos para as atividades físicas, corporais e de lazer, dentre eles o cuidado com a vida da população, ou seja, a melhora da saúde, seu desenvolvimento genético (eugenia), a ampliação das sociabilidades, entre vários outros fatores.

As práticas corporais estiveram presentes em diferentes épocas, culturas e sociedades. Desde a antiguidade, diferentes grupos humanos realizavam jogos e competições. Mas foi na modernidade, principalmente no período da Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) na Inglaterra e posteriormente nos EUA, que a preocupação por parte do Estado com o tempo livre dos trabalhadores trouxe a necessidade de organizar práticas e vivências em tempo e locais apropriados, fazendo com que os jogos, as práticas corporais ou físicas se institucionalizassem.

No contexto da industrialização, ou mesmo anteriormente, as camadas sociais emergentes da Inglaterra foram se apropriando de jogos e recreações antigas, adaptando-os aos novos valores, com objetivo de ocupar um lugar em seu tempo de lazer. Estes se apropriavam do esporte como forma de diferenciação e ostentação. Algumas práticas foram colocadas como de exclusividade de membros da elite e outras dos menos privilegiados. A mentalidade industrial inglesa da época influenciou na institucionalização e regulamentação

das práticas corporais, cada vez mais voltadas à racionalização, à padronização, ao cálculo e à mensuração. Assim:

Os esportes ingleses, então, sustentaram, reforçaram e refletiram os pressupostos fundamentais que eram necessários para manter um consenso público quando o povo e a cultura local foram desenraizados. Eles serviram de base à disciplina social requerida para a sujeição ao trabalho industrial. Embora seja verdadeiro que milhões de trabalhadores industriais foram mantidos afastados de qualquer espécie de recreação pela semana de seis dias e pelo dia de 12 horas, grande número de artesãos, negociantes, supervisores, empreendedores, estudantes e diletantes abraçaram os novos esportes, não mais restritos a locais específicos. Eles procuravam prêmios, fama e prazer como participantes; divertimento como espectadores. O esporte não só facilitou, mas realmente promoveu a adaptação mental do conjunto da população para as demandas do mundo moderno (MANDELL, 1984, p. 151-2).

Como expresso acima, o esporte se constituiu em elemento importante da adaptação das pessoas frente às transformações operadas na sociedade industrial. Desta forma, passou a fazer parte do interesse de biólogos, médicos, educadores e agentes do Estado. Várias nações introduziram a educação física no exército com a finalidade de ter soldados mais preparados fisicamente para defesa do Estado-Nação. A Dinamarca criou o Instituto Militar de Ginástica em 1804, e dez anos após a educação física se tornou obrigatória em todas as escolas do país. Em 1814, a Suécia fundou o Real Instituto Central de Ginástica. Na Alemanha foram criadas as *turnvereine* (sociedades de ginástica), e construída a *turnplatz*, primeira área especial para prática de exercícios, em 1811. A França também fundou, em 1852, o instituto de ginástica do Exército, na Escola de Joinville-Le-Pont (CASTRO, 1997, p. 63).

O inglês Thomas Arnold introduziu os jogos no Colégio Rugby, em 1828, entendendo o esporte como princípio de moralidade, ou seja, como forma de educar o corpo e a alma dos indivíduos. No final do século, o francês Charles Freddye Pierre, o Barão de Coubertin, acreditava que o esporte poderia ajudar a diminuir os conflitos entre as nações. Com este intuito incentivou a restauração dos jogos olímpicos na Europa, cuja primeira edição ocorreu em 1896 na Grécia. Quase um século depois, em 1921, o Brasil aderiu à ideia da necessidade da implantação da educação física nos treinamentos de membros do exército, tendo como exemplo o modelo francês (TUBINO, 1999, p 17-19).

A partir de então, a implantação de políticas públicas de esportes ocorreu com o estabelecimento de uma série de normas, com o objetivo de regulamentar e ampliar a

realização das práticas esportivas e corporais⁷. Na Lei Maior de 1937, foi regulamentado o ensino de Educação Física na educação escolar, em seus Artigos 131 e 134, cujos textos eram:

Art. 131 - A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937).

A ação do Estado ao colocar a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física nos vários níveis educacionais (primário, normal e secundário), tinha como objetivo atingir uma grande parcela da sociedade. A legislação criada para a estruturação do campo esportivo trazia como justificativas, além dos princípios da eugenia, a necessidade de preparar na juventude a “disciplina moral” e o “adestramento físico”. Justificativas importantes para preparar parte da população para o trabalho na indústria nascente e para a defesa da nação em caso de uma guerra.

O anteprojeto de Decreto-lei sobre *Educação Física Geral (inclusive desportos)*, elaborado pela Secretaria Geral do Conselho Superior de Segurança Nacional, também expunha entre seus objetivos:

- c) Organizar a “Escola de Técnica de Esporte e Educação Física” e o curso de “Aperfeiçoamento de Medicina Esportiva e Eugenia”, com a finalidade de formar técnicos em esportes, monitores e médicos especialistas em medicina esportiva;
- d) Construir, nos principais centros urbanos do país, estádios, piscinas e quadras de esportes, de modo a tornar possível a prática racional dos esportes considerados eugênicos.
- e) Organizar e regular dentro e fora do país competições esportivas de modo a desenvolver o espírito de coesão esportiva e manter o mais alto nível moral e esportivo e o bom nome das instituições do país (BRASIL, 1937, p. 1).

⁷ Como exemplo dessa regulamentação tem-se a seguinte legislação: o Decreto-Lei n.º 1.212, de 17/04/1939, que criou na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física (ENEFD), o Decreto n.º 5.723/40 – reconheceu oficialmente o Curso Superior da Escola de Educação Física de São Paulo, realizado pela Universidade de São Paulo, a Portaria Ministerial n.º 7, de 9 de janeiro de 1940 – ditava instruções para a realização de exames práticos de Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário. O Decreto-Lei n.º 2.975/41 - determinava que as instituições desportivas tivessem a obrigação de contratar pessoal legalmente habilitado em Educação Física; o Decreto-Lei n.º 3.617/41 – criou a Confederação Brasileira de Desportos Universitários; o Decreto Lei n.º 3199/44 – instituiu o Conselho Nacional dos Desportos; o Decreto-Lei n.º 7.674/45 - determinava que todas as entidades desportivas públicas prestassem contas sobre seu capital financeiro à CND; o Decreto-Lei n.º 8458/45 - dispunha sobre o registro dos estatutos das sociedades esportivas.

No governo de Getúlio Vargas, a questão do desenvolvimento do esporte foi tratada com importância a ponto de envolver o Conselho Superior de Segurança Nacional, cuja preocupação era formar uma estrutura que não existia. O Estado tomou para si a necessidade de formar pessoal especializado na prática esportiva tanto para produzir saber como para colocar em prática as normas de segurança e previdência. Na apresentação do documento citado, figura a intenção da uniformização da prática esportiva estendida a todos habitantes do país, homens e mulheres:

Art.1. A presente lei uniformizando a prática de Educação Física Geral, inclusive os desportos, visa proporcionar a todos os habitantes do País, os meios de adquirir, metódica, racional e cientificamente, o máximo de aperfeiçoamento compatível com a natureza humana e sistematizar o indispensável equilíbrio entre a cultura do espírito e a cultura do corpo, *de forma a garantir para o futuro a existência de um povo forte e sadio, física, moral e intelectualmente.*

Art. 2. A Educação Física Geral será, então, praticada em todo o território nacional pelas pessoas de ambos os sexos, na feição estabelecida por esta lei (BRASIL, 1937, p. 1) [grifo meu].

A legislação expressa os objetivos do Estado em relação à população, sendo justificada por teorias científicas controversas desde o início do século. Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento eugênico era amplamente debatido no Brasil, vinculado às teorias raciais elaboradas na Europa e Estados Unidos no final do século anterior.

Nesse contexto, os divulgadores do pensamento eugênico⁸ viam com bons olhos a prática de esportes por mulheres e homens, pois teoricamente, se tornariam mais fortes e poderiam gerar filhos geneticamente melhores para “proveito da nação”.

Ideias difundidas por médicos, higienistas e biólogos foram apropriadas por pessoas e grupos sociais, pois estabeleciam relações entre modernidade e a preocupação ou vontade de educar o corpo das pessoas para a disciplina, as regras e o trabalho em equipe. Vinculadas a estas questões se integravam a preocupação com a saúde e a higiene dos trabalhadores. No Brasil, isso não foi diferente, instaurando-se após os anos de 1930, com a Era Vargas, quando se deu início ao forte processo de industrialização e urbanização. Trata-se de um período em

⁸ A esse respeito ver: DEVIDE, F. P. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. **Revista Movimento**, v. 10, n. 2, p. 125-144, mai.-ago. 2004; GOELLNER, S. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Unijui, 2003, e GOELLNER, S. V. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Revista de História do Esporte**, v. 1. n. 1, 35-56, 2008.

que a Educação Física se desenvolveu sob um projeto eugênico, como afirma Fabiano Pries Devede (2004):

Sob as bases das ciências biológicas e do cientificismo, a Educação Física destinou-se o papel de construir uma raça forte, que representasse o progresso de uma nação em expansão, que ingressava no processo de industrialização, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para o historiador Alcir Lenharo (1986), os textos sobre Educação Física da época ressaltavam os seguintes aspectos: “a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho” (LENHARO, 1986, p. 77). Ao nos determos na “moralização do corpo” e no “aprimoramento da raça”, somos levados a relacionar com um discurso para o controle da sexualidade, como afirmou Melo (2013, p. 138-139):

Para o esculápio, a prática da ginástica [...], tinha três grandes benefícios. Um deles era de caráter “médico”, incidindo tanto sobre o corpo quanto sobre o caráter, dotando o indivíduo de saúde, virilidade, coragem e energia. Mais ainda, tratava-se de uma ferramenta para prevenir o que considerava maus hábitos, tais como a masturbação e a homossexualidade.

Como o autor menciona, existia a preocupação com a construção de um “padrão” de homem normativo nos discursos para a institucionalização das práticas esportivas no Brasil. Como observado por Miskolci (2012, p. 151), essa preocupação já existia desde o final do século XIX, pois “há uma ênfase na educação física como meio para afastar os adolescentes, particularmente os das elites, da masturbação e das relações com outros homens.” Nota-se a expectativa de que a prática de atividades físicas conseguiria forjar o desejo heterossexual, garantindo a reprodução de seres humanos saudáveis.

Em final da década de 1930, o pensamento eugênico perdeu força junto aos agentes do governo de Getúlio Vargas, pois esbarrava em seu projeto nacionalista que visava à formação de uma consciência nacional e homogênea, optando por valorizar o mito da democracia racial (STEPAN, 2004).

Com a instauração do Estado Novo (1937-1945), juntamente com outras técnicas pedagógicas e de controle, o esporte passou a ser considerado um aparelho importante para construção de um sentimento de identidade nacional. Os discursos estatais procuravam vincular a realização de práticas esportivas ao fortalecimento da “raça”, ao sentimento de

civismo, para mobilizar a coesão patriótica e como metáfora ao progresso da nação (GOELLNER 2008).

Apesar da grande produção de legislação e normas, em um grande esforço para estruturação e institucionalização do setor esportivo no Brasil durante o Estado Novo (1937 a 1945), foram poucos os investimentos para a popularização dos esportes (Cf. TUBINO, 1996; MANHÃES, 2002; BUENO, 2008).

Na tentativa de abranger maior porcentagem da população, foi incentivado o esporte universitário, criado em 1939 e legalizado pelo Decreto Lei nº 3.617/41, tendo como entidade máxima a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), a criação do Serviço de Recreação Operária em 1943, vinculado ao Ministério do Trabalho. Em 1945, foram fundados o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), voltados para formação profissional, prestação de serviços e a oferta de recreação e atividades esportivas aos associados (LINHALES, 1996).

Nos governos seguintes, de General Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) a Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 e 1961), os recursos financeiros para o incentivo às práticas esportivas, foram direcionados principalmente para a formação de professores de Educação Física, aperfeiçoamento de profissionais e a instalação de Centros de Educação Física (LINHALES, 1996). Contudo, os grandes clubes que investiam em atletas de alto rendimento (esportes olímpicos), também foram priorizados. Esta última ação visava os interesses políticos imediatos, na tentativa de utilizar os exemplos de êxito nas competições nacionais e internacionais como propaganda do Estado, na busca forjada de representação da união do povo brasileiro (BUENO, 2008, p. 125).

Nos anos cinquenta do século XX, os hábitos de lazer, tais como viajar ou fazer esportes e atividades físicas, se tornaram mais abrangentes, pelo menos em termos de valorização, senão de acesso efetivo. O Rio de Janeiro, por exemplo, já tinha uma tradição de atividades ligadas à natureza, como o hábito de ir à praia. Para muitas pessoas fazer uma atividade de lazer passou a ser uma compensação para os problemas do “cinzento mundo urbano”, pois com o passar do tempo, viver nas grandes metrópoles vai ganhando novos significados. Essas passam a ser percebidas como “caóticas, desumanas, opressoras ou maléficas, um conjunto de novas práticas foi sendo apresentado, de maneira crescente, como bálsamo para os problemas decorrentes do inchaço urbano” (DIAS; MELO, 2009).

Observando os dados estatísticos da década de 1950, percebemos que os espaços de recreação e de práticas esportivas estavam em ascendência. As tabelas 1 e 2 apresentam a

evolução da criação das associações esportivas, que quase dobraram nesta década, passando de 4.880 em 1950 para 8.050 em 1960. Também tem uma grande evolução o número de associados, que dobra ao final da década.

Tabela 1 - Número de associações desportivas e culturais no Brasil (1948-1951)

Ano	Associações esportivas	Associadas/os no Brasil*
1948	4.339	1.358.990
1949	4.810	1.317.777
1950*	4.880	1.628.529
1951	4.690	1.701.902

Nota: O número de associadas/os refere-se tanto a associações esportivas como culturais.

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Tabela 2 - Número de associados em associações desportivas no Brasil (1957-1960)

Ano	Associações esportivas	Associados/as
1957	5.516	1.938.202
1958	6.576	2.210.772
1959	7.550	2.571.714
1960	8.050	2.675.813

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Na região Sudeste, onde estavam localizadas as maiores cidades do Brasil no período, os dados mostram que em 1957 contava com 2.966 associações esportivas e recreativas, passou para 3.757 em 1960, ou seja, um aumento de 21% em três anos. A quantidade de associados, em comparação com o total brasileiro, também era grande.

Para Couto (2017), a participação em clubes foi à forma de acesso aos esportes mais incentivados no Brasil. Sendo instituições voltadas para a prática do lazer e de demais esportes, os clubes formam laços de pertencimento, desde os grandes até os de bairros de periferia. Para o autor, “[...] o clube é compreendido também como espaço basilar do campo esportivo e de fonte da educação esportiva, capaz de disciplinar, organizar e realinhar as práticas desportivas”.

Tabela 3 - Número de associados em associações desportivas na região Sudeste*
(1957-1960)

Ano	Associações /Brasil	Associações /Sudeste*	Associadas/os Brasil	Associadas/os Sudeste
1957	5.516	2.966	1.938.202	1.258.513
1958	6.576	3.177	2.210.772	1.317.005
1959	7.550	3.808	2.571.714	1.593.780
1960	8.050	3.757	2.675.813	1.669.065

Nota: Foram considerados os estados conforme divisão atual do IBGE para as regiões brasileira
Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

A identificação dos associados e torcedores com os clubes esportivos, era um elemento que movimentava a imprensa esportiva. Jornais e revistas esportivas utilizam a competição entre os clubes esportivos para atrair leitores. Para tanto, faziam uso e enunciados discursivos que reforçavam os sentimentos e paixões que o esporte poderia oferecer. Damo (2005) indica que os jornalistas e cronistas esportivos utilizavam o associativismo aos clubes para a construção de representações simbólicas de rivalidade, de fidelidade e do sentimento de pertencimento. As/os atletas também serviam como exemplos para outras pessoas de perseverança, sucesso, disciplina e dedicação. Muitos discursos proferidos pela imprensa versavam sobre alimentação, hábitos higiênicos, beleza entre outras formas de controle biopolíticos.

2.4 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS COMO DISPOSITIVO DISCIPLINAR E PEDAGÓGICO

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1975) e *História da sexualidade vol. I* (1976), tratou dos dispositivos de disciplina e da sexualidade, que tem como objeto o corpo. Ambos os dispositivos de poder tentam intervir na gestão da população por meio de biopoderes e biopolíticas. Segundo o autor, as mudanças e utilização destes dispositivos se deram na passagem do século XVIII para o XIX.

A obra *Microfísica do Poder* (1979) traz uma coletânea de textos elaborados por ocasião de aulas, palestras, entrevistas e debates em que Michel Foucault participou. Na sessão XVI, em entrevista concedida à International Psychoanalytical Association (IPA),

intitulada *Sobre a História da Sexualidade*, o filósofo Alain Grosrichard o indaga sobre o sentido do dispositivo e que o filósofo responde:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco, tornou-se o dispositivo de controle-dominância da loucura, da doença mental, da neurose (FOUCAULT, 1998, p. 244).

O dispositivo opera na articulação entre o dito e o não dito, principalmente nas instituições, entendidas como sistemas de coerção, sejam por um discurso (isto é, um saber) ou extra discursiva (o hospital, a prisão, etc.). Dreyfus e Rabinow (1995, p. 134) sugerem que tais elementos estão interligados com as instâncias do “poder e de saber numa grade específica de análise” e atuam como “um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando”. Dessa forma, deve-se partir “destes componentes díspares, tentamos estabelecer um conjunto de relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico.” O próprio Foucault chama atenção para a articulação entre os diferentes elementos discursivos e não discursivos que compõem o dispositivo, formando uma rede. O dispositivo se estrutura de acordo com a urgência social e histórica.

Em *Vigiar e punir* (1975), Foucault passa a discutir a constituição do dispositivo disciplinar. Segundo a ótica de uma “economia de poder”, era mais eficiente vigiar do que punir. Para tanto, novas tecnologias e estratégias passaram a ser colocadas em prática a fim de vigiar, gerir, adestrar as pessoas, o que o pensador coloca em termos de uma “economia política” do corpo:

O corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação, sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 1999, p. 25).

Até meados do século XIX, os métodos de punição mostrados por Foucault, recaiam sobre o corpo da pessoa, mas opera-se uma mudança a partir deste século, implicando em um novo regime de poder. Um emaranhado de saberes, técnicas e discursos científicos se formou e se entrelaçaram, recaindo a punição não mais sobre o corpo, mas sobre a alma das pessoas, visando moldar o comportamento dos indivíduos. Um corpo dócil e adestrado surgiria por meio da punição e da constante vigilância, que se efetivavam não só na prisão, mas na escola, no hospital, na sociedade como um todo. Estes dispositivos disciplinares são acionados para que:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma “capacidade” que procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1987, p. 127).

O dispositivo da sexualidade foi demonstrado por Foucault em *História da sexualidade vol. I – A vontade de saber* (1976). Ele nega as teorias de repressão da sexualidade, mostrando que, a partir do século XVIII, ocorreu uma explosão discursiva em torno da sexualidade, com o objetivo de fazer as práticas sexuais conhecidas. Esta necessidade surgiu vinculada aos processos de administração da população em geral. Para Foucault, a sexualidade é:

O nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Nesse sentido, os saberes sobre a sexualidade são incentivados e não reprimidos. Surgem saberes científicos, exortações religiosas, enunciados jurídicos e tantos outros discursos que visam controlar até mesmo os pequenos atentados contra a moral, essas pequenas perversões sem importância. A sexualidade como indicada é uma das estruturas da sociedade e o seu controle se torna uma ferramenta de grande poder.

Junto do dispositivo da sexualidade, o filósofo apresenta o “dispositivo de aliança”, instaurado pelos casamentos, estabelecendo o que é uma prática sexual lícita. Neste contexto, discorre sobre a importância da família, que enquanto instituição que reproduz o dispositivo da sexualidade constitui um espaço de expressão do sexo lícito; família que é também instituição de controle da sexualidade de seus membros (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Foucault discorreu sobre outros dispositivos em suas obras, tais como: de saber e poder, dispositivo da prisão (ou do encarceramento), dispositivo da loucura, da doença mental, da confissão, da escuta clínica, de segurança, de verdade, de luta, de guerra. Que podem operar separadamente ou sobrepostos. Desta forma, irei focalizar o dispositivo do esporte que opera principalmente pelo aparelho tecnológico da imprensa. Desta relação (mídia e práticas esportivas), emerge o sujeito que consome esporte, seja praticando ou torcendo, com novas necessidades e novas capacidades. Eles agem de maneira específica e produzem formas de ser e estar socialmente.

Considerar o papel da imprensa esportiva na vida de praticantes de atividades corporais e esportivas é considerar a importância de pensar as questões de poder e identidade cultural estabelecida, bem como, ponderar sobre os discursos midiáticos como lugar de produção, circulação e veiculação de enunciados que fazem do sujeito, ao mesmo tempo, produto e produtor de uma homogeneidade cultural.

A cultura esportiva está no centro das lutas simbólicas pela normatização de crenças, valores, sentimentos e posicionamentos. Mais do que fazer ver e dizer sobre pessoas esportistas, esse dispositivo se ocupa em fazer ver e dizer tipos hegemônicos de masculinidades e feminilidades, invisibilizando outros sujeitos. Ao negar a visibilidade de outras formas de viver os esportes, principalmente em suas diferenças, a imprensa esportiva cria procedimentos concretos de objetivação discursiva e de subjetivação de pessoas que consomem esporte. Um investimento tático do poder sobre os corpos e sobre a forma de ser, de modo a disciplinar, normalizar e governar uma grande parcela da população. Este mecanismo está em curso há mais de um século.

Nobert Elias e Eric Dunning (1992 p. 137) argumentam que o esporte ganhou destaque nas sociedades industriais e urbanas por estas serem muito disciplinadoras e controladoras, tanto dos trabalhadores quanto dos membros da elite, que valorizavam o autocontrole das emoções pessoais. Nessas sociedades, os dias são muito parecidos, nada acontece que cause excitação nas pessoas. O esporte seria então uma forma controlada de motivação das fortes emoções, onde se encontra satisfação e ao mesmo tempo são contidas pelas regras instituídas na prática de qualquer esporte, para só voltarem a manifestar-se algum tempo depois. Para os sociólogos, o esporte é uma forma de “representação de luta” ou de “confronto simulado” entre dois indivíduos ou grupos, que dependendo da classe social a violência é mais aceita ou não, voltada principalmente para os homens.

O dispositivo do esporte apresenta um aparato discursivo por meio de saberes institucionalizados pela medicina esportiva, educadores físicos, técnicas e regras, mas principalmente, de controle e de normalização de classe, raça e gênero. Trata-se de um dispositivo extremamente poderoso, no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções e representações relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos e o que devemos fazer com nosso corpo. As confederações, clubes e campeonatos gerenciam uma complexa trama de práticas, normas e condutas. A imprensa, por meio da televisão, rádios, revistas e jornais, completam a rede vinculada aos modernos sistemas de poder, um potente recurso para governamentalização da população. Trata-se de um dispositivo positivo, que estabelece normas e padrões não pela imposição, mas pela adesão das pessoas. Como nos faz crer Foucault (1988, p. 130) ao dizer que:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e

encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. [grifo meu]

O poder age no disciplinamento dos corpos, mas também no cuidado com a vida, por meio de uma série de intervenções e controles reguladores, o que pode ser denominado como uma biopolítica da população. O dispositivo do esporte se apresenta dentro deste quadro quando observamos as regularidades e dispersões que compõem tais discursos, da emergência dos enunciados, bem como pelo estabelecimento de um regime de práticas, sustentado por uma rede de elementos e instituições.

Podemos entender, então, partindo desse pressuposto, o dispositivo do esporte como um conjunto heterogêneo que envolve elementos diversos de práticas disciplinares e de controle da população. Tais como: discursos sobre a importância da prática de atividades esportivas, segundo as normas de gênero atribuídas aos esportes, a uniformização das regras segundo os padrões das instituições, principalmente os clubes e confederações, discursos regulamentadores de práticas esportivas binárias, ou seja: algumas só para homens, outras apenas reservadas às mulheres, além de produções midiáticas sobre os esportes. Dessa forma, se entrelaça com outros dispositivos, tais como de previdência (saúde), pedagógico (disciplina) e de sexualidade.

Apresentei o esporte como uma tecnologia biopolítica do Estado, importante por favorecer, por meio de um conjunto de discursos e práticas, formas de disciplinar e normalizar modos de ser e estar de homens e mulheres. As ações do Estado para o desenvolvimento dos esportes também estão vinculadas aos interesses do mercado capitalista, que age na produção de mercadorias voltadas para os praticantes de esportes, na organização de grandes eventos com venda de ingressos e outros produtos, bem como, influenciou na criação de um campo da mídia especializada, que sobrevive da produção e divulgação de notícias sobre tudo que envolve as práticas esportivas e corporais institucionalizadas.

A mídia especializada é entendida por José L. A. Prado (2013) como fazendo parte dos dispositivos da biopolítica, visto que começam a fazer uso de uma linguagem convocatória e de discursos modalizadores. Segundo Prado (2013), após a Segunda Guerra Mundial, as mídias passam a fazer parte das estratégias de biopolíticas. Essa manifestação do poder começa a se materializar mais significativamente marcada pelo que chama de “era das convocações” (PRADO, 2013, p. 28) – termo que prefere em substituição a “sociedade de controle”, de Deleuze, por acreditar que o controle também era marca das sociedades disciplinares. Dessa forma, mais do que propagar discursos, os jornais e revistas passaram a

convocar para o consumo. Assim, a partir da década de 1950, o jornalismo além de informar e entreter passou a realizar “convocações biopolíticas” tomando para si a função de orientação dos modos de ser, estar e agir das pessoas. E por que essa é uma convocação biopolítica? De fato, a realização de práticas esportivas representa o modelo de vida, pois está vinculada a questão do corpo saudável. Para o sistema econômico e político contemporâneo, por se tratar de um modelo focado na otimização e produtividade do corpo, atua em oposição a outras formas de lazer, pois estas são controladas e visam remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos.

Nesse sentido que apresento na próxima unidade, as mudanças e as características do jornalismo realizado nas grandes empresas de comunicação em meados do século XX, identificando a situação da imprensa esportiva neste contexto.

3 IMPRENSA ESPORTIVA NA DÉCADA DE 1950: INTERDEPENDÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

Nesta unidade apresento aspectos da chamada “modernização” do jornalismo brasileiro na década de 1950, momento de formulação de falas sobre a própria prática para legitimação historicamente situada da disciplina jornalística, como lugar privilegiado na produção de discursos sobre incontáveis temas e conteúdos. Por meio do estabelecimento de normas e técnicas, a imprensa formula sua autolegitimação modernizadora, constituindo o controle de quem está autorizado a entrar na *ordem do discurso*.

Na segunda parte da unidade contextualizo o jornalismo esportivo na década de 1950, focalizando as revistas do segmento de grande circulação nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O objetivo é demonstrar que o jornalismo esportivo, mais especificamente no formato de revistas, também estava inserido neste quadro institucional, uma vez que segue os princípios estabelecidos para o jornalismo dito moderno. Quais periódicos circulavam mais? Quais eram suas semelhanças e diferenças? Por que estes produtos de imprensa estavam em circulação? Como pensado por Prado (2010, 2013), a imprensa segmentada é um dispositivo que faz convocações biopolíticas para o consumo de práticas e produtos esportivos, indicam modos como as pessoas podem se colocar no mundo a partir destas práticas.

3.1 AS REFORMULAÇÕES DO JORNALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1950 E SUA REAFIRMAÇÃO COMO CAMPO DE PODER/SABER

O jornalismo reivindica “a autoridade e legitimidade de exercer um monopólio sobre o poder de decidir a *noticiabilidade* dos acontecimentos e das problemáticas” (TRAQUINA, 2012, p. 181, *grifo do autor*), aspecto que se materializa historicamente com o crescimento econômico das empresas jornalísticas. Desde o início do século XX, muitas empresas jornalísticas no Brasil começaram a realizar mudanças na forma de produção de notícias, mas para muitos jornalistas, as maiores mudanças ocorreram a partir da década de 1950. Assim, essa é a época escolhida para marcar a consolidação das reformulações na imprensa escrita, estendidas posteriormente a outros meios.

O período desenvolvimentista nacional, também se apresentou como uma nova época para o jornalismo, por meio da modernização gráfica, linguística e empresarial dos jornais diários impressos e posteriormente ampliado para outros produtos da imprensa. Foi um momento de solidificação institucional que conferiu a imprensa um lugar de fala “autorizada em relação à constituição do real”, ou seja, como expressão de uma narrativa verídica dos fatos (BARBOSA, 2007, p. 150; RIBEIRO, 2003, p. 148). Para Barbosa (2007, p. 159):

Os jornalistas — como grupo — passam a compartilhar um conjunto de crenças e posições, nas quais se destacam as representações sobre a profissão e sobre a própria história dessa profissão: nesse sentido, os anos 1950 são marcos no seu próprio discurso de um momento singular, onde começa, de fato, o verdadeiro jornalismo, já que resultado da ação também de verdadeiros jornalistas.

São muitos os motivos para a reformulação do jornalismo na década de 1950. Para Traquina (2012), estão diretamente relacionados com a maior urbanização e escolaridade da população. Um processo que foi vivenciado nos Estados Unidos no final do século XIX, e aqui no Brasil foi mais fortemente observado a partir do meio do século XX:

O jornalismo como conhecemos hoje na sociedade democrática tem suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda (TRAQUINA, 2012, p. 34) [grifo do autor]

Gostaria de chamar atenção na citação de Traquina, para questão do objetivo do jornalismo de fornecer informação como seu produto principal, em que a notícia passa a ser considerada uma mercadoria. A mercadorização da notícia foi acelerada no Brasil a partir da segunda metade do século XX, com reformas em vários jornais de grandes empresas. Mas, também concordamos que:

As exigências tecnológicas, a necessidade de padronização industrial, a despolitização de uma imprensa cada vez mais concentrada, e que deveria atender demandas cada vez mais heterogêneas de uma grande massa de leitores que procuram informações abundantes e confiáveis para conduzir sua vida diária, são fatores que contribuem para o fortalecimento do modelo objetivo na imprensa (PIERRE, 2013, p. 170).

Os fatores citados contribuíram para forçar os jornais diários impressos a buscarem alternativas para manter seu público consumidor. Principalmente, a preocupação em competir com o rádio e a televisão (que logo atingiria o grande público).

A estratégia mais importante dos grandes jornais no processo de reformulação dos anos 1950 se deu pela adoção do modelo de jornalismo informativo ou jornalismo de modelo liberal, conforme ocorreu nos Estados Unidos no final do século XIX (TRAQUINA, 2012; BIROLI, 2007, p. 119).

Até meados do século XX, o modelo de jornalismo francês era o mais presente na imprensa brasileira. Neste formato, o texto jornalístico se assemelhava ao texto literário, contando com a opinião política do escritor, assim “os gêneros mais valorizados eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo” (RIBEIRO, 2003, p. 148; SODRÉ, 1977; BAHIA, 1990).

O modelo de jornalismo norte-americano, por outro lado, era sustentado nos princípios de objetividade, de imparcialidade, de neutralidade, de veracidade e de credibilidade das informações, tornando o produto notícia de maior aceitabilidade com o público e com os patrocinadores (BAHIA, 2009; ALBUQUERQUE, 2013; PIERRE, 2013).

Várias empresas impuseram suas reformulações estabelecendo um conjunto de regras e procedimentos a partir de 1950, já nasceram sobre esta perspectiva, como a *Tribuna da Imprensa* (1949), fundado por Carlos Lacerda, e o jornal *Última Hora* (1951), de Samuel Wainer (BARBOSA, 2007, p. 165).

Um dos primeiros a formalizar por meio de uma “reforma” esse processo, foi o jornal *Diário Carioca*, em março de 1950 (RIBEIRO, 2003; BARBOSA, 2007). O manual de redação do periódico procurou impor aos funcionários o desenvolvimento de uma linguagem jornalística própria, por meio das seguintes orientações:

[...] inspirado no noticiário telegráfico, o estilo jornalístico passou a ser mais seco e forte.

[...] O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? E por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o lead veio substituir o "nariz de cera", texto introdutório longo e rebuscado.

[...] instituir na sua redação o *copy-desk*: um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Seu papel era essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação.

[...] Essa nova racionalidade temporal também estava presente na "pirâmide invertida". De acordo com essa técnica narrativa, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento

nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela sequência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto "leitor-médio") (RIBEIRO, 2003, p. 148).

A jornalista e historiadora Ana P. G. Ribeiro (2006) define o que essas mudanças representaram na prática:

As regras de redação supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impuseram-lhe um estilo direto, sem o uso de metáforas. A comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial e o uso da terceira pessoa, obrigatório. O modo verbal passou a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas teriam de desaparecer, assim como os pontos de exclamação e as reticências. As palavras com funções meramente enfáticas ou eufemísticas também deveriam ser evitadas. Na escolha dos vocábulos, o pressuposto era que a denotação referia-se à significação e a conotação à emoção (RIBEIRO, 2006, p. 56).

Os exemplos citados, de princípios e normas, praticamente foram seguidos por outras empresas de jornais. Eles interferiram não só na forma de produção das notícias, mas também, em um novo perfil de profissionais que passou a ser exigido.

Para a cientista política Flávia Biroli (2007), as reformulações técnicas serviram como aparelho de controle e disciplinamento do tempo, do olhar e da escrita dos jornalistas. O conjunto de práticas que passaram a nominar tanto o jornalismo como os jornalistas como “novo” ou “moderno”, forjam “referenciais identitários, definindo valores compartilhados e o status profissional daqueles que, ao mesmo tempo, estão a ela submetidos e são os principais agentes na promoção de sua aceitação e reprodução” (BIROLI, 2007, p. 136).

Com o crescimento das empresas jornalísticas (no caso deste estudo jornais diários e revistas impressos), a partir da década de 1950 as redações se estruturaram em seções especializadas, as editorias. As editorias podem estar subdivididas dentro de um grande jornal diário, em seções, suplementos ou cadernos. Muitas revistas formam editorias especializadas em um único tema, por exemplo: economia, política, moda, arquitetura, cultura e esportes (BAHIA, 1999).

Nas editorias, a função de colunista é importante porque a pessoa detém o conhecimento sobre o assunto, agregando mais credibilidade ao periódico. A opinião é marca do texto produzido pela/o colunista, sua visão particular. Portanto não é obrigatório, nesse caso, a seguir o critério da objetividade, como esperado nos textos dos repórteres. Esses textos

geralmente eram publicados com grafia e páginas específicas, diferenciando-se dos textos informativos (FARIAS, 2009, p. 50).

O ideário da isenção e imparcialidade da notícia passou a ser considerada uma questão ética no jornalismo por parte dos trabalhadores da notícia. O que para Biroli (2007) é um discurso falacioso do ponto de vista “da possibilidade de reprodução dos fatos tais quais são e de produção de uma verdade que paira acima das perspectivas e conflitos presentes na sociedade” (BIROLI, 2007, p. 138).

A reestruturação do campo jornalístico legitimou historicamente a imprensa brasileira como *sociedade de discurso* com maior poder de troca com outras instituições.

No livro *A Ordem do Discurso* (1971), Foucault faz crer que as práticas institucionais (discursivas e não discursivas) que incidem sobre a materialidade discursiva, constituem os sujeitos. Para o filósofo, em todas as sociedades a produção dos discursos é controlada, redistribuída e organizada por procedimentos de rarefação dos sujeitos que proferem os discursos, a fim de limitar seu acesso para “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1999, p. 9). Assim:

Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. A rarefação reduz a uma só figura todas as coerções do discurso: limitam seus poderes, dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam; definem os gestos, os comportamentos; as circunstâncias e todo conjunto de signos que deve acompanhar o discurso (FOUCAULT, 2007, p. 39).

A circulação de discursos é motivo de batalhas, pois é signo de poder, por isso seu controle é vital, necessariamente, sua produção passa por procedimentos de controle, de interdição e de segregação dos conteúdos.

Em *A Arqueologia do Saber* (1987), Foucault dá um sentido à definição de discurso:

Não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1987, p. 56). Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de

enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplências do tempo (FOUCAULT, 1987, p. 135).

Para Foucault, o discurso⁹ é entendido como um conjunto de enunciados em uma mesma formação discursiva, ou seja, um discurso clínico, jurídico, pedagógico, econômico entre muitos outros. O discurso apresenta como características os aspectos práticos (práticas que obedecem a regras anônimas e historicamente estabelecidas), constitutivos (constitui coisas) e de significados (vão além dos meros signos). Outra característica ressaltada por Foucault é das condições históricas que possibilitaram o surgimento de determinados discursos, uma vez que “a ‘ordem do discurso’ própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas” (REVEL, 2005, p. 37).

Foucault demonstra com seus estudos sobre a loucura, a doença, a sexualidade, o crime, que em diferentes épocas formaram-se campos de saber (disciplinas) que elaboraram discursos com poder de estabelecer a verdade. Com isto, tem-se um sistema de poder/saber, de tal forma que pode inferir na constituição da subjetividade¹⁰ do louco, doente, homossexual ou do criminoso. Assim, por meio dos discursos circulam relações de poder que constroem verdades para produção de subjetividades governáveis.

Podemos relacionar esta explicação de Foucault ao processo de “modernização” da imprensa brasileira na década de 1950 ao buscar a separação com a literatura, introduzir novos princípios (objetividade e credibilidade), normas de produção do texto jornalístico (Manual de redação) e forjar um novo tipo de profissional. Desta forma, as empresas jornalísticas conseguiram aumentar seu capital simbólico e poder. Marialva Barbosa (2007), aponta que as mudanças já vinham ocorrendo anteriormente à década de 1950, sendo o discurso da modernização ressaltado pelos próprios jornalistas para se afirmar como local de poder:

⁹ A questão do discurso em Foucault encontra-se por ele discutida principalmente em obras como **As palavras e as coisas** (1966), **A arqueologia do Saber** (1969), **A ordem do discurso** (1971) e **História da sexualidade: a vontade de saber** (v. 1) de 1976.

¹⁰ Compreendendo por subjetividade “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2006, p. 236).

Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade — imposta pelos padrões redacionais e editoriais — é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo (BARBOSA, 2007, p. 150).

Juntamente com as reformas nas técnicas de produção jornalística, foi preciso investir na profissionalização dos trabalhadores em imprensa, por meio da criação de normas oficiais e da estruturação do campo de saber. Isto pode ser observado com a criação dos primeiros cursos superiores de jornalismo no país. Lopes (2012), citado por Philipe Jácome (2020), destaca a importância da institucionalização do saber na produção da notícia, visto que no Brasil entre 1947 e 1962, foi autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) o funcionamento de 11 cursos superiores de jornalismo, sendo eles os da Fundação Cásper Líbero (1947), das [atuais] Universidade Federal do Rio de Janeiro (1948); Universidade Federal da Bahia (1950); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1951); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1952); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1952); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1956); Universidade Federal de Juiz de Fora (1958); Uniube, Uberaba-MG (1961); Unicap, Universidade Católica de Pernambuco (1961) e Universidade Federal de Minas Gerais (1962) (JÁCOME, 2020, p. 323).

Dessa forma, ao fixar a década de 1950 como época de modernização, o jornalismo impresso formula sua autolegitimação, estabelecendo o controle de quem está autorizado a entrar na ordem do discurso (o jornalista), para dar o seu depoimento ao fazer um comentário sobre o acontecimento noticiado. As mudanças percebidas no espaço-tempo não estão relacionadas apenas às inovações tecnológicas e operações de cada veículo-suporte, mas aos discursos concebidos por eles.

Iniciada nos jornais diários essas práticas foram estendidas para todas as editorias, mesmo a especializada nos esportes, como veremos a seguir.

3.2 O JORNALISMO ESPORTIVO É DIFERENTE?

Os esportes modernos e a comunicação em massa surgem na mesma época, atreladas à emergência das sociedades urbanas e industrializadas do século XIX, principalmente EUA e

alguns países da Europa. Desde esse período houve grande proximidade entre a imprensa e esportes, estabelecendo um desenvolvimento simultâneo (GASTALDO *et al.*, 2005, p. 3). A reciprocidade, tanto simbólica quanto econômica, beneficiava os dois campos (MELO *et al.*, 2013, p. 113; BETTI, 2001):

A imprensa progressivamente noticiou o esporte porque ele crescentemente tornou-se uma prática socialmente valorizada, e a prática também se tornou crescentemente valorizada porque foi progressivamente noticiada na imprensa. Nem só causa, nem só consequência: causa e consequência (MELO *et al.*, 2013, p. 48).

Podemos entender que a imprensa se beneficiava ao noticiar eventos esportivos, e numa relação de troca, as instituições esportivas se ofertaram às mídias para ganhar legitimidade social. Para a imprensa, se abre um mercado promissor, visando a um consumo massificador. O antropólogo Édison Gastaldo (2011) assinala para a historicidade da convergência entre mídia e esportes no Brasil, pois:

Desde que a prática de esportes começou a se tornar índice de modernidade e alinhamento com as elites internacionais, a cobertura de fatos e eventos esportivos passou a fazer parte do cotidiano da imprensa no Brasil. Dos resultados dominicais de *turf* e *rowing* (“corrida de cavalos” e “remo”, nos termos da época), ainda no século XIX, até a popularização e a paulatina consagração do futebol como esporte nacional, houve crescente espaço para a cobertura midiática dos eventos esportivos (GASTALDO, 2011, p. 41).

Esta interdependência, como assevera o autor, se dá em alinhamento com a noção de modernidade. Tendo por base o termo “cultura das mídias”, cunhado por Lúcia Santaella (1992), Mauro Betti (2002) argumenta que a rigor, “não existe esporte na mídia, apenas esporte da mídia”. Isto é, o esporte produzido e apresentado sob os ditames do campo midiático são regidos pelos interesses econômicos e políticos, por isto não são compreendidos na sua inteireza, mas apenas na superficialidade, sempre no binômio vitória-derrota, recompensa extrínseca, violência etc. (BETTI, 2002). Para o autor o ideal seria que a imprensa esportiva apresentasse os seguintes aspectos:

A cobertura de várias modalidades esportivas, inclusive as que ainda são predominantemente amadoras;
A presença de informações/conteúdos científicos (biológicos, socioculturais, históricos) sobre a cultura esportiva;
Análises aprofundadas e críticas a respeito dos fatos, acontecimentos e tendências nas várias dimensões que envolvem o esporte atualmente (econômica,

administrativa, política, treinamento, tática etc.), considerando o passado, o presente e o futuro;

As vozes dos atletas (profissionais e amadores) enquanto seres humanos integrais, e não apenas como máquinas de rendimento, nos falando sobre a experiência global de praticar esporte;

Uma maior interação com os receptores, considerados indivíduos singulares, instaurando um verdadeiro processo de comunicação (BETTI, 2002, p. 2).

Como esses princípios pouco aparecem na grande imprensa esportiva na atualidade, fica evidente que o interesse está localizado no aspecto comercial que o esporte espetáculo pode proporcionar. Assim, a incorporação do esporte pela Indústria Cultural suscitou a separação entre prática e consumo de uma atividade esportiva, pois “já que não é necessário ter praticado um esporte para assistir a ele pela televisão e (numa espécie de “grau zero da competência esportiva”) emocionar-se com a ansiedade pelo resultado” (GASTALDO *et al.*, 2005, p. 3). A imprensa esportiva está sustentada na relação de afetividade emocional com seus leitores ou telespectadores.

Nesse sentido, para vários pesquisadores a especialização não vem ocorrendo no jornalismo esportivo (MESSA, 2013; GURGEL, 2009). Isto por acreditarem que este tipo de jornalismo não consegue oferecer tratamento qualificado ao conteúdo apresentado, pois não problematiza nem age como intermediador do saber que envolve o campo esportivo, principalmente por não colocar em pauta os aspectos sociais, políticos e econômicos que giram em seu entorno. Para outros, a partir da década de 1930, com o advento do rádio, e na década de 1950, com a televisão o jornalismo esportivo impresso foi obrigado a dar um salto qualitativo, buscando se manter no mercado editorial frente à competição destes meios (RIBEIRO, 2013). Para Amaral (1969, p. 98), contribuiu para melhoria na qualidade dos impressos esportivos a realização de grandes eventos no Brasil, como a Copa do Mundo de 1950 e as conquistas da seleção brasileira de futebol nas Copas do Mundo da FIFA em 1958, na Suécia e 1962 no Chile.

Mas o que a imprensa esportiva apresenta como diferente das demais editorias?

A editoria de esportes dentro do jornalismo faz parte do entretenimento cujos textos apresentam características diferenciadas em relação às outras editorias. Durante muito tempo, foi considerada como de menor importância dentro dos grandes jornais (COELHO, 2003; GASTALDO, 2005). Contudo, não é por estar associado ao lazer e ao entretenimento que o jornalismo esportivo está totalmente livre das regras institucionais do campo jornalístico. Como explica Borelli (2002), um texto do jornalismo esportivo é realizado:

Com ferramentas gerais, do próprio jornalismo, e com ferramentas específicas do esporte. Isto é, as regras gerais (entrevistas com fontes, formas de apreensão, construção do lead, apresentação do título, texto claro e conciso, composição da página e outros valores exigidos pelos manuais de redação) valem para todas as editorias. Porém, o jornalismo acaba incorporando fatores característicos do esporte, como a descrição da ficha técnica em jogos, o uso de expressões características do campo competitivo (linguagem agonizante, de combate, mais despojada, em função do campo ser, sobretudo, de entretenimento, etc.) (BORELLI, 2002, p. 10).

Assim, a produção de textos jornalísticos esportivos envolve tanto as técnicas institucionalizadas pelo jornalismo quanto os saberes produzidos pelo campo esportivo. Como acontece em outras editorias especializadas, recursos linguísticos e gráficos são colocados em ação “para didatizar, explicitar, tematizar o esporte, onde é exercida uma pedagogia jornalística” (BORELLI, 2002, p. 19).

O jornalista esportivo procura estabelecer um laço afetivo com o leitor, por meio de uma linguagem carregada de emoção e sentimentos, produzindo dramas e polêmicas, fazendo uso de termos, gírias e jargões criados por cada esporte. Neste sentido, concordamos com Leda Maria Costa (2010, p. 66) em que é específico do jornalismo esportivo se ancorar em estruturas narrativas próximas ao melodrama e ao folhetim. A necessidade de folhetinização da informação esportiva visa conseguir atingir um público massivo, dando aos leitores elementos conhecidos “assim como o suspense, a polêmica e uma visão de mundo maniqueísta, dividida entre o bem e o mal, o certo e o errado, entre heróis e vilões” (COSTA, 2010, p. 68).

Outra estratégia do noticiário esportivo está no fato de privilegiar os aspectos positivos dos esportes. Geralmente, as questões negativas (protestos, racismos, preconceitos, sexismos) são tratadas de forma passageira e superficial. Também busca passar a ideia de neutralidade política e se apresentar como apartidário (MELO *et al.*, 2013, p. 117).

O processo de integração do fenômeno esportivo aos interesses midiáticos ganhou escalas muito maiores com o avanço tecnológico nos meios de comunicação nos últimos anos. Os *modi operandi* mobilizados pelas empresas jornalísticas/midiáticas na construção das notícias esportivas estão em um processo crescente de midiaticização,¹¹ espetacularização¹² e mercadorização¹³ das práticas esportivas.

¹¹ Está relacionado à maior dependência das pessoas às tecnologias infocomunicacionais, “tendência à virtualização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação” (SODRÉ, 2006, p. 19-32).

¹² A espetacularização se dá principalmente no acúmulo de imagens, mas não somente por ele, como escreveu Guy Debord no clássico *A Sociedade do Espetáculo*, em 1967. *O espetáculo não é o acúmulo de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens* (DEBORD, 1997, 14). O espetáculo tornou-se

Como asseveram Santos, Mezzaroba e Souza (2017), o jornalismo esportivo se localiza na fronteira entre o interesse público e o interesse do público. Nessa lógica as empresas jornalísticas de esportes utilizam várias estratégias de abordagens, expressas pelos autores como sendo: “o enquadramento midiático-esportivo, a dialética global-local, o agendamento midiático-esportivo, construção do herói esportivo”, que sintetizo a seguir.

O jornalismo esportivo faz uso das estratégias de “enquadramento midiático-esportivo” para estabelecer modos como se quer que os conteúdos sejam consumidos pelo público. Os critérios de noticiabilidade, a definição da pauta e o que vai ser notícia é definida conforme os interesses comerciais das empresas jornalísticas (SANTOS; MEZZAROBA e SOUZA, 2017, p. 97).

As estratégias dentro da “dialética global-local” são aquelas que procuram estabelecer “conexões de fenômenos globais com as diferentes localidades da sociedade por todo o mundo, considerando, sobretudo as particularidades de cada cultura local”. Buscam criar ou reforçar identidades com os objetivos de aumentar o público consumidor de esportes e produtos (SANTOS; MEZZAROBA e SOUZA, 2017, p. 98).

Como o esporte está relacionado a outras áreas da sociedade (economia, política, etc.), participa da agenda de discussões mais amplas. No jornalismo esportivo o “agendamento midiático esportivo” é uma estratégia discursiva que consiste em elaborar pautas para impor determinados assuntos, tornando-os importantes na esfera pública (SANTOS; MEZZAROBA e SOUZA, 2017, p. 99).

A “construção de heróis” como estratégia de produção das notícias no universo do esporte, aglutina todas as técnicas anteriores. Consiste em construir a imagem de atletas como heróis para utilizá-la para chamar a atenção e vender produtos dos mais diversos (SANTOS, MEZZAROBA e SOUZA, 2017, p. 101).

Essas técnicas/estratégias utilizadas pelo jornalismo esportivo são acopladas a outras presentes no campo mais amplo do jornalismo (diário ou de revista). Entre elas, podemos citar o fato de se colocar como “*locus* da verdade”; de autorreferência (o modo como a imprensa

parte da sociedade moderna em parte porque a vida real é pobre e dividida, onde as pessoas são obrigadas a observar e consumir essas imagens que lhe faltam na vida real. Cf. BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

¹³ Nos estudos sobre a indústria cultural desenvolvido por Adorno e Horkheimer, pode-se compreender o processo de mercantilização da sociedade capitalista, que alcançou a produção cultural com o desenvolvimento de técnicas de reprodução em larga escala sob o controle de grandes conglomerados comunicacionais. Para saber mais consulte: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

fala de si mesma através de diferentes produtos); do uso do aval de especialistas/columnistas (para a legitimação das verdades narradas). Estas estratégias vêm se desenvolvendo desde o início do século e foram aceleradas a partir da década de 1950 com o início da indústria cultural no Brasil.

Como explica Vigarello (2010), a imprensa esportiva conquista um público por ser capaz de narrar aquilo que os espectadores não conseguem ver, contar os dramas, os detalhes, traçar uma história, muitas vezes sendo ela mesma a organizadora dos eventos. Assim, o sucesso dos atletas e eventos seduz a/o leitora/or, reforça o valor dos anúncios fechando o circuito de um negócio lucrativo. Dessa forma, podemos buscar a existência de periódicos esportivos desde o século XIX no Brasil, como exponho a seguir.

3.3 A IMPRENSA ESPORTIVA NO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 1950

Vários periódicos, tendo em seu nome o termo esporte, já circulavam no Brasil desde a metade do século XIX. A maior parte dessas publicações utilizava a palavra da moda para cativar o público leitor e com isto patrocinadores, muitas vezes constavam poucas notícias sobre o tema em suas páginas. O jornal O Atleta foi um dos pioneiros da imprensa esportiva, publicado no Rio de Janeiro em 1856. Conforme Martins (2001, p. 343), em 1885, circularam O Sport e O Sportman (*Figuras 1 e 2*).

Na cidade de São Paulo, a revista A Platea (1888) passou a ter uma seção sobre esportes (*Figura 3*). Em 1896, foi criada a revista A Bicicleta (*Figura 4*), uma das preferidas dos paulistanos pela novidade da bicicleta e da juventude que frequentava o velódromo como evento social. Esse periódico dava destaque para os figurinos da moda e foi percussora no colonismo social na imprensa paulistana.

Ribeiro (2007, p. 26-98) diz que com a popularização do futebol, vários semanários surgiram. Já em 1919, o jornalista Américo Neto criou a revista Sports (*Figura 5*), no mesmo ano surgiu Época Esportiva (*Figura 6*), mas somente em 1938 se deu a impressão de uma revista especializada em futebol, com o título Sport Ilustrado (*Figura 7*).

Em São Paulo, o jornal Gazeta Esportiva foi um diário de grande alcance e um dos mais antigos do Brasil, que publicava notícias e comentários sobre os esportes no Brasil e no mundo. Surgiu em 1928 como suplemento do Jornal A Gazeta, dirigido pelo empresário Cásper Líbero. O suplemento era semanal, em tamanho tabloide, mas devido ao aumento de

leitores, passou a ser veiculada duas vezes por semana em 1941, aos sábados com notícias dos eventos que iriam acontecer no final de semana e as segundas-feiras apresentava um quadro completo sobre os resultados dos campeonatos esportivos. No ano de 1947, passou a ser publicado e vendido separadamente, tornando-se um jornal independente, com direção de Carlos Joel Nelli e o redator-chefe Thomaz Mazzoni (HOLLANDA, 2012, p. 81).

Figura 1 – Jornal esportivo *O Sport* (1885)



Figura 2 – Jornal esportivo *O Sportman* (1913)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020.

O primeiro jornal diário especializado em esportes no Brasil foi o carioca *A Gazeta Esportiva* (Figura 8), inspirado no jornal italiano *Gazzeta Dello Sport* (1896). Fundado em 13 de março de 1931 por Argemiro Bulcão e Ozéas Mota, foi comprado pelos jornalistas Mário Filho e Roberto Marinho em 1936. *O Jornal dos Sports* teve uma longa duração, deixando de existir na forma física apenas em 2007 (HOLLANDA, 2012, p. 81).

A profissionalização do futebol ocorreu no ano de 1933, e com isto, a criação da Federação Brasileira de Futebol. Fatos estes que movimentam a imprensa esportiva, que precisava acompanhar o esporte. No ano seguinte, os clubes de futebol passam a vender as transmissões das partidas para as rádios com exclusividade, objetivando aumentar a renda dos mesmos (RIBEIRO, 2007, p. 73-118).

Figura 3 – Capa da revista *A Platea* (1888)



Figura 4 – Capa da revista *A Bicycleta* (1896)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020.

Figura 5 – Capa da revista *Sports* (1915)

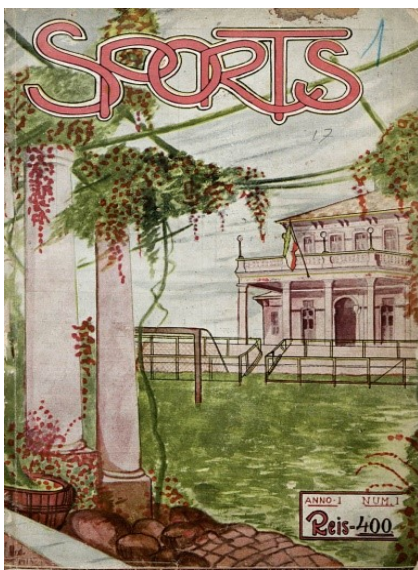


Figura 6 – Capa da revista *Época Sportiva* (1919)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020.

Figura 7 – Capa da revista *Sport Ilustrado* (1938)

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020

Figura 8 – Jornal *A Gazeta Esportiva* (1947)

The image shows the front page of the newspaper 'A Gazeta Esportiva' from 1947. The masthead at the top features the newspaper's name in a large, stylized font. Below the masthead, there are several lines of text providing publication details. The main headline is 'RUMO A EUROPA!' in large, bold, red letters. To the left of this headline is a small starburst graphic with the text 'SETELO DO MÊS'. Below the headline is a photograph of two men, likely soccer players, smiling. To the right of the photograph is a small advertisement for '32 BASES DE MANUTENÇÃO' and 'VOE PELA PELA'. Below the photograph is a large advertisement for 'DUAS ÉPOCAS, DOIS TROFÉUS DIFERENTES' featuring two soccer balls. At the bottom of the page, there is a large advertisement for 'Monteiro & CASIMIRAS-LINHOS-TROPICAIS NACIONAIS E ESTRANGEIROS' with the slogan '5 x 1 contra o Flamengo!'.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020

Os jornalistas mais conhecidos da imprensa esportiva atuavam nas rádios, onde conseguiam fama e fortuna. Em alguns casos, os narradores e cronistas esportivos também investiam na imprensa escrita, como Blota Junior, que fundou a revista Goal, em 1944 (RIBEIRO, 2007, p. 110).

A crônica esportiva se popularizou como forma de reformulação para os periódicos impressos frente à expansão do rádio no território brasileiro. Este estilo de escrita utilizava como recurso discursivo a potencialização dos “sentimentos e emoções dos esportes por meio de uma nova onda de narrativa híbrida, que transitava entre a literatura e o jornalismo” (COUTO, 2017, p. 512). Essa foi uma forma de cativar os leitores, mas destoava do movimento de reformulação, porque passavam as redações dos grandes jornais, vivendo a dubiedade, como mostra Couto:

O *JS* e outros jornais cariocas, então, apresentavam o mundo esportivo de forma dupla, ao tratar os eventos e os debates de acordo com a chamada modernização da técnica jornalística (numa conjuntura dos anos 1940 e 1950 em consonância com políticas desenvolvimentistas de Estado), mas com elementos inter(subjetivos) das crônicas que liam a sociedade e a vida esportiva com outros olhares por meio, sobretudo, de uma “verdade mediada” (COUTO, 2016, p. 21 *apud* COUTO, 2017, p. 514).

Os cronistas ganhavam notoriedade, pois serviam como mediadores que procuravam vincular as práticas esportivas a questões maiores, como os ideários de modernização, de unidade e identidade nacional, servindo aos interesses dos governos, vinculando as vitórias dos esportistas aos interesses de políticos. Vários jornais diários impressos, na década de 1950, traziam páginas ou suplementos esportivos, cujas crônicas eram presentes. Destacavam-se o jornal *O Dia*, criado em 5 de junho de 1951, pelo jornalista Chagas Freitas. Também o Correio da Manhã, criado por Edmundo Bittencourt e Paulo Bittencourt em 1901, no qual os esportes eram discutidos em uma segunda parte do jornal, chamada de Segundo Caderno, que tinha em média três páginas. Já o jornal Última Hora, fundado por Samuel Wainer, em 12 de junho de 1951, fazia a cobertura esportiva na seção chamada de Última Hora nos Esportes, entre as páginas 8 e 10. O jornal O Globo, fundado em 19 de julho de 1925 por Irineu Marinho, desde 1938 apresentava suplemento/revista semanário chamado de O Globo Sportivo.

Entre os cronistas que faziam sucesso, entre as décadas de 1950 e 1960, estão nomes como: Giampaoli Pereira, Carlos Renato, Manoel Vargas Netto, José Lins do Rego e Geraldo Romualdo da Silva, Everardo Lopes, Álvaro do Nascimento, Mário Filho e Nelson Rodrigues.

Várias mulheres também se destacaram na crônica esportiva, como por exemplo, Inah de Moraes, Florita Costa e Ana Amélia. (COUTO, 2016; HELAL, R. 1990, p.39).

Entre as revistas surgiram vários títulos, como Manchete Esportiva Ilustrada (1950), Vida do Crack (1953), Manchete Esportiva (1955), Revista dos Esportes (1959), Revista Fôlha Seca – Revista Desportiva¹⁴ (1958). Esse último semanário, que foi editado pela esportista Ivone dos Santos, no Rio de Janeiro, era de distribuição gratuita. O formato era pequeno medindo aproximadamente 18 cm de altura por 13 cm de largura, contava com cerca de 40 páginas, impressas em papel jornal, com exceção da edição especial sobre o maracanã que é impressa em papel um pouco melhor. Além do futebol, a revista tratava, com menor destaque, de outras modalidades, como por exemplo, o remo, judô, turfe e atletismo.

As revistas esportivas de maior circulação que eram produzidas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam características específicas, que diferenciavam uma publicação da outra, como veremos a seguir.

3.4 O SEGMENTO DAS REVISTAS ESPORTIVAS NA DÉCADA DE 1950

Existem muitas diferenças entre o jornalismo diário e o jornalismo de revista, entre elas podemos citar: o formato (geralmente magazine), o tamanho (mais comum 20,2 cm por 26,6 cm), a periodicidade (semanal, quinzenal, mensal), a linguagem e os recursos gráficos.

A periodicidade maior implica em não estar dedicada apenas aos fatos do cotidiano, as reportagens procuram aprofundar os temas, mostrar vários ângulos de um fato (SCALZO, 2016, p. 39).

A segmentação editorial por gênero, idade, região ou classe também é uma predominância deste tipo de impresso. Sendo voltada para um grupo específico de leitores, procura construir um vínculo mais forte com o leitor, por meio de um discurso mais íntimo entre o editor e leitoras/es. Neste sentido, também requer jornalistas especialistas no segmento da revista (SCALZO, 2016, p. 42).

A jornalista Marília Scalzo (2016) assevera que, as revistas destinadas ao público feminino surgiram desde o início da imprensa no Brasil. Nos anos 1950, a Editora Abril colocou em circulação a Revista Capricho (1952), depois Manequim (1959) e Claudia (1961).

¹⁴ Infelizmente não foi possível encontrar exemplares deste periódico para compor as fontes de pesquisa.

Capricho surgiu como revista de fotonovelas, concorrente da revista Grande Hotel (1947), que também publicava fotonovelas, em capítulos. Eram revistas de grande circulação que traziam histórias românticas, não procuravam mudar as representações sobre as mulheres, de uma sociedade conservadora nos costumes. Tratavam de moda, receitas, decoração, beleza entre outros temas voltados para o mundo privado (SCALZO, 2016, p. 39-42).¹⁵

As revistas para o público masculino traziam temas como: economia, agricultura, automobilismo, música (para o público jovem), esportes e sexo. As chamadas revistas "galantes", como O Rio Nu (1898) e A Maçã de 1922, traziam temas como política, sociedade, piadas, caricaturas, desenhos, contos e fotos eróticas. Entre as décadas de 1930 e 1940 as galantes sumiram, devido ao conservadorismo da sociedade. Na década de 1950 surgiram revistas clandestinas que publicavam histórias em quadrinhos eróticas, eram chamadas de "catecismos" (SCALZO, 2016, p. 35). Com o desenvolvimento da indústria automobilística promovida pelo governo JK, surgiu a revista Quatro Rodas em 1960. O tema esporte era a especialização que mais fazia surgir revistas, principalmente voltadas para o futebol, por sua popularidade, a exemplo das revistas: Vida do Crack (1953), Manchete Esportiva (1955) e Revista do Esporte (1959).

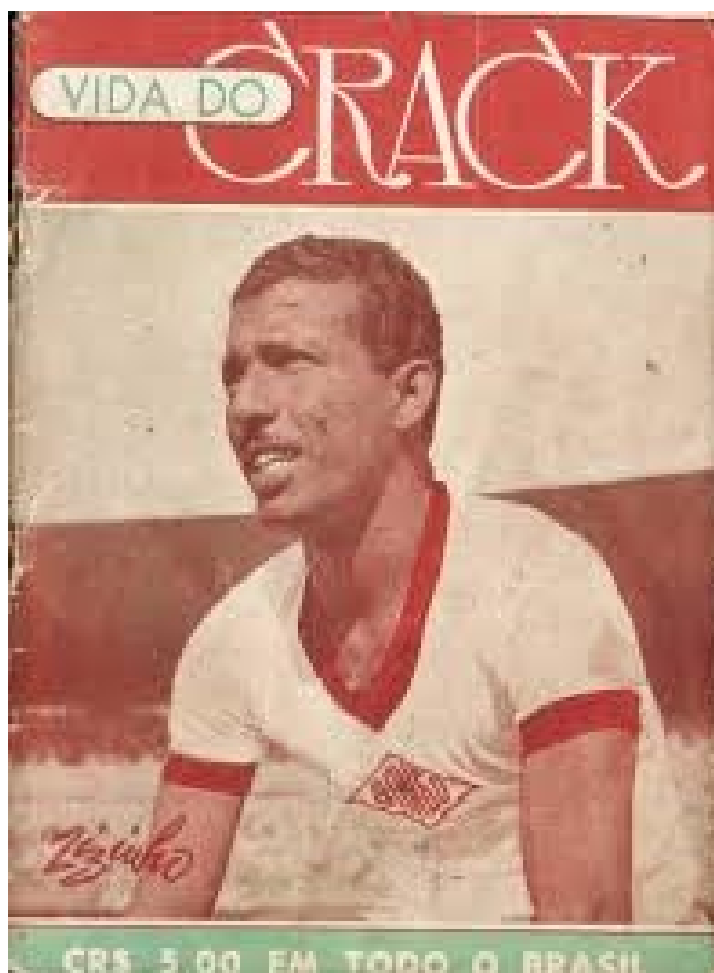
3.4.1 Revista Vida do Crack

A revista Vida do Crack (*Figura 9*) foi publicada entre 1953 e 1958, na cidade do Rio de Janeiro, por Edgard de Abreu, proprietário da Editora Brasilidade LTDA. Além deste revista publicava outras consideradas impróprias por seu teor mais escandaloso para o período, tais como: O Riso (1946 a 1951) e Naturismo (1953). No mesmo formato de Vida do Crack publicou a revista Rádio Ilustrado (1954). Vida do Crack era uma revista de bolso, com formato pequeno 14,00 cm X 18,00 cm, custava CR\$: 5,00, com a capa em uma ou duas cores, publicada em papel jornal. Geralmente trazia a história de dois jogadores de futebol. Apesar do nome a revista pouco mencionava sobre a vida pessoal do atleta, contando com informações básicas, onde nasceu, nomes de seus familiares, etc. O foco era o resgate da carreira de ídolos do futebol brasileiro, onde começou, times que atuou, gols marcados entre outros fatos profissionais. Trazia muitas fotos, todas em preto e branco. Um aspecto negativo

¹⁵ Para saber mais sobre impressos para mulheres ver: BUITONI, Dulcília Schroeder. **A mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus, 2009.

era que não contava com depoimentos dos jogadores, que seriam importantes para ver como pensava sua trajetória no futebol, mas contava com alguns depoimentos de amigos sobre a personalidade do jogador.

Figura 9 – Capa da Revista *Vida do Crack*, n. 3 (1957)



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

3.4.2 Revista do Esporte

A Revista do Esporte (Figura 10), foi criada logo após a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1958, começou a circular em março de 1959 estendendo-se até dezembro de 1970. Era publicada pelo mesmo proprietário da famosa Revista do Rádio (1949 - 1969) Anselmo Domingos (1917-1970), diretor artístico da Rádio Tamoyo e amigo de Assis Chateaubriand (CABO, 2012, p. 131).

Apesar de chamar-se Revista do Esporte, o futebol ocupava a maioria das reportagens, outros esportes como: tênis, automobilismo, turfe, natação, boxe, vôlei, basquetebol, remo etc., apareciam em poucas matérias, com a mesma estrutura da Revista do Rádio. O periódico trazia informações técnicas sobre os times (Rio de Janeiro e São Paulo), as escalações dos times, mas seu foco estava em relatar a vida pessoal dos jogadores fora de campo com reportagens sobre casamentos, nascimento de filhos, namoros, pois era inspirada na Revista do Rádio. Apresentava sessões como: Correio do leitor, Volta ao mundo (notícias esportivas internacionais), Raios-X de corpo inteiro (curiosidades sobre os atletas), Bate Bola (breves entrevistas com esportistas), Candinha no esporte (fococas sobre jogadores). As mulheres que apareciam na revista geralmente eram artistas com roupas esportivas e em poses sensuais (CABO, 2012, p. 138-145).

Figura 10 – Capa da *Revista do Esporte*, n. 1 (1959)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

3.4.3 Revista Manchete Esportiva

A Bloch Editores, fundada em 1952, na cidade do Rio de Janeiro, pelo imigrante ucraniano Adolpho Bloch (1908 – 1995), foi responsável pela publicação da revista Manchete Esportiva, que circulou em várias regiões do Brasil, entre os anos de 1955 e 1959 e de 1977 e 1979.

Arnaldo Bloch (2008), sobrinho-neto de Adolpho Bloch, contou a história de sua família em um livro-reportagem familiar, fazendo desta uma verdadeira epopeia. Em sua obra conta que o fundador da Editora Bloch, o senhor Joseph Bloch tinha sido proprietário de uma tipografia em Jitomir, na Ucrânia. Com a Revolução Socialista de 1917, seus bens foram estatizados. A família estava vivendo em péssimas condições e eram constantemente ameaçados por serem considerados representantes “burgueses”. Além disto, a família era judaica, o que provocava conflitos dentro da sociedade soviética, pois o ateísmo era incentivado pelo Estado, por esta razão, tinham que esconder este fato. Assim, Joseph solicitou a ajuda de Leon (Liova) Bloch, que era seu irmão e já morava no Brasil. Leon conseguiu o montante em dinheiro necessário para resgatar a família de forma clandestina. Foram necessárias duas tentativas, pois na primeira vez o agente contratado não cumpriu com o combinado. Após muitos apuros e longas viagens a família de Joseph Bloch chegou ao Rio de Janeiro em 1922 (BLOCH, 2008, p. 34-49).

No Rio de Janeiro, inicialmente, tentaram ganhar a vida no comércio de tecidos, mas Joseph gostava mesmo era de trabalhar com gráficas. Então, iniciaram um empreendimento familiar na Rua Barão de Mesquita, no bairro de Andaraí, na cidade do Rio de Janeiro. Surgia assim a *Joseph Bloch & Filhos*, uma pequena tipografia que imprimia “cartelas de jogo do bicho”, propaganda eleitoral e embalagens de papel para diversos comércios da região utilizando uma máquina de *linotipos* (BLOCH, 2008, p. 34-49).

Em 1942, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, já com idade avançada e com receio de perseguições, Joseph Bloch decidiu passar o empreendimento para os filhos Bóris, Arnaldo e Adolpho, surgindo a Bóris Bloch & Irmãos, sob a direção do filho mais velho, que era um ótimo vendedor de anúncios, e alguns anos depois a empresa veio a se chamar Gráficos Bloch S/A (BLOCH, 2008, p. 149-157). Dez anos depois, em 1952, foi à vez de Arnaldo Bloch assumir os negócios como dirigente, passando a empresa para a denominação de Bloch Editores (BLOCH, 2008, p. 164).

Sob a direção de Adolpho, que era um excelente gráfico, a Bloch Editores tornou-se a segunda maior empresa de comunicações no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990. A empresa chegou a possuir duas gráficas, uma fábrica de tintas, editora e distribuidora de livros

didáticos e revistas, um teatro, rede de rádios e de televisão que compunham a Rede Manchete.

A revista Manchete foi a principal publicação do grupo, com tiragem média de 120 mil exemplares por semana, circulou entre os anos de 1952 e 2000. Além desta revista, a editora Bloch publicou mais de uma dezena de revistas, sendo elas Fatos & Fotos (semanal, de atualidades); Joia (revista feminina), Sétimo Céu (Fotonovelas); Domingo Ilustrado (semanal de variedades), Desfile (de moda e comportamento); Amiga (sobre celebridades da TV); Mulher de Hoje (de serviços, tendências e atualidades para as mulheres); Pais & Filhos (orientação familiar); Brasília; Super Moldes (Moda e costura); Geográfica Universal; Manchete Rural; Conecta; Ele & Ela (masculina); Manchete Esportiva; Tendência (de economia e negócios); Incrível; Revista Mensal de Cultura. Além de revistas a Bloch editava a Enciclopédia Bloch, coleções de livros como História do Brasil, histórias em quadrinhos de super-heróis da Marvel, Os Trapalhões e Bloquinho, também de quadrinhos (GONÇALVES; BARROS, 2008, p. 50-51).

O semanário dedicado ao esporte surgiu a partir de novembro 1955, indo até maio de 1959, retornando em uma segunda fase, totalmente diferenciada entre 1977 e 1979. O biógrafo Ruy Castro narrou o surgimento da revista como:

Manchete Esportiva foi uma ideia de Mário Filho para Adolpho Bloch. Juscelino acabara de ser eleito em outubro daquele ano. Carlos Lacerda ameaçara “impedir sua posse a tapa”, não conseguira, e Adolpho Bloch apostava na mensagem “otimista” de JK para o Brasil. Quando Mário Filho propôs-lhe criar uma revista como “Manchete”, só que de futebol, Adolpho perguntou: “Mas isso vende?” Mário Filho garantiu que sim, principalmente quando o Flamengo ou o Vasco venciam. Adolpho Bloch achou esquisito publicar uma revista que dependia da vitória de um time para vender. Mas, se JK estava otimista, ele também tinha de estar. Comprou a ideia: “Está bem. Quando é que você começa?” “Eu não começo”, respondeu Mário Filho. “Posso fazer uma coluna semanal. Tire Augustinho, Nelson e Paulinho da ‘Última Hora’ e você terá um time — um escrete” (CASTRO, 1992: 263).

Manchete Esportiva então surgiu da união de duas famílias, a dos Bloch que já tinham experiência com a publicação da revista de variedades Manchete, e entrava com o capital. E a família Rodrigues, que entrava com o trabalho, visto que tinha *know-how* da cobertura esportiva em outros periódicos, como o Jornal dos Sports.

As funções para produção do periódico ficaram divididas da seguinte forma: o diretor-responsável era Augusto Falcão Rodrigues, o chefe de reportagem era Paulo Falcão Rodrigues, o redator principal era Nelson Falcão Rodrigues, que contribuía, a cada edição, com uma crônica sobre um tema, geralmente sobre um craque ou jogo de futebol, entre as

características do autor estava a de misturar “ficção, jornalismo e identidade nacional em torno do jogo da bola” (COUTO, 2012, p. 118). Como colaborador estava Mário Filho, que também escrevia uma crônica a cada edição. Também trabalhava na revista, uma das irmãs de Nelson Rodrigues, Irene Rodrigues, que se identificava com o pseudônimo de MEG (*Figura 11*).

Figura 11 – MEG na redação da *Revista Manchete Esportiva*, n. 53, 24 nov. 1956



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Quanto ao formato editorial, nos primeiros anos apresentavam na linha de capa, que reúne os elementos essenciais, as seguintes informações: Revista Semanal, número da edição, Rio de Janeiro, data e valor. Ao lado do logotipo, escrito em letras menores, Manchete, com M amarelo, demais caracteres em preto sobre um fundo vermelho. Logo abaixo, em letras grandes, escrito: Esportiva, com E em vermelho, restante das letras em preto, sobre fundo amarelo. No canto superior direito estava um pequeno quadro de fundo branco e letras em cor preta com pequenos títulos que informavam alguns assuntos presentes no corpo da revista.

Entre 1955 e 1958, o símbolo olímpico, em cores, ficava logo abaixo do quadro com as pequenas manchetes, no lado superior à direita da revista. A beleza da capa estava em sua composição, sempre por somente uma fotografia que ocupava toda a página (a maior parte da

primeira fase as imagens das capas eram todas coloridas), em primeiro plano e manchetes curtas, estrategicamente alocadas no canto superior esquerdo e na parte inferior da página (*Figura 12*).

Inicialmente cada número continha 40 páginas, em formato de brochura e tamanho grande, estilo Magazine, com 35 cm de altura por 26 cm de largura. O valor de capa era de Cr\$: 7,00 (sete Cruzeiros), considerado baixo para o período. No final da primeira fase, passou a ter 64 páginas em média (número de edição 102), em 1959 circulou com 100 páginas (número de edição 184), com valor de Cr\$: 15,00 (quinze cruzeiros).

A capa da revista número 1 (*Figura 12*) saiu com o jogador do Flamengo Rubens Josué da Costa. Vestido de toga, porque era chamado pelos torcedores como “Doutor Rubens”. O apelido devia-se ao fato de Rubens ter feito faculdade. Abaixo da imagem estava a chamada, que dizia: “Dr. Rubens, bacharel de ‘letras’ e ‘salames’”, fazendo referência às jogadas de efeito e dribles. No canto superior esquerdo outra chamada: “Quem ama o prêto, branco lhe parece”, sobre o namoro entre o jogador Escurinho, do Fluminense, negro, e Dalita, uma moça branca.

Manchete Esportiva iniciou suas atividades com uma equipe editorial de grandes profissionais: Augusto Falcão Rodrigues (Diretor – responsável); Nelson Falcão Rodrigues (Redator principal); Paulo Falcão Rodrigues (Chefe de reportagem); Arnaldo Niskier e Ney Bianchi de Almeida (Assistentes de Direção); Ronaldo Bôscoli e Drummond Netto (Redação); Nelson Sampaio (Produção); R. de Celio (Departamento de Arte – composto por mais cinco profissionais); Aron Waisman (Arquivo); Nicolau Drei (Departamento fotográfico – composto por dezessete profissionais, entre eles: Jader Neves e Ângelo Gomes); Mário Filho e Albert Laurence (Colaboradores); José Antônio Amaral (Departamento de Circulação) e Dirceu Tôrres Nascimento (Departamento de Publicidade). Com a saída da família Rodrigues em 1959, ocorreu uma reestruturação da equipe, reordenando praticamente os mesmos profissionais. Ney Bianchi de Almeida passou para o cargo de Diretor; Ronaldo Bôscoli passou a atuar como chefe de reportagem; José Carlos Stabel; Manuel Augusto Duarte; Fernando Horácio e B. Ruy Barbosa na redação e George Falsfein no Departamento de Arte.

No número 102 o semanário apresentou novo *layout* gráfico, passando a ser publicada toda em preto e branco (*Figura 13*). Nas palavras do editor Augusto Falcão Rodrigues: “Este número representa mais do que uma nova fase, uma autêntica revolução gráfico-jornalística em matéria de esporte” (p. 5). Nas capas passou-se a usar a técnica da

cologravura¹⁶, em que parte da fotografia era recortada e colocada sobre um fundo colorido destacando uma personagem ou grupo em ação.

A partir do número 133, passou a ser impressa com cores apenas na capa. Eram detalhes de moldura geralmente em vermelho, azul ou amarelo (*Figura 14*), que tinham a função de reforçar os textos das chamadas, como de um grande jogo da semana ou um/a personagem em destaque (COUTO, 2012, p. 113).

Figura 12 – Capa de *Manchete Esportiva* n. 1, 26 nov. 1955

“Jogador do Flamengo Rubens Josué da Costa, conhecido como “Doutor Rubens”.



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

A reformulação completa veio com o número 184, quando começou a ser impressa em formato americano, medindo 17,0 X 26,00 cm e totalizando 100 páginas, com somente a

¹⁶ Cologravura, fototopia ou colotipo é um processo de impressão fotomecânica utilizado a partir do final do século XIX nas revistas ilustradas. Com essa técnica era possível imprimir fotografias juntamente com textos na mesma página com boa qualidade. O processo de produção se dava a partir de uma matriz constituída por uma placa de vidro, onde se estendia uma camada de emulsão fotossensível de bicromato de gelatina, que era impressionada mediante cópia por contato com o negativo fotográfico (NEWHALL, 2002, p. 251).

capa em cores (*Figura 14*). No final da década de 1950 as revistas de fotonovelas eram um sucesso editorial, acreditamos que foi introduzido também na revista esportiva para atrair o público feminino e aumentar as vendas. A vida de personagens importantes do esporte brasileiro, como: Pelé, Eder Jofre, Maria Esther Bueno, Didi, Orlando Peçanha, Gilmar e Julinho Botelho, foram contadas em fotonovelas, cujas atrizes e atores eram as/os próprias/os atletas e seus familiares.

Figura 13 – Mudança de *layout* da capa, n. 102, 2 nov. 1957
Em evidência, jogadoras de basquetebol da seleção russa



Fonte: Biblioteca Nacional

Para cobrir todas as modalidades e eventos esportivos, a revista possuía uma grande equipe de correspondentes nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Bem como, correspondentes internacionais em Paris, Portugal, Argentina, Uruguai, Peru, Paraguai e Tchecoslováquia. Existia uma grande colaboração da revista francesa *Paris Match* que enviava imagens e textos para o Brasil. O semanário francês disponibilizava materiais da Europa e dos Estados Unidos. A Bloch Editores também tinha preocupação em trazer notícias esportivas do Leste Europeu, daí um correspondente na Tchecoslováquia, tendo em vista que nos anos de guerra fria, pouco se sabia sobre o que acontecia nestes territórios. Também a política capitalista encabeçada por França e EUA, dificultavam a entrada de notícias sobre os locais de regime socialista. Manter correspondentes e uma equipe grande de profissionais possibilitava estar *in loco* nos eventos que os editores consideravam de maior importância (COUTO, 2012, p. 114 - 118).

Figura 14 – Nova mudança de layout da capa, n. 133, 18 out. 1958
Em evidência, José João Altafini, mais conhecido como Mazzola e jogos pela seleção brasileira na Itália



Fonte: Biblioteca Nacional

Quanto à linha editorial de Manchete Esportiva, continha colunas que variavam muito de nome durante os cinco anos da primeira fase. Algumas colunas que ficaram

nacionalmente conhecidas como: *Escreve Nelson Rodrigues*, que virou depois a famosa *Meu personagem da semana*, com crônicas sobre os atletas ou jogos. Uma página com crônicas de Mário Filho, uma coluna com o título *Altamente explosivo, Medicina esportiva e o futebol*. Couto (2012, p. 118) evidencia a coluna *Eles e Elas*, descrita como uma forma de columnismo social, que dava destaque para jornalistas esportivos, atletas, dirigentes e apoiadores das práticas esportivas. A colunas: *O mundo em Manchete Esportiva* e *O Brasil em Manchete Esportiva*, trazia pequenos textos sobre os acontecimentos esportivos da semana no Brasil e em outros países. No geral, a revista passava por mudanças constantes na ordem dos textos, fato que até o número 102 não contava com sumário.

A proximidade de Nelson Rodrigues e seu irmão Mário Filho, proprietário do semanário Jornal dos Sports, fez com que as duas publicações tivessem grande interação, com muitas reportagens circulando nos dois periódicos, principalmente na divulgação dos Jogos da Primavera, organizado por Mário Filho. O jornalista também ficou conhecido por realizar grandes eventos esportivos na época, como as Olimpíadas Operárias e os Jogos Infantis. Todos tinham como fundamentos a política de modernização da nação e a formação de uma identidade nacional por meio do esporte, conquistadas a partir da assimilação dos conceitos de disciplina, civilidade e saúde. Importante ressaltar o apoio dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek para realização destas competições (ALMEIDA, 2012).

A proposta do periódico era realizar uma abordagem poliesportiva, destacando a variedade de práticas esportivas nacionais e internacionais. No entanto, o futebol era o carro-chefe do editorial, sendo a maioria das reportagens dedicadas a este esporte. Com isto, a revista buscava garantir um público fiel, sendo o futebol um dos esportes que mais atraía a atenção dos homens, ou seja, sua produção era direcionada principalmente ao público masculino, de classe média, mas também buscava atrair outros públicos como as mulheres e jovens.

Para conquistar o público feminino, diferente de outros periódicos esportistas da época, em praticamente, todos os números publicados, entre os anos de 1955 e 1958, existiam reportagens destacando as mulheres realizando alguma prática esportiva em seus clubes recreativos, em campeonatos ou como lazer. Algumas reportagens falavam sobre a prática de nado sincronizado, esqui aquático, basquetebol, voleibol, atletismo etc. Não foi realizado um estudo comparativo e quantitativo, mas visualmente percebe-se que o espaço dirigido aos esportes praticados por mulheres era bem menor do que para os esportes masculinos.

Figura 15 – Revista Manchete Esportiva, n. 53, 24 nov. 1956 (imagem: Ângelo Gomes)
Em evidência, Maria Lúcia Amaral - Atleta do Clube Anglo-americano (RJ)



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Seguindo a tendência empregada por outros tipos de periódicos como a revista *O Cruzeiro* (1928-1975), do grupo do empresário Assis Chateaubriand e a revista *Manchete* da própria Bloch Editores, a revista *Manchete Esportiva* fazia uso do fotojornalismo. O uso dessa técnica foi uma saída para atrair leitores, pois os impressos passaram a concorrer com outros meios de comunicação, como o rádio (que já era consolidado) e a televisão¹⁷ (que estava

¹⁷ A primeira transmissão de voz realizada no Brasil ocorreu no dia 7 de setembro de 1922, foi um discurso realizado pelo presidente Epitácio Pessoa na exposição internacional em comemoração ao centenário da

surgindo na época), com muito mais tecnologia, mas ainda com menor acesso da população aos aparelhos. Para tanto, as fotografias a cores eram muito utilizadas, sempre mencionando que eram produzidas a partir dos filmes Ektachrome¹⁸ da Kodak, proporcionavam imagens nítidas, com cores limpas e variações de tons e contrastes. Em Manchete Esportiva existiam páginas com até seis imagens, o que era muito para época. Outras vezes, uma fotografia ocupava quase a totalidade da página, em detrimento do texto, que era escrito em letras minúsculas, geralmente em fonte de tamanho seis (*Figura 15*). As fotografias eram um recurso tão valioso quanto o texto principal, não funcionando como meras ilustrações do texto

Os fotógrafos Jáder Neves, Jankiel Gonczarowska e Ângelo Gomes utilizavam, por exemplo, técnicas de sequências quadro a quadro, para capturar uma jogada, faziam fotomontagens, e outros efeitos que eram aperfeiçoados e executados pelo diretor de arte Ricardo Papagnoli. Algumas edições continham pôsteres de jogadores e times para colecionadores, geralmente em duas páginas. Isto tudo encarecia sua produção.

Na busca por manter um público amplo de leitoras/es, em 1959 a revista esportiva passou a publicar fotonovelas com histórias da vida de atletas. As fotonovelas apresentavam uma narrativa que utilizava em conjunto a fotografia e o texto verbal. A produção deste tipo de publicação talvez tenha sido influenciada pelo surgimento da revista Capricho, em 1952. A revista era a que mais vendia exemplares em 1956, cerca de 500 mil por mês, e publicava apenas fotonovelas (ABRIL, 2000, p. 176). Em Manchete Esportiva, os atores das fotonovelas eram os próprios atletas e seus familiares, como se vê na edição número 188, de 1959, sobre o boxeador Éder Jofre, cujo título era *Punhos de ouro* (*Figura 16*).

Tendo por alvo, o público leitor oriundo da classe média, mais letrada do que a maior parte da população da época, em várias oportunidades seus textos faziam referência a obras da literatura clássica e seus personagens, tais como: Vitor Hugo, Shakespeare, Bocage, Dostoiévski e Camões por exemplo. Característica esta, que para Ruy Castro (1992, p. 266) elevava o padrão cultural da revista, muitas vezes acima da compreensão de seu público leitor.

Independência do Brasil. Já a primeira transmissão de imagens no Brasil foi realizada no dia 18 de setembro de 1950, às 17 horas em São Paulo, pela TV Tupi-Difusora, emissora pertencente aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Sobre a história do rádio e da TV sugerimos: JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: 2002, EDUFBA; MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**. 2. edição. Petrópolis: Vozes, 2002 e PRADO, Magaly. **História do Rádio no Brasil**. São Paulo: Da Boa Prosa, 2012.

¹⁸ Ektachrome era uma marca de filmes para fotografias coloridas, produzidos pela empresa estadunidense Kodak a partir da década de 1940 até 2013, quando a empresa encerrou sua fabricação.

As inovações que a revista Manchete Esportiva trouxe para a imprensa esportiva, tais como: cobertura poliesportiva, o texto moderno, o fotojornalismo, as crônicas de Nelson Rodrigues e Mario Filho, demonstra que estava em sintonia com o mecanismo da indústria cultural. Contudo, ainda não tinha a sua lógica, isto era percebido pela ausência de publicidade, como assinala Vogel (2007, p. 152). Eram poucos os anunciantes, contando com cerca de seis anúncios por edição, entre eles de cigarros, bebidas e lâminas de barbear (UNZELTE, 2015, p. 107). Os anúncios não eram bem elaborados, geralmente feitos com gravuras simples em preto e branco. A pouca preocupação com a publicidade revela que o lucro da revista vinha da sua vendagem e não dos anúncios.

Figura 16 – Capa de *Manchete Esportiva*, n. 188, ago. 1959 (imagem: José Castro)
Em evidência, fotonovela sobre a vida do boxeador Eder Jofre



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

As inovações que a revista Manchete Esportiva trouxe para a imprensa esportiva, tais como: cobertura poliesportiva, o texto moderno, o fotojornalismo, as crônicas de Nelson Rodrigues e Mario Filho, demonstra que estava em sintonia com o mecanismo da indústria cultural. Contudo, ainda não tinha a sua lógica, isto era percebido pela ausência de publicidade, como assinala Vogel (2007, p. 152). Eram poucos os anunciantes, contando com cerca de seis anúncios por edição, entre eles de cigarros, bebidas e lâminas de barbear (UNZELTE, 2015, p. 107). Os anúncios não eram bem elaborados, geralmente feitos com gravuras simples em preto e branco. A pouca preocupação com a publicidade revela que o lucro da revista vinha da sua vendagem e não dos anúncios.

Segundo Vogel (2007) a década de 1950 foi uma época de “véspera” da indústria cultural, em que a estrutura técnica existe, mas o capitalismo ainda não estava no seu auge, o que ocorre somente no final do governo de JK. Dessa forma, a realidade social não estava integrada com a indústria cultural em ascendência que se consolida somente entre os anos de 1960 e 1970.

Um dos fatores que atingem a imprensa impressa no final da década de 1950 foi o aumento significativo do preço do quilo do papel importado. Entre os anos de 1943 e 1958 subiu de Cr\$ 2,35 para Cr\$ 4,82 o quilo, e entre os anos de 1958 a 1963 passou a custar Cr\$ 135,00 (VOGEL, 2007, p. 151). Assim, se juntarmos a falta de anunciantes e o alto custo de produção tornou a continuidade da publicação insustentável pela pouca lucratividade sendo encerrada em setembro de 1959.

Apesar das dificuldades temos um cenário em que a imprensa esportiva se consolidou e se tornou uma das formas mais influentes de informação especializada. Todos os grandes veículos de comunicação da época como as rádios e os grandes jornais tais como: O Globo, Última Hora, Correio da Manhã e Jornal do Brasil tinham profissionais que trabalhavam com este seguimento. Muitas revistas direcionadas ao público entusiasta com esportes passaram a ser editadas, movimentando o mercado editorial. Entre elas destacamos a revista Manchete Esportiva, como vimos anteriormente, ela empregava técnicas modernas do jornalismo, implantadas no Brasil a partir de manuais de publicação de 1950, contribuindo para o aprimoramento dos impressos esportivos. A qualidade das imagens (fotojornalismo) foi um diferencial de qualidade, bem como dos profissionais que trabalhavam para a Bloch Editores.

Ao revisarmos as características de algumas das revistas esportivas da década de 1950, podemos relacionar com o fortalecimento deste segmento editorial, visto que já surgem

produções dentro de grandes grupos tais como da Editora Bloch, fortalecidos com toda uma estrutura que garantiam uma qualidade diferenciada do material em relação aos seus antecessores. Ou a Revista do Esporte que traz para os esportes a mesma linguagem dedicada à revista de artistas, que permaneceu no mercado por mais de 10 anos. Se pensarmos na permanência deste tipo de publicação e no seu desenvolvimento nos dias atuais, podemos perceber que além de divulgar os eventos esportivos estes periódicos também contribuíam para formação de uma cultura em torno das práticas esportivas, difundiam ideias e valores morais, ditavam formas de comportamento, entre outras ações.

A revista esportiva como artefato cultural também estava ligada aos outros artefatos que comunicavam elementos simbólicos e culturais, tais como o rádio, o cinema, a música e outros tipos de periódicos. Estes artefatos culturais eram produzidos pelas grandes empresas de comunicação em diálogo um com outro, assim as pessoas esportivas consomem um tipo de moda que tinha sua publicidade na revista esportiva ou em revistas de outros segmentos (femininas de variedades, por exemplo). As atrizes e atores de cinema, cantoras e cantores do rádio influenciavam as mulheres e homens atletas e vice-versa. Alguns padrões de comportamento de homens e mulheres em suas práticas esportivas estavam ligados com outras esferas culturais. Desta forma, não são apenas artefatos de informação ou entretenimento, mas formas de conhecimento que interpelam os sujeitos. Tais artefatos canalizam os discursos, portanto, são dotados de estratégias de pedagogização exercendo uma importante interferência na formação identitária dos sujeitos. Desta forma, retomo o pensamento de Prado (2010, 2013) para pensar a relação entre os jornalistas e as/os leitoras/es ao fundamentar o conceito de dispositivo comunicacional.

Prado (2013) parte do conceito de contrato comunicativo que se instala no ato da ação comunicativa. Esta ideia está presente em Charaudeau (2006), ao dizer que a “situação de comunicação constitui um quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando inicia uma comunicação” (2006, p. 67), existindo nesse processo uma troca entre o autor e o leitor. Prado (2013) substitui a troca entre um enunciador e um enunciatário pela convocação. No seu entendimento, o enunciador “opera convocações narrativas para que o enunciatário se transforme rumo a uma melhor situação de ser, ter, saber e poder mais” (2010, p. 63). Seguindo seu raciocínio, o contrato existe somente enquanto um simulacro, pois o leitor não busca apenas se informar, busca saber como se integrar, se “enquadrar” no mundo. Nessa visão a narrativa do texto, não se configura em uma troca, mas resulta, se vista a partir dos dispositivos, em uma convocação.

Partindo destes pressupostos teóricos podemos analisar os textos das revistas esportivas da década de 1950, como dispositivos midiáticos biopolíticos, pois construíam textos que visavam atingir o corpo e não apenas a camada reflexiva de cada leitora/or. E como esses jornais faziam as suas convocações em prol das práticas esportivas? As narrativas dos dispositivos midiáticos estavam alinhadas com a construção do pensamento que conduz a normalização das diferenças de gênero? Que representações de mulheres e/ou homens esportistas os textos e imagens da Manchete Esportiva faziam circular? Que estratégias convocatórias procuraram-se estabelecer para práticas esportivas destinadas especificamente para mulheres?

4 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE MULHERES NOS ANOS DOURADOS: DISCURSOS NORMALIZADORES E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NOS PERIÓDICOS ESPORTIVOS

Por volta de 1950, apesar de maior dinamismo econômico nos centros urbanos, ainda eram fortes os discursos normalizadores sobre as mulheres, que eram colocadas sob vigilância constante, pelas mais variadas instituições. Era um período da história das mulheres que Carla Bassanezi Pinsky (2012) chamou de “modelos rígidos”, em que padrões de feminilidade se consolidaram (do começo do século XX até sua metade), o período de maior fluidez se inicia a partir de meados dos anos 1960 (PINSKY, 2012). Por outro lado, nessa temporalidade as mulheres passaram a ocupar mais os espaços públicos e a estabelecer outras redes de sociabilidades. Principalmente entre as mulheres das camadas médias e altas, existia maior liberdade de ir e vir, sendo os clubes recreativos um dos lugares que frequentavam para o lazer e a realização de práticas esportivas. Utilizo a noção de sociabilidades como definida por Simmel (2006, p. 65), ou seja, como sendo a “forma lúdica da sociação,” [sic] forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses. Em outras palavras, a sociabilidade é uma forma de associação onde às pessoas se reúnem porque querem estar juntas, porque querem ter um momento sociável, deixando de lado as diferenças políticas ou de classe, por exemplo.

Nos anos de 1950, muitas mulheres se dedicavam às práticas esportivas, existem muitos indícios de suas atividades. A questão é que o espaço ainda era uma concessão, havia muitos esportes interditados às mulheres, alguns eram proibidos de serem realizados somente em público, outros elas podiam participar, mas sem competir oficialmente. O processo histórico em que estas práticas estão inseridas não é linear, são idas e vindas, ainda hoje muitas mulheres são julgadas não por suas habilidades esportivas, mas por sua condição. Como em muitas áreas da vida social, as mulheres vêm conquistando desde o início do século XX espaço e representatividade (MELO, 2007; SCHETINO, 2008; PRIORI; MELO, 2009, GOELLNER, 2005).

Nas revistas esportivas, encontramos registros dessa atuação feminina em modalidades como a natação, o remo, o basquetebol, o voleibol, o nado, o atletismo e o futebol. Nos anos 1950, a tenista Maria Esther Bueno (1939-2018) era uma grande referência

por ter conquistado o título de número 1 do mundo no tênis por dois anos consecutivos, devido a suas vitórias individuais de 1959 em Wimbledon e o U.S. Open, em 1960. No entanto, a presença de mulheres nos esportes era marcada por representações da época. Estas representações eram reafirmadas pela imprensa esportiva, composta quase que totalmente por homens, fazendo parte das tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994) que classificavam as mulheres em: moças de família, “boa moça”, a “garota fácil”, as “rebeldes” ou “levianas”. Por outro lado, também mostravam às mulheres esportistas outros modos de ser, agir e sentir seus corpos e suas escolhas de vida.

Para entender como as práticas esportivas de mulheres eram representadas e as subjetividades construídas a partir destas experiências, analiso textos publicados pela revista Manchete Esportiva. As questões propostas por Scott (1990), Foucault (1977) e Butler (1995), foram utilizadas para entender o gênero e as técnicas de subjetivação. Por meio desta categoria podemos entender que as relações de gênero não têm amparo em aspectos biológicos, mas sim por meio de variadas relações de poder-saber, discursos, dispositivos e estratégias.

A partir do estudo das fontes, foi possível conceber três núcleos temáticos principais: a) as mulheres dos anos dourados e as práticas esportivas como dispositivo biopolítico, b) as tecnologias de gênero e as estratégias de subjetivação das mulheres em suas práticas esportivas e c) entre o esporte, o amor romântico e o trabalho.

4.1 AS MULHERES DOS ANOS DOURADOS E AS PRÁTICAS ESPORTIVAS COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO

A participação de mulheres em práticas esportivas na segunda metade do século XX, nos mais variados tipos de instituições (clubes, associações, etc.), eram estimuladas por uns/umas e criticadas por outros/outras por irem contra a imagem hegemônica para o feminino, pois “[...] pareciam, ainda, desestabilizar o terreno criado e mantido sob o domínio masculino, cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas” (GOELLNER, 2005, p. 92).

Os discursos da medicina foram largamente utilizados para desestimular as mulheres a realizarem práticas esportivas. Neste pensamento, as atividades físico-desportivas de mulheres e homens deveriam respeitar “os limites e as características naturais” para cada

corpo. Este pensamento tem sua origem na sociedade burguesa do início do século XX, que idealizava a mulher burguesa como fraca e hipersensível. Ela sublimava as diferenças de gênero e considerava que os exercícios, que exigiam vigor, apresentavam perigos para as mulheres. Considerava-se que os esportes, que exigiam a força física e a agressividade, eram impróprios para a nova classe de mulheres ociosas, que era representada pelas donas-de-casa, suficientemente ricas e disponíveis para fazer exercício. A maioria das outras estavam demasiado ocupadas em cuidar da casa, educar os filhos e/ou trabalhar num emprego para ter ainda energia para se dedicar ao esporte (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 453).

O saber médico foi utilizado no Decreto-Lei nº 3.199 de 1941, que estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país e vigorou até 1979. O Decreto-lei estabeleceu em seu Artigo nº. 54 que: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (BRASIL, 1941).

Para Ludmila Mourão (2000), o decreto incorporou as representações sociais sobre a mulher regulando e normalizando práticas voltadas para a harmonia das formas femininas e para as exigências da maternidade, pensamento corroborado por Goellner (1998, p. 55):

É nesse contexto de urbanização e da emergência de novos valores e comportamentos que a Educação Física para as mulheres adquire maior significância social, pois passará a ser observada como capaz de educar tanto para a valorização do corpo esteticamente como para o aperfeiçoamento físico de corpos saudáveis e aptos para enfrentar as realidades da vida modernizada, inclusive, preparando-as para uma maternidade, entendida como função sublime de toda a mulher. E é nesse contexto, também, que as mulheres ampliarão sua participação social, forjando novos hábitos, novas formas de cuidar de si e do seu corpo.

Com o decreto, ocorreu a interdição das mulheres em várias práticas esportivas, entre elas as lutas, como o boxe e, em modalidades como o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo. Este posicionamento do Estado, de interditar¹⁹ as mulheres em várias práticas esportivas a partir de 1941, sugere duas questões: a opção pelo incentivo dos homens nos esportes e a de não proibir as mulheres de realizar atividades físicas, mas direcioná-las, tendo por base postulados médico higienista na década de 1940.

¹⁹ Em 2 de agosto de 1965, as interdições foram aumentadas com a Deliberação nº 7 do CND, assinada pelo General Eloy Massey Oliveira de Menezes, presidente do Conselho Nacional de Desportos, que dizia não ser permitido também, a prática de futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, rugby, halterofilismo e basebol (BRASIL, 1965).

O discurso eugenista dos anos 1940 foi paulatinamente sendo suplantado pelo do nacionalismo na década de 1950, que passou a ser vinculado ao discurso do desenvolvimento e da modernidade. A expansão econômica e urbana que a nação viveu, foi incentivada pela política denominada de nacional-desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 e 1961). O termo nacionalismo, do período anterior, foi substituído em um movimento que combinava Estado, as empresas privadas nacionais e o capital estrangeiro (FAUSTO, 2002, p. 427).

Nesse contexto, houve um aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, com a ampliação do quadro de empregos e profissões, como as de enfermeira, professora e datilógrafa, entre outras. Aumentou, também, o acesso à informação e à escolaridade tanto de homens como de mulheres, havendo assim, a diminuição da distância entre ambos. As mulheres das camadas médias começavam a frequentar a universidade, enfrentando a oposição dos pais, namorados e noivos (BASSANEZI, 1997, p. 608).

Seguindo o pensamento da historiadora Carla Bassanezi (2006, p. 608), no sistema de valores na década de 1950, a mulher ideal era definida a partir de papéis femininos tradicionais, tais como: ser mãe, esposa e dona de casa. A feminilidade ligada às imagens de “instinto materno, pureza, resignação e doçura”. Nos ditos “anos dourados”, um marido podia legalmente pedir a anulação de um casamento se a moça não tivesse preservado sua virgindade. As mulheres ainda dependiam da autorização dos maridos ou dos pais para trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência:

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada continuava forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, “o chefe da casa”. Se o Brasil acompanhou as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas pela participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico -, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade (BASSANEZI, 1997, p. 608).

Nesses valores, conforme a historiadora apresenta, “ser mãe, esposa e dona de casa” ainda eram consideradas as atividades de destino “natural” das mulheres. Contudo, como sabemos que “isso não quer dizer que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, e sim que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas” (BASSANEZI, 2006, p. 608). As mulheres das camadas

baixas além de serem mães, esposas e donas de casa eram trabalhadoras em fábricas, comércios ou residências mais favorecidas.

Em relação às práticas esportivas, Goellner (2005, p. 93) ajuda a confirmar esta tese, ao indicar, a partir de seus estudos, que as práticas esportivas eram vistas como algo desafiador e sedutor para algumas mulheres. Como justificavam Maria José Fonseca, que “gostava de esportes até o fundo de sua alma” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 43, 1956, p. 39) e Maria H. Cardoso “que gosta de jogar basquetebol, de viver a vida livre dos esportes.” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 41, 1956, p. 2). Dayse Paiva declarou seu interesse pelas práticas esportivas nas seguintes palavras, “gosta de esportes e não saberia contemplar seus dias sem ele. E acha que esporte dá alegria e bom humor, coisas que torna uma moça cem por cento.” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 45, 1956, p. 39).

Como afirma a historiadora do esporte, na metade do século, a participação das mulheres nos esportes aumentou significativamente:

A partir da segunda metade do século XX, modalidades como voleibol, basquetebol, natação, tênis e atletismo tornam-se cada vez mais praticadas, possibilitando que a participação das mulheres nas competições nacionais e internacionais tivesse, também, um significativo avanço. Os campeonatos nacionais, sul-americanos, pan-americanos e mundiais contaram sempre com a participação das mulheres, cujos resultados começaram a destacar-se, em especial, nos esportes coletivos (GOELLNER, 2005, p. 93).

Também, nesse contexto, muitas mulheres das camadas médias e da elite que frequentavam clubes e outras instituições, sem questionar as desigualdades de gênero na época, mas por meio de uma “movimentação autônoma”, sem questionar as desigualdades de gênero ou de raça na época, que se deu sem “[...] confrontos, lutas por espaço, e sim um processo lento de infiltração, que se consolida na prática e no exercício da interação, frequentemente com apoio velado ou aberto dos homens mais esclarecidos da sociedade” (MOURÃO, 2000, p. 8).

Na realidade, apesar das limitações impostas por órgãos governamentais e pelo conservadorismo social, as mulheres continuaram se dedicando às práticas esportivas em variados espaços, de forma amadora, pois as federações, em grande parte, surgiram neste período, bem como as competições oficiais.

Nas brechas abertas pela modernização, algumas entidades e grupos passaram a criar eventos com participação exclusiva para mulheres atletas. Entre os mais conhecidos estão os “Jogos Femininos do Estado de São Paulo”, que começou a ocorrer no ano de 1935. Na

cidade do Rio de Janeiro, entre 1949 e 1966, foram realizados anualmente os “Jogos da Primavera” e em Porto Alegre, em 1954, os “Jogos Abertos Femininos”.

Criado pelo jornalista Mário Filho, em 1949, os *Jogos da Primavera ou as Olimpíadas Femininas*, como ficaram conhecidos na época, reunia exclusivamente atletas amadoras de vários estados da federação, mas principalmente do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. As atletas que participavam estavam vinculadas aos clubes esportivos, as escolas e as universidades. As modalidades esportivas premiadas eram: atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, hipismo, natação, tênis, tênis de mesa, vôlei e vela.

Mário Filho era proprietário do Jornal dos Sports, por esta razão, dava grande visibilidade aos Jogos da Primavera em seu periódico e em outras instituições que trabalhava com a Manchete Esportiva. O jornalista também realizou outros eventos esportivos como as Olimpíadas Operárias e os Jogos Infantis. Todos tinham como fundamentos a política de modernização da nação, conquistada a partir da assimilação dos conceitos de disciplina, civilidade e saúde. Importante ressaltar o apoio dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek para realização destas competições (ALMEIDA, 2012).

Os eventos de maior porte, como os Jogos da Primavera e campeonatos realizados nos clubes ou nas escolas, apresentavam duas facetas: ao mesmo tempo em que incentivavam, contribuindo para impulsionar a participação de mulheres nos esportes, também era uma forma de legitimar a moral instituída, reforçando o modelo de mulher da época, quando oportunizava a participação nos esportes dentro das normas legais, mantendo a interdição oficial e criando uma divisão entre esportes que devem ser praticados por homens e por mulheres (FARIAS, 2011).

Entre as atletas que aparecem constantemente nas revistas e periódicos, destacamos Marta Miraglia Martins (*Figura 17*), natural de Belo Horizonte (MG), jogadora de vôlei, esporte em que mais se destacou. Em reportagem de Manchete Esportiva, n.º 42 de 8 de dezembro de 1956, Marta foi enaltecida como atleta, seus títulos conquistados até aquele ano foram destacados, sendo: três vezes campeã de vôlei, pelo Minas Tênis Clube (1951), de Belo Horizonte, foi campeã sul-americana em Montevideu (1956). Por ocasião desta reportagem, ela declarou que também experimentou o basquete, mas achou ser muito violento. Além destes esportes, gostava de atletismo, dizendo que praticava desde 1953, na modalidade de arremesso de peso, chegando a participar do Campeonato Brasileiro, ficando em 6º lugar.

As entrevistas realizadas pela Manchete Esportiva mostravam a variedade de esportes que as mulheres associadas aos clubes praticavam. Uma das explicações para isto é

que ainda não existia a profissionalização destes esportes no Brasil. As jovens esportistas começavam a praticar algum esporte e iam alternando, até encontrar aquele que se adaptava melhor e podiam se destacar. Um exemplo desta variedade de modalidades foi Helena Fernanda Martins, a Heleninha, que passou por vários esportes, tais como: o vôlei, o basquete, o hipismo (modalidade trote), a gincana (hípica), o lançamento de dardo e a corrida de revezamento (MANCHETE ESPORTIVA, n. 6-. 1957). Nuecy Ramos foi apresentada da seguinte forma em Manchete Esportiva, “depois ficou brotinho e passou a brilhar nos Jogos da Primavera. Fez basquetebol, voleibol, remo, arco e flecha (campeoníssima), e começou a juntar uma montanha de medalhas” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 41, 1956, p. 38).

Figura 17 – *Manchete Esportiva*, n. 42, 8 set. 1956 (imagem: Jader Neves)
Em evidência, Marta Miraglia Martins



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Aurea Celeste da Silva, incentivada desde pequena a praticar esportes, começando pelo atletismo no clube do Fluminense, passou a praticar ballet aquático, fez o curso superior de Educação Física, sendo em 1953 e 1954 a atleta mais eficiente nos Jogos da Primavera. Foram mais de 50 medalhas conquistadas em remo, motonáutica, arco e flecha, esgrima, tênis de mesa, basquete e saltos ornamentais. Ainda gostava de praticar a vela e esqui aquático (MANCHETE ESPORTIVA, n. 16, 1956, p. 37).

Figura 18 – *Manchete Esportiva*, n. 4, 17 dez. 1955, p. 39 (imagem: Ângelo Gomes)
Em evidência, Maria Inês Rocha (Jogos da Primavera, 1955)



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Nos Jogos da Primavera de 1956, Anne Marie Barbieux apresentou-se nas modalidades de natação, arco e flecha, tiro ao alvo, destacou-se na ginástica e nos saltos ornamentais (MANCHETE ESPORTIVA, n. 42, 1956, p. 2.). Já Maria José Fonseca praticava nado, atletismo e basquete (MANCHETE ESPORTIVA, n. 43, 1956, p. 39) e Maria Inês Rocha (*Figura 18*) que “disputou e arrebatou títulos em voleibol, hipismo, atletismo, remo,

barco a vela e esgrima. Repetiu todas as vitórias de 52. Só o ciclismo falhou” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 4, 1955, p. 39).

O que um grande evento como os Jogos da Primavera poderia oportunizar a elas? Acredito que, principalmente, o contato com mulheres de outros lugares e com experiências diferenciadas. O que isso pode significar? Ora a legislação fechou aparentemente as portas de algumas práticas esportivas, consideradas perigosas, mas se não é possível realizar estas oficialmente, buscaram outras e se colocaram com habilidade para fazê-las. Nos Jogos da Primavera eram quebrados vários recordes ano a ano, no entanto, o incentivo para a profissionalização e a entrada nos esportes de rendimento só vieram nas décadas seguintes.

Nesse universo cultural dado, quais seriam as práticas esportivas que os agentes de poder consideravam adaptáveis ao corpo da mulher? As reportagens das revistas Manchete Esportiva e Revista do Esporte mostram que eram o voleibol, a natação, a ginástica, o basquete e o atletismo, praticados nos clubes recreativos, escolas e colégios e universidades.

Mas porque os representantes com poder de decisão consideravam que tais esportes eram mais indicados para as mulheres?

Fabiano Devidé (2004) ajuda-nos a responder esta questão ao afirmar que, “enquanto para os homens o esporte se tornou um veículo de construção da virilidade, desenvolvimento muscular, coesão grupal e competitividade, para as mulheres ele visava o desenvolvimento da graça e da beleza” (p. 131). Nesta perspectiva, podemos entender porque algumas práticas esportivas eram mais valorizadas nas revistas esportivas. Para contextualizar algumas das práticas esportivas realizadas por mulheres, apresento alguns fatos importantes para estas modalidades até a década de 1950.

Neste sentido, podemos conjecturar que para algumas mulheres as práticas corporais estavam relacionadas com a liberdade. Podendo ser apenas o contato com mais pessoas, de lugares diferentes, de ter que aprender a lidar com homens e com outras mulheres.

4.1.1 Voleibol

O voleibol era um dos esportes mais populares entre as mulheres. Segundo Oscar Valporto (2007), as primeiras competições de voleibol foram realizadas no país na década de 1910. Jogado entre mulheres antes de 1930, tendo registros de sua prática nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Alguns acontecimentos importantes

para a difusão do voleibol no Brasil, e para o voleibol praticado por mulheres, aconteceram entre os anos de 1940 e 1950, como: em 1944 aconteceu o 1º Campeonato Brasileiro com participação de times de mulheres, mesmo que ainda amadores. Em 1946 foi fundada a Confederação Sul-Americana de Voleibol (CSV), em 1947, a criação da Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Em 1951, ocorreu no Rio de Janeiro, o I Campeonato Sul-Americano de Voleibol, organizado pelo CND, competição que consagrou as equipes brasileiras femininas e masculinas campeãs sul-americanas pela primeira vez. Em 1954 foi fundada a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Em 1955, as brasileiras participaram pela primeira vez dos II Jogos Pan-Americanos, realizados na Cidade do México (México), onde alcançaram a medalha de bronze e de ouro, em 1958, no II Campeonato Sul-Americano de Voleibol, organizado em Porto Alegre (VALPORTO, 2007).

Entretanto, apesar dessas datas relevantes, o voleibol era pouco praticado nos anos 1950 pelos homens, por achar seus gestos afeminados (ALTMANN, 2002, p. 128). Essa separação, apesar de ter se originado em décadas anteriores, ainda era presente nos anos cinquenta do século XX. O voleibol era um dos esportes mais abordados pelas reportagens com mulheres. Para as mulheres, representava um espaço de socialização e de visibilidade, de boa aceitação perante a comunidade desde que não representasse “uma ameaça à feminilidade podendo acarretar a masculinização” (DALSIN; GOELLNER, 2006, p. 169). Ney Bianchi ao escrever sobre as jogadoras da Tchecoslováquia no Campeonato Mundial de Vôlei de 1956 disse que “[...] é cada muque de inibir qualquer magricela desprevenido. Cada jogadora É UM JOGADOR, tá... Mas jogam muito bem, isso ninguém pode negar. São talvez as melhores do campeonato” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 46, 1956, p. 19). [grifo do autor]. A questão de perder ou não a feminilidade não passava pela mente de muitas jovens, como expressou a atleta do Minas Clube, Lúcia Brunauer “nunca teve uma tremedeira ou chiliquzinho para variar. Mas não acha que isso influa na sua feminilidade” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 19, 1956, p. 40). O tema da masculinização da mulher atleta é ainda recorrente na imprensa da atualidade.

A vontade de praticar o esporte, independente dos preconceitos era maior, como vemos na edição de número 17 de Manchete Esportiva, a esportista Sonia Freire de Araújo (1956, p. 22) disse que tinha loucura por voleibol e que não queria se casar para continuar jogando muitos anos ainda, pois praticava esse esporte desde os nove anos de idade e tinha o sonho de ser uma campeã mundial. Ela já tinha conquistado, juntamente com sua equipe o

campeonato carioca, o vice-campeonato brasileiro de voleibol, bem como ficou em terceiro lugar nos Jogos Pan-Americanos do México em 1955.

4.1.2 Natação

A mesma lógica do voleibol estava presente na prática da natação, considerado um esporte “ideal” para as mulheres, desde o início do século XX, que associadas à representação de graça e feminilidade atribuídas ao modelo de mulher brasileira “dispensava a força, sendo menos atlético; e também, por ser realizada ao ar livre e na água, tornava-se a atividade por excelência, higiênica e capaz de trazer os melhores benefícios, tanto estéticos, quanto fisiológicos, ao corpo feminino” (DEVIDE, 2004, p. 140).

A esportivização²⁰ da natação se deu a partir de outra modalidade esportiva: o remo. Os clubes de regatas ensinavam natação para dar mais segurança às/aos atletas. Ainda no século XIX, as primeiras competições eram de travessia no mar, bahias, rios e lagos pela ausência de piscinas.

Em sua tese de doutorado intitulada *História das mulheres na natação brasileira no século XX: das adequações às resistências sociais*, Fabiano Pries Devidé (2003, p. 90) aponta que uma competição no rio Tietê, em evento da Associação Athletica São Paulo-AASP, no ano de 1917, pode ter sido o marco da natação feminina no Brasil, noticiado na imprensa local como “o páreo de elegância”.

No início da década de 1920, alguns clubes construíram piscinas regulamentadas para natação, sendo o clube Fluminense F.C., o pioneiro do país. Com isto, a natação se desenvolveu, tendo contado com algumas nadadoras de destaque, como: Blanche Pironnet, Helena Salles, Sieglinde Lenk, Scylla Venâncio, Piedade Coutinho e Edith Groba (DEVIDE 2003, p. 90).

A natação foi regulamentada pela Federação Brasileira das Sociedades de Remo em 1912, em 1914 a Confederação Brasileira de Desportos passou a ser responsável pelo esporte e competições no Brasil até 1977, quando foi extinta. Neste mesmo ano, foi criada a Confederação Brasileira de Natação (CBN) que em 1988, passou a se chamar Confederação

²⁰ Esportivização é o processo de transformação de certas práticas corporais em esporte institucionalizado (GONZÁLEZ, 2006).

Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), respondendo por quatro esportes olímpicos: a natação, o polo aquático, o nado sincronizado e os saltos ornamentais (KRUG; MAGRI, 2012).

Fabiano Devede (2005), no Atlas dos Esportes, aponta vários marcos da natação feminina do qual selecionei os seguintes:

1932 Maria Lenk aos 17 anos, a primeira sul-americana a participar dos Jogos Olímpicos, em Los Angeles, também neste ano, tornando-se pioneira no esporte feminino da América do Sul. 1935 Primeiro Campeonato Sul-americano Feminino de Natação, na piscina do Clube de Regatas Guanabara, no Rio de Janeiro. 1941 A equipe feminina conquista o título do Campeonato Sul Americano de Viña Del Mar, vence todas as 8 provas. Destacam-se Sieglinde Lenk, Maria Lenk, Edith Heimpel, Cecília Heilborn, Liselotte Kraus e Piedade Coutinho (Parra, s.d.).

1948 nos Jogos Olímpicos de Londres, participam 5 nadadoras: Maria Angélica Costa, Talita Rodrigues, Edith Groba, Eleonora Schmitt e Piedade Coutinho. As más condições de estadia e alimentação pioraram a performance das atletas. Piedade foi 6º lugar nos 400 metros nado livre, mesma colocação da equipe feminina no revezamento 4 x 100 metros nado livre. 1951 Nos Primeiros Jogos Pan Americanos, Piedade Coutinho é a primeira nadadora medalhista em prova individual, nos 400 metros nado livre. 1952 Os Jogos Olímpicos de Helsinque, deste ano, marcam o fim da primeira geração da natação feminina. Participam Piedade Coutinho e Edith Groba.

1960 A natação feminina diminui sua visibilidade na imprensa, não apresenta atletas que se sobressaíssem no cenário internacional, tendo menos expressão no cenário sul-americano. Nos anos 1960, Eliane Pereira torna-se a nadadora com melhores resultados internacionais e única atleta negra da seleção, deparando-se com reações racistas durante a carreira esportiva.

4.1.3 Atletismo

Considerado primordial por se dedicar às atividades básicas de correr, saltar e lançar, o atletismo brasileiro tem sua origem nas últimas décadas do século XIX. Nos anos 1880, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, anunciava resultados de competições na cidade. Nas três primeiras décadas do século XX, a prática atlética foi consolidada no País. A partir de 1914, a CBD organizou as atividades, até 1977 com a criação da CBAAt (Confederação Brasileira de Atletismo).

Segundo Oliveira e Costa (2006, p. 250) somente em 1948 o Brasil enviou mulheres para concorrer aos Jogos Olímpicos, em Londres, na modalidade de atletismo feminino. As pioneiras do atletismo olímpico foram: Benedicta Sousa de Oliveira, nos 100m e nos 4x100m; Elisabeth Clara Muller, nos 100m, no arremesso de peso, no salto em altura e nos 4x100m; Gertrud Ida Morg, no salto em distância, modalidade que estreava nesta olimpíada com o salto de 5,12m; Lucila Pini, nos 200m e nos 4x100m; Melânia Luz, nos 200m e nos 4x100m e Helena Cardoso de Menezes, nos 100m e 200m. Em 1952, em Helsinque, as representantes do

atletismo foram Deise Jurdelina de Castro, nos 200m e no salto em altura, Helena Cardoso de Menezes, nos 100m e no salto em distância e Wanda dos Santos, nos 80m com barreiras e no salto em distância. Em 1956, em Melbourne, nenhuma brasileira participou das provas de atletismo e em 1960 Wanda dos Santos, competindo na prova de 80m com barreiras, foi à única representante brasileira.

Os exemplos acima podem ter influenciado mulheres como Hannelore Poetscher, praticante do atletismo:

[...] desde os treze anos que corre na pista do Fluminense. Ela e a pista não têm mais segredos uma para a outra [...]. É atualmente campeã carioca, conquistou o Troféu Brasil e vários prêmios nos Jogos da Primavera, nos 100 e 200 metros e nos 80 metros com barreira. Não quer ouvir falar nem de longe em deixar o atletismo (MANCHETE ESPORTIVA, n. 8, 1956, p. 23).

Ou ainda Ilse Gerdau, que entre 1949 e 1955 bateu todos os recordes regionais no arremesso de disco dardo e peso, venceu três vezes o Troféu Brasil e representou o país em competições internacionais (MANCHETE ESPORTIVA, n. 24, 1956, p. 2).

4.1.4 Ginástica

No Brasil, a ginástica começou a ser praticada no final do século XIX ligada às instituições militares: Marinha, Exército e Polícia Militar. Foi a partir destas instituições que os conhecimentos teóricos e técnicos foram sistematizados. Muitas vezes o termo ginástica era considerado como o próprio significado da Educação Física, mais destinada aos homens, porém, atraiu muito mais as mulheres para sua prática (TUBINO, 2007).

Por outro lado, com a imigração alemã para o Rio Grande do Sul (RS), na segunda década do século XIX, vieram os ensinamentos de Friedrich Ludwig Christoph Jahn (considerado o pai da ginástica). Dentre a criação de centenas de associações com variados propósitos, foram estabelecidas 47 dedicadas à prática da ginástica. Assim desenvolveu-se, o que no Brasil foi chamado de ginástica olímpica, e mais tarde ginástica artística (DACOSTA, 2005). A Sociedade de Ginástica de Joinville, fundada em 1858, sendo a primeira a formalizar o esporte, e em Porto Alegre foi fundada a Sociedade de Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA) somente em 1867.

No início do século XX, São Paulo e Rio de Janeiro também começaram a praticar ginástica por meio de clubes.

Nas primeiras décadas do século XX contribuíram para a disseminação de uma cultura da ginástica a adoção dos métodos oriundos das escolas alemã, francesa e sueca, sob a influência dos militares numa perspectiva eugenista/higienista (DARIDO; RANGEL, 2005).

O marco principal da ginástica no Brasil ocorreu em 1950, quando a ginástica se tornou mais popular com a realização, em São Paulo, de um torneio nacional reunindo equipes do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1951, a Confederação Brasileira de Desportos-CBD passou a organizar os Campeonatos Brasileiros de Ginástica Artística (PUBLIO, 2002). Em 1956, Nilda Rosa era uma das jovens atletas que se dedicava a ginástica, sendo duas vezes campeã brasileira (MANCHETE ESPORTIVA, n. 16, 1956, p. 39). E somente em 1978 foi criada a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), e pela primeira vez o Brasil participou de um Campeonato Mundial, em Estrasburgo, França. Sendo Lilian Carrascoza (RJ) a primeira ginasta a conseguir o brevê de ginasta internacional da Federação Internacional de Ginástica.

4.2 TECNOLOGIAS DE GÊNERO: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE MULHERES EM SUAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

O dispositivo do esporte refere-se ao conjunto de elementos que, a partir do século XIX, possibilitou que algumas pessoas fossem identificadas pelas práticas corporais e esportivas a que se dedicavam, bem como, a um número maior de pessoas que não praticam esportes, mas cultivam hábitos de lazer, consomem produtos e valores ligados a algum esporte. Compreende-se aqui que este dispositivo foi sendo utilizado à medida que as práticas esportivas foram se institucionalizando, formando uma rede de poder-saber que foram acionadas por várias instituições, a fim de transmitir valores, normas, símbolos, condutas que agiam sobre o corpo de um grupo grande de pessoas. Uma das estratégias deste dispositivo continua agindo até os dias atuais, é o de distinguir práticas esportivas específicas para homens e mulheres, contribuindo para manutenção de relações desiguais de gênero calcadas principalmente em fundamentos biológicos. Como afirma Miriam Adelman (2006, p. 11): “o esporte, em particular, tornou-se durante mais de um século, o lugar de disputas intensas sobre o que pode/deve fazer um “corpo masculino” ou um “corpo feminino”.

Nesse sentido, o discurso sobre as práticas esportivas de homens e mulheres são construídos a partir da oposição binária, que se ramificam nos atos cotidianos como natural e única maneira de perceber tais relações. Como afirma Foucault, em sua obra *Microfísica do Poder* (1979), onde houver poder haverá resistência, as práticas esportivas também são espaços de contestação, de resistência à normalização e, portanto, de construção de subjetividades.

As revistas esportivas operam como instrumentos do dispositivo, reforçando os discursos hegemônicos, contribuindo na produção de novas formas de disciplinar os corpos e os sujeitos, segundo critérios dicotômicos e desiguais com base no gênero.

Joan Scott (1990) explica que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (p. 14). Ela demonstrou ser fundamental perceber como as diferenças são construídas e ganham significados culturais ao longo do tempo e espaço, pois elas hierarquizam as relações entre mulheres e homens, sendo a primeira maneira de dar significado às relações de poder.

Entretanto, a produção de gênero não é dada de forma clara e objetiva na sociedade, é uma operação complexa e sutil, impõem modelos ideais, e busca explicitar como naturais as relações sociais desiguais entre mulheres e homens.

A filósofa Judith Butler (2016) aprofunda teoricamente a noção da categoria ao discutir a dicotomia entre sexo (biológico) e gênero (cultural), explicando que “[...] O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2016, p. 27). Assim, a pensadora, indica que o sexo não é natural, sendo também discursivo e cultural como o gênero, asseverando que:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2016, p. 28).

A norte-americana Linda Nicholson, também contribuiu para discussão ao problematizar a noção de que o sexo seria anterior ao gênero, de que ele seria “aquilo que está fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino” (NICHOLSON, 2000, p. 10). Judith Butler complementa asseverando que “[...] não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca de seu gênero” (BUTLER, 2016, p. 30), dificultando pensar o sexo e o gênero separados ou diferentes, pois pertencem a mesma cadeia discursiva que atua no sentido de produzir corpos diferenciados.

Linda Nicholson (2000), coloca a necessidade de ampliar a concepção também sobre o corpo. Isto porque para muitas feministas o corpo era considerado como algo invariável. Joana Maria Pedro sintetiza a tese da autora:

Esta historiadora, seguindo as discussões de Foucault, Laqueur e Butler, lembra que separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para elaboração do segundo pode ser, como queriam as feministas dos anos setenta, uma forma de fugir do determinismo biológico, mas constitui-se, por sua vez, num "fundacionalismo biológico". Isto porque "postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento." Ou seja, "funda" sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres (PEDRO, 2005, p. 91).

Para Nicholson (2000), as análises feministas deviam fugir tanto do determinismo biológico quanto do fundacionalismo biológico, pois defendia que “a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais, como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo” (p. 14). Argumenta que é preciso ir além das variações sociais de gênero, mas também refletir sobre as formas variadas de se entender o corpo. Entender que existem estas diferenças visto que “afetam o sentido da distinção masculino/feminino” (NICHOLSON, 2000, p.15).

Nesse sentido, as autoras indicam que um corpo, masculino ou feminino é “em si mesmo uma construção” (BUTLER, 2016, p. 30), se contrapondo à ideia de um corpo natural, um organismo que preexiste ao ato do discurso. Como argumenta a estudiosa, não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura, e de uma cultura específica, que características materiais adquirem significados.

Assim, o corpo só existe porque os discursos o denominam dessa forma historicamente. Mas, os discursos que produzem os corpos tratam de ocultar esse processo de construção, fazendo com que se entenda o corpo como algo natural, visto que “[...] esse ato de

significação produz o corpo que, então, afirma encontrar antes de qualquer significação” (BUTLER, 1998, p. 139).

Corroboram para o aprofundamento do entendimento das categorias sexo, gênero e corpo, os estudos de Teresa de Lauretis. Para esta autora é preciso separar gênero da diferença sexual, e passar a conceber o gênero com uma tecnologia produzida a partir das mais diversas tecnologias sociais, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana, possuindo a função de constituir a materialidade dos corpos masculino e feminino, capazes de criar o engajamento em modelos de subjetividade socialmente desejáveis. Assim, a autora introduziu a categoria de tecnologia de gênero, na qual o sistema sexo/gênero “[...] é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.)” (1994, p. 212). Desta forma, argumenta que é preciso considerar a relação entre o processo de subjetivação humano e o meio social no qual o sujeito está inserido, concebido como:

[...] um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só nas suas experiências de relações, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p.208).

A autora destaca que os processos de subjetivação do sujeito são complexos e passam por códigos linguísticos e representações culturais que engendram o sujeito, não só na experiência de relações de gênero, mas, também, por outros marcadores como de raça e classe.

Ainda dialogando sobre os processos de construção da subjetividade, esclarece que o gênero “é o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação” (LAURETIS, 1994, p. 217), que afeta tanto a construção subjetiva quanto social do gênero. As representações de gênero estabelecem posições sociais dos sujeitos. Desta forma, estão atreladas com a instituição de desigualdades e diferenças que “têm implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas” (LAURETIS, 1994, p. 209).

O pensamento de Butler (2016) vai ao encontro do postulado por Lauretis (1994), ao entender o gênero como:

O efeito substantivo do gênero é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero [...] o gênero é sempre um feito [um fazer, um ato], mas não é obra de um sujeito que existe antes desse fazer [fato, ato]. Não há uma identidade de gênero por trás, ou antes, destas expressões de gênero, essa identidade é performativamente constituída (BUTLER, 2016, p. 56).

Sendo assim, Butler sugere ocorrer uma repetição de atos/*performances* que correspondem com as normas e símbolos culturais, em um processo contínuo de legitimação e (re)produção.

Parto do pressuposto, de que as práticas esportivas operacionalizadas pelo dispositivo (específico) do esporte, divulgados pela mídia na década de 1950 (Programas de rádios, jornais e revistas esportivas), se caracterizavam como um dos modos de produzir corpos de homens e mulheres e posições de sujeito diferentes, a serem ocupadas por eles/as em função de seu gênero. Mais do que fazer ver e dizer um modelo de masculinidade ideal, essas tecnologias se ocupam em ocultar diferentes modalidades de sujeitos esportivos (mulheres, homossexuais, com necessidades especiais, idosos). Não tornar esses sujeitos esportistas visíveis, dá-las a conhecer – principalmente em suas diferenças – diz respeito a procedimentos concretos de objetivação discursiva, de apreensão e de investimento tático do poder sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser esportivo/a, pois para as/os leitoras/es aparece sempre o mesmo sujeito nesta função, a saber os homens.

Sendo assim, o argumento aqui desenvolvido é o de que a articulação do dispositivo do esporte com a tecnologia do gênero é posta em funcionamento nas revistas esportivas, que ao produzirem reportagens sobre as práticas esportivas de homens e mulheres, instituíam posições de sujeito diferentes para ambos. Com isto, as mulheres que realizavam práticas esportivas eram levadas a assumirem certas funções tendo em vista o seu gênero, o que trazia implicações tanto para quem realiza as práticas esportivas, como na construção do gênero de consumidoras/es das notícias esportivas. Observo que as revistas esportivas, ao noticiar as práticas esportivas de mulheres (amadoras ou profissionais), atuavam tanto no sentido de afirmar certas normas de gênero, quando apareciam sujeitos que desestabilizava a feminilidade hegemônica eram excluídas/os, invisibilizadas/os ou diminuídas/os.

As reportagens, tanto na revista Manchete Esportiva quanto na Revista do Esporte, apresentam algumas semelhanças, como temas que sempre se repetiam como o amor, casamento, maternidade e beleza. Falava um pouco das práticas esportistas, mas nunca de técnicas e estratégias esportivas.

4.3 AS TECNOLOGIAS DE GÊNERO MOLDANDO PADRÕES DE FEMINILIDADES ESPORTIVAS

No pós-guerra a sociedade ocidental buscou recolocar padrões tradicionais, principalmente nas relações de gênero. Mesmo sendo impossível o retrocesso ao comportamento das mulheres aos anos anteriores a Segunda Guerra Mundial, as instituições em seus discursos procuravam estabelecer certo padrão de feminilidade no qual uma mulher deveria ser bela e bem cuidada, casar-se cedo, possuir filhos, ser uma boa mãe, saber cuidar de seu lar etc. (PERROT, 2005, p. 441).

Figura 19 – *Manchete Esportiva*, n. 10, 29 jan. 1956, p. 22 (imagem: José Casal).
Em evidência, Ilda Larssen jogadora de voleibol pelo Fluminense



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Esse padrão de feminilidade foi reforçado por revistas, pela moda e pela publicidade no Brasil na década de 1950. Foi construída uma visualidade sobre o corpo feminino consagrado como um grande emblema de beleza, saúde, civilidade e prestígio social. Assim, tornou-se comum na publicidade e na moda, ensinamentos de como ser/tornar-se bela e, com isso, adquirir a ‘preferência’, sobretudo, masculina (FREITAS, 2012, p. 148; SANT’ANNA, 2003; GODOY, 2017). Essa visibilidade do corpo feminino realizada pela mídia, atuava no

sentido de interiorizar atitudes e comportamentos sempre articulados a uma *performance* baseada na beleza e no corpo. A revista Manchete Esportiva buscava incentivar esse ideal de beleza relacionando-o a realização de práticas esportivas. Algumas mulheres entrevistadas expressavam sua adesão a este pensamento ao dizer que estava “[...] certa de que a beleza é quase tudo na vida de uma jovem moderna” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 21, 1956, p. 2). Bem como, de que realizar uma prática esportiva “valoriza e só pode aumentar a beleza de uma jovem” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 2, 1955, p. 19).

Nas reportagens realizadas por Manchete Esportiva em seus primeiros anos de existência, as jovens atletas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, eram constantemente fotografadas. A beleza e a sensualidade dos corpos das esportistas eram exploradas por meio das técnicas de fotojornalismo, que tornava os eventos, principalmente os Jogos da Primavera, em grandes espetáculos. Desta forma, as jovens eram apresentadas como outras grandes personalidades da televisão ou do cinema.

Figura 20 – Sensualidade na *Manchete Esportiva*, n. 79, 25 maio 1957, 'p. 2 (imagem: Augusto Valentim)
Em evidência, Terezinha Gonçalves Morango, nadadora



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

As fotografias eram em tamanho grande, muitas vezes ocupando uma página inteira, coloridas, quando era uma reportagem de uma partida ou competição, eram em preto e branco. Muitas vezes as moças estavam de uniforme ou de maiôs, em poses sensuais, sentadas ou deitadas, onde as pernas ficavam em evidência, como no caso da jogadora de voleibol pelo Fluminense Ilda Larssen, que não foi fotografada em quadra, mas na praia, de maiô (*Figura 19*). Quase nunca as moças estavam em movimento, em ação esportiva, cansadas, transpirando como ocorrem nas práticas esportivas. Como apresentado por Schpun (1999), na São Paulo da década de 1920, momento em que as práticas esportivas sofriam um processo de sexualização a partir da “naturalização” de atributos concebidos como femininos, em suas palavras:

Os corpos femininos são antes de mais nada preparados para serem vistos, para se exibirem. A beleza das formas, seja no que toca ao andar, à graça dos movimentos e dos gestos ou à expressão do rosto, permanece [...] o objetivo central de sua cultura corporal, a manifestação por excelência da “essência” feminina (SCHPUN, 1999, p. 74).

Nesse sentido, as matérias da revista Manchete Esportiva, na década de 1950, usavam a estratégia de fotos posadas que enalteciam a graciosidade feminina. Nessas fotografias, as atletas apareciam sensualizadas (*Figura 20*), apresento como exemplo, a imagem de Terezinha Gonçalves Morango, nadadora. O fotógrafo Augusto Valentim, ao elaborar a posse colocou a atleta em primeiro plano, centralizada, ele procurou um ângulo que buscasse valorizar o corpo da atleta. A pose em que a nadadora foi induzida a ficar, remete o olhar da/o leitora/or para a área dos seios da mulher, posteriormente é direcionado para suas pernas nuas, por estar vestindo maiô. Neste caso, os corpos das moças da elite e das camadas médias que praticavam esportes de forma amadora, entravam em um sistema de visualização, em que o objetivo não era divulgar e valorizar as práticas esportivas, mas era colocar seus corpos para apreciação e consumo de homens. Goellner adverte que:

É inquestionável a visibilidade que o esporte, nas suas mais diferentes dimensões, tem na cultura contemporânea. Tornou-se um território de exposição de corpos femininos e masculinos que, ao exibirem-se e serem exibidos, educam outros corpos. Educam a consumir produtos e serviços, ideias e representações (de saúde, sensualidade, beleza, sucesso, etc.), a desfilarem marcas, a padronizar gestos, a comercializarem-se, a fabricar imagens heroicas, a expressar emoções, a superar limites, a criar necessidades e também a vender o próprio corpo como um dos produtos de uma sociedade que valoriza o espetáculo, o consumo, a estética, a juventude e a produtividade. Educam, também, masculinidades e feminilidades. (GOELLNER, 2007, p. 189-190).

Goellner (2007), na citação anterior, destaca que a realização de práticas esportivas possibilitou maior visibilidade aos corpos femininos e masculinos, aspecto que pode ser observado nas fotografias publicadas em Manchete Esportiva. Essa maior visibilidade não queria dizer liberdade, porque poderiam passar pelo mecanismo de vigilância do dispositivo disciplinar. O instrumento de vigilância permite a produção de conhecimento sobre aquelas/es que são vigiadas/os reforçando as possibilidades de exercer poder. O homem leitor da revista esportiva se coloca na posição de observador, fonte do olhar, que pode observar constantemente sem ser percebido. Neste caso, o corpo feminino vai sendo conhecido, cuidado e hierarquizado dentro de uma perspectiva moralizadora na qual o olhar permanente do outro, visava à manutenção de um sistema de interiorização de regras e normas. A imobilidade das poses fotografadas possibilitava tornar mais minucioso o julgamento dos corpos femininos, a harmonia das formas, a adequação dos gestos que indicavam como as mulheres deveriam se portar na sociedade urbana da década de 1950.

Imbricado ao ideal de beleza do corpo, estão agrupados outros de ordem moral. No recorte temporal do estudo, revistas voltadas às mulheres como: Jornal das Moças, Querida, Vida Doméstica, Você entre outras, traziam imagens que classificavam as jovens em moças de família e moças levianas ou mal faladas (BASSANEZI, 2006, p.628).

De 1955 a 1959 as reportagens realizadas por Meg, irmã de Nelson Rodrigues – editor do semanal Manchete Esportiva, traziam um ar de ingenuidade, retratando as jovens esportistas por meio de características, como por exemplo:

[...] Figura docemente linda [...] Só sabe falar doce e sorrir mais doce ainda (MANCHETE ESPORTIVA, n. 1, 1955, p. 17).

[...] uma menina de gestos meigos, de riso lindo, é uma moça elegante, um brotinho, de doces olhos castanhos, alegremente ela vai para piscina, menina boazinha, gosta da suavidade, paulistinha que embeleza esta piscina, tem um ódiozinho quase mortal pelas gentes do CBD (MANCHETE ESPORTIVA, n. 1956, passim).

[...] Se a gente quiser contar a história de uma menininha simples, sem vaidades e que nunca deu trabalho a papai e a mamãe, era só falar de Mary Dalva (MANCHETE ESPORTIVA, n. 17, 1956, p. 2).

Os textos de Meg além de convocarem as leitoras a um modo ser e estar, para ser bela e querida pelos outros deveria ser “doce” com gestos “meigos” e “sem vaidades”. A doçura e a meiguice apresentadas por Meg demonstram sua preocupação em apresentar as jovens mulheres esportistas que frequentavam os clubes sociais e recreativos e realizavam

suas práticas esportivas, como moças de família, que seguiam a risca os princípios morais aceitos pela sociedade. Ou seja, ela se portava corretamente, respeitava os pais, preparava-se para o casamento, mantinha sua ingenuidade e inocência sexual, era educada, portanto, para ter um casamento-modelo e tornar-se uma rainha do lar. A cultura dos anos dourados tinha como norma a valorização social da moça de família/moça direita. Se uma jovem mulher não demonstrasse sua inexperiência sexual, ou conversasse com muitos homens, poderia ser classificada como mal falada. Essas jovens eram criticadas e recriminadas.

Em 1959, com a troca de quase toda equipe de produção da revista, as reportagens sobre as mulheres em suas práticas esportivas ganharam novos contornos, agora associadas aos concursos de miss – muito populares, as *pin ups* e aos jogos de futebol das vedetes, que atraíam milhares de pessoas aos estádios. A época da inocência havia terminado, ao que parece, e o olhar voltava-se para as moças percebidas como levianas, aquelas que não seguiam os preceitos de moça de família, que defendiam a própria liberdade sexual e financeira.

Em uma sociedade em que o mito da beleza era central para determinar o modelo de feminilidade, os concursos de miss eram uma estratégia de grande valor. Estes concursos estavam em alta, tanto que em 1954 foi criado o concurso de Miss Brasil, evento que foi muito explorado pela mídia, ainda mais quando a brasileira Martha Rocha ficou em segundo lugar no concurso Miss Universo nos Estados Unidos. Assim, nos jogos ou nos clubes era uma prática a escolha das misses, princesas e rainhas.

Em matéria, da edição 186 de 1959, o colunista Carlos Renato escreveu sobre Vera Ribeiro, que foi eleita miss Distrito Federal neste ano, o seguinte:

[...] Se sonhou com o título de “miss”? É possível. Quase todas as moças de sua idade sonham com o título de “miss” [...] Findo o concurso, a menina da Vila deixará de ser “miss” e voltará a ser a eficiente funcionária da Caixa Econômica. Isto, é claro, até o dia em que, a sombra dos altares, venha dizer “SIM” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 186, 1959, p. 69).

A força de como essa tecnologia de gênero opera está evidente neste trecho do texto, estando em uma revista de esportes, em que o maior público era masculino, indicava os destinos das mulheres, materializados por homens. No texto, as frases convocavam para o modelo idealizado de mulher, que deveria ser bela como *miss*, e toda mulher/menina quer ser *miss*, que determinava seu lugar na sociedade como sendo o do lar, pois mesmo tendo um excelente emprego na Caixa Econômica Federal, este deveria ser abandonado para ser esposa

e “do lar”. Em momento algum, foi dada para as mulheres a opção de fazer suas próprias escolhas.

Figura 21 – Miss dos clubes esportivos, *Manchete Esportiva*, n. 187, jun. 1959

Stella Maris diz que é livre como as aves

PERFIL

NOME : Stella Maris Gonçalves Pereira; pêso : 49 quilos; altura : 1,60. Estuda línguas. Miss América já recebeu vários convites para ser rainha de outros clubes; disse “não”. Outros convites recebidos (e recusados) pela Stellinha : Garôta Propaganda, atriz do Teatro de Amadores da Tijuca, “Glamour Girl” etc. O que mais admira no homem : personalidade e caráter. O que menos admira no homem : falta de personalidade e de caráter. Deverá ser uma das recepcionistas da Feira Internacional de Indústria e Comércio. Até mesmo no Sacha’s Stella só pede um prato : bife com fritas. Usa Miss Dior e tem, como figurinista, Mme. Berta, do Grajaú. Jura que não tem compromisso e que só pretende casar depois dos 23 anos. Pratica a natação e o vólibol. Este é o perfil de Stella Maris, Miss América e Miss Simpatia do concurso Miss Distrito Federal.



Desafiando os latinistas, afirmamos que Stella Maris é uma urva.

Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

Podemos juntar à nossa análise noção de performatividade de gênero, como explicado por Judith Butler (2016). Ela nos permite perceber que o gênero é constituído por meio da repetição “estilizada de atos”, ou seja, a mulher para se enquadrar dentro de uma lógica binária e da matriz heterossexual, coloca em prática atos performativos, que se dão por meio da repetição estilizada de atos, gestos, atuações, imitações e encenações. Para a autora, os atos performativos dão a ilusão de um núcleo organizador do gênero, que se mantém por meio dos discursos, com o objetivo de regular a sexualidade na estrutura da heterossexualidade compulsória, que busca enquadrar os sujeitos em modelos binários,

coerentes e inteligíveis (BUTLER, 2016, p. 195). Assim, toda imprensa, não só a esportiva, procurava enquadrar as mulheres dentro do mesmo padrão, contendo as mesmas características, principalmente as de: belas, delicadas, frágeis, esposas, mães e donas de casa. Outras formas de expressar a feminilidade eram invisibilizadas, excluídas ou desvalorizadas pelas tecnologias de gênero.

Figura 22 – Vedete concorrente a Miss Futebol: Carmen, *Manchete Esportiva*, n. 186, jul. 1959, p. 2



Figura 23 – Vedete concorrente a Miss Futebol: Conchita, *Manchete Esportiva*, n. 187, jul. 1959, p. 2



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

A ideia da *miss* foi apropriada pelo editor (Ney Bianchi) da revista Manchete Esportiva, que em 1959 criou o concurso Miss Futebol (*Figuras 22 e 23*). As mulheres participantes eram vedetes (nome dado às artistas do teatro), a cada edição uma concorrente era apresentada, representando um clube de futebol. Os leitores poderiam votar por meio de cupons impressos na mesma página, entregues nos postos de vendas. Os anúncios eram

carregados de insinuações sexuais, em um deles estava escrito que “conversa de miss é conversa que agrada sempre. Principalmente quando apresentam ‘esses argumentos’” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 186, 1959, p. 2) e pede para o leitor observar as fotos das concorrentes. Em outro trazia como entrada de texto “Conchita é o diabo” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 187, 1959, p. 2) ou “um hó! De Núcia mistura o céu e o inferno” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 185, 1959, p. 2).

A revista Manchete Esportiva se tornava um instrumento de vigilância ao divulgar, noticiar e comentar, de forma positiva, sobre os atributos considerados sedutores dos corpos de mulheres em suas práticas esportivas ou não. A *Figura 21* apresenta um recorte da revista que apresenta Stella Maris Gonçalves Perreira como *miss* América, clube de futebol do Rio de Janeiro. O título da reportagem trazia uma mensagem sobre a moça “que é livre como as aves” o que pode induzir o leitor a julgá-la como “mulher pública”, “leviana” ou “liberal”, cuja reputação era colocada em dúvida, conforme a moral da época. O texto de apresentação aparece em tom de deboche ou brincadeira, destacando o que fazia, o que ela gostava de usar ou o que admirava em um homem, na legenda gostava eram descrito na legenda diz que é uma “uva”. Este texto ilustra as diferenças de gênero que diminuía a importância das mulheres, infantilizava suas ações as colocava apenas para consumo masculino. A fotografia foi tirada de cima pra baixo, como se o fotógrafo ou o leitor estivesse por cima dela. Além disso, a fotografia parece ter sido tirada a noite, por a fotografia apresentar sombra e o fotógrafo ter que utilizar o *flesh*, sendo que fundo da imagem ficou escuro e a luz do flash destacava apenas seu corpo. Esse conjunto prejudicava a modelo se caracterizando mesmo uma violência de gênero.

O corpo da vedete não escapa ao controle ao ser colocado como mulher pública, leviana ou liberal, cuja reputação era colocada em dúvida, foi transformada em objeto de consumo, de desejos e de reafirmação da masculinidade heteronormativa. As fotografias funcionavam como uma tecnologia reguladora e definidora da materialidade do corpo feminino. A construção imagética ajudava a construir a identidade de mulheres reforçando mitos de feminilidade.

As vedetes também foram destaque nas revistas esportivas ao participarem de partidas de futebol. Os eventos ocorreram em 1959, quando o empresário Lover Ibaixe, recorreu à justiça e conseguiu uma liminar autorizando a realização do primeiro jogo de futebol entre atrizes do teatro de revista. Eram duas equipes interestaduais: São Paulo versus Rio de Janeiro. E ocorreram duas partidas, a primeira no dia 17 de agosto de 1959, no Estádio

do Pacaembu, São Paulo, e a segunda no Estádio do Maracanã, realizada no dia 31 de agosto de 1959. Nas duas partidas foram vendidos todos os ingressos e parte da renda foi destinada à construção do Hospital dos Atores de São Paulo. O sucesso destas partidas fez com que ocorressem jogos de vedetes em várias outras capitais, como em Teresina, Salvador e Belo Horizonte (SILVA, 2015, p. 13).

Figura 24 – O espetáculo do futebol de mulheres, *Manchete Esportiva*, n. 186, jul. 1959



Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

A prática do futebol por mulheres não era algo incomum, desde a década de 1920 já tinham notícias sobre partidas de futebol, como a ocorrida em 1921, em São Paulo, entre os times de Cantareira e Tremembé (MOURA, 2003 *apud* KESSLER, 2015). No Rio de Janeiro, o time do Casino do Realengo foi fundado em 1930, anos mais tarde outros times de mulheres surgiram no subúrbio carioca, sendo registrado um total de 10 times no início da década de 1940. Entre estes clubes se destacavam Sport Club Cruzeiro, Sport Club Brasileiro, Sport Club Tavares, Sport Club Benfica, Eva Futebol Clube e o Independentes de Bento Ribeiro (FARIAS, 2012). As partidas ocorriam entre estes times, chegando a ocorrer partidas com

equipes de outros estados. Muitas vezes, eram financiadas pelo Jornal dos Sports, que divulgavam as partidas até ser proibido pelo Decreto Lei 3.199 de 1941.

Somente no final da década de 1950 as partidas de futebol com times compostos por mulheres voltaram a ser notícia. Nesse período ocorreram várias tentativas junto ao Conselho Nacional de Desportos (CND) para autorização de partidas de futebol feminino, que foram todas negadas veementemente, mesmo causando polêmicas nos meios de comunicação, com grupos a favor e contra. Uma das alternativas para realização destes jogos foi classificá-los como beneficentes ou de espetáculo, pois não sendo classificados como eventos esportivos estavam fora da alçada do CND.

A imprensa noticiou os jogos dando grande repercussão, contudo foi comum o sexismo e a vulgarização em relação ao corpo das mulheres que se apresentaram e o futebol por elas apresentado. *Manchete Esportiva*, número 190, publicou uma grande matéria sobre o jogo realizado no Rio de Janeiro (*Figura 24*). Com o título “O jogo da mão boba”, deu destaque ao privilégio de homens que puderam ajudar as jogadoras que se machucaram durante a partida e massagistas que podiam tocar o corpo das atrizes, como eram muitos homens que se voluntariaram para estas tarefas, por esta razão a “mão boba”. Uma curiosidade foi à utilização de uma bola de voleibol ao invés de futebol.

Figura 25 – Jogo de futebol das vedetes, *Manchete Esportiva*, n. 190, set. 1959, p. 71



lendo os números às costas das mças. Então feche os olhos e diga qual é a melhor da esquerda para a direita.

Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Paraná

A utilização de uma bola de voleibol ao invés de futebol certamente dificultava acertar os chutes Essa estratégia foi comum, como forma de mostrar que as mulheres não tinham as

capacidades físicas para realizar esta prática esportiva, então realizavam adaptações. Uma briga entre as jogadoras porque uma chamou a outra de “macaca de circo” foi enaltecido como ponto alto do jogo. Novamente o texto trazia insinuações sexuais, tais como: “[...] as curvas de Conchita tentando uma reta, também com perninhas assim, ninguém matou bola no colo” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, nº 190, 1959, p. 71). E novamente as fotografias são utilizadas para direcionar o olhar do leitor masculino para o exame do corpo das atrizes. Em uma das fotos (*Figura 25*) as jogadoras estavam deitadas no campo uma ao lado da outra, todas brancas. O fotografo focaliza a câmera atrás das jogadoras deixando em evidencia o número das camisas, as nádegas e pernas das jogadoras, na legenda estava escrito: “Tá bem, vai me dizer que está lendo o número das costas das moças. Então feche os olhos e diga qual é a melhor da esquerda para direita”(*Idem*, p. 72).

A objetivação dos corpos das mulheres, como citadas acima, para além de estratégia para vender os eventos, revistas e jornais, também estava atrelada as relações de gênero da época, dentro de uma lógica de uma masculinidade heteronormativa que classificava as mulheres que estavam autorizadas a exposição do corpo em espaço público e as mulheres que estavam associadas ao espaço privado, ao lar e a família. Para Giovana Capucim e Silva (2015, p. 23) as vedetes, como as atletas, subvertiam essa norma ao se colocarem no espaço público e usarem o próprio corpo como um instrumento de acesso a ele.

Como afirma Judith Butler (2016, p. 23), os discursos e as práticas operam no sentido de construir o gênero, esses mecanismos produzem a sexualidade e o desejo. Os padrões de gênero e a concepção binária entre as duas categorizações, produzem uma inevitável imposição sobre o desejo e o comportamento sexual das pessoas, que se assenta na lógica da heterossexualidade. As identidades são, portanto, construídas por meio de discursos e práticas que buscam concretizar a noção de essência de um indivíduo. Em outras palavras, nossos sentidos sobre ‘identidades sexuais’ são efeitos de uma cadeia de significados autorizados por uma prática regulatória, que “busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2016, p. 67).

As reportagens também tinham a função pedagógica de manter o futebol profissional como “reserva exclusiva da masculinidade”. Elas serviam para reafirmar os estigmas do que era considerado feminino, com corpos magros, frágeis, delicados ou com outras características como: beleza, graciosidade, elegância ou charme, e assim, mostrar que o corpo da mulher era incompatível com o futebol de alto nível e outras práticas esportivas.

Procurei demonstrar, nesta parte da unidade, como a revista procurava enquadrar as mulheres esportistas dentro das normas e do padrão de feminilidade tradicional, que nos anos 1950 ainda vigoravam. Principalmente a revista Manchete Esportiva, que ao mesmo tempo em que divulgava as práticas esportivas realizadas por mulheres, incentivando outras mulheres a praticarem, enaltecia os valores tradicionais estabelecidos para as mulheres, colocando as atletas de forma objetificadas como modelos ideais para outras mulheres, colaborando para manutenção da hierarquia de gênero. Os textos da revista estavam em consonância com seu público, homens e mulheres das camadas médias e altas dos grandes centros urbanos.

As mulheres fotografadas pela revista Manchete Esportiva, em cores vivas dos filmes Ecktacrome da Kodak, eram aquelas que podiam frequentar os clubes sociais e recreativos mais importantes das grandes cidades. Aquelas que dispunham de tempo livre para se dedicarem ao esporte amador, em várias modalidades, como uma missão patriótica e nacionalista, heranças das ideologias eugênicas e estadonovistas, na qual as mulheres deveriam participar das atividades, campeonatos e demais eventos locais, nacionais e internacionais, com o objetivo de engrandecer a nação e não por dinheiro. Para estas mulheres, brancas, das camadas mais abastadas da sociedade brasileira, realizar certas práticas esportivas era uma forma de se sentirem mais livres, uma prática que poderia lhes proporcionar certo grau de emancipação, novas formas de sociabilidade e de se colocarem no espaço público, até mesmo como espaço para poderem falar de trabalho e casamentos, como veremos mais adiante. Mas e as mulheres negras passaram pelas mesmas experiências? Como as revistas esportivas se referiam as mulheres negras e a outras formas de feminilidades esportivas?

4.4 OUTRAS FEMINILIDADES

Para as mulheres negras participar de práticas esportivas era uma experiência muito diferente das mulheres brancas pertencentes às camadas médias e altas da sociedade. Ambas sofriam as resistências e as imposições de gênero que dificultavam sua presença e permanência nas práticas esportivas, no entanto, contra a mulher negra essa resistência assume também a forma de preconceito e discriminação baseada na cor e de classe social (FARIAS, 2012). A maioria das mulheres negras que se destacam nos esportes na década de

1950 era proveniente das camadas médias e populares. Desta forma, as histórias das mulheres negras nos esportes são atravessadas por outros marcadores além do gênero, de raça/cor, de classe e de território. A sobreposição desses fatores operava em um processo de demarcação de lugares e não lugares para a mulher negra também no âmbito esportivo, em que sua presença era apagada pelas instituições esportivas e pelos meios de comunicação.

As revistas esportivas não davam a mesma visibilidade para as mulheres negras. Não encontrei nenhuma entrevista de MEG com atletas negras, com fotos coloridas em destaque, nos moldes das realizadas com as mulheres brancas. Desta forma, uma experiência marcada por certa “ausência de *glamour*”. As pensadoras feministas negras como Ângela Davis (2016), , Patrícia Hill Collins (2019), Sueli Carneiro (2011), Djamila Ribeiro (2019) e bell hooks (2015) nos ajudam a compreender as condições específicas de opressão que marcam a existência das mulheres negras. Nesse sentido, bell hooks (2015, p. 207)²¹ assevera que a mulher negra na sociedade, se encontra na condição social geral inferior à de qualquer outro grupo. Essa assimetria se estabelece não apenas em relação ao homem branco, mas também em relação ao homem negro e em relação à mulher branca. Somente a presença da mulher negra no esporte já desestabilizava a lógica excludente, pois “[...] sem qualquer ‘outro’ institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela” (Hooks, 2015, p. 208), ou seja, a mulher negra ocupando um lugar de destaque nos esportes, sendo aplaudidas e entrevistadas pela imprensa certamente era um movimento desestabilizador. Estas experiências são mais bem entendidas quando analisadas pelo conceito de interseccionalidade formulado pela norte-americana Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras (...) (CRENSHAW, 2002, p.177).

No pensamento de Crenshaw as mulheres negras são atravessadas por outras formas de opressão além do gênero. Elas se cruzam e às vezes se chocam, quando se dá situações de grande violência. A análise interseccional lida com os sistemas de opressão da mesma forma,

²¹ A filósofa negra bell hook utiliza seu nome em grafo minúsculo, pois a autora acredita que o que mais vale são seus livros e não quem ela é.

sem separá-los, pois eles operam ao mesmo tempo sobre as mulheres negras. Collins e Bilge (2021) argumentam no mesmo sentido quando falam que:

A Interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a Interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter- -relacionadas e moldam-se mutuamente. A Interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15-16).

As autoras explicam que em determinada sociedade e tempo, os sistemas de opressão não operam de forma distinta e excludente, ou seja, uma mulher negra não sofre preconceito por sua condição de mulher e em outro momento por ser negra, a opressão se dá nas duas esferas, ao mesmo tempo. Os sistemas de opressão se sobrepõem e funcionam de forma unificada. Sem entender esta dinâmica interseccional não temos como explicar minimamente como era a experiência das mulheres negras (bem como dos homens negros mais adiante) em suas práticas esportivas.

As mulheres negras começaram a participar de grandes competições quando os grandes clubes esportivos desejavam desenvolver a prática de outros esportes, além do futebol, cumprindo assim uma função social. Na década de 1940 esses clubes passaram a recrutar homens e mulheres das camadas populares para representá-los com bons resultados. Entravam na categoria de “atletas militantes” ou “atletas associados” sem os mesmos direitos que os sócios do clube. Muitas mulheres negras eram convidadas a participar das equipes nos grandes clubes para competirem no atletismo, na natação, no voleibol ou no basquetebol. Mas, a maior parte se destacou no atletismo, entre elas estavam: Melânia Luz (1928-2016), Wanda dos Santos (1932), Deise Jurdelina de Castro (1933), Carmosina Reis do Carmo (1931-2019) e Érica Lopes (1936).

A prática do atletismo já demonstra um recorte de classe, pois já era ensinado nas escolas e poderia ser realizado em espaços públicos, sem muitos investimentos. As revistas mencionam que as/os atletas nos clubes vinham das camadas populares, eram trabalhadoras/es que treinavam após seus turnos nas empresas em que trabalhavam.

A historiadora Cláudia Maria de Farias (2012; 2019) pesquisou sobre a experiência olímpica vivida por Melânia Luz e Deise Jurdelina de Castro, de onde extraímos as informações sobre as atletas. Melânia Luz dos Santos (1928-2016) nasceu na capital paulista

no dia 1 de junho de 1928, começou a praticar esportes aproximadamente aos 17 anos, em 1945 no São Paulo Futebol Clube (SPFC). Foi a primeira mulher pertencente ao quadro de atletismo do São Paulo (Farias, 2019, p. 79). Sobre seus feitos Farias destacou que em 1946, no Troféu Brasil, consagrou-se campeã dos 200 metros e vice-campeã dos 100 metros rasos. Nos Campeonato Sul-americano do Chile, em 1947 obteve o 3º lugar nos 100 e 200 metros rasos e em 1948 foi a primeira atleta negra do Brasil a participar de uma Olimpíada, em Londres. Melânia continuou participando de eventos do atletismo durante toda década de 1950 terminando sua carreira em 1958, no clube Floresta, da capital paulista.

As ações de Melânia Luz na década de 1950 não foram registradas por Manchete Esportiva, sendo mencionado seu nome apenas em reportagens que falavam sobre os “recordes brasileiros femininos”, como na edição número 12 em 1956. O jornal Gazeta Esportiva (1928-2001), da cidade de São Paulo, publicou várias reportagens em que a atleta era citada e fotografada, por ocorrência dos campeonatos estaduais de atletismo, do Troféu Brasil de Atletismo, do Campeonato sul-americano e dos Jogos Pan-americanos. Contudo, não publicou nenhuma reportagem somente com/sobre Melânia Luz.

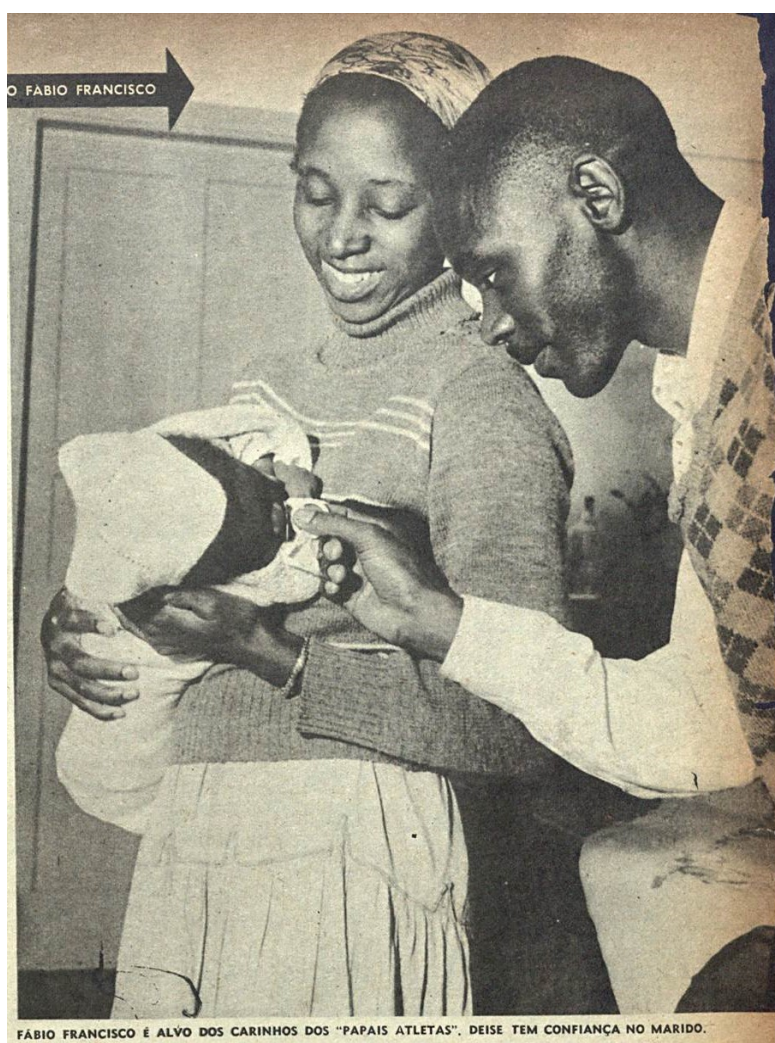
As dificuldades por que Melânia Luz passou sendo a primeira mulher negra a ser atleta de um clube esportivo em São Paulo e a primeira a participar de uma olimpíada pode ser somada a outras como de ter que trabalhar em dois empregos para ter maior conforto. Era funcionária de patologia de um hospital do Estado de São Paulo e no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, no setor de citopatologia (FARIAS, 2019, p. 80). O que amenizar suas dificuldades eram os amigos negros do atletismo e o companheirismo de outras atletas negras que entraram para o São Paulo Futebol Clube nos anos anteriores.

Outra atleta negra de destaque na década de 1950 foi companheira de Melânia no São Paulo Futebol Clube foi Wanda dos Santos. Ela participava das competições de salto em altura e na corrida com barreiras (80 metros). Iniciou sua carreira no Clube Atlético Ypiranga, em 1943, depois atuou na Sociedade Esportiva Palmeiras até chegar ao São Paulo Futebol Clube, a partir de 1947. Participou de diversos Jogos Pan-americanos, sempre conseguindo medalhas, bem como da Olimpíada realizada em Helsinque, em 1952 e a única mulher a representar o Brasil nas Olimpíadas de 1960, em Roma (SCHUMAHER; BRAZIL, 2006).

Em relação à Wanda dos Santos as revistas esportivas procederam da mesma forma como o fizeram com Melânia, reportagem sobre os resultados dos jogos e campeonatos, sem reportagens exclusivas com a atleta.

Ao lado de Wanda dos Santos participou da Olimpíada realizada em Helsinque, em 1952, outra mulher negra, a atleta Deise Jurdelina de Castro. Deise começou no Clube Floresta, de São Paulo, fundado por imigrantes italianos, depois fez parte do Palmeiras e em 1953 passou a integrar a equipe do São Paulo Futebol Clube. Ela competia em provas de corrida e no salto em altura, quebrando os índices sul-americanos na corrida de 200 metros e bateu o recorde brasileiro em salto em altura com 15 anos (FARIAS, 2019, p. 91).

Figura 26 – Deise de Castro com o esposo e filho, *Manchete Esportiva*, nº 45, 1956, p. 11



Fonte: Hemeroteca Nacional Digital, 5 fev. 2021.

No caso de Deise Jurdelina de Castro, Manchete Esportiva publicou duas reportagens, uma na edição nº 38, 1956, p. 30, sobre o nascimento de seu filho Fábio

Francisco Freire, com o título *Nasce um astrinho*, contando com fotos dela com o filho. A segunda na edição nº 45, de 29 de setembro de 1956. Nesta, a reportagem lamenta o fato de Deise não poder participar da Olimpíada de Melbourne/Austrália por causa da maternidade, fala da possibilidade de seu esposo o atleta Edgard Freire poder participar na corrida de dez mil metros ou de três mil metros. A reportagem enaltece Deise e coloca sua fala confiante no esposo, além de trazer uma grande foto em preto e branco da família negra, o que simboliza um grande feito, demonstrando o quanto era respeitada (*Figura 26*).

Figura 27 – Atletas negras, Manchete Esportiva, Anuário de Ouro, 1959, p. 59
Em evidência: Wanda dos Santos e Érica Lopes nos Jogos Sul-Americanos de Montevidéu (1958)



Fonte: Hemeroteca Nacional Digital, 5 fev. 2021.

Outra atleta negra que se destacou na década de 1950 foi Érica Lopes (*Figura 27*). Nascida em Porto Alegre em 1936, começou sua carreira em 1955, no clube de industriários

Renner, mas logo foi para o clube Internacional e em 1958 para o Grêmio. Em 1960 transferiu-se para o Flamengo no Rio de Janeiro, já que tinha uma irmã casada que morava na cidade. Conquistou para o Flamengo vários títulos estaduais e do Troféu Brasil de Atletismo, além das provas dos 100 m e dos 200 m no Campeonato Sul-Americano de 1963 (GREMIOPEDIA, 2021). Recebeu o apelido de “Gazela Negra” de Mário Filho quando participou dos Jogos da Primavera.

Érica Lopes também é citada nas revistas nas reportagens sobre os campeonatos de atletismo, mas em 1959, na edição de número 80, a Revista do Esporte publicou uma reportagem de duas páginas com a atleta com o título de chamada *Darei grandes vitórias ao Brasil*. Érica ainda competia pelo Grêmio e falava sobre suas expectativas, sendo nomeada como a melhor atleta de 1959. Na reportagem fala que por causa de seu trabalho como telefonista na empresa Comercial Luce não tinha tempo para se dedicar a outros esportes, mesmo assim enalteceu o amadorismo dizendo que “[...] competimos pensando na pátria, no nosso Estado ou no clube a que pertencemos e o dinheiro nem nos incomoda” (REVISTA DO ESPORTE, nº 80, 1959, p. 47).. Os amigos e os lugares que conhecia, dizia ela, sua melhor recompensa.

A fala de Érica Lopes sobre o amadorismo sinaliza que ela não lutava contra um sistema pensado pelas elites, que favoreciam as mulheres da elite que não precisavam trabalhar e tinha meios de arcar com as despesas dos treinos e competições. Com certeza suas dificuldades e obstáculos para vencer nas provas eram muito maiores, pois além das pressões com base no gênero ainda tinha que competir contra outras mulheres brancas. Talvez, preferiu assim se manifestar como estratégia para continuar, por isso resolveu por apontar somente os aspectos positivos de suas conquistas. Concordo com Farias (2019, p. 95) quando diz que as dificuldades podiam funcionar “[...] como forma de alavanca para galgar posição e prestígio no campo esportivo brasileiro”.

Não podemos nos esquecer de que a década de 1950 ainda carregava os valores governamentais implantados na ditadura do Estado Novo (1937 a 1945), da democracia racial, que certamente influenciou camadas sociais distintas, entre elas a população negra, apesar da organização dos movimentos negros. Assim, apesar do racismo existir ele era negado, não mencionado por muitas pessoas.

As revistas esportivas não falaram sobre as dificuldades por que estas atletas negras passavam. Não falavam do preconceito que sofreram em clubes somente para pessoas brancas, da rivalidade e do preconceito exercido sobre elas por outras atletas brancas. Todas

as atletas relataram em entrevistas recentes com jornalistas e pesquisadoras/es momentos em que sofreram racismo, Melânia conta para Cláudia Maria de Farias (2012) que sofria preconceito racial de sua colega de seleção brasileira de atletismo, mas rivais de clubes, Elizabeth Clara Muller. Deise de Castro também relembrou episódios de racismo sofridos quando foi disputar jogos fora do Brasil, principalmente com a delegação esportiva dos Estados Unidos (FARIAS, 2012, p. 168). Carmosina Reis do Carmo relatou que quando foi ao Itaperuna Tênis Clube lhe falaram que “negra não entra aqui”, mas ela entrou e foi uma atleta premiada na Seleção Brasileira de Vôlei, Seleção Carioca de Basquete, Seleção Carioca de Atletismo, Seleção Brasileira de Atletismo e foi recordista fluminense em salto a distancia (G1, 2021).

Somente uma reportagem de Manchete Esportiva, na edição nº 110, de 28 de dezembro de 1957, intitulada *Atletismo, pão e banana*, no qual o jornalista José Carlos Stabel denunciava as péssimas condições de treinamento da equipe do São Paulo Futebol Clube. No texto menciona que as atletas Melânia Luz e Wanda dos Santos estavam deixando o clube pela falta de apoio da diretoria e das péssimas condições de treinamento, dizia que elas pagavam o transporte e o lanche que consumiam e que o clube em troca das vitórias seguidas conquistadas pelas/oa atletas oferecia apenas um jantar por ano. Na reportagem, as/os atletas disserem que não queriam jantar, e sim reconhecimento. E que já teria ocorrido outra revolta em 1954, por falta de apoio e investimentos, motivo que fez várias/os atletas abandonarem o clube. Assim, a revista como parte da tecnologia de gênero, nutria o sistema com representações das mulheres brancas das camadas médias e altas ao mesmo tempo apagava as dificuldades e os preconceitos por qual passavam as mulheres negras, contribuindo para manutenção das desigualdades de classe, raça e gênero.

A reportagem citada permite perceber como se davam o cruzamento dos marcadores de gênero, classe e raça. Além de ter que mostrar que a mulher poderia praticar o atletismo, as mulheres negras tinham que trabalhar e praticamente não tinham ajuda de seus clubes para obterem os melhores resultados. Os dirigentes não investiam no atletismo, preferiam alocar os recursos em benefício das/os sócias/os e do time de futebol, viam a presença das atletas como um favor para com elas e não ao contrário. Como mencionei anteriormente, o pensamento de bell hooks (2015) em que somente a presença da mulher negra já desestabilizava a lógica excludente, por meio de suas ações as mulheres negras foram comemoradas como as melhores atletas de uma época, seus registros foram marcados e divulgados como as estrelas do atletismo na década de 1950, elas resistiram ao anonimato, esquecimento e à exclusão.

Os exemplos que mencionei, de mulheres negras que se destacaram nos esportes, que eram invisíveis para a sociedade, que não eram valorizadas pelos meios de comunicação, podem ser compreendidos como fazendo parte do racismo estrutural que opera no Brasil. Na perspectiva da biopolítica foucaultiana, o racismo faz parte da gestão da população. Ele confere ao Estado o poder de morte, admissível apenas num sistema que vê o outro como um perigo biológico, por isso alega como objetivo primordial a vida e o fazer viver. Foucault explica que o racismo “[...] é, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (2002, p. 304). O direito de morte, muitas vezes, se constitui em todas as formas de desqualificação da vida dos “não-desejados”, ou seja, “[...] o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (2002, p. 306). e

Sob sua ótica foucaultiana o racismo passou a fazer parte da racionalidade do Estado desde que passou a funcionar no modo do biopoder, uma vez que, passou a ter políticas de conformação do corpo-espécie da população nacional. Nesse sentido, o racismo é entendido como uma racionalidade, uma tecnologia do poder que emerge com o recuo do poder soberano-que até o século XVII (FOUCAULT, 2005, p. 304). Essa racionalidade ganhou força com racismo científico, que ofereceu um aporte epistemológico no quadro moderno da ciência. Nesta perspectiva o racismo é estruturante da própria sociedade moderna.

Conforme explica Sílvio Almeida (2018, p. 39) o racismo estrutural faz parte de todo tecido social, é cultural, portanto faz parte dos processos de subjetivação, funcionando na constituição dos sujeitos. Devido tal dinâmica, torna-se difícil sua identificação e seu enfrentamento. Olhar para os dispositivos, como os meios de comunicação, é fundamental para entender os processos pelos quais o racismo se institui como normalidade social.

Outras formas de feminilidades em que os corpos eram fortes e musculosos também eram pouco mencionadas nas revistas esportivas. Ainda vigorava, principalmente entre os homens, a ideia de que as práticas esportivas causavam hipertrofia da musculatura feminina e a masculinização de seu corpo. Tanto que em 1955 a revista Manchete Esportiva publicou um reportagem sobre Vera Trezoitko (1929-1993), atleta do arremesso de peso, o jornalista escreve da seguinte forma “[...] Muita gente acredita que o esporte tira a beleza e a feminilidade da mulher. Essa teoria já vem perdendo terreno, mas a verdade é que muita gente ainda a julga uma realidade axiomática” (MANCHETE ESPORTIVA, nº 05, 1955, p. 18). Esse mito surge no final do século XIX e foi muito debatido entre os eugenistas das décadas

de 1920 e 1930, que preconizavam a prática esportiva com o objetivo de melhorar a “raça” brasileira, mas mantendo as estruturas binárias em que as mulheres deveriam continuar a exercer suas funções tradicionais de esposa e mãe, não possuir corpos musculosos e sim arredondados (FARIAS, 2012). Quando as mulheres esportistas apresentavam algum sinal físico atribuído culturalmente aos homens como força física, músculos grandes ou seios pequenos, vários discursos, que unem um conjunto de saber/poder de várias áreas, tais como: médicos, juristas, militares, jornalísticos foram acionados para inibir o desenvolvimento dos esportes exercidos por mulheres, culminando na interdição em 1941.

Dessa forma, tanto a fragilidade feminina quanto a sua masculinização são discursos construídos com o objetivo de controle sobre o corpo das mulheres, a partir da natureza biológica das mulheres. Em um contexto em que a imprensa esportiva era controlada por homens brancos, ligados à elite, suas publicações passavam pelo olhar sexualizado de reportes e fotógrafos, em que o modelo de feminilidade que seguiam os padrões era exaltado e outras formas de feminilidades esportivas eram apagadas ou invisibilizadas. As mulheres da década de 1950 que não seguiam os padrões de feminilidade hegemônicos não deixaram de praticar esportes, como o caso da ciclista Iolanda Garcia Brasil (*Figura 28*), Campeã brasileira de ciclismo de 1955 a 1957, pelo Clube Nacional da cidade de Cruz Alta no Rio Grande do Sul. A imagem do corpo de Iolanda rompe com os padrões de feminilidade, fundamentalmente por sua aparência, ela quebrava com as regras sociais, assumindo sua musculatura e força, impondo novas formas de possibilidades de feminilidades.

Para mulheres como Iolanda os destaques na publicação eram diferentes. Geralmente, publicadas em um canto da página, no final de uma seção de várias notícias rápidas ou como era mais comum, sem as fotografias. Anão ser que fossem apresentadas como atrações exóticas, como as lutadoras americanas como Mildred Burker, Glória Barattin, Helen Hild e Nell Stewart.

As mulheres que praticavam lutas eram raras em 1950, e os eventos em que participavam eram uma sensação para os leitores. Em 1956, *Manchete Esportiva*, número 50, publicou uma reportagem sobre duas representantes americanas: Mildred Burker, Glória Barattin, Helen Hild e Nell Stewart, que participavam de lutas livres (*Figura 29*). Na reportagem, que tinha como título *A Bela também é fera*, embora a atividade fosse valorizada, remetendo ao fato das mulheres terem conseguido avanços com a emancipação, passando a atuar em áreas que antes eram dominadas apenas por homens, a função do texto é mostrar como algo exótico, ainda contando com comentários machistas. Na tentativa de diminuir sua

importância à reportagem dizia elas faziam estas lutas, muito mais pelo dinheiro do que pela prática esportiva, visto que em cada luta arrecadavam cerca de 20 mil dólares. Este fato poderia induzir a/o leitora/or a realizar julgamentos morais sobre elas.

Figura 28 – Ciclista campeã, *Manchete Esportiva*. N. 190, set. 1959, p. 2
Em evidência, Iolanda Garcia Brasil (campeã brasileira de ciclismo de 1955 a 1957)

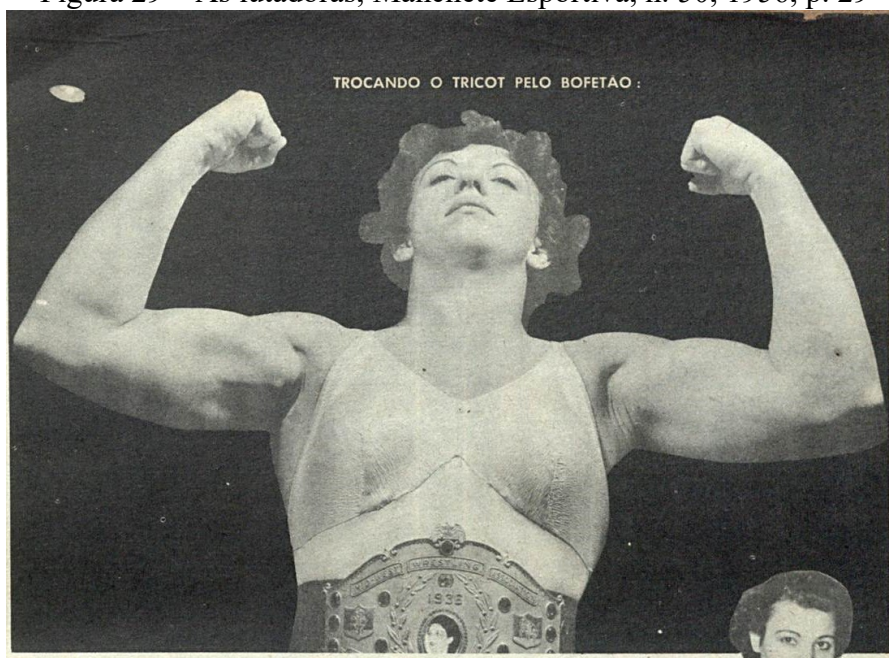


Fonte: Hemeroteca Nacional Digital, 5 fev. 2021.

Os textos de *Manchete Esportiva* procuravam estabelecer formas de ser mulher, convocando as/os leitores a se comportarem de certa forma, dando dicas e valorizando certas características consideradas femininas para a época, nesse sentido agiam sobre a subjetividade destas. A imprensa esportiva operava dentro de uma lógica biopolítica que convocava as mulheres para as práticas esportivas, colocando como exemplos o que algumas mulheres faziam, nadavam, corriam, saltavam, participavam de jogos e praticavam várias modalidades esportivas. Contudo, estas atividades eram apresentadas ainda vinculadas aos modelos e valores tradicionais de feminilidades, muitas vezes trazendo as mulheres de forma objetificada como modelo. Assim, as revistas esportivas como dispositivos midiático produzia imagens e saberes sobre as práticas esportivas de mulheres ensinando as/os suas leitoras/es modos de ser e estar na cultura em que viviam. Sobretudo, indicando/informando, com as imagens coloridas e textos, qual corpo era considerado ideal, belo, atlético, saudável ao

mesmo tempo tornando outros corpos invisíveis. Mas, afirmar que as revistas, com seus textos jornalísticos, ajudavam na construção da subjetividade de mulheres não significa, em hipótese alguma, dizer que não ocorriam resistências, (re)apropriações e desvios dos discursos normalizadores das tecnologias que instituem e efetuam a própria construção de mulheres, como procurei mostrar com os exemplos da ciclista Iolanda e das lutadoras americanas. Com isso, passo para o próximo tópico, em que busco perceber nas reportagens as falas dissonantes, reduzidas em pequenas crônicas, que expressavam os desejos e vontades das mulheres das camadas médias dos anos cinquenta do século passado, plasmadas às representações femininas que circularam na imprensa, forjando novas formas de subjetividade. Estas falas foram separadas em dois subtemas, frequentes nos textos de Meg, que apresento a seguir: o amor romântico/casamento e o trabalho.

Figura 29 – As lutadoras, Manchete Esportiva, n. 50, 1956, p. 29



Fonte: Hemeroteca Nacional Digital, 05 fev. 2021.

4.5 ENTRE O ESPORTE, O AMOR ROMÂNTICO E O TRABALHO

Tânia Navarro-Swain (2006), contribui para discussão ao trabalhar o dispositivo amoroso. Para esta autora, o dispositivo do amor romântico nas fendas do dispositivo da sexualidade, faz parte de discursos que instituem a imagem da ‘verdadeira mulher’, e repetem

incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si. Navarro-Swain aponta, assim, que o dispositivo amoroso constrói corpos-em-mulher prontos a se sacrificarem por amor a outrem. Só se compreende o discurso de uma “verdadeira” mulher dentro desta lógica que o dispositivo torna enunciável e, principalmente, constituinte das mulheres na sua relação com o “ser mulher” (SWAIN, 2006).

O amor romântico foi relacionado em vários discursos (medicina, mídia, religião etc.) como um sentimento feminino, vinculando as mulheres às emoções e não à racionalidade, e também vinculada à passividade (NEVES, 2007, p. 614). Neste sentido, na década de 1950, as representações de amor romântico pela matriz heterossexual, estabeleciam que a mulher fosse escolhida ou conquistada por um cavalheiro que com ela queira se casar. Como afirma Mary Del Priori (2011), na década de 1950, amar era sinônimo de casar.

Ao escrever sobre as jovens esportistas frequentadoras dos clubes esportivos e recreativos, a Manchete Esportiva dava ênfase ao amor romântico e às representações tradicionais de mulheres, como relato sobre a nadadora Isa Teixeira de Almeida, campeã sul-americana na modalidade de nado costas. Em seu texto Meg colocou o seguinte título: “Isa Teixeira de Almeida e dois desejos: uma dúzia de recordes e uma dúzia de filhos”. O texto fala sobre a esportista querer se dedicar mais aos treinos para melhorar seu tempo e bater mais recordes nas piscinas. Contudo, “[...] Nadar mesmo só uns cinco anos mais e depois então casar e ter uns seis menininhos atrás dela [...] E alegremente ela diz que ser dona de casa ainda é a melhor profissão para uma mulher” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 3, 1955, p. 19).

Para Butler (2019), são os ecos do passado, repetidos constantemente, nos atos discursivos que tornam as performativas de gênero e sexualidade exitosas. Assim, todo ato é um eco de uma cadeia de significantes, e essa apelação à citação, é o que constitui sua força performativa. Penso que a fala da nadadora, autorizada por Meg, faz parte desse eco, em que ela quer praticar o esporte, mas ainda era importante em sua performatividade ser a “alegre dona de casa”. Como na frase repetida por muitas jovens, pelas palavras de Meg “[...] Não está noiva, mas quer casar. Toda moça não quer? E pensa até em dois ou três filhos” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 2, 1955, p. 19). Essas respostas, que parecem certezas, mostram a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas que, pela sua presentificação, acaba por esconder ou dissimular as convenções que repetem (BUTLER, 2019, p. 52). Mesmo que uma jovem dos anos 1950 transgredisse a norma ao se apresentar

socialmente, o fazia repetindo a norma, principalmente entre as mulheres das camadas médias e da elite, período em que a imagem da jovem estava relacionada à sua honra e de sua família.

Tendo em vista a moral social, namorar, noivar e casar eram marcados por regras firmes:

Quanto às formas de aproximação e compromisso, o flerte – agora aportuguesado – continuava como o primeiro passo de um namoro mais sério. Regras mínimas para os encontros eram bem conhecidas. O rapaz devia buscar a moça em casa e depois trazê-la de volta, mas, se ela morasse sozinha, ele não poderia entrar; o homem sempre pagava a conta; moças de família não abusavam de bebida alcoólica e, de preferência, não bebiam; conversas ou piadas picantes eram consideradas impróprias; os avanços masculinos, abraços e beijos deviam ser firme e cordialmente evitados; a moça tinha que impor respeito (DEL PRIORE, 2011).

A mesma rigidez era seguida no noivado até o momento do casamento, pelo menos aparentemente, os jovens deveriam ser controlados. Muitas vezes esse amor poderia ser cultivado após o casamento, visto que muitas famílias tinham pressa para casar as filhas para não se tornarem uma solteirona (aos 25 anos já era considerada velha para casar). Segundo Carla Bassanezi (2006, p. 619), a moça que ainda não havia contraído o matrimônio nesta faixa etária, corria o risco de ser apontada pela sociedade como uma “mulher encalhada”, possivelmente ficaria “para titia”. Também existia o medo de a jovem perder sua virgindade em uma aventura amorosa, o que poderia significar ficar sem casar.

Os textos de Meg agiam como reafirmação deste modelo, atrelando o amor romântico ao casamento. Pelo amor de um homem as mulheres poderiam estar dispostas a tudo, abandonar os esportes e até suas carreiras, como na citação a seguir.

Não se acha romântica, desconfia até mesmo que é prática demais. Mas se um dia tiver que escolher entre sua carreira e o homem amado, sabe que ficará com o homem amado. E sua carreira é em direção ao Itamarati. Mas nenhum diploma vale o amor, para Mônica França, morena cheia de encanto (MANCHETE ESPORTIVA, n. 32, 1956, p. 22).

Outra reportagem de Manchete Esportiva, escrita por Júlio de Lamare, tinha como título “O amor contra a natação”, e falava sobre quatro nadadoras: Ceília Heilborn, Edith Groba, Célia Brasil e Ana Lúcia de Santa Ritta, que eram promessas de grandes campeãs, com vários títulos conquistados nos anos cinquenta, mas que largaram a natação cedo demais por causa do casamento. O reporte pergunta: Por amor, retiram-se elas? Duas disseram, na

reportagem, que amor e natação não combinam, e duas falaram que deixaram as piscinas porque chegou a hora.

O medo de ter que abandonar suas práticas esportivas por causa de um relacionamento amoroso era expresso por várias atletas, como na reportagem com a seguinte chamada: “Não quer um príncipe”. Nela, Meg apresenta a dançarina e patinadora no gelo Erika Craft, no texto escreveu que “por mais que pareça incrível é solteira. Confessa que receia se casar porque talvez seja forçada a abandonar o gelo [...] Para uma dançarina como Erika chovem príncipes mas ela ainda prefere as medalhas e as sensações da patinação. Assim está bem” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 94, 1957, p. 22). Ou, ainda, a tenista Maria Helena Amorim, atleta do clube Botafogo, que disse “[...] Meu namorado é o tênis e nada mais” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 3, 1955, p. 22). Marilene Cruz falou que: “nada de pensar em casar agora. Porque namorado de saída quer logo tirar o esporte da frente. Sendo assim namorado à distância, tanto maior (*sic*), melhor” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 43, 1956, p. 2).

Vejo nestas falas o controle sobre o corpo da mulher que iria se casar. O corpo feminino que estava no espaço público, sendo visto e admirado, deveria ser ocultado para dar lugar à outra identidade de mulher: a de esposa e mãe.

O amor, do modo como era retratado pela revista, marcava as diferentes posições de gênero, ou seja, a vinculação de homens e mulheres nos relacionamentos tem se colocado de forma diferente, o amor tem tido historicamente diferentes significados e importância para ambos. Neste sentido, o texto do jornalista Paulo Rodrigues intitulado “O Romance de Santos e Abigail: amor até debaixo d’água” é ilustrativo. Nele o jornalista escreve como o jogador Nilton Santos (Botafogo) e Abigail se conheceram, relatando assim:

[...] Primeiro um olhar, depois um sorriso e bis do olhar e bis do sorriso [...] Não adiantava falar mal do Santos, garantir que Santos não passava de um Casanova [...] Depois noivaram, depois casaram. Abigail cada vez mais apaixonada. Achando que ganhará a sorte grande encontrando Nilton Santos. O marido a corteja dia a dia, semana após semana, ano após ano, cada vez mais terno, mais atencioso e mais encantado [...] Um doce lar, sem lágrimas e queixumes. Abigail não deseja mais nada: Santos, o Casanova a preferiu entre todas as mulheres do mundo. E Abigail preferiu a Santos entre nós (MANCHETE ESPORTIVA, n. 2, 1955, p. 22).

Por meio da citação podemos analisar os relacionamentos e aspectos do amor romântico na década de 1950 conforme modelo hegemônico, no qual o homem tomava a iniciativa, ele escolhe a mulher, pois “entre todas as mulheres do mundo” ela foi escolhida.

Do outro lado a mulher apaixonada conseguiu a “sorte grande” com o casamento. Por sua vez, o pequeno relato traz suas contradições, ele já era um homem experiente, um “Casanova”, o que demonstra que ele saía com muitas mulheres, era um conquistador. Esse comportamento era aceito para os homens, enquanto para as mulheres era exigida a inexperiência, tanto amorosa quanto sexual.

Outro aspecto que merece atenção é a autora mencionar um “doce lar, sem lágrimas e queixumes”, expectativa criada nas mulheres em relação ao matrimônio. Contudo, as chances de isso não se realizar eram grandes. O amor poderia se transformar em desilusão, ingratidão, infelicidade, desprezo e violência física.

Apesar dessas marcações de “posições” de gênero mais tradicionais, são inegáveis as mudanças ocorridas no campo do gênero e da sexualidade, sobretudo para as mulheres que tiveram mudanças mais marcantes do que os homens, na medida em que, as trajetórias sexuais de ambos se aproximaram. Muitas mulheres passaram a ser mais criteriosas em relação aos seus pretendentes, verbalizando as características necessárias ao bom marido, “[...] Não vai se casar já, o que em absoluto constitui obstáculo para que trace os cinco mandamentos de um bom marido: personalidade, cavalheirismo, generosidade, inteligência e fidelidade” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 21, 1956, p. 39). Também, já era mais comum verbalizar seu desejo em não ter que abandonar os esportes por causa de um casamento, por exemplo, Ana Maria Martins que “[...] tem muita vontade de casar cedo, mas não de largar seu ballet por causa disso” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 49, 1956, p.02), Diana Enseda que “gosta de namorar como qualquer broto. Mas, quer fazer muita coisa antes de casar” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 50, 1956, p. 2), ou a velejadora e nadadora Ingrid ao dizer que “[...] uma jovem casada pode continuar sua vida esportiva muito bem” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 2, 1955, p. 19). Um exemplo para estas jovens eram as mulheres casadas que continuavam em suas práticas esportivas, como a atleta Rosa Maria O’Shea, jogadora de vôlei pelo Flamengo ao mencionar que “o casamento em nada atrapalhou sua carreira, nem a chegada do menino. Quer ter mais um filho” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 9, 1956, p. 19).

As jovens esportistas também pensavam em não depender financeiramente de um homem para sobreviver, como menciona Alcina Maria Alves:

[...] não vai ser professora, porque não dá pra isso, nem advogada porque não gosta, médica porque nem pode ver uma gota de sangue, quer ir para o Itamarati. E vai fazer concurso. Depois, mais tarde, quer se casar. Mas isto só quando tiver sua carreira porque mulher não deve depender totalmente do marido (MANCHETE ESPORTIVA, n. 31, 1956, p. 2).

A jovem esportista apresentava planos para ser independente do esposo, citando em ordem de importância, primeiro os estudos, depois o concurso público e por fim o casamento. Será que o contato com diferentes mulheres esportistas serviu para discutir como a vida de suas mães e colegas eram limitadas com a dependência econômica do marido? Por que o casamento por último, se a norma era que o projeto feminino era ser bem-casada? Ser professora tornou-se uma das profissões incentivadas para as mulheres, visto que havia uma expansão do número de crianças na escola (MATOS; BORELLI, 2012). Com o crescimento do setor de serviços, abriram-se mais empregos para as mulheres, principalmente com maior nível de escolarização, no magistério, nos bancos, no comércio, nas áreas de saúde e profissões liberais (PINSKY, 2012).

Neste período, o trabalho das mulheres fora de casa deveria ser encarado como uma ocupação transitória, que deveria ser abandonada sempre que a função de esposa e mãe fosse exigida. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – solteironas e viúvas (LOURO, 2006, p. 453). O que pode ser percebido na fala de Maria Eugenia da Silva, que gostava de praticar natação pelo Clube Vasco da Gama:

[...] Fora da natação que é, aliás, a coisa mais importante da sua vida, ela aprende costura e tem aulas de línguas. Gostaria de poder ter um emprego, de ter o seu dinheiro particular, acha que isso torna a moça mais desenvolvida e bem preparada, para enfrentar qualquer situação na vida, mas seu pai se opõe de tal forma, que ela abandonou essas ideias (MANCHETE ESPORTIVA, n. 48, 1956, p. 19).

Gilda Rodrigues Vieira, atletismo, parece estar em dúvida, repetindo a norma ao mesmo tempo em que anseia por “[...] ser arquiteta e por isso não pensa em casar já. Diz que a mulher solteira deve ganhar dinheiro, mas se for casada só se o marido precisar mesmo” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 10, 1956, p. 2).

A leitura dos textos de Meg parece indicar que as mulheres brancas das camadas médias, que realizavam práticas esportivas nos clubes e associações, começavam a verbalizar publicamente que o trabalho era uma alternativa para maior independência e liberdade em relação à família e ao marido. As mulheres das camadas populares e as atletas negras que abordei no item anterior já trabalhavam, e de certa forma já possuíam maior independência, apesar do sistema, com ajuda das revistas dizerem que o lugar delas era ser “dona de casa”. Nesse sentido, as falas das esportistas, em uma revista de grande circulação, sugere que já havia o interesse em romper com o modelo “rígido” de feminilidade, como expresso por Lia

Miranda, nadadora, a “[...] mulher deve trabalhar, e ter, assim, o seu dinheiro” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 47, 1956, p. 2) e Selma Rezende, que praticava basquete e atletismo, em sua entrevista a MEG afirmando que: “[...] acha bom demais trabalhar e ter seu dinheirinho. Não compreende a vida sem dinheiro, sem alegria e sem esporte” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 47, 1956, p. 39).

Nesses pequenos depoimentos vemos como relações de gênero eram construídas de formas desiguais, pois aos homens não recaía qualquer preocupação em casar “cedo” ou que eles teriam que abandonar seu lazer e de realizar suas práticas esportivas após o matrimônio.

Com base no explicitado até o momento, penso que o período descrito marca a entrada definitiva das práticas esportivas compondo a mentalidade governamental, consideradas necessárias para produzir corpos mais vigorosos, resistentes, úteis, corpos saudáveis, corpos organicamente fortes, que resistirão a doenças e com isso poderão viver um tempo maior de vida. Foucault (2008a) explica que a governamentalidade surge a partir do momento em que o poder é exercido por um *Estado de Governo*, que não é mais definido por sua territorialidade “mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, é claro, o território no qual ela se estende, mas que de certo modo não é mais que um componente seu” (FOUCAULT, 2008a, p. 145).

Seguindo o pensamento do filósofo citado, no governo da população, seja com objetivos eugênicos, higiênicos, militar, de saúde pública ou androcêntricos, os mais variados programas, modalidades e produtos de atividade física pertenciam às práticas disciplinares, de controle das pessoas, e também se inserem no conjunto de biopolíticas, agindo como tecnologia política do corpo, que consiste na interseção entre saber, poder e corpo, inseridas em várias instituições e aparelhos de poder, por exemplo, escolas, clubes de recreação, órgãos governamentais e imprensa esportiva.

Neste sentido, as práticas esportivas fazem parte de um campo de forças para as mulheres, em que ora eram atraídas e chamadas a realizar as atividades físicas, desde que mantidas as características consideradas femininas, ora representando um perigo ao poder masculino, ao demonstrar que podem realizar as mesmas atividades que homens. É antes de tudo, um espaço de lutas pelo controle do corpo, em que procurava-se estabelecer as diferenças e semelhanças entre os corpos masculinos e femininos, que eram controlados ao indicar quais práticas esportivas as mulheres estavam autorizadas a exercitar.

As mulheres da década de 1950 realizavam diversas práticas esportivas, deixando de ser apenas assistente ou parte da plateia. Passaram cada vez mais a fazer parte do cotidiano do

esporte, mesmo que de forma amadora, pois muitos esportes foram profissionalizados algumas décadas depois. Elas se destacavam no Brasil e no exterior, quebraram recordes nacionais e sul-americanos. A produção de reportagens em variados periódicos e revistas, de alcance local e nacional, sobre as mulheres que se dedicavam às práticas esportivas já demonstra essa importância.

Apesar da modernidade que a sociedade brasileira procurava demonstrar na década de 1950, culturalmente existia um grande controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres. Os discursos propagados socialmente por várias instituições estavam presentes nos textos de Manchete Esportiva, os quais buscavam reforçar a vocação “natural” das mulheres para o casamento, a família e a maternidade. O periódico não avançou na representação das mulheres do meio do século XX, em que ser feminina deveria parecer frágil, meiga, com gestos e formas suaves, o que muitas vezes não condizia com as práticas esportivas. Procurei apresentar Manchete Esportiva como uma tecnologia, que corroborava para manutenção das normas de conduta e de gênero da sociedade da época. Contudo, as mulheres esportistas borravam os discursos impostos, contribuindo para a produção de novas subjetividades e para visibilidade, ainda que reduzida, de outros padrões de feminilidades. Apesar de privilegiar as mulheres brancas das camadas médias, as mulheres negras, principalmente no atletismo, se destacavam quebrando vários *records*, outras que praticavam lutas, também ultrapassavam os limites da norma.

As mulheres das camadas médias começavam a demonstrar seu descontentamento com o padrão normativo. Elas utilizavam a revista para falar sobre namoro, casamento e trabalho, questões que passaram a ser paulatinamente discutidas e colocadas em xeque a partir da segunda metade dos anos 1960, com a chegada do movimento feminista de “Segunda Onda”²². O movimento caracterizou-se pela ampliação de demandas das mulheres, incluindo as reivindicações referentes à sexualidade, ao corpo, à educação e ao trabalho. Mesmo que fortemente inspirado pelos movimentos feministas que se multiplicavam no exterior, no Brasil sofreu alterações devido ao início da ditadura militar, que reprimia os movimentos sociais com violência. Por isso, as pautas feministas, no Brasil, incorporaram, a questão do trabalho e

²² Como explicado por Joana Maria Pedro (2005), o movimento feminista pode ser dividido em três períodos ou ondas. Assim o feminismo de “Primeira Onda”, ocorreu no final do século XIX e início do XX, reivindicava para as mulheres direitos políticos (votar e ser eleita), nos anos 1960 teve início a “Segunda Onda” que acrescentou reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção). Na década de 1990 teve início a “terceira Onda” que procurou contestar as definições essencialistas da feminilidade que se apoiavam especialmente nas experiências vividas por mulheres brancas integrantes de uma classe média-alta da sociedade, ampliar os direitos e discutir as diferenças (PEDRO, 2005).

os problemas da mulher trabalhadora, muitas vezes considerada prioridade sobre tantos outros temas importantes para as feministas (PEDRO, 2012, p. 251).

Atualmente, após o sucesso do feminismo em vários aspectos, da maior liberação das mulheres, ocorreram muitos avanços e mudanças nas relações de gênero no tocante a realização de práticas corporais. De forma múltipla e plural, várias esportistas superaram as dificuldades impostas e (res)significaram a cultura de gênero no esporte. Contudo, as desigualdades ainda são gritantes e estão longe de romper os estereótipos de feminilidades, as desigualdades salariais e de reconhecimento, se comparado a outras áreas da sociedade cujos avanços parecem maiores.

5 AS PRÁTICAS CORPORAIS E A EXALTAÇÃO DA VIRILIDADE

Ao longo da segunda metade do século XX, estudos em diversas áreas do conhecimento contribuíram para o aprofundamento teórico das categorias sociais mulher, mulheres e gênero. Se inicialmente o objetivo era dar visibilidade para as mulheres, destacar suas ações na sociedade e na história, bem como denunciar as formas de dominação e construção das diferenças de gênero, os estudos realizados por teóricas feministas também ampliaram os debates sobre o masculino e a masculinidade. A partir dos anos 1980, em países como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, começou a se delinear um campo de estudos sobre os homens como complemento de estudos sobre as mulheres. A necessidade dos estudos sobre masculinidades é justificada por Pedro Paulo de Oliveira (1998, p. 91), assentando que, nos estudos feministas, os homens pareciam sujeitos sem gênero, sendo assim necessário um melhor entendimento sobre a condição masculina e a situação de vida dos homens.

A inserção das masculinidades nas pesquisas e debates em ciências humanas, foi importante para viabilizar uma reflexão sobre o lugar dos homens como alvos de políticas públicas específicas relativas de combate às desigualdades de gênero. Além de chamar atenção para a importância social da temática, Maria Izilda Matos atenta para a multiplicidade das masculinidades, que são construídas conforme o período histórico, o local e a cultura. Em sua visão, há que se levar em consideração que as masculinidades são diferenciadas “[...] no plano das configurações de práticas, prescrições, representações e subjetivações, campos de disputa e transformações minadas de relações tensas de poder” (MATOS, 2001, p. 47). Como exposto pela autora, conhecer a masculinidade foi uma forma de desconstruir a visão do homem genérico e universal, uma vez que os estudos nessa área colocam em evidência outros sujeitos do masculino, como o homem gay, o homem negro e o homem pobre, por exemplo.

Partindo desse pressuposto, nesta unidade apresento alguns estudos realizados, tendo como foco as masculinidades; e em seguida procuro refletir sobre os esportes como uma área masculinizada importante na produção e na reprodução da identidade dos homens.

5.1 AS MASCULINIDADES DENTRO DO CAMPO DE ESTUDOS DE GÊNERO

Os primeiros estudos sobre homens e masculinidades, aparecem nos países anglo-saxões (Austrália, Estados Unidos, Reino Unido e Canadá) a partir de 1960, com a denominação de *Men's studies* (Estudos de/sobre homens). Essa denominação, como explica Miguel Vale de Almeida (2005), era imprecisa e politicamente perigosa, porque procurava criar simetria em relação ao *Women's studies* (Estudos de mulheres), sendo que não eram paralelos ou equivalentes. Esta denominação também situava o gênero no sexo “[...] como elaboração cultural de um suposto sexo natural, descurando assim a análise da construção social da própria noção de sexo” (ALMEIDA, 2005, p. 123). Contudo, emerge no contexto dos *Men's studies* trabalhos sobre os homens que problematizavam a "crise do masculino", decorrente do impacto da segunda onda feminista, que reivindicava a autonomia das mulheres sobre seus corpos, inclusive em relação à reprodução, a igualdade entre homens e mulheres no trabalho, entre outras reivindicações. Esse campo também contemplava estudos que, embasados nas teorias femininas e tendo o gênero como categoria de análise, buscavam tratar das várias possibilidades de se falar do masculino, principalmente vinculadas às concepções sobre a sexualidade masculina. Assim, percebe-se a hierarquização das masculinidades não somente em relação ao feminino, mas também entre os próprios homens. Welzer-Lang (2004) destaca que foram os estudos sobre a homossexualidade masculina que possibilitaram uma maior aproximação entre pesquisadoras/es das masculinidades e as teorias feministas. Isto é confirmado por Maria Izilda S. Matos (2001), ao dizer que o “tema-questão” faz parte dos desdobramentos dos estudos de gênero e das alterações das pautas do feminismo, que apontam novas e diferentes estratégias de busca da equidade entre homens e mulheres. Neste sentido, as teorias feministas permitiram a percepção de que, tanto a(s) masculinidade(s) como a(s) feminilidade(s), são constructos sociais e culturalmente construídos, relacionais, interdependentes e de múltiplas definições, sendo a categoria gênero imprescindível para a compreensão do caráter histórico, datado e político dessas categorias.

Neste percurso, os estudos sobre os homens foram organizados a partir de vários olhares teóricos, seguindo percursos diferenciados. Como explica Pedro Paulo Oliveira (1998), as abordagens mais discutidas até o final do século XX estavam amparadas nas teorias funcionalistas e construcionistas.

Os primeiros estudos sobre o tema tinham como base as teorias funcionalistas, que geralmente concebiam os homens como vítimas ao lado das mulheres. A vitimização dos homens era percebida por meio de estudos que enfocavam a alienação no trabalho, a burocracia na política, as sequelas deixadas pelas guerras ou a comercialização da sexualidade

masculina no tempo presente. Por meio destes estudos, a condição real de vida dos homens entrava em contradição com a imagem do macho hegemônico. Levantava-se, por exemplo, que, sem conseguir cumprir as exigências da masculinidade hegemônica, os homens evidenciavam um sentimento de impotência e de crise de identidade. As pesquisas com este viés consideravam um conjunto de fatores que afetavam a condição masculina, como os citados, sendo que os homens eram colocados na posição de vítimas dentro de um sistema opressor, no qual as mudanças só viriam se ocorresse uma modificação total no capitalismo. Isto levava a uma inércia em relação ao machismo. Além disso, as relações de poder que permeiam as relações sociais de gênero não eram debatidas, legitimando um papel subordinado às mulheres (OLIVEIRA, 1998, p. 93).²³ Para Oliveira (1998, p. 101), a psicologização das masculinidades, a utilização do conceito de papel social/sexual e a análise marxista da sociedade capitalista, que aliena os homens, faziam parte do roteiro constantemente repetido pelos autores embasados pela teoria funcionalista.

Muitos estudos iniciais sobre as masculinidades utilizavam o conceito do papel sexual, entendendo que o “[...] o papel masculino, socialmente sancionado, era o grande vilão, pois mantinha a estressante masculinidade tradicional e, segundo alguns, apenas quando liberassem os homens de tal papel é que se poderia acabar com os desconfortos por ele criados” (OLIVEIRA, 1998, p. 92). A base teórica do papel sexual dos homens foram os estudos realizados por Nancy Chodorow (1978), psicóloga e socióloga feminista norte americana, que examinou a relação mãe-filho, aplicando teorias feministas à psicanálise freudiana²⁴. Por este enfoque, procurava-se atrelar o comportamento masculino e a construção de sua identidade ao doloroso processo de separação do menino de sua mãe na adolescência. Como as meninas não realizavam este processo de separação, a personalidade não seria tão afetada como a dos meninos nesse período da vida. Oliveira (1998, p. 93) destaca que o problema desta interpretação está no fato de naturalizar o comportamento dos homens, concebendo-os com reduzida capacidade de relacionamentos, com inseguranças e com as barreiras que giram em torno do ego masculino. As mulheres, nessa interpretação, desenvolviam maiores habilidades afetivas, o que também se mostrava uma leitura reducionista.

²³ Pedro Paulo de Oliveira, em seu artigo, publicado pela **Revista Estudos Feministas**, v. 6, 1998, cita inúmeros autores que deram início às discussões teóricas sobre o conceito de masculinidades.

²⁴ O estudo em questão é **The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender** (1978).

A literatura pautada pela teoria funcionalista foi extensivamente criticada por teóricas feministas, que buscaram no construcionismo uma base teórica mais coerente. Raewyn Connell²⁵ foi uma das pioneiras nestes estudos. Em 1985, escreveu o artigo *Towards a New Sociology of Masculinity* (1985), embasando seus argumentos na psicanálise, na teoria feminista, na teoria gay e na sociologia estrutural (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.242).

Nessa perspectiva teórica elaborada por Connell (1995, p. 188), as masculinidades são apreendidas como práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, cujos efeitos se expressam na experiência corporal, na personalidade e na cultura. Nesse sentido, masculinidade não é sinônimo de homem, pois são processos e não grupos de pessoas. O entendimento das masculinidades como configurações de práticas implica em entender que as ações de homens apresentam uma racionalidade e um significado histórico, ou seja, não são realizadas por um “instinto natural”. Connell assevera que são muitas as configurações de masculinidades; e muitas vezes estão sobrepostas em um indivíduo ou grupo, ou seja, não se constituindo num referencial fixo.

Para Connell (1995), existe uma luta pela hegemonia de um modelo de masculinidade, conforme o local e o tempo. Nestas relações conflituosas, sobressai um padrão idealizado de masculinidade hegemônica (homem branco, heterossexual, rico e ocidental são suas marcas mais visíveis). Nesse padrão, as práticas constituem relações hierárquicas de homens sobre mulheres, que asseguram aos homens privilégios, dividendos patriarcais. Contudo, a masculinidade hegemônica implica considerar outros estilos de masculinidades como inadequados ou inferiores, ou seja, que não se encaixam no modelo central, classificadas por R. Connell como subordinadas, cúmplices e marginalizadas. As masculinidades cúmplices não exercem uma hegemonia, mas também não a questionam, pois conseguem vantagens dentro do patriarcalismo com ela. As masculinidades subordinadas dizem respeito à dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homossexuais. E as

²⁵ Raewyn Connell (nascida Robert William Connell, em 1944) é uma cientista social australiana, pertencente à geração do pós-guerra e inicialmente engajada com movimentos pacifistas e trabalhistas, sendo ligada ao movimento da “Nova Esquerda”, em um contexto no qual a Universidade australiana começava a se desvencilhar da influência colonial britânica, adquirindo assim maior autonomia e capacidade de pesquisas. Connell foi a pioneira nos estudos de gênero australianas, desenvolvendo já na década de 1970 estudos voltados para a teoria feminista, a sexualidade e os estudos gays na Mcquarie University de Sidney. Em 1987, publicou *Gender and Power*, obra que buscou sistematizar uma teoria social de gênero que aproximou a produção australiana com as teorias europeias e norte-americanas, obra com alcance mundial. Suas primeiras obras a tratar do tema das masculinidades datam do início da década de 1980, *Men and socialism* e *Making the difference* (1982), *Toward a new sociology of masculinity* (1985), e publica o livro *Masculinities* em 1995.

masculinidades marginalizadas fazem parte das relações entre homens em que existe a dominação de um sobre o outro devido sua classe ou etnia (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 253).

A aplicação do conceito de masculinidade hegemônica em contextos culturais diversos, gerou uma gama considerável de dúvidas, o que obrigou R. Connell, em um artigo em coautoria com James W. Messerschmidt “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, a rever alguns pontos de sua abordagem, como apresento a seguir.

A categoria masculinidade hegemônica foi criticada por embutir uma concepção heteronormativa que essencializava a diferença macho-fêmea e ignorava a diferença e a exclusão dentro das categorias de gênero. Connell e Messerschmidt (2013, p. 245), ao realizarem um exame do conceito, rebatem estas críticas ao evidenciarem a multiplicidade das construções sociais que etnógrafos e historiadores têm documentado com o auxílio desse conceito. Um dos argumentos contra o essencialismo é o fato de que pesquisadoras/es exploraram as masculinidades postas em ato por pessoas com corpos femininos. A masculinidade não é uma entidade fixa, encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.

Outra crítica recorrente apontada, diz respeito à tendência das/os pesquisadoras/es que realizaram estudos sobre homens em presumir “esferas separadas”, como se as mulheres não estivessem inseridas nesse campo relacional. Connell e Messerschmidt (2013) respondem a essa crítica dizendo que as abordagens devem sempre partir do aspecto relacional do gênero e das masculinidades.

Entre os pontos negativos, levantados por aquelas/es que criticavam a teorização do conceito masculinidade hegemônica, diz respeito ao caráter ambíguo do termo, pois ao mesmo tempo corre-se o risco de estabelecer um tipo fixo de masculinidade, em que o sujeito (objeto de estudo) ocupa a posição hegemônica ou um modelo ideal, uma vez que é hegemônica, mas não tem um caráter fixo ou igual (CONNELL, 1995; VALE DE ALMEIDA, 1996).

Desta forma, Connell revisa o conceito, procurando manter suas formulações iniciais, descartando elementos que passavam ideias de um tratamento unidimensional da hierarquia e as concepções de tipos fixos de masculinidades, reforçando a concepção de múltiplas masculinidades e a ênfase na transformação (LAGO; WOLFF, 2013, p. 237).

Miriam Pillar Grossi (2004) nos ajuda a pensar várias situações nas quais a masculinidade hegemônica já não consegue mais se impor na atualidade. Ela pontua que, por exemplo, no espaço privado as mulheres podem desempenhar certo poder, ou seja, são as mulheres que mandam em casa. As mudanças no mundo da produção têm gerado muito desemprego, isto interfere no modelo de masculinidade, pois o homem perde o papel de único provedor, muitas vezes divide as tarefas laborais com as mulheres. Outra questão é a existência de novos arranjos familiares, pois nas sociedades contemporâneas, visto que a sexualidade heterossexual não é mais a única forma de ter filhos, muitas vezes os filhos são a junção de diferentes relacionamentos, isto significa que a paternidade não está mais ligada exclusivamente ao ter um filho biológico. Outro aspecto diz respeito à demonstração de suas emoções. No mundo moderno, homens e mulheres podem demonstrar suas emoções de forma igual.

Fátima Regina Cecchetto (2004) também analisa com cuidado o uso da categoria masculinidade hegemônica, pois ela cria uma dicotomia entre masculinidade hegemônica e subalterna, que produz hierarquias de gênero, na qual o que estava em jogo era “[...] a hegemonia de certo modo de representação do masculino. [Que] tomam o homem branco heterossexual como modelo, sendo este considerado uma categoria não marcada por gênero e raça” (p. 55). Para sobrepor-se a outras formas de masculinidade, a masculinidade hegemônica precisa da emasculação das outras e, neste sentido, a autora afirma que a “[...] definição de masculinidade é um procedimento político: envolve a criação de outros, sem a definição das masculinidades subordinadas, a definição de masculinidade hegemônica permanece incompleta” (CECCHETTO, 2004, p. 66). Sendo assim, aponta que seria mais importante conhecer as experiências não hegemônicas que atuam, também, na construção das masculinidades, do que as representações cristalizadas sobre elas.

Para Piscitelli e Simoni (2015), os estudos sobre masculinidades incorporadas às análises feministas e *queer* são relevantes para entendimentos mais aproximados de temas como: masculinidades femininas, híbridos masculinos, análises transnacionais e comparativas de masculinidades, demonstrando potencial para dismantelar categorias de análise "convencionais" da antropologia e de outras áreas do conhecimento. Entretanto, elas alertam que a utilização da categoria masculinidade hegemônica precisa ser adaptada, principalmente nos estudos que abordam períodos de crise social, política ou econômica, que afetam as noções de masculinidades, que eventualmente podem sofrer modificações.

Apesar das críticas, os suportes teóricos de Connell ainda são uma referência para entender as masculinidades, sendo empregados em vários estudos realizados em vários países e no Brasil. Medrado e Lyra (2008), pautados em Connell (2003) e Kimmel (2005), apontam que os estudos de homens e masculinidades no início dos anos 2000 mostrou, em termos dos níveis de estratificação, que é necessário:

- a) desnaturalizar as prescrições e práticas sociais atribuídas e naturalizadas como masculinas e femininas;
- b) compreender que não se pode estudar apenas as mulheres, pois o objeto de estudos de gênero é mais amplo e busca-se o entendimento relacional;
- c) entender as relações de poder entre homens e mulheres na perspectiva foucaultiana, em um jogo de forças no qual sempre pode existir formas de resistência e;
- d) a busca do rompimento do modelo binário nas esferas da política, das instituições e organizações sociais (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 810).

Dadas às possibilidades de estudos e as contribuições de estudiosas/os das mais variadas áreas do conhecimento, formou-se um campo de estudos com o objetivo principal de compreender como são construídas, produzidas e reproduzidas, ao longo do tempo e em espaços variados, as masculinidades.

Alguns trabalhos se tornaram referência dentro do campo de estudos das masculinidades. Entre eles podemos citar a pesquisa realizada por Michael S. Kimmel, que deu origem ao livro *Masculinidade na América: uma História Cultural*, em 1996. Nesta investigação, o autor traçou uma história das mudanças nos modelos de masculinidade nos Estados Unidos, desde a Guerra da Independência (1776) até a década de 1990. O sociólogo explica que o livro “[...] é menos sobre o que meninos e homens realmente fizeram do que sobre o que lhes foi dito que eles deveriam fazer sentir e pensar e o que aconteceu em resposta a essas prescrições” (KIMMEL, 2011, p. 10, *tradução nossa*)²⁶. A importância deste entendimento reside na compreensão de que a masculinidade não é uma essência inata que se revela em virtude de uma determinada condição biológica, mas sim, uma ideia socialmente construída, que se relaciona com aspectos espaço/temporais e culturais. O significado de ser homem em cada contexto depende também da classe, etnia, geração, sexualidade, etc. O reconhecimento destas diferenças demanda que se fale em masculinidades em lugar do termo

²⁶ “This book is less about what boys and men actually did than about what they were told that they were supposed to do, feel, and think and what happened in response to those prescriptions” (KIMMEL, 2011, p. 10).

homens, considerando que ambos não são simples sinônimos. A masculinidade pode, então, ser compreendida como um projeto construído e sustentado coletivamente em contextos específicos.

A abordagem de Kimmel (2011 p. 330) aponta para a coexistência de três noções de masculinidades que predominaram nos Estados Unidos, na passagem do século XVIII para o XIX. Sendo elas: a do patriarca gentil, do artesão heroico e do homem feito por si mesmo. Em seus estudos, ele percebeu que, após várias transformações sociais no início do século XX, completadas pela maior presença de homens imigrantes, negros e homossexuais na arena pública, os homens das camadas médias passaram a ver a heterossexualidade como um emblema da masculinidade, em oposição a qualquer característica considerada feminina. Mas, no final do século XX, o modelo de masculinidade difundido pelas elites passou a ser contestado. Neste período, começou a circular um modelo mais democrático de masculinidade, fundado no igualitarismo entre homens e mulheres, na celebração da diferença, nas políticas de gênero e de inclusão. A abordagem de Kimmel apresenta a masculinidade como construção cultural, que varia no tempo e no espaço, abordagem na qual os significados de ser homem aliam-se também à classe, à etnia, à geração, à sexualidade, etc.

Em Portugal, destacou-se o estudo realizado por Miguel Vale de Almeida, intitulado *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, de 1995. O autor afirma que o feminismo foi um marco para a história recente e, em particular, para a história do pensamento antropológico. Vale de Almeida, destaca a escassez de estudos sobre gênero que abordem questões especificamente pertinentes à identidade masculina. Para tanto, realizou uma pesquisa, utilizando a metodologia da "pesquisa participante". Assim, escolheu como local/espço de pesquisa a aldeia de Pardais, no Alentejo (Portugal). Para realizá-la, mudou-se para uma casa da aldeia e passou a frequentar os cafés, principal reduto para o exercício da sociabilidade masculina adulta. Uma vez relativamente integrado a certa rede de sociabilidade local, constituída basicamente por *cabouqueiros* (a categoria profissional mais baixa na hierarquia que organiza o trabalho na indústria do mármore, maior fonte de emprego e base da economia regional), passou a investigar os valores, costumes e discursos mediante os quais pudesse ir aos poucos desvendando os códigos que regem a construção e a reprodução da identidade masculina portuguesa. Miguel Vale de Almeida utilizou como referencial teórico/metodológico principal as categorias masculinidade hegemônica e subalterna de Connell, as categorias *habitus* e dominação masculina de Bourdieu e a categoria discurso enquanto prática de Foucault.

O pesquisador francês Daniel Welzer-Lang dedicou seus estudos à compreensão das sexualidades masculinas, a homossexualidade e a homofobia. Sua pesquisa *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia* (2001), amparada na *teoria queer*, trouxe contribuições para a compreensão da constituição das subjetividades masculinas.

Quanto a intersecções de gênero, classe e raça, as estudiosas Patrícia Collins e bell hooks²⁷ trazem importantes contribuições. Ao teorizarem sobre o feminismo negro, elas acabaram por incluir importantes questões sobre as posições dos homens negros. As mulheres negras eram duplamente oprimidas, tanto pelo racismo quanto pelo sexismo. Hooks aponta que as feministas negras ficavam divididas ao apoiar a luta contra o racismo e o sexismo, pois elas sofriam em suas casas e no relacionamento com o machismo de seus companheiros. Ao lutar contra o sexismo poderiam ter que ir contra seus companheiros e, assim, a luta contra o racismo, para essas mulheres, pareceu mais importante por determinado período. Atualmente, essa questão está sendo mais debatida, buscando-se superar o mito de que os homens negros foram “castrados” durante a escravidão, pois eram privados de constituir uma família, na condição de total dependência dos senhores brancos (HOOKS, 2014, p.17). Contudo, hooks atenta para o fato de que as mulheres também sofriam ao trabalhar no campo e nas casas dos senhores e que, neste processo, os homens negros se ressentiam de não poder ter seu poder patriarcal sobre as mulheres negras, ou seja, desejavam assumir o lugar de controle do homem branco. Nos seus trabalhos mais recentes, bell hooks procurou estabelecer a discussão sobre a união das mulheres negras com os homens negros, buscando entender os temores dessas mulheres, suas fragilidades, suscetibilidades e paradoxos sobre si, que precisam ser explicitados nas relações que constroem, resgatando sua humanidade (HOOKS, 1989, p. 130-131). No terceiro escrito, bell hooks (1992) reitera que o destaque dado ao falocentrismo como ideal de comportamento entre homens negros e na análise sobre masculinidades acaba por negar um conjunto de dores, sofrimentos e vulnerabilidades nesses homens.

No Brasil, o ano de 1998 foi importante para os estudos sobre masculinidades, pois tivemos várias publicações a respeito do assunto, dentre livros e artigos, e em várias áreas, entre elas a História. Neste ano foi publicada a primeira coletânea tendo os homens como objeto de estudo, organizada por Margareth Arilha, Sandra Unbehaum Ridenti e Benedito Medrado, intitulada como: *Homens e masculinidades: outras palavras*. A coletânea foi dividida em dois grandes blocos temáticos: “sexualidade e reprodução: dimensões do

²⁷ A filósofa negra Bell Hooks utiliza seu nome em grafo minúsculo, pois a autora acredita que o que mais vale são seus livros e não quem ela é.

masculino” e “homens e cuidado infantil: permanências e rupturas”, tendo como inovação a abertura de espaço a relatos de experiências pessoais de pesquisadores homens que estudavam homens. No entanto, esta obra, ainda trazia poucos pesquisadores homens falando sobre as masculinidades. Neste ano o *Cadernos Pagu*, publicou um número dedicado ao tema, com vários artigos de grande valor teórico e metodológico. Também a *Revista Estudos Feministas* – REF, da Universidade Federal de Santa Catarina, realizou dois dossiês sobre a temática, sendo o primeiro, em 1998, organizado por Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara, e o segundo, em 2013, com o título *Masculinidades, diferenças, hegemonias*, organizado por Mara Coelho de Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff. Na apresentação deste dossiê, Lago e Wolff dizem que eram poucos os trabalhos que apresentavam a categoria masculinidade hegemônica no primeiro dossiê, bem como, eram poucos os artigos de pesquisadores homens. Este cenário se alterou no segundo dossiê que, no dizer das organizadoras, permitia apresentar: “[...] um panorama sobre masculinidades plurais e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre as possibilidades do uso dessa categoria em uma perspectiva comprometida com os estudos feministas” (LAGO; WOLFF, 2013, p. 239).

Esses primeiros textos brasileiros focados nos estudos sobre homens, contribuíram para que estudantes e pesquisadores conhecessem quem estava pesquisando e produzindo em torno dessa categoria, dos quais podemos citar: Lia Zanotta Machado, Maria das Dores Campos Machado, Maria Angélica Lopes, Maria José Somelarte Barbosa, Peggy Sharpe, Mônica Schpun, Sócrates Nolasco, Benedito Medrado, entre outras/os.

A partir desses primeiros estudos da década de 1990, os anos 2000 trouxeram à luz inúmeros estudos que abordam as construções das masculinidades no Brasil. Dessa forma, apresento algumas pesquisas agrupadas pela perspectiva da construção das masculinidades enquanto construções regionais e históricas, outras pelo estudo das sexualidades que tiveram como fonte os periódicos e por último, que estudaram as masculinidades relacionadas às práticas esportivas. Estas obras podem ser agrupadas pelo recorte teórico, se colocando dentro das teorias pós-estruturalistas, tendo a obra de Foucault como interlocutor privilegiado.

Entre as/os autoras/es que abordam os modos de construção dos homens, dos masculinos e das masculinidades regionais e históricas, estão Pedro Paulo Oliveira, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Richard Miskolci e Maria Izilda Souza Matos.

A obra *A construção social da masculinidade* (2004), de Pedro Paulo de Oliveira, uma versão de sua tese de Doutorado em Sociologia, foi profícua. Tendo como referencial teórico o sociólogo Nobert Elias, o pesquisador procurou percorrer séculos os XVIII, XIX e parte do

século XX em busca de representações de masculinidade. Tentando fugir de uma possível reificação, chamou a atenção para a provisoriade da categoria, elaborou uma definição provisória, segundo a qual a masculinidade “[...] é um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação. [...] Uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados” (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., em 2003, publicou o livro *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Na obra, utilizou a metodologia foucaultiana, na produção de uma história arqueológica. Para tanto, o estudioso utilizou diversas fontes discursivas e não discursivas que estavam presentes em livros historiográficos e literários, escritos jornalísticos e memórias. O recorte temporal estabelecido foi o período de 1920 a 1940, no qual o Brasil passava por transformações políticas e econômicas, mas a região Nordeste estava em crise. A maior urbanização, industrialização e modernização do país deu origem a novos grupos sociais urbanos aburguesados, provocou mudanças de hábitos e costumes, novas formas de convívio e ideologias diferenciadas. Diante desta realidade, as elites do Nordeste e o movimento regionalista e tradicionalista passaram a desenvolver um projeto de identidade para a região, que se diferenciava da realidade da vida urbana, moderna e cosmopolita. Nesse sentido, a imagem do homem nordestino seria central, o qual passou a ser inventado e definido “[...] em seus traços físicos e psicológicos, em grande medida, pela produção cultural e artística vinculada a este movimento”. Se o nortista, o sertanejo, o brejeiro, o senhor de engenho e o coronel eram figuras que não acompanhavam o desenvolvimento nacional, era preciso construir um novo homem por meio de discursos, de ordem popular e científica, atualizando características ao mesmo tempo. Albuquerque Júnior (2003) afirmou que ocorreu uma reação ao mundo moderno que embaralhou as fronteiras dos gêneros, colocando as mulheres ao lado dos homens, por isso “[...] o nordestino é inventado como um tipo regional destinado a resgatar padrões de masculinidade que estariam em perigo; um verdadeiro macho capaz de restaurar o lugar que seu espaço estava perdendo nas relações de poder em nível nacional” (ALBUQUERQUE JR., 2003, p. 226).

Outro estudo sobre masculinidade que também utilizou como referencial a teoria de Foucault, principalmente o conceito de biopolítica, foi realizado por Richard Miskolci (2012), intitulado *“O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX”*. O autor analisa como o projeto político republicano de fins do século XIX, no Rio de Janeiro,

temia as mudanças nas hierarquias sociais no pós-abolição e proclamação da república. Em suas palavras, “o desejo da nação conduzia um projeto de hegemonia política que encarava a sociedade como uma realidade biológica” (p. 39).

Miskolci utilizou como fonte histórica principal obras literárias do período, a fim de compreender as estratégias de poder de uma elite branca e heterossexual, que objetivava interferir e disciplinar a vida individual e privada dos homens. Havia também a preocupação com o controle da sexualidade, principalmente dos homens, filhos da elite, temendo-se o chamado “desvio” para homossexualidade, o que poderia implicar na perda de privilégios. Neste sentido, estratégias e discursos são elaborados, favorecendo o surgimento de uma cultura baseada em pressupostos masculinos, heterossexuais, racistas e elitistas sobre a nação.

Já Maria Izilda Souza Matos, realizou vários estudos sobre homens que frequentavam as zonas boêmias dos grandes centros do Brasil nas décadas de 1930, 1940 e 1950. A partir das letras de sambas-canção e das masculinidades boêmias, como as de Lupicínio Rodrigues, Adoniram Barbosa e Dolores Duran, a historiadora estudou o imaginário em torno da boemia, lugar considerado pelos agentes do poder como sendo de: “desordens”, da malandragem, do não-trabalho, de prostituição, do alcoolismo, entre outras tantas imagens. Por meio das músicas, observou questões de gênero e das masculinidades constituídas a partir deste espaço urbano. Os cantores e cantoras falavam sobre o estilo de vida do homem boêmio, seus sentimentos, emoções, principalmente do sofrimento de amor, a partir das melodias.

Entre os autores que pesquisaram as masculinidades heterossexuais e homossexuais que utilizaram a imprensa como fonte principal de seus estudos, sobressaem as pesquisas de Vanderlei Machado, Fernando Vojniak e Elias Ferreira Veras.

O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em desterro (1850-1884) foi o tema da dissertação de Vanderlei Machado, de 1999, defendida na UFSC, sob a orientação de Joana Maria Pedro. Na pesquisa, o autor descreveu como os discursos de jornais da cidade de Desterro, antiga capital de Santa Catarina, estabeleciam modelos de masculinidades, vinculados à ideia de honra por meio da capacidade dos homens, principalmente da elite, de serem provedores de suas famílias e pagadores de suas dívidas. Também utilizando jornais como fonte de estudo, Fernando Vojniak (2004) estudou as masculinidades em um contexto de colonização do Oeste Catarinense, nas décadas de 1950 e 1960. Os governantes e a elite buscavam criar uma imagem progressista e civilizada da região. A pesquisa, orientada pela professora Cristina

Scheibe Wolff, intitulou-se *Iluminar a inteligência e educar a afetividade: uma história do gênero masculino no oeste catarinense (1950-1970)*.

A sexualidade homossexual masculina foi objeto da pesquisa de doutorado em História realizada por Elias Ferreira Veras, em 2015. Sob a orientação de Roselane Neckel e co-orientação de Joana Maria Pedro, Veras pesquisou a presença de travestis na mídia brasileira. Sua tese recebeu o título “*De Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico*”. A abordagem centrou-se na compreensão da subjetivação do sujeito travesti em Fortaleza (CE), na virada da década de 1970 para de 1980. Segundo Veras (2015), tem-se “[...] um novo sujeito sexual, que ganhou inteligibilidade heteronormativa, em grande parte, graças aos meios de comunicação. Tal emergência foi acompanhada por discursos e práticas de excitação-fascínio e de controle-estigma”.

Entre os estudos que buscaram entender as masculinidades que se estabelecem a partir das práticas esportivas, destacamos alguns pesquisadores como: Jorge Dorfman Knijnik, Gustavo Andrada Bandeira, Wagner Xavier Camargo, Bruno Otávio de Lacerda Abrahão, Edison Gastaldo, entre outros.

Jorge Dorfman Knijnik (2010, 2015, 2016), publicou vários trabalhos no campo da psicologia tematizando as relações de gênero e a constituição de subjetividades de homens e mulheres em suas práticas esportivas. O pesquisador Wagner Xavier Camargo (2011, 2016, 2018), estuda as questões de homofobia nos esportes, focalizando em suas pesquisas, as competições esportivas mundiais voltadas para o público LGBT (Gay Games e World OutGames). Em seus textos, discute a (homo)sexualidades nos campos de estudo de gênero e de sexualidades na intersecção com o universo dos esportes.

As questões raciais no futebol foi o tema estudado por Bruno Otávio de Lacerda Abrahão (2010, 2016) em sua pesquisa sobre um evento tradicional da periferia de São Paulo, realizado nas décadas de 20 e 30 do século XX, partidas de futebol entre jogadores autodeclarados pretos e brancos na comemoração do Dia da Abolição da Escravatura, 13 de maio chamado “Pretos X Brancos”. Em seus estudos o autor discutiu a questão racial no Brasil, a masculinidade negra e a percepção, da imprensa da época, sobre o evento.

O antropólogo Edison Gastaldo (2006, 2011) desenvolve estudos que envolvem as formas de sociabilidades masculinas, principalmente relacionadas ao futebol e práticas de luta. A partir de dados de campo oriundos de pesquisa etnográfica, ele relaciona as questões de gênero e a constituição das identidades masculinas.

Termino essa seleção de pesquisadores que estudam os esportes e as masculinidades com Gustavo Andrada Bandeira (2017, 2019, 2020), o qual utilizou como aporte teórico os estudos culturais, e os estudos de gênero e da sexualidade numa perspectiva feminista e pós-estruturalista. Ele pesquisou as diferentes masculinidades nos estádios de futebol, em termos de como elas se hierarquizam. Seu objeto são as torcidas, seus cânticos, suas vestimentas e faixas, os quais se inserem como estratégias nas construções das masculinidades desses sujeitos, dentro de um currículo de masculinidade.

Tendo em vista as obras apresentadas até o momento, podemos entender que as masculinidades são plurais, que os estudos das masculinidades visam desfazer noções abstratas de “homem” enquanto identidade única, a-histórica e essencialista. Ainda podemos notar que as masculinidades são situacionais, perpassadas por marcadores tanto de gênero, como de raça, de classe, de etnia, de geração ou outras linhas de diferenciação, envolvendo relações tensas de poder.

Os referenciais teóricos que apresentei me orientam no sentido de entender as diferentes formas de masculinidades, compreender como se estruturam as sociabilidades masculinas, e como as subjetividades dos sujeitos são construídas e reconstituídas, evidenciando as relações de gênero que os envolvem. Nesta perspectiva, fornecem elementos que contribuem para o entendimento das convocações biopolíticas, elaboradas pelas revistas esportivas da década de 1950, no sentido de formular representações e discursos orientadores para constituição de uma masculinidade exemplar, tendo os jogadores de futebol como modelos para outros homens. Nestas convocações, outros elementos são colocados em jogo, tais como: o valor do trabalho para o homem esportista, as diferenças de classe e de raça no futebol brasileiro, pontos fundantes desta pesquisa.

5.2 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS NA DÉCADA DE 1950 E A POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL

Ao observarmos os dados dos Anuários Estatísticos do IBGE na década de 1950, quanto ao gênero das/os inscritas/os em clubes ou associações esportivas e recreativas, vemos

que 90% eram de homens e 10% mulheres no início da década (Tabelas 3 e 4)²⁸. No final da década, o anuário já mostrava alterações, como observamos nos dados de 1960, apresentando 86.07% de homens e 13.93% de mulheres. Os números apresentados nas tabelas 3, 4 e 5 indicam o crescimento do esporte no Brasil e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo de maneira especial.

A região Sudeste era a que mais apresentava associadas/os em comparação com outras regiões, tendo proporcionalmente mais mulheres praticantes de esportes em associações ou clubes. Por concentrar as maiores cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte), o número de mulheres nos esportes também era superior comparativamente a outras regiões. No Sudeste, o total de associadas/os em clubes e associações esportivas era 20% de mulheres e 80% de homens (Tabela 5).

Tabela 4 – Quantidade de Homens e Mulheres em associações desportivas e culturais no Brasil (1948-1951)

Ano	Associações	Brasil	Homens	Porcentagem	Mulheres	Porcentagem
1948	4.339	1.358.990	1.230.50	90,52%	128.940	9,48%
1949	4.810	1.317.777	1.205.597	91,42%	113,180	8,58%
1950*	4.880	1.628.529	1.453.504	89,26%	175.25	10,74%
1951	4.690	1.701.902	1.529.629	89,18%	172.273	10,12%

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Tabela 5 - Quantidade de Homens e Mulheres em associações desportivas no Brasil (1957-1960)

Ano	Associações	Brasil	Homens	Porcentagem	Mulheres	Porcentagem
1957	5.516	1.938.202	1.746.269	87.63%	239.933	12.37%
1958	6.576	2.210.772	1.977.988	88.24%	232.786	11.76%
1959	7.550	2.571.714	2.274.759	86.86%	298.955	13.14%
1960	8.050	2.675.813	2.346.033	86.07%	326.811	13.93%

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

²⁸ Os Anuários dos anos de 1952 a 1956 não apresentam dados relacionados às associações esportivas e culturais e, por isso, optamos por elaborar duas tabelas com os anos que apresentam os mesmos itens e seus respectivos números.

Tabela 6 - Quantidade de Homens e Mulheres em associações desportivas na região Sudeste* (1957-1960)

Ano	Associações /Brasil	Total de associados/os	Homens associados	Porcentagem	Mulheres associadas	Porcentagem
1957	5.516	1.317.005	1.142.087	86.72%	174.918	13.28%
1958	6.576	1.593.780	1.373.331	86.17%	220.449	13.83%
1959	7.550	1.669.065	1.418.983	85.02%	250.082	14.98%
1960	8.050	1.852.062	1.576.112	85.11%	275.950	14.89%

Nota: Foram considerados os estados conforme divisão atual do IBGE para as regiões brasileiras.

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)

Entre as explicações para o crescimento da prática de esportes, estavam o incentivo dado pelo Estado brasileiro, interferindo na institucionalização, normatização e implementação de programas e projetos destinados às práticas esportivas. A instituição de leis trabalhistas que possibilitaram pessoas trabalhadoras terem mais segurança e tempo livre para o lazer, principalmente os homens, pois as mulheres trabalhadoras dedicavam seu tempo livre ao cuidado dos filhos e com os afazeres da casa.

Os dados apresentados indicam que os homens eram a maioria nas práticas esportivas. Mesmo exclusivamente como lazer, eram poucas as opções para as mulheres e aquelas que se arriscavam nas práticas corporais podiam ser alvos de “[...] censuras por parte de familiares, vizinhos, autoridades religiosas ou do Estado e demais guardiães dos costumes” (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 149). Outro fator que indica a maior proporção de homens nos clubes e associações pode estar relacionado ao fato de que, na maioria destas associações, entre as práticas esportivas ofertadas, estava o futebol, esporte mais popular do país, do qual as mulheres estavam impedidas de participar legalmente.

Para Dunning (1992), o esporte é “[...] uma área masculina reservada, considerando o papel que ele representa, a par de outros fatores, na produção e na reprodução da identidade masculina” (p. 394), principalmente nos esportes de confronto. Além disso, Connel (2003, p. 86) argumenta que a organização institucional e comercial dos esportes, são formas de estabelecer relações de gênero bem definidas, pois ajuda a estabelecer hierarquia entre os homens e naturalizam a exclusão e dominação sobre as mulheres. Isto porque os desempenhos corporais dos homens se convertem em uma prova simbólica de sua superioridade, garantindo-lhes o direito de governo sobre todas/os. Assim sendo, o esporte é definidor da

masculinidade ao ser importante marcador para identidade de homens, principalmente ao servir como parâmetro diferenciador em relação às feminilidades.

Tendo por base as reportagens publicadas nas revistas esportivas da década de 1950, podemos separar as práticas esportivas entre as mais praticadas e aquelas de menor popularidade, que eram realizadas por pessoas das camadas médias e altas, mas que, em termos das publicações esportivas, poderiam estar dentro dos interesses das/os leitoras/es, como forma de lazer, mas também de diferenciação social. Apresentarei a seguir as práticas esportivas que as revistas mais destacavam em suas reportagens, e conseqüentemente, eram mais populares no Brasil em meados do século XX.

A natação aparece entre as práticas corporais realizadas por membros das camadas médias e altas, visto que já não eram mais praticadas em rios e lagos, como no início do século XX, mas em clubes, que contavam com piscinas apropriadas ou como alguns denominavam de Parques aquáticos. Essas piscinas ainda eram privilégio dos clubes mais ricos, o que afastava as pessoas das camadas populares desse esporte. Entre os primeiros clubes que construíram piscinas estão: o Fluminense Futebol Clube (1921), o Clube Atlético Paulistano (1926), a Associação Atlética São Paulo (1929), o Esperia e o Germânia (1933) e a primeira piscina olímpica no Tietê (1934,) (MELO, 2018, p. 243).

Com poucas reportagens publicadas estavam às práticas esportivas elitizadas, sendo elas, conforme Melo (2009) destaca: o automobilismo, o ciclismo e o tênis. A prática desses esportes exigia aparatos muito onerosos, e o número de clubes era pequeno.

A revista Manchete Esportiva, curiosamente, constantemente apresentava reportagens sobre o turfe, prática esportiva que, contudo, perdeu popularidade desde o início do século XX. Segundo Melo (2009, 2018), as primeiras corridas de cavalos do Brasil ocorreram em 1810, mas passaram a ser mais organizadas a partir de 1825 pelas elites cariocas. No final do século XIX, no Rio de Janeiro, foram criados vários clubes: “[...] o Jockey Club (mais antigo), o Turf Club, o Clube do Prado Guarani, o Hipódromo Nacional e o Derby Club. Este último surgiu em 1885, organizado por um grupo de sócios oriundos do extinto Derby Fluminense (que, por sua vez, era originário do Club de Corridas Vila Isabel)” (MELO, 2009, p. 9). Ligado ao estilo de vida das elites agrárias, não era mais compatível com a cultura mais modernizante do século XX. Segundo Melo (2018, p. 284), no Rio de Janeiro, na virada do século XX só haviam sobrevivido o Derby Club e o Jockey Club, que se uniram na década de 1920, formando o Jockey Club Brasil.

Dentre as práticas esportivas mais populares aparece o basquete, contando com times amadores em vários clubes, como o Flamengo, Vasco, Palmeiras. O Basquetebol começou a ser praticado no Brasil em 1896, no Mackenzie College, por intermédio do Professor estadunidense Auguste Farnham Shaw (1865-1939). Em 1924 surgiu a Federação Paulista de Bola ao Cesto, como era chamado. No ano seguinte, foi realizado o primeiro Campeonato Brasileiro no Rio de Janeiro, mas com times apenas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O basquete praticado por homens conquistou a medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Londres em 1948. A seleção masculina também foi quarto lugar no Campeonato Mundial de 1950. Nos anos de 1950, alguns atletas do basquetebol brasileiro se destacaram como: os técnicos Kanela, cujo nome de registro era Togo Renan Soares (1906-1992), e Pedro Fuentes (1929-1993), conhecido por Pedroca, bem como o jogador Zenny de Azevedo (1925-2001), chamado por Algodão, que atuava pelo Flamengo (MESQUITA *et al.*, 2006). Por tantas realizações e pela facilidade de sua prática, o basquete era noticiado e tinha muitos fãs e praticantes.

Na década de 1950 o voleibol ainda era pouco praticado por homens, no entanto, em vários clubes existiam times amadores. Nesta década, começaram a ser realizados os campeonatos nacionais e, em 1951 (de 12 a 22 de setembro), foi realizado no Brasil o Campeonato Sul-americano, com equipes de homens e mulheres, na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Em 1954, foi fundada a CBV, tornando-se independente da CBD. Nos Jogos Pan-americanos de 1955, na Cidade do México, a equipe brasileira obteve a terceira colocação. No ano seguinte os jogadores participaram, pela primeira vez, do Campeonato Mundial (realizado em Paris). No final da década, nos Jogos Pan-Americanos de Chicago (EUA), em 1959, com uma equipe de jogadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Brasil conquistou a medalha de prata (CORDEIRO FILHO; ALBERGARIA, 2006).

As reportagens sobre o atletismo eram publicadas quando eram realizados grandes eventos, como os Jogos Pan-americanos ou os Jogos Olímpicos. Um dos eventos mais importantes do atletismo passou a ocorrer a partir de 1945, quando a Diretoria de Esportes do Governo do Estado de São Paulo criou o Troféu Brasil de Atletismo. Nessa modalidade, destacou-se Adhemar Ferreira da Silva (1927-2001), homem negro, oriundo de família humilde, o pai era ferroviário e a mãe cozinheira. Ele iniciou sua carreira no esporte com 18 anos, por meio de um amigo. Como já trabalhava desde jovem para ajudar a família, treinava no horário de almoço. Começou no São Paulo Futebol Clube, conquistou a medalha

de ouro, na modalidade salto triplo, na primeira edição dos Jogos Pan-Americanos, em Buenos Aires, em 1951, e novamente no México, em 1955. Nos Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, estabeleceu novo recorde mundial com o salto de 16.56 metros. José Telles da Conceição também se tornou outro nome importante do atletismo, ao conquistar a medalha de bronze no salto em altura, nos Jogos Olímpicos de Helsinque em 1952 (MELO; TURCO, 2006).

O boxe foi um dos esportes mais populares da década de 1950. Mário Feitosa, Nívea Leite e Amanda Lima (2006), explicam que esta foi uma “era de ouro” do boxe nacional. Segundo as/os autoras/es, surgiram grandes lutadores como: Kaled Curi, Ralf Zumbano e Éder Jofre. Os eventos eram organizados pelo empresário Jacó Nahun, que fez parceria com os dirigentes do Luna Park de Buenos Aires.

Entre os pugilistas de maior destaque estavam Éder Jofre (1936), conhecido como o “Galo de Ouro”, que em 1953, aos 17 anos de idade, iniciou sua carreira, e entre as muitas vitórias foi tri-campeão mundial de boxe. Em 1955, outro boxeador que ganhou fama foi Luís Inácio, o Luisão (1929-1977), homem negro, funcionário da Estrada de Ferro Sorocabana. Conhecido como o “Martelo Negro”, foi o primeiro brasileiro a conquistar medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos, no México. Tanto Luís Inácio, como Eder Jofre, eram lutadores muito carismáticos. No campo das lutas, a família Gracie também sempre estava presente nas páginas de *Manchete Esportiva*. Nesse período, estava em ascensão Carlson Gracie (1932), lutador do Jiu-Jitsu. Suas inúmeras vitórias em campeonatos fizeram dele um jovem famoso e, assim, estabeleceu em Copacabana, no Rio de Janeiro, sua escola de lutas.

Apresentei, até o momento, as práticas esportivas que estavam em alta no Brasil em meados do século XX, no qual várias pessoas se destacaram devido ao esforço individual e/ou do apoio institucional (clubes recreativos, esportivos, agremiações e associações). As práticas esportivas citadas ainda eram amadoras ou semiprofissionais, o que dificultava a participação das pessoas das camadas populares, pois além do tempo disponível para os treinamentos, era necessárias a aquisição de materiais e estar associada/o a algum clube. A defesa do amadorismo ainda era frequente na década de 1950, e isso significava manter as práticas esportivas restritas para pessoas das camadas médias e altas da sociedade.

Para Melo (2018, p. 153), o futebol, diferente das demais práticas esportivas, permitia à população pobre ser participante do jogo, pois podia ser exercido praticamente em qualquer espaço. O esporte tornou-se acessível mesmo para aqueles que não estavam associados aos clubes. Como indica Simoni L. Guedes (2009, p. 454), se inicialmente era praticado em

“alguns setores e espaços restritos como fábricas com trabalhadores ingleses qualificados ou clubes de jovens bem-nascidos, espalhou-se de modo inesperado, rapidamente, quase como um ‘rastilho de pólvora’, impondo-se ao interesse da imprensa então existente e aos governantes”.

Conforme Levine (1982, p. 23), a história do futebol no Brasil pode ser dividida em quatro fases, sendo elas: (a) primeira fase (1894-1904), (b) fase amadora (1905-1933), (c) fase do profissionalismo (1933-1950), (d) fase do reconhecimento internacional e da comercialização do futebol (1950-1970).

Para fins dos objetivos desta pesquisa, focalizamos o início da última fase, quando em meados do século XX, o futebol brasileiro já estava bem estruturado, tanto nos clubes como na seleção brasileira, que disputou duas finais de copa do mundo (perdendo a primeira para o Uruguai, em território brasileiro em 1950, e conquistando o título em 1958, em território europeu). O futebol brasileiro tornava-se o esporte de referência no país, e começou a se projetar no exterior por meio de excursões para promover o esporte, e com a venda de jogadores para clubes europeus. No plano simbólico, e ao menos no imaginário popular, o Brasil passou a ser conhecido como o “país do futebol” e do “futebol arte”. Tal distinção o acompanhou durante a segunda metade do século XX, permanecendo no início deste século XXI (SILVA, 2005, p. 6).

Além dos campeonatos estaduais, existia o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais, de 1922 a 1987, que era uma disputa entre os melhores jogadores dos estados. Em 1933, a Federação Brasileira de Futebol criou também o Torneio Rio-São Paulo, primeira competição interestadual de clubes do país, mas que não teve regularidade, sendo que somente em 1950, passou a ser realizado anualmente perdurando até 1966.

Assim, nos anos 1950 o Brasil não tinha um campeonato de âmbito nacional, como os outros países da América Latina. As dificuldades de organizar este campeonato eram justificadas pelas distâncias entre as regiões nacionais. Esta dificuldade foi resolvida somente em 1958, por meio da pressão da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL ou CSF), à época dirigida pelo brasileiro José Ramos de Freitas. A instituição desejava realizar um torneio para reunir os clubes campeões de cada país da América do Sul, nos moldes da Copa dos Campeões da UEFA, que já acontecia na Europa. Este campeonato iniciou-se em 1960 com o nome Copa dos Campeões da América, somente em 1965 a competição seria batizada de Libertadores da América.

Assim, em 1959, a CBD criou a Taça Brasil em substituição ao Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais. Santos (2012, p. 35) explica que o campeonato era organizado em duas grandes chaves (Norte/Nordeste e Centro/Sul). Após os jogos eliminatórios das chaves entrariam os times mais fortes, principalmente os times paulista e cariocas. Essa estrutura diminuía os custos com deslocamento, mantinham a qualidade dos confrontos entre os times, vislumbrando-se um torneio democrático, em que o time campeão iria representar o Brasil na Copa dos Campeões da América.

Esses campeonatos movimentavam as torcidas, e a imprensa se encarregava de trazer maior número de adeptos. Jornais, revistas e as rádios eram as principais fontes de informação, e os meios de comunicação populares da época. Mesmo residente na região Norte ou Sul, bastava o/a torcedor/a ligar o rádio para acompanhar os times de sua preferência. Os torneios abriam possibilidades para os jogadores atuarem na Seleção Brasileira de Futebol. Para o jogador, ser convocado para a seleção era uma oportunidade de visibilidade, de ter seu passe negociado por altos valores nos clubes.

Por sua vez, a boa atuação do time da seleção foi usada politicamente pelos governos federais, que procuravam vincular sua imagem à da Seleção Brasileira de Futebol. Para Santos (2012, p. 29), políticos, dirigentes e jornalistas, como Mário Filho, desejavam sediar a Copa do Mundo de 1950, como uma forma de “[...] mostrar um país industrializado e que havia conseguido nítido progresso nos quinze anos de Era Vargas”, principalmente na ditadura do Estado Novo.

Com tantas questões envolvidas, os atletas eram muito cobrados e visados pela imprensa. A vitória ou a derrota auferiam um grande significado, como ocorreu na Copa do Mundo de Futebol de 1950, realizada no Brasil. No jogo final, frente à seleção do Uruguai, a seleção brasileira perdeu pelo placar de 2 a 1. Abriu-se espaço para justificativas de cunho racista. Muitos jornalistas e comentaristas esportivos responsabilizaram três jogadores negros pelo fracasso do time, sendo eles: Barbosa (goleiro), Bigode (médio-esquerdo) e Juvenal (zagueiro-esquerdo), como mencionado por Mário Filho em seu livro *O Negro no Futebol Brasileiro* (1964, p. 290).

Na Copa do Mundo de 1954, o Brasil foi eliminado da competição na fase das quartas de finais, derrotado pela Hungria por 4 X 2. Nesse momento, segundo apontado por Abrahão (2010), além do comunismo (Guerra Fria), a mestiçagem e a origem social dos jogadores seriam utilizadas para justificar o resultado do time no campeonato.

Em 1958 João Havelange (1916-2016) assumiu a CBD, colocando uma administração empresarial. Nessa gestão, foi elaborado o Plano Paulo Machado de Carvalho (PPMC),²⁹ com o intuito de disciplinar, educar, preparar e “civilizar” os jogadores para saberem se comportar frente a outras seleções, nos hotéis e nas conferências com a imprensa, por exemplo (ARCHANJO DE FREITAS JÚNIOR, 2014). O time que disputou a Copa do Mundo, em 1958, foi acompanhado por um psicólogo João Carvalhaes, para submeter os atletas a testes de “avaliação de inteligência e equilíbrio psicológico”. O profissional ajudaria os jogadores a lidarem com os medos e a inferioridade frente aos europeus (MANCHETE ESPORTIVA, 1958).

Com essa estrutura, e com a presença de Pelé, Garrincha, Didi e Djalma Santos entre outros jogadores negros, a seleção saiu vitoriosa, na Suécia, em 1958. Os três jogadores negros, pelo desempenho alcançado se tornaram, via alcunhas midiáticas, “Rei”, “Anjo” e “Príncipe”,³⁰ respectivamente. No retorno para o Brasil, os jogadores foram recebidos como heróis, no Palácio do Catete pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que fez questão de beber champanhe na taça dos campeões, embalados pela marchinha “A taça do mundo é nossa”, composta para celebrar o feito da seleção³¹ (SANTOS, 2012). A partir da década de 1950 o Brasil passou a ser chamado de “país do futebol”, por muitas pessoas e com o sucesso da Seleção o preconceito sobre os jogadores pode ter sido disfarçado ou encoberto.

Os grandes feitos da seleção brasileira de futebol, bem como a maior visibilidade e incentivo a outras práticas como o boxe, o atletismo, o voleibol e o basquetebol, por exemplo, estimulavam o desenvolvimento maior da cultura esportiva, principalmente nas grandes cidades do Sudeste. André Maia Schetino (2013) estabelece relação entre o esporte e as transformações que a industrialização provocava nas grandes cidades na década de 1950, as quais influenciavam a percepção de modelos para os corpos de seus habitantes, que deveriam ser condizentes com a nova realidade. Desta forma, um novo tipo de corpo passou a ser exaltado, sendo:

²⁹ O PPMC era um manual coercitivo que continha 96 artigos, que ditavam todos os procedimentos, normas e comportamentos dos integrantes das futuras convocações da seleção brasileira (JÚNIOR, 2014, p.4).

³⁰ Após a Copa, a imprensa francesa declarou Pelé como “o Rei do Futebol”. A crônica esportiva nacional chamava Garrincha de “o Anjo das pernas tortas” e Didi foi apelidado de “o Príncipe Etíope” devido a sua pele negra e sua elegância de jogar.

³¹ “**A Taça do Mundo é Nossa**” foi uma canção de Wagner Maugeri, Lauro Müller, Maugeri Sobrinho e Victor Dagô em 1958.

[...] mais forte, belo, ágil, que se alimentava de forma diferente, vestido com roupas leves, mais curtas, que valorizavam as novas formas desse corpo e seus movimentos. Provavelmente esses corpos não eram maioria, mas os valores de uma cultura esportiva estavam cada vez mais presentes na cultura urbana das cidades (SCHETINO, 2013, p. 11).

As representações positivas entre as práticas esportivas e a industrialização, eram importantes para nova fase do capitalismo brasileiro vinculado ao capital internacional. Dentro das estratégias biopolíticas do Estado brasileiro, a imagem dos atletas, principalmente os jogadores de futebol, representavam o conjunto da população da nação, que se unia para vencer, coletivamente lutavam contra os maiores desafios, como um time. Sendo que os homens atletas carregavam as características dos brasileiros, tais como a malícia, a genialidade, o jogo de cintura para vencer os desafios, bem como, a força, a honra e o patriotismo viril. Valores que foram avivados justamente no momento de reestruturação do modelo industrial, que exigia um novo modelo de trabalhador.

5.3 VIRILIDADES, FUTEBOL E SUBJETIVIDADES MASCULINAS

Miriam Pillar Grossi (2004, p. 8) esclarece que na cultura ocidental, a realização de práticas esportivas, além de área reservada masculina, também é espaço central da constituição da masculinidade. Assim, para os homens, o esporte é incentivado desde o nascimento, quando o pai já indica o time para o qual o filho vai torcer ou uma modalidade esportiva que ele deverá jogar. Na escola também, os meninos são mais incentivados a praticar um esporte do que as meninas. Esse incentivo segue nos clubes, no exército, entre muitos outros espaços sociais. Entre os homens, é quase uma obrigação praticar esportes como forma de lazer, profissionalmente ou, no mínimo, o não praticante é reclamado por outros homens a estar capacitado a falar sobre esportes, principalmente de futebol, no caso brasileiro. Aqueles que se afastam do mundo esportivo (do futebol) podem ser negativamente marcados como afeminados e homossexuais por seus pares. Essa cultura também exercia poder sobre as mulheres, pois aquelas que se aproximavam dos esportes poderiam ser depreciadas como masculinizadas, não femininas ou lésbicas (DUNNING; MAGUIRE; 2010).

Como apresentado anteriormente, o futebol era a prática esportiva de maior popularidade no país, promovida pela mídia como uma “paixão nacional”. Desde os anos de

1930, o futebol se tornou um elemento de identificação das coletividades populares, maior que os partidos políticos, sindicatos ou religiões. Sua popularidade e o grande engajamento das torcidas incentivaram intelectuais e políticos a criarem discursos que vinculavam o esporte com a identidade nacional (SILVA, 2006, p. 31). Para muitas pessoas os jogadores foram seus primeiros “heróis”, nos quais eles mesmos se reconheciam, pois eram oriundos das camadas populares, cujas características, valores e experiências se aproximavam das suas, em um enredo que misturava muitas dificuldades para conseguir uma vida melhor, jogo de cintura frente os adversários, a malandragem, a esperteza, a resistência, a força física e moral entre outras.

Como a maior parte dos praticantes de esportes eram homens e tinham no futebol a maior expressão do esporte, as revistas esportivas faziam uso de elementos indicadores de modelos de masculinidades que eram valorizados pelas elites e que poderiam servir de modelos para outros homens, principalmente para aqueles das camadas populares que eram fãs e praticantes de futebol. Desta forma, procuravam com seu trabalho jornalístico, estabelecer um vínculo afetivo entre os leitores/es e homens que viviam do esporte, consistindo esse jornalismo, portanto, em importante elemento na produção de subjetividades masculinas.

Cabe ressaltar que a subjetividade é construída a partir dos movimentos de individuação, que se caracterizavam pela repetição de modelos vigentes; e pela singularização, no qual o sujeito pode criar e reinventar sua subjetividade. Uma pessoa não vive em uma singularização pura, ela é atingida pela individuação por várias frentes, seja de classe, gênero ou raça (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Compreendo que havia diferentes formas de ser masculino nos anos cinquenta do século XX, e que essas formas de masculinidades, ligadas as práticas esportivas (ao futebol especificamente) estavam atreladas a contextos sociais específicos. Ao falar que as revistas esportivas veiculavam por meio de reportagens modelos de masculinidades, não quero dizer que todos os homens da década de 1950 se definissem por eles, uma vez que estavam restritos aos homens que estavam vinculados profissionalmente aos esportes e aqueles consumidores de notícias esportivas, praticantes esportivos amadores, por lazer, fãs de esportistas e clubes e seus interlocutores, os jornalistas e editores de periódicos esportistas.

Considerando estas questões, é possível dizer, em relação aos materiais jornalísticos das revistas aqui analisados, que o caminho privilegiado dos processos de subjetivação das masculinidades se inicia pela valorização da demonstração de virilidade. Como explica

Georges Vigarello (2013, p. 282 - 284), na passagem do século XIX para o XX, a noção de virilidade se expande ao ser acrescentada a exigência de uma firmeza moral ao lado da potência física e sexual. Nesse sentido, a virilidade exigida para os homens praticantes de esportes passou a ser entendida como uma virtude que exaltava o controle emocional, ao invés da vontade do indivíduo e o uso da violência. Além de disciplinar e regenerar o corpo masculino, o esporte deveria contribuir para a formação de seu caráter, destinado a garantir o controle dos músculos e da imaginação. Mesmo assim, praticar esportes continuou sendo uma forma de “[...] demonstração pública das qualidades físicas da combatividade, da agressividade; valorização do poder, da resistência à dor” (BAUBÉROT, 2013, p. 391). Estas características faziam parte da sociabilidade dos homens desde muito jovens, como parte dos ritos de passagem para a vida adulta, onde demonstrar aptidões físicas é uma forma de ser avaliado e aceito pelo grupo e para reforçar os laços de amizade entre eles.

A imprensa esportiva, como porta-voz e formadora de opinião, veiculava discursos em torno de uma série de atributos de masculinidade valorizados pelas elites na esfera pública, constituindo-se em instrumento pedagógico para os homens das camadas populares. As reportagens de revistas esportivas da década de 1950 exerciam uma ação controladora de um perfil masculino, que emerge no discurso, na medida em que procuravam ressaltar as características viris dos atletas, tanto pelos aspectos da demonstração da força física, como pela manifestação de uma moralidade elevada.

Era comum nos textos, falas sobre a atuação de homens atletas, tais como: “ele lutou até o fim por seu time”, ele não “foge de uma briga” ou ainda ele não “leva desaforo pra casa”. Outra frase recorrente, nesses textos, é a de que “jogaram como homens”. Assim, as práticas discursivas em torno de um atleta considerado viril, remetem ao uso da força física de forma positiva, aproximando o atleta ao paradigma da guerra, da aptidão ao combate, ao “corpo a corpo”, e ao exercício da violência, ao ponto de ter absoluto domínio sobre o adversário, de colocá-lo em uma situação de humilhação, real ou simbólica (VIGARELLO, 2013).

Podemos juntar à análise a noção de *performatividade* de gênero, como explicado por Judith Butler (2016). Ela nos permite perceber que o gênero é constituído por meio da repetição “estilizada de atos”, ou seja, o homem heterossexual para se enquadrar dentro de uma lógica binária e da matriz heterossexual, coloca em prática atos performativos, que se dão por meio da repetição estilizada de atos, gestos, atuações, imitações e encenações. Para a autora, os atos performativos dão a ilusão de um núcleo organizador do gênero, que se

mantém por meio dos discursos, com o objetivo de regular a sexualidade na estrutura da heterossexualidade compulsória, que busca enquadrar os sujeitos em modelos binários, coerentes e inteligíveis (BUTLER, 2016, p. 195).

Ao analisar os textos jornalísticos podemos perceber que existia uma repetição das falas e dos gestos, no objetivo de reafirmar a masculinidade. Nos exemplos a seguir, a *performatividade* está no fato de que era importante para os jogadores mostrarem-se viris. Para isso, faziam uso da força física, da violência e dos xingamentos.

O uso da violência pelos esportistas era enaltecido nos textos de jornalistas, como na reportagem da Revista do Esporte, que apresentava como título “Os brigões do futebol”, na qual vários jogadores considerados “brigões” eram caracterizados como aqueles “que não fugiam do pau”. A reportagem não recrimina tais atitudes, naturalizando-as dentro do futebol. Entre os jogadores citados estava Paulinho (do Botafogo) que “[...] supre, às vezes, a falta de classe com golpes de audácia, brigando como um leão. Demonstrou toda sua valentia no prélio Uruguai X Brasil em Buenos Aires” (REVISTA DO ESPORTE, n. 29, 1959, p. 10). As palavras nestas frases marcam um tipo de masculinidade desejável na época, de modo que, se faltava habilidade técnica no esporte, o jogador poderia usar a violência. Neste caso, para um jogador de futebol³² ser bom na defesa do time, tinha que “brigar como um leão” (sem dó, agressivo) e demonstrar toda sua valentia (não se acovardar). Se os jogadores não agissem dessa forma, o esporte não seria mais um terreno de machos, como escreveu Nelson Rodrigues em Manchete Esportiva, em texto sobre os setenta anos do Clube Flamengo, lembrando os anos do início do futebol no clube (1911):

Ah, os jogadores! A bola tinha uma importância relativa ou nula. Quantas vezes, o craque esquecia a pelota e saía em frente, ceifando, dizimando, assassinando canelas, rins, tórax e baços adversários? Hoje, o homem está muito desvirilizado e já não aceita a ferocidade dos velhos tempos (MANCHETE ESPORTIVA, n. 6, 1955, p. 25).

Essas mensagens eram convocadoras de uma virilidade violenta dentro do futebol, para isso, o escritor utilizou as palavras “ceifando”, “dizimando” e “assassinando”. São termos que remetem ao combate, a guerra e a violência, completada pelo julgamento de que se não tivesse a “ferocidade”, seria menos masculina.

³² “Jogador de futebol” ou “futebolista” aqui e em todo o texto é usado no sentido de jogador de futebol de campo, profissional.

Para não serem vistos como fracos, fujões ou covardes. Alguns jogadores se diziam viris, ou seja, deveriam se impor sobre o outro homem dentro do campo. Nessa forma de jogar o futebol, o atleta deveria “ir pra cima” do oponente, de modo que venceria o mais forte, sendo entendido como “jogo viril, mas leal”. Assim, a violência era entendida como própria do jogo e não como fruto de maldade, e, sendo violento deveria ser jogado somente por homens. São neste, momentos, que os homens colocam em prática uma *performatividade* de gênero em que para ser “mais homem” era preciso se impor pela violência, sendo o esporte um momento de demonstrá-la, e por isso torna-se um espaço de exercício da masculinidade.

Figura 30 – Jogo viril, mas leal, Manchete Esportiva, n. 26, 1956 (imagem: Joel Martins)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020

Se a partida era baseada na violência os acidentes eram constantes, mas eram entendidos como sendo parte da jogada. Então, essa prática não era algo desleal dentro da competição, apesar de ir contra os valores referentes a qualquer prática esportiva, como de: cavalheirismo, lealdade, respeito ao adversário, colaboração em equipe, força de caráter, independência, patriotismo, persistência, respeito às regras, solidariedade, vontade e tenacidade. A lealdade é um valor fundamental para o esporte, é ela que garante o respeito às regras e uma disputa justa, em que os jogadores dos dois times possuíam plena confiança no cumprimento do compromisso dentro do jogo.

Se a imprensa convocava os jogadores a serem violentos, tendo essa referência como sendo de hombridade, ficava mais difícil definir aqueles atletas que entravam em campo somente para ferir o jogador adversário, sendo desleal. Quando isto era evidente, os jogadores eram chamados de “açougueiros”.

A reportagem de Paulo Rodrigues traz os jogadores do Flamengo Barbosa, defensor, e Castilho, goleiro, em uma verdadeira cena de batalha (*Figura 30*) lançando-se alto para impedir a ação de ataque do jogador do Vasco da Gama. No momento em que a fotografia foi tirada, os jogadores colocam a força muscular em ação de forma violenta se jogam acima do jogador adversário. A legenda reforça a questão da valorização da força física, comparando-os ao “cavalo-de-batalha”, neste ponto, os jogadores são incentivados pelo técnico e pela reportagem a usar a força física para defender seu time a qualquer custo. Tanto os jogadores perdem sua humanidade, como o jogo é encarado como uma batalha, onde o “jogo viril, mas, leal” fica em dúvida, pois neste jogo Joel Cardoso, em confronto com Victor Gonzales, quebrou uma das pernas.

Alguns jogadores se tornaram grandes representantes do jogo viril, os quais, em muitos atletas e jornalistas, causavam certa indignação, mas eram permitidos. A autorização para exercer a violência era mantida, como demonstrado no texto sobre o jogador Maurinho do Palmeiras, descrito como temperamental, violento e sem amigos, “[...] que gosta de criar casos. Muito embora, ninguém discuta, seja ele um grande craque, valente e viril” (REVISTA DO ESPORTE, n. 29, 1959, p. 10.). Esse também era o caso do jogador Almir Morais de Albuquerque (1937-1973), o Pernanbuquinho, que começou a jogar pelo Sport de Recife, em 1956. No ano seguinte transferiu-se para o Vasco da Gama, atuando posteriormente nos clubes Corinthians, Boca Juniors, Flamengo, Santos e América Futebol Clube, sendo ele um dos jogadores mais comentados na imprensa esportiva no final da década de 1950. Os

jornalistas Fausto Neto e Mauricio Azedo da Revista Placar, ao realizarem entrevista com Almir sobre sua vida escreveram que:

Raramente não chegava em casa de olho roxo, a mão marcada por dentes de bocas abusadas. Cada dividida com seu detrator simbolizava uma explosão de ódio, fúria, um último e fatal encontro. Dentro do menino de cabelo encaracolado, lá no recôndito de seu íntimo, começavam a brotar caracteres que o marcaram mais que o afetuoso trato com a bola: o revoltado, o malcriado, o desleal, o valente, o impiedoso, o que não levava desaforo para casa (REVISTA PLACAR, n. 147, 1973).

Em reportagem publicada na Revista do Esporte, com a chamada “Gosto do jogo duro: ninguém me amedronta/Almir tem raça”. O complemento do título “Almir tem raça”, remete à ideia de força de vontade ou coragem, então o confronto violento e o uso da força física apresentavam um valor simbólico, agregando prestígio ao jogador. Almir justifica seu comportamento da seguinte forma:

Futebol é pra homem. É por isso que sou “caçado” e não fujo à luta. Pisam-me, mas não me amedrontam. Gosto de uma partida dura porque tenho chance de revidar. E o faço sem intenção. Apenas para mostrar que não sou medroso. Que sou igual a qualquer um.
[...] É o mais duro do Brasil. Ninguém conhece ninguém. Todo mundo luta por um lugar ao sol. Em vista disso, o futebol do Nordeste é o mais viril (REVISTA DO ESPORTE, n. 9, 1959, p. 14).

Pelas palavras de Almir, ser homem era exercer a violência, ele relaciona sua prática esportiva com o instinto primitivo da caça, justamente por ser “mais homem” em campo era caçado, e para provar sua virilidade, não fugia da luta, ao contrário ele revidava. Completa sua argumentação expressando que ser homem era não demonstrar medo. Em sua fala, o termo viril está relacionado com o embrutecimento do homem, com o uso da força física e da violência, ser nordestino também era um marcador importante, pois o homem nordestino era mais viril que os das regiões Sul e Sudeste (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003).

Esse sentido de virilidade era empregado por vários entrevistados e jogadores, como Antônio Evanil, o Coronel, jogador médio esquerdo cruzmaltino, sobre o qual se diz “[...] é apontado como o ‘homem mau’ do Vasco da Gama, devido à sua maneira viril de entrar na bola e disputá-la ao adversário” (REVISTA DO ESPORTE, n. 31, 1959, p. 45). No mesmo sentido, o jogador Luís Carlos, atacante do Bangu, quando lhe foi perguntado qual jogador era mais violento, ele responde: “[...] o futebol é um esporte viril e tem que ser jogado assim” (REVISTA DO ESPORTE, n. 40, 1959, p. 42), a mesma pergunta sendo respondida por

Olavo, atacante do Corinthians, de forma semelhante: “[...] não gosto de falar dos outros: eu mesmo sou bastante viril” (REVISTA DO ESPORTE, n. 50, 1959, p. 40).

A virilidade esportiva, amparada na força física e violenta, no confronto com outros homens, fazia parte do ritual de masculinização. Aquele que suportava mais dor também era mais forte, ou seja, mais homem. Esta característica afastava dos homens o fantasma da feminilidade. A fala do repórter sobre o comportamento dos jogadores após uma partida violenta é indicativo, se referindo ao clima no vestiário disse que “[...] Era assim, de alegria esfuziante, o vestiário cruzmaltino após o jogo de sábado. Orlando todo machucado a um canto, todos se queixando da violência posta em prática pelos do Bangu, mas ninguém deixando de estar alegre” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 16, 1956, p. 7). O reporte faz questão de frisar que alguns jogadores estavam muito machucados, mas muito alegres.

O rito de aguentar a dor e o sofrimento está na categoria do não dito, sendo um aprendizado iniciado na infância ainda. Como afirma Welzer-Lang (2001, p. 463):

Integrar códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente.

Esse autor utiliza o conceito de *casas-dos-homens*, ou seja, lugares culturalmente fixados como espaços por excelência masculinos, tais como o quartel, a prisão e o campo de futebol, ambientes que:

[...] ao abrigo das mulheres, se constrói, se gera e regenera o masculino, seus atributos e privilégios de gênero [...] nos quais cada homem competindo com outros, deve mostrar durante o tempo todo, e mais que qualquer outra coisa, que ele é um homem de “verdade” (WELZER-LANG, 2004, p. 1170).

A *casa dos homens* é uma metáfora para a pedagogia da masculinização, onde cada cômodo simboliza uma etapa do se fazer homem. Para passar de um ambiente para outro, ao cruzar uma porta, vários rituais devem ser realizados; para estar naquela posição, precisava estar autorizado. Como aponta ainda o autor (WELZER-LANG, 2004), os homens têm que provar o tempo todo durante sua vida sua masculinidade. Assim, suportar a violência e demonstrar agressividade faz parte do exercício de masculinização.

A intimidação aparece para os jogadores de futebol, como um artifício para a construção da representação masculina, fazendo parte dos rituais da “casa dos homens”. Talvez por isso os técnicos, os companheiros, os jornalistas, e a própria torcida, muitas vezes os incentivavam a serem violentos com os adversários, naturalizando tais atos e se colocando contrários a quem não se comportasse dessa maneira. No trecho de uma dessas reportagens, o jornalista escreveu que “[...] Cacá e Pampolini são homens que jogam macio. Os botafoguenses se queixam do modo de atuar da defesa” (REVISTA DO ESPORTE, n. 88, 1960, p. 36). Tanto torcedores como o jornalista, recriminavam os dois atletas por jogar “macio”, sem brutalidade. As posturas desviantes precisavam ser justificadas, como o fez Milton Martins Kuelle, o Formiguinha, do Grêmio, ao dizer que “[...] Homem não tem medo de homem, o que é que há? Se às vezes procuro contornar a situação é porque acho que futebol, realmente é para homem... mais civilizado” (REVISTA DO ESPORTE, n. 79, 1960, p. 22).

Figura 31 – Virilidade e demonstração da força física, Manchete Esportiva, n. 47, 1956 (imagem: Jader Neves)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020

A demonstração de força, muitas vezes, passava por simples brincadeira, teatralização simbólica do duelo entre times e jogadores, ensaiada em algumas ocasiões ou com consequências perversas. Na *figura 31*, vemos a encenação dos jogadores, a revista incentiva à ideia de duelo e de que venceria o time mais forte. São imagens elaboradas pela grande mídia que ficam no imaginário dos homens de como devem ser, sempre em um jogo de disputas onde vence o mais forte.

O revanchismo entre os clubes incentivados pela imprensa era refletido em campo, onde alguns jogadores se viam autorizados a abusar da violência para atingir seus objetivos, como vemos nos textos abaixo:

Não parecia um lance de maiores consequências. Hélio correu contra seu próprio gol com a bola no chão. Almir, partindo da sua direita, veio com o pé levantado e atingiu a perna esquerda de apoio do lateral do América Hélio. A alavanca foi fatal. Hélio desequilibrou-se e caiu aos gritos. Almir levantou-se. Hélio estava no chão com ruptura total dos ligamentos (MANCHETE ESPORTIVA, n. 16, 1956, p. 7).

O zagueiro Hélio, do América, ficou inutilizado aos 32 anos de idade num choque com Almir. Dizem que o estalo da perna foi ouvido da arquibancada do maracanã. Para Almir, a cena se resumiu a uma simples explicação: - Era ele ou eu – O episódio marcaria definitivamente sua carreira (REVISTA DO ESPORTE, n. 9, 1959, p. 14).

Ao que parece estes atos não causavam espanto aos narradores e repórteres, pois também faziam parte do espetáculo. O ouvir o estalo da perna sendo quebrada causava uma espécie de prazer. Entre estes homens poderia ser algo mais comum do que parece, visto que, ao se achar injustiçado pela imprensa que o criticava, Almir tentou se justificar anos depois, dizendo: “[...] mas Gerson - este sim, um rapaz muito bem comportado - quebrou as pernas de Mauro, do Flamengo, de La Tone, da seleção peruana e de Vaguinho, do Corinthians, sem que ninguém o condenasse. E Pelé quebrou as pernas do alemão Giezzman, e de Procópio” (SILVA, 1973, p. 24). Connell (2003) afirma que os esportes, em equipe em particular, perpetuam e legitimam a agressão masculina, ao colocar os corpos masculinos em exposição, passando por treinamento intenso, aceitando e superando a dor, utilizando seus corpos como se fossem instrumentos, inclusive armas, infligindo dor em outros corpos. A fala de Almir naturaliza a violência nos jogos, talvez acreditando que muitos homens que iam aos estádios esperavam por ver algo assim. O chamado *sururu* (confusão) era corriqueiro nas partidas de futebol; os jogadores saíam aos socos, o campo era invadido por reportes, policiais e torcedores e a “pancadaria” era geral. Uma das maiores confusões em que Almir esteve

envolvido se deu em 1959, em um jogo entre Brasil e Uruguai (3 x 1), no qual o resultado do duelo foi:

Pelo Brasil: Castilho (contusão no supercílio), Bellini (atingido no rosto e nos dentes), Didi (contusão no rosto), Almir (contusão na perna esquerda e mão direita), Orlando (ferida no lábio, contusão na perna esquerda), Gilmar (contusão no pescoço e orelha direita). Pelo Uruguai: William Martínez (hematoma nos dois olhos, cabeça quebrada), Silveira (contusão no abdome), Gonçalves (feridas no rosto e no supercílio), Messias (contusão no rosto e perna esquerda), Douksas (contusão em ambas as pernas), Borges (contusão na perna esquerda) (TORRALBA; LIMADO, s/d).

Eram inúmeros os relatos de jogadores machucados, contundidos e doentes, o que causava medo e insegurança para alguns atletas, pois poderia significar o fim da carreira ou meses sem jogar até se recuperar. As penalidades impostas não surtiam efeito moral sobre os jogadores, como vemos pelo histórico de Amarildo, conhecido como “O Possesso”, considerado:

[...] Por nove anos foi rei na Itália, do Milan. Fiorentina e Roma. Também foi rei em punições. Suspenso 41 vezes, teve 28 expulsões e pena de 28 semanas. Era o Possesso que quebrara pernas, tivera a sua quebrada e o corpo cheio de cicatrizes. Esse era o Amarildo que um dia jogou ao lado de deuses da técnica e de cada um deles ganhou um pedaço da imortalidade. Mas ele, além de tudo, era um Craque da Raça (MUSEU DO FUTEBOL, 2010).

Esses atos certamente não era um bom modelo a ser seguido por outros homens; mesmo assim, Amarildo foi enaltecido, anulando a violência empregada e a falta de ética, na frase “além de tudo, é um craque da bola”. O repórter ameniza sua violência e confirma o comportamento como adequado ao terminar o texto com a frase, dizendo que era considerado um “imortal”, um ídolo. Essas frases evidenciam a unidade de grupo pela solidariedade expressa em um modo assertivamente masculinista, unidade na qual “[...] a virilidade tem que ser validada por outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte do grupo de ‘verdadeiros homens’” (BOURDIEU, 2002, p. 64). Nesse sentido, aquele jogador de futebol que consegue se firmar com o uso da força física, assegurava um poder exclusivo, de homem livre, que ninguém poderia constranger e nada o poderia atingir.

Como afirmei anteriormente; a virilidade esportiva estava assentada na demonstração da força física e da violência, sendo valorizada e naturalizada por integrantes da imprensa esportiva. Embora o discurso que defendia uma *performance* de masculinidade viril e violenta, constantemente repetido, “tentasse” se sobrepôr aos demais, outros discursos se entrecruzavam ao contrapor a sua prática como algo não intelectual, dividindo os jornalistas que enalteciam outras características dos homens esportistas.

Para alguns jornalistas, esse modelo de masculinidade não era um bom exemplo para os demais homens, inseridos em espaços urbanos e industrializados. Para estes, as práticas esportivas eram meios para inculcar os valores morais, dentro da lógica de corpos disciplinados e dóceis. Neste sentido, os valores morais também estavam presentes nos discursos de muitos jornalistas, principalmente os valores referentes ao respeito pelo adversário por meio do jogo limpo (*fair play*), no qual deveria vencer o melhor atleta ou time, aquele que detinha maior habilidade técnica que o outro competidor. As ideias convergiam para uma imagem masculina, com forte domínio técnico e respeito aos colegas, também dotado da capacidade de mover os demais na direção dos objetivos do time, como um líder. Estas práticas levavam ao reconhecimento como atleta e a um exemplo de virilidade a ser seguido. Em várias reportagens, eram apontadas as características dos atletas que eram tidos como responsáveis pelo sucesso destes, e deveriam ser exemplos para os demais, como vemos no texto do jornalista Odilon C. Brás, do jornal Mundo Esportivo (29 jun. 1951, p. 4):

Se tivesse que descrever os contornos físicos de Homero, a coisa seria mais fácil. Altura 1,78 cm, complexão robusta; tipo morfológico; normolineo; feições regulares; perfil grego; recordando o próprio nome, peito largo e másculo. Mas queremos retratar sua personalidade de craque, essa série de fatores que contribuem para fazer dele um gigante disciplinado, forte como Hércules e justo como Brutos. Então a tarefa torna-se complicada.

[...]

Temos aí, a silhueta do homem. Passemos a do jogador. No campo, tudo em Homero reflete o equilíbrio de sua vida. O sentido de disciplina está sempre presente em todos os seus atos. Disciplina de movimentos, disciplina de ideias e de gestos. É sempre um dos primeiros a comparecer nos treinos. Nunca discute as determinações do técnico. Nunca perde a linha, mesmo quando sofre uma injustiça. Empenha-se ao máximo no cumprimento do dever, respeitando os companheiros e adversários [...] Temos visto certos craques, em dias inspirados, zombarem dos adversários com o clássico “baile” tão a gosto da torcida. Homero seria incapaz disso [...] Disputa lealmente, e quando sai vencedor, não tripudia com gestos e palavras indignas [...] Encara por assim dizer, o ideal helênico do esporte. É particularmente expressivo para nós, amantes apaixonados do futebol, constatar que não morreu esse espírito olímpico.

O perfil de masculinidade que o jornalista procura legitimar naquele momento, era de oposição ao jogador que só causava confusão, brigão, que não seguia as regras, que era identificado como impróprio e ameaçador. Se considerarmos o jornalista como um representante dos valores da elite, vemos aí uma posição dessa elite, de uma desejável masculinidade controlada, pautada pela moralidade das camadas altas, de personalidade ativa e, sobretudo, disciplinada. Odilon C. Brás, em seu texto, procura atrelar a disciplina e o autocontrole como os fatores que trouxeram as maiores honras e o sucesso para o futebolista Homero; fatores que poderiam servir de exemplo, não só para os outros jogadores, mas para todos os homens leitores de notícias esportivas. Neste modelo, mesmo cometendo algum excesso (violência) por falta de técnica, na sua vida social tem completo controle de suas emoções:

Se, dentro do campo, pode a sua figura sempre juvenil pecar por algum excesso, o mesmo não acontece cá fora, onde todos o conhecem como o rapaz educado e atencioso que cativa pela simplicidade dos gestos e bom humor constante. Canhotinho é um “gentleman” em toda a extensão da palavra. Recebe a crítica com elevação, jamais emitindo uma queixa ou guardando mágoa. Essa é a outra faceta de sua personalidade, talvez a maior tranquilidade da sua vida profissional. Após quase 10 anos de atividade ininterrupta, durante os quais atingiu os mais altos degraus da fama e da exaltação dos fãs, conserva a serenidade dos justos. Nunca houve um caso a tirar-lhe o sono, nunca seu nome se viu envolvido no “diz que diz” das esquinas. Craque ímpoluto, cem por cento cumpridor dos seus deveres, sem vícios e sem mazelas, seu nome há de se perpetuar como exemplo de disciplina e eficiência (MUNDO ESPORTIVO, 29 jun. 1951).

A masculinidade em que a virilidade é guiada pelos valores morais é aquela em que se cumprem os deveres de homem, não possuindo vícios, sendo exemplo de disciplina e eficiência, como o jogador Júlio, que tem “[...] genuíno valor de equipe, disciplinado, aplicado, constante e de eficiência indiscutível”. Por este motivo, evocava-se a perfeição masculina, expressa na frase de Vigarello (2013, p. 270): “[...] tanto o vigor, como sua aplicação monitorada, tanto o ‘músculo’ como sua ‘utilização’ moral, a exemplificação dos confrontos, a ‘luta’ de homens valorizados, legitimados por um universo de árbitros e de regulamentos”.

As formas de virilidade apresentadas por meio das notícias esportivas faziam parte da vivência das masculinidades da década de 1950. A forma como eram relatadas nos jornais e revistas esportivas contribuía para os processos de subjetivação, sendo que, assim, os sujeitos podiam se aproximar destes modelos com movimentos de individuação, replicando a violência e o vencer a qualquer custo. Por meio da mediação destas representações, também

eram construídas singularizações, pois o conjunto de regras e valores prescritos por essas instituições, muitas vezes, era transmitido de forma difusa, não se constituindo como num conjunto sistemático.

No período da política desenvolvimentista, em fase de reestruturação da produção econômica, de modernização, os padrões de masculinidade também passam por transformações. Novos valores são exigidos dos homens, que implicam uma nova corporeidade, mais forte, saudável, individualista e disciplinado, no qual a violência não é condenada, mas deve ser controlada. Os padrões de masculinidade valorizados nas revistas esportivas eram de homens que conseguem controlar a força física, desenvolver o autocontrole de seus “instintos naturais” e guiados por valores morais, tais como de liderança, honestidade, lealdade, entre outros. Connell (2003, p. 91), diz que os corpos masculinos se encontram substantivamente em jogo nas práticas sociais, tanto nos esportes como no trabalho. As características da virilidade esportiva que foram descritas também estavam relacionadas com a questão do trabalho, uma vez que os esportistas procuravam vincular sua atividade como atividade produtiva, agregando valor e reconhecimento social, como detalhado na próxima unidade.

6 O JOGADOR DE FUTEBOL COMO HOMEM TRABALHADOR: DISCIPLINA E ASCENÇÃO SOCIAL

Cabe ressaltar que as masculinidades estão sempre em construção, inscritas no nível discursivo e nas práticas sociais. A relação entre discursos e práticas de masculinidades, pode ser percebida nas entrevistas e reportagens em que os homens esportistas falavam sobre seu trabalho, que nos esportes estavam vinculados a símbolos da virilidade em que se “misturavam atributos físicos, virtudes morais e qualidades psicológicas”, como afirma Baubérot (2013). Segundo o autor, as virtudes viris contribuem para a construção de uma imagem positiva do homem trabalhador, que “[...] ama sua condição, animado pelos valores do sacrifício e da bravura” (BAUBÉROT, 2013, p. 373).

Essa visão de homem trabalhador ainda estava vinculada a ideia de: quanto mais o trabalho exigia a força física, mais o homem era reconhecido e valorizado. Sendo este, um dos pilares que se construiu a sociedade patriarcal, colocando as mulheres trabalhadoras em uma situação de inferioridade física, e impondo-lhes o rótulo de frágil (SAFFIOTI, 1978). Na década de 1950, com a expansão da industrialização no país, e a vinda de multinacionais, foram aplicados os princípios da linha de produção do fordismo, a maior parte dos trabalhadores era migrante do campo para os centros urbanos, então acredito que essas representações, tanto da mulher como do homem trabalhador, ainda eram recorrentes. Connell (2003), ao falar dos trabalhadores sem qualificação na Austrália e Estados Unidos, nas décadas de 1980 e 1990, demonstra que estes valores ainda estavam presentes, atrelado a forte solidariedade de grupo.

Para Connell (2003), esporte também era utilizado para marcar a superioridade dos homens sobre as mulheres, dificultando assim, que se realizassem alterações nas relações de gênero. No contexto deste trabalho, o futebol na década de 1950, era uma prática esportiva e um trabalho restrito aos homens, o esporte mais popular do país, que valorizado e reconhecido como uma atividade que poderia ser realizada somente por homens, por ser considerada muito violenta, em que as mulheres estavam legalmente impedidas de participar, formava um cenário em que as diferenças de gênero se sobrepunham umas sobre as outras.

Nesta unidade, busco analisar os discursos midiáticos e dos jogadores, para conferir valor ao trabalho de jogador. Assim, procuro discutir como os jornalistas dos periódicos

esportivos e os atletas, procuravam valorizar a ocupação de jogador de futebol enquanto homem trabalhador e não como de boêmio ou vagabundo, passando a ser modelo para outros homens, estando suas atividades profissionais e sociais associadas aos valores que as camadas médias e altas preconizavam como corretos. Os jogadores de futebol que se adaptavam aos valores e disciplina, conforme os padrões das camadas médias e altas eram exaltados nas revistas. Já aqueles que fugiam ao padrão disciplinar participando da vida boêmia, fazendo uso de bebidas alcólicas e/ou drogas, eram reprimidos ou excluídos, tendo dificuldades para se estabelecerem no esporte. Os jornalistas estavam na posição, no mapa sociocultural, de sujeitos aptos para fixar como os homens deviam agir, julgando por meio de seus textos as *performances* dos jogadores, os quais, por sua vez, eram sujeitos de articulação entre as práticas e os discursos.

As posições que os sujeitos ocupam nas relações de poder se reconfiguram conforme o tempo e o lugar. Nas masculinidades, estas variações são percebidas quando em determinadas situações os homens estão em uma situação de dominância, e em outro momento estão subordinados. Para Pinho (2004, p. 66), as identidades masculinas subalternas são constituídas por meio das contradições em sistemas de poder diferentes, que são cortadas por vários vieses de interseccionalidade: de classes, de gênero, de raça, que, ao se combinarem, produzem novas diferenças, desigualdades e vulnerabilidades. Nas práticas esportivas, isto pode ser percebido quando algumas modalidades esportivas são reservadas à elite, enquanto outras modalidades são realizadas por integrantes das camadas populares.

O futebol estava no rol das práticas esportivas em que a maioria dos jogadores vinha das camadas populares. Os textos jornalísticos indicam que, para eles, o futebol não era realizado apenas como diversão, lazer ou como estética, para construção de um corpo forte e belo, era encarado como trabalho que poderia levar a uma ascensão social. Nesse sentido, precisavam transpor as barreiras culturais e sociais, se submetendo e se adaptando às regras e determinações externas, por meio dos dirigentes, cartolas, órgãos governamentais, entre outros, que foram moldando os atletas dentro de normas específicas das práticas esportivas, mas também aos seus valores e padrões morais.

Foucault (2014), em seu livro *Vigiar e Punir* apresenta os dispositivos disciplinares que fazem com que os indivíduos se adestrem, se ajustem e se corrijam, inicialmente por moto próprio, é um processo individual de sujeição ou assujeitamento. Contudo, a partir da *Vontade de Saber* e depois no curso *Segurança, território, população*, ele passa a discutir novos mecanismos de poder, dando importância para a confissão. Entra em cena um novo

mecanismo em que o sujeito expõe sua verdade, fala sobre si, ou seja, a relação do sujeito com os jogos de verdade não está sendo mais pensada a partir de uma prática coercitiva, mas a partir de uma prática de autoformação desse sujeito. Nesse sentido, o autor trabalha a constituição de um sujeito historicamente cunhado a partir de técnicas tanto de dominação quanto técnicas de si. Analiso as falas de jogadores mediadas pelos jornalistas, como constituintes de suas subjetividades, que em certas circunstâncias diziam o que se espera ser dito, em outros momentos “[...] apareceram movimentos específicos que são resistências, insubmissões, algo que poderíamos chamar de revoltas específicas de conduta” (FOUCAULT, 2008a, p.256).

O homem negro que praticava esportes também era atravessado pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Como as mulheres, sua participação ganhou destaque no atletismo com Adhemar Ferreira da Silva (1927-2001), a falta de recursos e investimentos públicos e privados seguia a mesma realidade que as mulheres. No boxe também se destacaram-se: Paulo Sacomam, Paulo de Jesus, Luís Ignácio (Luizão), entre outros. Em outros esportes coletivos como o voleibol e o basquete foi rara sua inserção na década de 1950. Mas foi no futebol que o homem negro conseguiu uma forma de ascensão social e relativo prestígio popular, sem, contudo chegar a posições de comando ainda hoje. Nesta seção, procuro focalizar os discursos e convocações que buscavam orientar os homens das camadas populares, homens negros e homens brancos sobre modos de ser e estar segundo os parâmetros das camadas médias, por meio de narrativas de sucesso alcançadas por estes homens e que serviam de exemplos para outros, ou seja, os leitores das revistas segmentadas. Todavia, cabe dizer que as experiências de homens negros jogadores eram distintas das vividas pelos homens brancos pobres, portanto, meu foco não é na análise de suas experiências e sim busco perceber as estratégias para enquadrá-los nos valores das camadas médias.

6.1 O TRABALHO DO JOGADOR DE FUTEBOL COMO REFERÊNCIA DE MASCULINIDADE

Desde que começou a fazer parte do rol de esportes praticados pelos jovens dos clubes recreativos, com membros das camadas média e alta, nos centros urbanos do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, o futebol foi marcado pelo elitismo e pelo preconceito

racial. Até 1933, o esporte era realizado de forma amadora, sendo integrado a clubes esportivos e recreativos tradicionais, como o São Paulo Athletic Club, da cidade de São Paulo, ou o Paysandu Cricket Club do Rio de Janeiro. Mas foi na capital da república, onde muitos clubes surgiram como especificamente dedicados ao futebol, a exemplo do Fluminense Football Club, em 1902, e do Botafogo Football Club, em 1904. Também foi incorporado a outros clubes como o Clube de Regatas do Flamengo, em 1911, e o Clube Vasco da Gama, em 1915.

Com a popularização do esporte, e, distante dos clubes elitizados, fundaram-se clubes esportivos em bairros e em fábricas, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro. Estes clubes incorporavam negros e operários em seus times. Como exemplo dos times de bairros, surgiram: o América Football Club, em 1904, o São Christóvão Athletic, em 1909, e o Vila Isabel Futebol Clube, em 1912. Dentre os clubes de fábrica, destacou-se o time da Fábrica de Tecidos Bangu, o Bangu Atlético Clube, fundado em 1904.

Em 1905, foi criada a Liga Metropolitana de *Foot-Ball*, com objetivo de organizar e controlar a prática do futebol no Rio de Janeiro. Dois anos depois, surgiu a Liga Metropolitana de Sports Atléticos (LMSA), cujo alvo era regular o futebol e todos os demais esportes terrestres. Os clubes desta liga temiam a concorrência com os times que surgiam nas periferias, que contavam com jogadores negros. Para tanto, foi inserido em seu regulamento a proibição da presença de “pessoas de cor” nos clubes cariocas. Esta ação seria uma retaliação ao Clube Bangu, por ter em seu elenco o negro Francisco Carregal, desde 1905. O clube deixou de pertencer a esta liga desde então.

Neste contexto de preconceitos e interdições, vários jogadores tinham que se preparar antes das partidas para se aparentarem mais brancos do que eram, para, assim, atuarem nos seus times. Um exemplo conhecido foi do jogador Carlos Alberto, do Clube Fluminense do Rio de Janeiro. Ele aplicava pó de arroz no rosto para disfarçar a cor de sua pele. O caso de Arthur Friedenreich³³ também ficou bem conhecido na literatura sobre futebol, pois era sabido que o jogador alisava os cabelos com escovas e a base de muita goma para cabelo. Uma reação a estas situações se deu quando o Clube de Regatas Vasco da Gama não aceitou disputar o certame do ano de 1924, porque teria que excluir de seu elenco nove jogadores

³³ Considerado como o 1º grande jogador do futebol brasileiro, mulato, filho de pai alemão e mãe negra, constam nos arquivos da CBD que ele marcou 1.329 gols em toda sua carreira, superando até mesmo Pelé (SANDER, 2009, p. 25).

negros. No ano seguinte, o time retornou com seu elenco contendo negros, portugueses e operários brancos sendo aceito pela liga (SILVA; VOTRE, 2006, p. 31).

O fim da proibição da participação de jogadores negros só veio em 1933, com a profissionalização do futebol. A partir de então, o futebol foi marcado pela entrada de jogadores de origens populares nos grandes clubes, apesar dos obstáculos que tiveram que enfrentar, como mostrado anteriormente. Assim, o futebol foi convertido em trabalho, consequência direta da profissionalização, e em uma possibilidade de ascensão social para jovens negros, mulatos e brancos pobres. Isto não significava o fim do preconceito racial ou que situações de racismo não ocorressem. Como ressaltado por Rosenfeld (1993, p. 87), os jogadores negros aceitos nos grandes clubes poderiam participar do setor de futebol, mas eram impedidos de participar do cotidiano social destes clubes. Os espaços foram separados, existindo locais só para prática de futebol, afastados de outros esportes e principalmente do ambiente social das entidades.

Hellal e Gordon Jr. (2001), indicam que o discurso nacionalista, de integração social e da democracia racial, difundidos por agentes do Estado e da elite brasileira, de certa forma favoreceram a integração de uma pequena parcela de negros no futebol, mesmo que acompanhada por uma ideologia racista “[...] envelopada em um conjunto de representações positivas da negritude e da mestiçagem”. Estes discursos faziam parte de um projeto de nação, cujos defensores perceberam que o futebol ajudava a construir um sentimento de unidade nacional, justamente pela participação de homens do povo, sendo reconhecidos como iguais.

Assim, por meio do futebol dava-se a impressão da integração do negro na sociedade, mas a realidade é que eram poucos os jogadores negros em relação a população negra como um todo, ainda eram menos ainda os que conseguiam salários que permitissem acumular capitais e ascender socialmente. Mas de certa forma, os jogadores negros que eram bem-sucedidos ganhavam maior visibilidade na imprensa, muitas vezes com textos que apresentavam o preconceito racial da sociedade brasileira. A prática esportiva também foi utilizada como estratégia para disciplinar os trabalhadores, como apontam os estudos de Agnaldo Kupper (2019) sobre os times de futebol de empresas em São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940. Kupper observou que neste período de popularização do futebol, o Estado e os industriais procuraram incentivar a prática como forma de integração entre os operários, que com a imigração eram oriundos de diferentes países, bem como, contribuiu para disciplinar os trabalhadores. Neste sentido, possuir times de futebol nas indústrias era uma forma de unir trabalhadores de diferentes nacionalidades, mas principalmente, como forma de afastar estes

“operários-jogadores” do sindicalismo e da influência de anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas.

O futebol das fábricas era uma forma de disciplinar o trabalhador na medida em que os operários dos times tinham que ser exemplos de bons trabalhadores, seguir as regras da fábrica e não podiam ter vínculos com os sindicatos para participar dos times. A fábrica ter um time de futebol era considerado um privilégio, que possibilitava aos jogadores e aos outros trabalhadores, momentos de lazer. Por isso, esses padrões deveriam ser respeitados e a empresa valorizada.

Zuleika Stefânea Sabino Roque (2012) também estudou o futebol de fábrica em São José dos Campos entre as décadas de 1920 a 2010. Ela percebeu que as indústrias também utilizavam o futebol como forma de dar uniformidade aos trabalhadores, colocavam as práticas esportivas como benefícios para atrair bons empregados. Por outro lado, sua pesquisa possibilitou entender que os trabalhadores também utilizavam o esporte para conseguir melhores posições nas linhas de produção, e com isso melhores salários. Temos então que, em momentos diferentes da história apresentados nos estudos de Kupper e Roque, o futebol era utilizado como forma de disciplinar os trabalhadores. Isto também pode ser observado nos textos da Manchete Esportiva e Revista do Esporte, que os jogadores de futebol deveriam continuar a fazer a função de orientação para outros trabalhadores com seus exemplos de vida.

Considerando os discursos veiculados na mídia impressa acerca da prática do futebol profissional, podemos identificar as diferentes posições de sujeito. Pressupomos que estas posições exibem as vontades de verdade desses sujeitos ou de instituições a que estão aliados, pois, como ressalta Foucault (1999), a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam determinar aquilo que pode ser dito em certo momento histórico. As posições de sujeitos, jogadores e jornalistas, que são descritas nesta seção exibem uma luta de poder pelo estabelecimento de uma verdade sobre as identidades de gênero, indicando um modelo de masculinidade, que tinham o homem trabalhador, honesto, provedor da família e sem vícios como referência.

Segundo Sócrates Nolasco (1995), a identidade masculina é marcada pelo trabalho e pela virilidade sexual. O trabalho é uma dimensão de grande importância na vida dos homens, pois é por meio da função trabalhista que eles se sentem reconhecidos e aceitos socialmente. No caso dos jogadores, o futebol era um trabalho incerto, pois dependia muito do desempenho individual e dos interesses dos clubes. Neste sentido, os jogadores viviam sempre no limite, com o risco constante de serem cortados do time ou de não realizarem novos contratos mais

lucrativos. Ir para um time inferior, da segunda divisão, o que significava receber salários mais baixos e piores condições de treino. Esses jogadores também enfrentavam preconceitos, tanto relativos à sua origem social, quanto relativos à questão racial brasileira, pois grande parte deles eram homens negros.

Questiono se na década de 1950 o futebol era um trabalho valorizado?

Atualmente, a prática do futebol no Brasil é uma opção de esporte para pessoas com menor poder aquisitivo, pois demanda um mínimo necessário para um jovem se profissionalizar (chuteiras, contatos com os clubes, passagens de ônibus, dispensa do trabalho). Segundo Rial (2008), Schütz (1987) e Velho (1999), o futebol não significava um referencial para as camadas sociais dominantes, cujas práticas esportivas podiam ser o tênis, o golfe, o polo, o automobilismo entre outros, que por exigirem equipamentos mais caros estão em um circuito mais restrito e com maior *status* social. Também o esporte não faz parte de um projeto de vida ou familiar nessas camadas sociais, haja vista que, como herdeiros, devem dar continuidade à liderança dos negócios. A prática do futebol, então, está muito mais relacionada às camadas populares, que vão dos pobres até as camadas médias baixas.

Rial (2008, p. 15) afirma que, na atualidade, ter um filho jogador de futebol é um projeto familiar, no qual recursos financeiros familiares são destinados a isto. São gastos com alimentação, materiais esportivos, viagens para seleções, conhecidas como “peneiras”, as quais os clubes de futebol utilizam para descobrir novos jogadores nas categorias de base. Ainda conforme aponta a pesquisa dessa antropóloga, geralmente é o filho caçula que é o escolhido para ser o jogador; isso porque os filhos mais velhos têm que trabalhar para ajudar no sustento da família.

Diferentemente do que acontece na atualidade, na década de 1950 não aparece este projeto familiar nos depoimentos e reportagens com os futebolistas, pois o futebol ainda não representava uma oportunidade de enriquecimento rápido como nos dias de hoje. Mesmo entre os jogadores de futebol, havia aqueles que não desejavam que seus filhos seguissem a carreira do pai; eles mostravam sempre o anseio ver os filhos estudados e formados, atuando em outras áreas. Nos depoimentos de jogadores de futebol para o projeto: “Futebol, Memória e Patrimônio” e “Projeto de constituição de um acervo de entrevistas em História Oral”, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), há indícios de que jogar futebol não era uma atividade valorizada, mesmo para as famílias mais humildes na década de 1950. Como se pode verificar na entrevista de Antônio

Wilson Honório (1943-2019), mais conhecido como Coutinho, ao afirmar que houve grande resistência da mãe, a Dona Izabel:

E nunca passou pela cabeça da minha mãe, por exemplo, que eu jogasse futebol, que eu fosse jogar futebol; embora muita gente chegava para ela e falava assim: “dona Isabel, deixa o Toninho, Antônio, Toninho jogar futebol...”, “Pelo amor de Deus...” porque a fama de jogador de futebol era muito ruim. E lá no bairro do Belém tinha vários ex-jogadores que todo mundo conhecia na rua e tal, e falava, “se seu filho for jogador de futebol vai ser que nem fulano”, dava essa pessoa como exemplo, que só queria saber da noite e de boate, de festa, e não sei o que lá, e minha mãe: “não, meu filho vai estudar...” mas todo mundo falava: “olha, deixa ele ter uma oportunidade porque ele joga muito bem”, e tal, mas eu não forçava a barra, mesmo porque ela não me dava espaço para forçar. Jogava escondido.³⁴

O discurso da mãe assentava em elementos negativos relacionados ao futebol como: parar de estudar e ter fama de jovem sem responsabilidade, que não gostava de trabalhar e vive na boemia. Como mostrado anteriormente, estes são elementos que desqualificavam o homem. José Macia (1935), conhecido como Pepe, disse que:

[...] na época, infelizmente o jogador de futebol não tinha boa fama aquela época, por volta de 1950, por aí, quarenta e poucos, colocavam isso na cabeça das pessoas mais antigas da época: é, jogador de bola é malandro, que não trabalha, que não sei o que, mas a profissão era essa. A profissão de futebolista que hoje, internacionalmente, que é conhecida e recebida com muito carinho, os grandes ídolos do Brasil hoje em dia são futebolistas. Mas naquela época não, por isso eu tive uma certa rejeição. Meu pai queria que eu ficasse ali na beira do balcão servindo meio a meio, e depois ele começou a servir, também tinha refeições, mas eu não levava jeito pra coisa não³⁵.

Os pais optavam para que os jovens tivessem trabalhos mais estáveis, como vemos. Para muitos deles, trabalhar como jogador de futebol era “coisa de malandro”, de quem não gostava de trabalhar.

Muitos jovens que começavam no futebol tinham duas atividades, pois se o futebol não desse certo, seguiriam com o outro emprego. Este raciocínio se evidenciava na família de Alfredo Mostarda Filho (1946), no qual a estratégia do pai foi matriculá-lo no curso de torneiro mecânico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e só depois que

³⁴ HONÓRIO, Antônio Wilson. Antônio Wilson Honório (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 52p. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC] Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acesso em: 15 dez. 2020.

³⁵ MACIA, José. José Macia (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 58 p. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC] Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acesso em: 15 dez. 2020.

terminasse o curso é que poderia se dedicar ao futebol, como ele mostra na narração de sua conversa com o pai:

Então ele falou: “Não. Você não vai jogar mais futebol”, não sei quê. E resolveu a me tirar, me botar na cabeça que eu não tinha que jogar mais futebol. Eu fiquei, lógico, chateado, muito magoado. Pô. Saio de uma equipe de várzea, vou jogar no Palmeiras, começo a jogar na equipe juvenil, o time foi logo, o primeiro ano, foi campeão, então eu fiquei meio chateado. Mas, naquele tempo, o pai determinava e era fim de papo. Então acontece que eu... Ele falou: “Caso você conseguir se diplomar lá no Senai, conseguir o diploma de torneiro mecânico, aí você tem uma profissão, aí você pode tentar o que você quiser; mas, pelo menos, você tem uma profissão”. Está bom. Aí foi onde eu... aí continuei estudando, essa coisa toda. E logo após, oito meses depois, eu consegui me diplomar torneiro mecânico, tudo, e eu acabei no caso optando, no caso falei: pô, eu vou voltar no caso a treinar.³⁶

Assim, aparece na fala do pai a necessidade de que o filho tivesse uma preparação profissional e a posição de que a atividade de atleta ainda não tinha uma boa remuneração, era muito incerta, não trazendo segurança financeira. Também, não podemos negar a força que a ideologia do trabalhismo exercia sobre estas famílias. As ideias do trabalhismo foram difundidas a partir do governo de Getúlio Vargas, se tornando um projeto de nação durante o Estado Novo (1937-1945), e foi assumida por todos os governos durante o período da experiência democrática pós/estado novo (GOMES, 2005).

Segundo Ângela Maria de Castro Gomes (2005), a ideologia do trabalhismo se estabelecia com um pacto entre o presidente Vargas com a classe trabalhadora em que este concedeu as leis trabalhistas, em troca exigia a obrigação moral do trabalho. O que é confirmado por Lenharo (1986) quando afirma que:

A construção/regeneração do homem brasileiro se deu a partir da formulação de uma cultura, onde o culto ao trabalho estaria presente a todo momento. O zelo com a estrutura humana, a implantação de uma política biológica deixando claro a preocupação com a disposição dos trabalhadores, foram questões condicionantes.(LENHARO, 1986, p. 105)

Em seu pensamento, a cultura do trabalhismo teve grande impacto nas pessoas trabalhadoras devido a intensidade em que foi trabalhada pelo Estado. Aproximando o exposto por Lenharo, como uma “política biológica”, podemos ler como uma Biopolítica em que o centro era o controle dos trabalhadores, tanto para a proteção por meio de leis

³⁶ MACIA, José. José Macia (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 58 p. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC] Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acesso em: 15 dez. 2020.

trabalhistas como por uma ramificação de órgão e entidades de assistência social. Assim, era cidadão somente o homem trabalhador, que tinha Carteira de Trabalho assinada, somente estas/es podiam receber os benefícios sociais. O Estado pregava a colaboração entre as classes (empresários e trabalhadores) em nome do progresso da nação. Assim, almejava-se o surgimento de um “novo homem”, afeito ao trabalho, saudável e uma educação voltada para o desenvolvimento econômico do país. É a partir da força desta ideologia que podemos entender a preocupação dos pais e dos filhos com o trabalho. Moralmente, para serem reconhecido como cidadão o trabalho era obrigatório. E o trabalho de jogador não se enquadrava no modelo do operário das fábricas, por isso era menos valorizado.

As famílias pobres se esforçavam muito para conseguir que seus filhos realizassem um curso profissionalizante ou técnico. Esses cursos eram ofertados pelo chamado Sistema “S” (SENAI, SESC, SENAC e SESI), instituições privadas (ligadas ao empresariado) que têm uma face pública, à medida que não geravam lucros e prestavam serviços a preços acessíveis. Os custos dos cursos profissionalizantes eram bancados por recursos provenientes de uma parceria entre empresários, governos e trabalhadores.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), um conjunto amplo e diversificado de setores industriais voltados para o mercado interno foi promovido: empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.); companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.); e corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico). Com isto, fazer o curso de torneiro mecânico era uma forma de conseguir trabalho na indústria, de ter “uma carteira de trabalho assinada”, no dizer da época. Esse aspecto aparece também no depoimento de Félix Miélli (1937 - 2012), homem branco, que foi um treinador e futebolista brasileiro, na posição goleiro, e que começou como profissional no *Juventus* de São Paulo, aos 15 anos, em 1955. Félix Miélli conseguiu terminar o curso técnico com dificuldades, pois estudava, trabalhava e jogava futebol no mesmo período:

Eu estudava. Eu estava fazendo o curso de contabilidade, na Mooca mesmo, num colégio lá da Mooca, e consegui me formar. Apesar de que, logo que eu assinei, com 17 anos, a Portuguesa viajava muito e, além de viajar muito, o Campeonato Paulista era do interior também, então, você praticamente concentrava... Jogava quarta e domingo. Quarta e domingo, você perdia quatro dias de aula na semana. E eu tinha uma irmã que estava fazendo o mesmo curso e inclusive estava na minha sala, porque eu fui reprovado um ano por causa de falta. E nessa época da Portuguesa, eu era obrigado a fazer segunda época, porque tinha segunda época – hoje não tem mais. Então, eu fazia segunda época, por faltas. Então, você fazia o escrito normal, e o oral, você ia fazer depois de todo mundo. Então, você ia jogar, concentrava.

Quarta-feira, concentrava na terça. Perdia. Eu tinha aula no sábado e, quando jogava no sábado, perdia a sexta e o sábado. Então, fui ficando em segunda época. Mas, graças a Deus, me formei, porque tinha condições, me formei contador. Hoje, sou técnico em contabilidade, mas nunca exerci a profissão.³⁷

No caso de Ademir de Barros (1946), homem negro, conhecido como Paraná, começou a jogar em 1960, pela Associação Atlética São Bento, as dificuldades levavam para o trabalho, deixando a escola. Ele narrou que arrumou seu primeiro trabalho de um jornal jogado na calçada: “[...] peguei o jornal, estou lendo aqui, ai estava lá no jornal assim: precisa-se de um menino para trabalhar na gráfica do jornal ‘Cruzeiro do Sul’, ai eu falei: não vou nem para a escola, vou direto. Eu fui lá, arrumei serviço, para começar no outro dia”.³⁸ Em sua experiência a necessidade de trabalhar surgiu ainda criança, uma fase que ficou marcada por ter que deixar a escola para ir trabalhar, mas não foi narrada com rancor e sim de forma positiva, pois trabalhar era mais importante que estudar.

Nas falas selecionadas, apareceu a preocupação dos pais com a profissão de jogador, que socialmente ainda era malvista, geralmente colocada como “coisa de malandro”, de homem que não gostava de trabalhar e com futuro incerto. Estas representações negativas sobre os jogadores de futebol mobilizavam os jornalistas a construir uma imagem mais positiva dos futebolistas profissionais, mostrando que eles deveriam seguir um sistema rígido de regras e valores morais. Assim, muitas reportagens procuravam mostrar o cotidiano dos jogadores de futebol, mostrando como era sua rotina de trabalho, as dificuldades que passavam em suas carreiras, como era a vida familiar, como investiam o dinheiro que ganhavam, os benefícios que conseguiam a partir de seu trabalho como jogadores.

Na década de 1950, grande parte dos jovens das camadas populares começava a trabalhar na adolescência, por volta dos 14 anos. A legislação brasileira desde a Constituição de 1934 prescrevia a proteção contra a exploração do trabalho infanto-juvenil no Brasil, trazendo a proibição do trabalho aos menores de quatorze anos, posição que se manteve com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, documento que, entre outras coisas, regulamenta o trabalho de aprendizes no mercado de trabalho. O fato é que os homens eram incentivados a construir uma vida baseada no trabalho desde meninos, a entrada no mundo do

³⁷ MACIA, José. José Macia (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 58 p. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC] Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acesso em: 15 dez. 2020.

³⁸ BARROS, Ademir de. Ademir de Barros (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2012. 72 pg. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC] Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acessado em 15/12/2020.

trabalho fazia parte dos rituais de passagem do garoto para o *status* de homem, estava ligado ao emprego da força em uma atividade produtiva. Se o jovem ainda vivia com os pais e seu salário era utilizado para complementar a renda familiar, futuramente iria se tornar um homem livre, autônomo, possibilitada pela independência financeira e conseqüentemente ter sua própria família, sua casa.

Enquanto isso, as meninas eram instruídas aos trabalhos da casa, aos cuidados com a família e os filhos, mediadora do homem com o espaço doméstico (BOURDIEU, 2002). Os meninos tinham mais liberdade para sair e se preparavam para a vida no mundo público. Nesses espaços, marcados pelo público masculino, os jovens desenvolviam uma assimilação progressiva dos ritos, normas e regras do trabalho por meio da experiência de sua rudeza e da sua violência latente. Este processo era utilizado para preparar os jovens dentro da resistência física, da dureza moral, para assim se tornarem trabalhadores honestos e suportarem uma vida inteira de trabalho exaustivo (BAUBÉROT, 2013, p. 205).

Essas mesmas características foram ressaltadas por Matos (2001, p. 51), que salientou a importância do trabalho em relação à masculinidade entre os anos 1940 e 1950, sendo que os homens deveriam se mostrar sempre fortes e capazes para o trabalho, pois era por meio deste que seriam reconhecidos e se distinguiriam socialmente. Segundo a autora, era o trabalho que definia a identidade, trazia reconhecimento social e dignidade aos homens. O trabalho estava atrelado com a capacidade do homem de constituir e manter uma família, uma vez que a sociedade do período lhe imputava a tarefa de provedor. Na prática, isto significava que o homem deveria sustentar a família economicamente, mas também sendo um modelo de moralidade, se tornando a figura central, o chefe. Assim, sendo o provedor de recursos, conseguia também a autoridade e símbolo de força frente aos filhos e a mulher, sendo aquele que tomava sozinho as grandes decisões da família, a direção da casa e o governo dos filhos.

Para estes homens, entrar para o mundo do trabalho significava ser considerado pela família e comunidade em conformidade com o modelo de masculinidade da época, cujo homem era forte, trabalhador e provedor da família "de teto, alimento e respeito" (SARTI, 1996, p. 38). Por isso a preocupação constante dos jogadores com seus salários e contratos com os clubes. Ter bons salários além de conquistar uma vida melhor para os familiares, também estava vinculado à ideia de ser mais respeitado perante as pessoas de seu convívio e com outros homens com quem poderiam se relacionar, sendo amigos ou não.

Diferente do que ocorria com as mulheres atletas, que geralmente faziam atividades esportivas de forma amadora, isto é, sem vínculo empregatício. Para os homens a profissão de

jogador futebol era uma possibilidade de emprego remunerado, que se tivesse sucesso era uma forma de ascensão social. Para estes, era um trabalho melhor, com ganhos maiores, visto que vinham das camadas populares, na maioria das vezes homens negros, com pouca escolaridade.

Desta forma, os relatos de vidas dos jogadores de futebol que tivemos a oportunidade de conferir pelas revistas, jornais e entrevistas eram sempre carregados de muitos sacrifícios. Na verdade, desde crianças, trabalhavam ou ajudavam os pais de alguma forma. Para eles, era uma questão de honra, através do futebol, ter condições de melhorar a vida de toda família. Contudo, na época, para poder cumprir essa meta, necessitava ser bem-sucedido e muito econômico em suas finanças, visto que a carreira de um jogador profissional era curta: até os 22 anos eram aspirantes e ganhavam salários menores; somente a partir dos 23 anos é que entravam para o profissional e conseguiam melhores salários. Se não tivessem problemas de contusões, lesões e fraturas poderiam jogar até os 36 anos, quando já eram considerados velhos para o esporte. Como exemplo, temos a história do goleiro Manuel Pereira, homem negro, jogador do América (RJ), em uma reportagem de Paulo Rodrigues ele celebrava o fato de ter conseguido atingir o salário de CR\$ 10.000,00³⁹. O jornalista narra sobre as várias profissões que Manoel havia passado antes de ser jogador profissional, tais como de: vendedor de amendoim, engraxate, carroceiro, lenhador (que lhe deu musculatura), sapateiro e pescador. A reportagem continha várias fotos do jogador encenando sobre os trabalhos anteriores e dizendo que ser jogador era melhor (MANCHETE ESPORTIVA, n. 10, 1956, p. 18). A mesma situação foi relatada por outro jogador negro, Antônio Lima dos Santos (1942), conhecido em campo como Lima. Como jogador de futebol, iniciou sua carreira em 1958, no meio campo do Juventus SP, mas trabalhava desde os 08 anos de idade em uma oficina mecânica na cidade de Piracicaba (SP):

Eu sou do interior, de família humilde, família bastante pobre, onde todos trabalhavam. Eu, inclusive, comecei a trabalhar com oito anos. Eu saía do colégio e ia trabalhar. E minhas irmãs trabalhavam, enfim... A família, bastante humilde... [...] A partir dos meus 13 para 14 anos, comecei a melhorar um pouco as coisas, porque eu vim para o Santos e... Sei lá, vim fazer um treino no Santos e, graças a Deus, correu tudo bem, e, aí, começou as coisas, a se clarearem um pouco.⁴⁰

³⁹ Pela conversão do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas CR\$ 10.000,00 (Dez mil Cruzeiros) equivalem, atualmente, a cerca de R\$: 6.786,94.

⁴⁰ SANTOS, Antônio Lima dos. Antônio Lima dos Santos (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013. 62 p. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a

No depoimento de Dejalma dos Santos (nome de registro), mais conhecido como Djalma Santos (1929-2013), as dificuldades por que passou em seu início de carreira no futebol são realçadas. Em suas palavras:

Mas eu trabalhava né... Então trabalhava, batia... Fazia hora extra, para recuperar, que o dono da fábrica, falou: “Não...”. Recuperar as horas que eu ia perder para ir treinar, então saía... O pessoal saía às quatro horas, eu ficava até às sete horas trabalhando para recuperar o dia de treino, que eu ia treinar. Aí fui batalhando, correndo... [Incompreensível] Tinha que pegar o ônibus, o ônibus era terrível, tinha que andar a pé depois pegar o ônibus para chegar em Ibirapuera, descia na Brigadeiro Luiz Antônio, para entrar na Ibirapuera andava mais uns... Um quilômetro para chegar dentro do campo da Portuguesa, campinho ruim, feio [risos]. Mas, muito bom, eu gostava. Porque era criança, entusiasmado, rapaz garoto, entusiasmado. Aí um dia o treinador, o Barros, falou: “Olha, eles querem dois jogadores para treinar no time de cima, no profissional, querem um meio de campo...” – Eu jogava de zagueiro central né, metido – “... mas Djalma, você vai também”. Aí fui eu e o Hugo, um rapaz que jogava lá, jogava bem. Aí chegando lá o treinador falou: “Você treina de meio de campo?”. Eu falei: “Treino, jogo”. Joguei né? Treinei lá no time. Aí, sabe-se lá cargas d’água... Eu agradei. Quem agradei fui eu, aí eles me requisitaram para jogar no... Nos aspirantes, porque antigamente tinham os aspirantes e profissionais.⁴¹

Vejo nos relatos, que para estes homens era importante vincularem o futebol com o trabalho da indústria ou do campo, para ter o mesmo simbolismo, o mesmo valor e não ser confundido com coisa de homem preguiçoso, sem compromisso ou responsabilidade. Este aspecto fazia parte da subjetividade destes homens, eles tinham que atribuir uma importância, um valor a mais em sua atividade profissional, demonstrando que a fama e os bens materiais que conseguiram com o futebol foi por meio de muito esforço, sacrifícios e lutas. Essa experiência demonstrava que o sujeito tinha conquistado várias habilidades e competências que caracterizavam o “homem feito”, envolvendo atividades de força física, a coragem e a disciplina.

Na década de 1950, os salários dos jogadores eram em média de CR\$ 4.000,00 a CR\$ 8.000,00, sendo que o salário mínimo entre 1951 e 1954 era de CR\$ 1.200,00. Nos anos de 1955 a 1956, correspondia a CR\$ 2.400,00 e, de 1956 a 1958, CR\$ 3.800,00. Se no começo da carreira recebiam pouco, para muitos era mais do que poderiam conseguir sem emprego formal. Além disso, para os jogadores sempre existia a possibilidade de ser

forma virtual na página do CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acesso em: 15 dez, 2020.

⁴¹ SANTOS, Djalma. Djalma Santos (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2011. 81 pg. [O depoimento integral faz parte do Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC] Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>> Acesso em: 15 dez. 2020.

contratado por um time grande e chegar a ganhar muito mais, como o caso de Zizinho citado a seguir. Uma reportagem de maio de 1956, publicada por Manchete Esportiva, comparava os salários de três jogadores. O atleta do clube Bonsucesso, conhecido como Bibi, recebia CR\$ 4.000,00 por mês, praticamente um salário mínimo por mês. O jogador do Flamengo, conhecido como Duca, começou no juvenil ganhando CR\$ 1.500,00, um ano depois passou para aspirante, recebendo CR\$ 4.000,00 e quatro anos depois foi para o profissional recebendo por mês CR\$ 9.000,00. O atleta Zizinho também começou ganhando CR\$ 600,00, em 1939; em 1956, recebia por mês 30.000,00 pelo clube Bangu, do Rio de Janeiro. Além do salário, ganhava luvas conforme os gols que conseguiam marcar. Zizinho era o representante do salário máximo da elite do futebol para época.

Como expresse acima, Zizinho, homem negro, era um dos atletas mais bem pagos em 1956. Jane, sua esposa, contou para a reportagem de Manchete Esportiva (n. 117, 1958, p. 51), que seu pai não queria que ela se cassasse com um jogador de futebol, mas foi convencido a aceitar o casamento. Uma das razões era a diferença de idade, mas podemos conjecturar que a instabilidade e os poucos ganhos eram preocupações. Em 1956, com Zizinho tendo conseguido se estabelecer e ser um dos melhores jogadores do país, Jane diz que “[...] preferia que Zizinho deixasse o futebol, mas não faz disso motivo de discórdia”. Justifica seu modo de ser em relação ao jogador: “[...] Zizinho é um homem que chega em casa saindo... mas preciso aceitar meu marido como ele é. Se eu usufruo de seu futebol é justo que pague meu tributo, deixando-o em paz para que ele possa render o normal”.

A fala de Jane diz muito sobre a situação das mulheres na década de 1950, a mulher submissa ao marido, que não causa discórdia mesmo não estando satisfeita. O esposo pouco ficava em casa, como homem provedor tinha essa liberdade, por fim, a dependência econômica uma vez que era o salário do jogador que sustentava a casa, seu tributo era o silêncio.

Na edição n. 49, de 27 de outubro de 1956, Manchete Esportiva comparou o salário de Zizinho com os de outras profissões, dizendo que o jogador conseguiu uma pequena fortuna, que possuía casa própria, não gastava com roupas, não gastava com diversões. Trazia uma discreta contradição com o depoimento de Jane, sua esposa, pois dizia que era caseiro, que aproveitava as folgas em casa com a família, que com o salário de 30 mil cruzeiros mais 10 ou 20 mil cruzeiros de “bicho” que ganhava nos jogos em que sua equipe era vencedora. Ele tinha o 6º melhor salário do Brasil, ficando atrás do presidente da República (CR\$ 110.000,00), ministros da República (CR\$ 50.000,00), Senadores (CR\$ 36.000,00),

deputados (CR\$ 36.000,00) e vereador do Rio de Janeiro (CR\$ 36.000,00). Em 1957, Zizinho diz que, com 36 anos não parou de jogar futebol por que não ganhou dinheiro o suficiente para se aposentar, que é mentira que dizem que ficou rico (MANCHETE ESPORTIVA, n. 98, 1957, p. 17).

Manchete Esportiva algumas vezes fez reportagens sobre os salários dos jogadores, tanto dos grandes times de futebol como dos times menores, como na edição nº 11, de 1956, na qual comparou os salários dos jogadores do time do Botafogo (RJ), no ano de 1955. Explica que esses salários variavam de CR\$ 8.000,00 a CR\$ 15.000,00, sendo o jogador com melhor salário João Carlos, que recebia CR\$ 15.000,00. Isso representava aproximadamente seis salários mínimos da época.

Figura 32 – Comparação entre salários dos jogadores (Botafogo x São Cristóvão, 1958), Manchete Esportiva, n. 142, 1958, p. 12

OS 22, FRENTE A FRENTE

Eis os vinte e dois, frente a frente. Vejam os cruzeiros: \

BOTAFOGO		SÃO CRISTÓVÃO	
Ernâni	40.000,00	Humberto	6.000,00
Cacá	30.000,00	Osmindo	6.000,00
Tomé	20.000,00	Nelson	3.800,00
Nílton Santos	48.000,00	Décio	6.000,00
Beto	15.000,00	Waldir	6.000,00
Servílio	15.000,00	Medeiros	4.000,00
Garrincha	42.000,00	Geraldo	3.800,00
Didi	70.000,00	Hélio Cruz	6.000,00
Paulinho	25.000,00	Genivaldo	6.000,00
Quarentinha	20.000,00	Russo	6.000,00
Zagalo	40.000,00	Olivar	6.000,00

É possível que brevemente vejamos os sancristovenses com novos zeros à esquerda. Os botafoguenses, idem. Será justo, se merecerem. Será, sobretudo, a evolução natural da vida. Mas na hora do jogo, não há nem haverá nunca, milhão que chute mais forte que tostão. E eu me pergunto, neste instante, se não será por causa desse fascínio que os resultados-surpresa trazem em seu bôjo que nós teimamos nos campeonatos a doze clubes, que são financeiramente deploráveis, mas esportivamente estonteantes.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

Na edição nº 142 de 1958, Manchete Esportiva faz comparações entre os salários dos jogadores do Botafogo (RJ) com o time do São Cristóvão (RJ). Nesta reportagem, a situação dos salários já era diferente, e procurou criar polêmica usando os altos salários pagos aos jogadores do Botafogo como crítica por não vencerem uma partida contra o São Cristóvão. Na mesma reportagem, também compara os salários de jogadores da seleção brasileira com os salários dos jogadores do São Cristóvão. Entre os jogadores citados estavam Didi, que ganhava 70 mil cruzeiros (Cerca de 18 salários mínimos da época, que era de CR\$ 3.800,00),

Garrincha, que recebia 42 mil cruzeiros por mês e Zagalo que tinha um salário de CR\$ 40.000,00 em seu time (*Figura 32*).

As reportagens colocavam a mostra uma realidade que ainda permanece no Brasil, a de uma minoria de jogadores que ganhavam salários maiores, enquanto a maioria recebia salários muito baixos. No final da década de 1950, a maioria dos jogadores recebia entre um ou dois salários mínimos, ou seja, entre CR\$ 3.800,00 a CR\$ 6.000,00. O que argumento é que, para muitos destes homens, receber um salário mínimo do futebol ainda era melhor do que trabalhar em um subemprego na informalidade.

As sucessivas reportagens sobre os salários dos jogadores parecia ser uma preocupação, pois eram homens negros que ascendiam socialmente e isto parece incomodar os jornalistas. Será que eles mereciam ganhar estes salários? Parece que os jornalistas ficavam se perguntando isto, aí saía outra questão: como eles gastavam seus salários? Em que investiam? Como se comportariam como integrantes das camadas médias? Os jornalistas procuram, então, publicar textos que orientavam como deveriam se portar.

A preocupação com os salários dos jogadores nos remete a duas questões. Primeiramente, relacionado à classe, pois estes jogadores buscavam a ascensão social, passar para as camadas médias, com mais vantagens não somente de salários, mas também de outro circuito social, com mais vantagens para a família toda. Segundo, relacionado às relações de gênero, pois ter melhores salários significava manter a subordinação feminina. A mulher inferior economicamente era a outra face da moeda do macho superior. Outra questão que se poderia completar neste quadro era a racial, ao se formarem famílias inter-raciais.

O casamento de Benedito Custódio Ferreira (Escurinho) e Aldalita Bentes é um exemplo dessa situação e foi bem noticiado, em parte por ser entre um homem negro, jogador de futebol, e uma mulher branca (fato que discuto a seguir). Pelas reportagens percebi a pressão sobre o jogador para melhorar seus rendimentos para enfim poder se casar. Em 06 de março de 1959, Manchete Esportiva escreveu que a noiva, após conhecer melhor a vida de jogador de futebol, passou a controlar os ganhos do casal: “[...] os ‘bichos’ ganharam outro destino e os ordenados foram sendo mais bem aproveitados, porque segundo ela, o futuro do jogador de futebol é incerto, portanto, deve economizar ao máximo” (MANCHETE ESPORTIVA, 1960, n. 61, p. 9).

Além de mostrar que para manter certo nível de vida, com mais segurança financeira, o casal tinha que fazer economias, se ajustando aos valores das camadas médias, de pessoas

que trabalham e poupam o que ganham. A reportagem também reforça a função da esposa como aquela que ajudava a administrar os ganhos do marido.

No Brasil, historicamente, prevalece os casamentos intrarraciais, isto é, entre pessoas da mesma raça. Por outro lado, pesquisas constataram que o homem negro que consegue ascender socialmente, em geral, se casa com uma mulher branca. Já o inverso, o casamento branco/negra, é proporcionalmente mais raro (GONZALVES, 2020, OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO COSTA, 1980). Na década de 1950 esse tipo de união era ainda mais raro. Segundo Azevedo (1955 *apud* RIBEIRO; SILVA, 2009), os casamentos inter-raciais no Brasil, na década de 1950 e 1960, ocorriam na proporção de um em cada cinco. Ele observou que a união entre pessoas negras e brancas geralmente geravam desconforto e tensão nas famílias, também que o casamento entre homens mais escuros e mulheres mais claras era mais aceito, quanto mais elevada à posição social, maior a resistência ao casamento inter-racial.

No caso dos jogadores de futebol negros, que representavam os homens que ascenderam socialmente, muitos preferiam ter relacionamentos e constituir família com mulheres brancas. Voltando a atenção para o caso do casamento de Escurinho com Adalita, em 1955, Paulo Rodrigues, elaborou uma reportagem para Manchete Esportiva com o título “Quem ama o preto, branco lhe parece”. No texto, o jornalista inicia com a seguinte frase: “Já disse a marchinha imortal: a cor não pega”, se referindo à marchinha de carnaval de Lamartino Babo “O teu cabelo não nega” de 1932. A “cor não pega” pode ser entendida como pode amar a pessoa que não tem perigo, em outras palavras o verso remete ao não “se sujar”. Voltando ao texto de Paulo Rodrigues, ele escreve que “[...] O poeta diria mais: quem ao feio ama, bonito lhe parece, encerraríamos o assunto com mais uma verdade: quem ama o preto, branco lhe parece.” (p. 24), fazendo o trocadilho com o ditado popular, tom descontraído, o autor acrescenta duas ideias preconceituosas sobre o jogador, a de que o negro não era belo, não atendia assim os padrões. E a outra ideia, a da negação da negritude de Escurinho, pois branco lhe parece. Neste sentido, podemos ir de encontro ao pensamento de Foucault (1988), em que o sexo é um demarcador de uma verdade sobre o sujeito, que definia a sua normalidade ou anormalidade, mas vemos que a raça será outro demarcador para a apreensão dessa verdade do sujeito. No mesmo texto, o autor precisa de uma justificativa para a escolha de Adalita e para isto fez o seguinte questionamento: “[...] viu o que no Escurinho?”, a jovem deu suas justificativas pautadas na personalidade de Benedito, de homem simpático que era. Paulo Rodrigues, por sua vez acrescentou que “[...] dirá que nunca viu rapaz tão fino, tão amável e tão dedicado como Escurinho”, atribuindo ao rapaz outros adjetivos mais nobres, em

uma tentativa de enquadrá-lo nas normas sociais exigidas pelos leitores. Os discursos são ajustados para não serem enquadrados como anormais, conforme o termo de Foucault.

Outro casamento que era muito comentado no jornalismo esportivo era o de Didi e Guiomar, sua segunda esposa, também um homem negro com uma mulher branca. A imprensa dizia que Didi era um exemplo de jogador e foi usado como símbolo para as redefinições da nossa condição identitária por meio do futebol. A vitória dos jogadores na Copa do Mundo de 1958 contribuiu para mudanças na sensibilidade e na autoestima de determinados setores da sociedade, sobretudo, nas camadas populares de origem negra (TOLEDO, 2004, p. 86).

Mesmo sendo um ídolo, usado pelo jornalismo como modelo de homem negro, o relacionamento inter-racial de Didi e Guiomar também recebia represálias sociais, sendo ele um homem negro de camada popular e ela uma mulher branca pertencente às camadas médias. Nos jornais e revistas, Didi era acusado de ser dominado pela esposa, que conforme estava o relacionamento em casa ele poderia jogar bem ou mal. Juca Kfoury (2012) alega que era ela quem negociava os contratos do marido e fazia reivindicações aos dirigentes dos clubes em que o marido jogava. Estas situações colocavam em xeque a masculinidade de Didi. Para Pacheco (2009), a masculinidade de Didi não era questionada por ser um negro submetido a uma mulher branca, mas por ser um homem dependente da esposa, pois sendo homem, conforme a cultura da época, ele deveria se posicionar numa escala hierarquicamente superior a qualquer mulher.

Como exposto acima, as relações como a de Didi e Guiomar eram mais raras, não era uma regra, uma vez que no tipo de família dos anos de 1950, o homem era considerado como aquele que tinha a função de sustentar sua casa, com isto ter o poder sobre sua companheira e seus filhos, a partir do dinheiro advindo de seu trabalho. Ele era considerado o chefe da família, o ponto hierárquico familiar mais alto (PINSKY, 2012).

Manchete Esportiva perguntou a vários profissionais se o jogador brasileiro ganhava o suficiente. O jogador Castilho (homem branco) respondeu que “[...] de modo geral ganha-se mal. Há jogadores que conseguem um pouco mais, mas a maioria tem que dá pra viver e as vezes nem isso. Não podemos pensar em casos raros como de Didi, pois esses são muito poucos. Até em Portugal pagam melhor do que aqui. No Brasil jogador ganha pouco dinheiro” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 188. 1959, p. 67). Como explica Heleieth Saffioti (1987, p. 24), a sociedade patriarcal, com modelo familiar que colocava o homem como o chefe do lar e o provedor da família, cujo maior salário deveria ser o seu, colocava-lhe grande

pressão, não lhe sendo permitido fracassar. Constituir família nesse contexto era para o homem uma grande responsabilidade.

Os jogadores de futebol de meados do século XX se preocupavam com suas rendas por estarem inseridos nestes modelos. Além de conquistarem um bom salário para manterem-se na função de provedores do lar, demonstravam a preocupação em se manterem trabalhando após não poder jogar mais. Muitos se preparavam para começar outra profissão, como expresso por João Ferreira, homem negro, em campo alcunhado Bigode (1922-2003). Ele foi um lateral-esquerdo, que jogou pelo Atlético Mineiro, Fluminense e Flamengo entre 1940 e 1950. Em uma reportagem, afirmou: “[...] Sou diplomado em radiotécnica, tenho uma loja [...] tenho imóveis que me dão uma rendinha para poder sobreviver em paz. Eu pensei no futuro, nunca liguei quando me chamavam de pão duro. Quem tem família para sustentar sabe bem onde lhe dói o calo” (REVISTA MANCHETE ESPORTIVA, n. 49, 1956, p. 25).

Aqueles que tinham ganhado fama na década de 1950 conseguiram ascensão social, saíram das camadas baixas e se esforçavam para continuar nas camadas médias. Eram constantes as preocupações com o que iriam fazer após parar de jogar bola, já que o que acumulavam não era o suficiente para manter o padrão de vida conquistado com o futebol após sua aposentadoria no esporte. Uma das estratégias era cobrar promessas políticas de um emprego no setor público.

Havia exemplos de atletas que, após suas vitórias, conseguiram um emprego como funcionário público. O concurso público foi instituído pela Constituição de 1934, mas ainda existiam políticos que utilizavam o trabalho público como forma de barganhar votos. Manchete Esportiva noticiou sobre vários atletas que conseguiam empregos como funcionários públicos, como o Gylmar dos Santos Neves (1930 — 2013), homem branco, conhecido como Gilmar, goleiro dos clubes Santos e Corinthians, campeão pela Seleção Brasileira em 1958 e em 1962. Ele disse ao repórter José Carlos Stabel que estava com 30 anos e que entrara no futebol contrariando a mãe e, para agradá-la, logo após retornar da Copa do Mundo de 1958, aceitou um emprego público do governo de São Paulo. Era o cargo de “[...] Chefe-de-seção, padrão ‘T’, lotado na Secretaria da Fazenda, Seção de Pessoal”. Disse que levaria a sério o emprego e que para isto pretendia voltar a estudar, que pretendia terminar o 4º ano básico e cursar mais três anos de Contabilidade (MANCHETE ESPORTIVA, Rio de Janeiro, n. 143, 1958, p. 12). Em 1959, na edição 190, a revista fez uma fotonovela com o título “O preço da glória”, que mostra Gilmar trabalhando na repartição pública e continuando suas atividades no futebol. Na fotonovela, o foco era o preço do passe e do salário do jogador

no Corinthians, que foi negociado a 01 milhão e 400 mil cruzeiros pelo passe e 30 mil cruzeiros de salários por mês.

A maioria das promessas de emprego no serviço público não se concretizava, como no caso de Ademar Ferreira da Silva (1927-2001), do atletismo, medalhista olímpico. Para tanto, a revista Manchete Esportiva fez uma reportagem solicitando ao presidente JK que atendesse a promessa. O jogador Nilton Santos (1925-2013) também esperava um emprego público do presidente JK. Na reportagem intitulada “Deus do futebol paga conta do armazém: não vive um dia de brisas”, diz-se que o prêmio era geral, prometido aos campeões do mundo (MANCHETE ESPORTIVA, n. 154, 1958, p. 4). Na edição n. 137, de 1958, Manchete Esportiva cita que, a Valdemar, atleta do basquete, foi prometida uma vaga no IBGE, com salário de 25 mil cruzeiros, mais luvas e ajuda de custo, mas a vaga estava parada por causa de uma nova lei que proibia a contratação de funcionários públicos (p. 37).

Os jogadores vencedores da Copa do Mundo de 1958 também esperavam conseguir um emprego público, como prêmio pela vitória. Disseram que foi uma promessa dos governantes (MANCHETE ESPORTIVA, n. 139, 1958, p. 25). Indagado se precisava do emprego público, o jogador Didi disse que aceitava sim, pois sua renda cairia cerca de 80% após parar de jogar. Na mesma reportagem, Didi cobrava outras coisas prometidas após a copa do mundo, como por exemplo, terrenos para construir casas populares para os jogadores entre outros benefícios que foram prometidos logo após a vitória do mundial, mas não foram cumpridos (n. 174, 1959, p. 30).

Aquele que não conseguia bons salários ou economizar o suficiente para ter uma renda procurava outras ocupações. Às vezes, mesmo quando ainda estava em atuação também era empregado em outro trabalho. Isso é expresso no depoimento do futebolista Osvaldo Liberato (1929 – 2017), homem negro, nome de jogador Vaduca, o qual jogou na posição de meia-atacante pelo Clube Atlético Mineiro, sendo campeão mineiro em 1956 e 1958. Para Vaduca:

Antigamente o futebol não dava dinheiro e então eu estava com 28 anos e comecei a preocupar com meu final de carreira. O técnico do Valério era meu amigo e me conhecia dos tempos de Villa Nova e me convidou para jogar lá. Ele me orientou a sair do Atlético e pedir a direção da Vale do Rio Doce para me arranjar um emprego para continuar depois do futebol, para me aposentar lá. Então eu me reuni com o presidente Nelson Campos (pres. Atlético) e pedi para me liberar. Eu tinha seis meses de casado apenas e foi a melhor coisa que eu fiz. Fui muito bem recebido no

Valério e me aposentei pela Vale e graças a Deus ela me deu a condição de ter todas as coisas que eu tenho hoje.⁴²

Vemos que o jogador, apesar de estar trabalhando em um time grande como o Atlético Mineiro, preferiu a segurança de ir para um time menor, mas com emprego garantido na Companhia Vale do Rio Doce, que era estatal na época, para lá ter perspectiva de trabalhar e se aposentar. Esta segurança profissional e de ganhos, o futebol não oferecia, bem como ganhos suficientes para se sustentar depois de encerrada a carreira no esporte. A mesma situação pode ser verificada nos relatos de Ademir Ferreira da Guia (1942), homem branco, que atuou a maior parte de sua carreira no Palmeiras (1962 a 1977), e continuou a trabalhar em escola de futebol e como vendedor para garantir os 30 anos de contribuição previdenciária, exigidos por lei para ter direito a aposentadoria⁴³.

Como vimos, o trabalho era muito valorizado pelos jogadores de futebol de 1950. Falar de seu início na carreira, dos trabalhos difíceis que realizaram antes de entrarem para o mundo do futebol, era uma forma de afirmar sua virilidade, pois o trabalho estava relacionado simbolicamente com as ideias de possuir a força física, de resistência, de valor moral, mas principalmente com a capacidade de ser provedor da família, que colocava a mulher e os filhos sob seu comando e poder. Ser o provedor do lar e conseguir ascensão social colocava grande pressão sobre os homens, principalmente para os jogadores negros. Uma vez tendo conseguido melhores salários como jogadores de futebol, se esforçavam para manter o padrão de vida e os valores enaltecidos pelas camadas médias, isso significava não terem fracassado como homens.

As camadas médias, desde as décadas anteriores, assumiram as pautas culturais e normativas que definiam o modelo de família, de feminilidade e de masculinidade (MATOS, 2001, p. 26). Assim se pautavam por discursos médicos, religiosos, jornalísticos entre outros, que informavam sobre os desvios e perigos de uma sociedade que parecia caótica e que se urbanizava rapidamente. A imprensa esportiva também se inseria nessa jornada, no qual o objetivo era normatizar os corpos e disciplinar os sujeitos, principalmente das camadas populares, entre eles o homem negro, foco principal das campanhas de educação, de higiene e

⁴² VADUCA, Osvaldo Liberato entrevista concedida a STEINBERG, Bruno. **O craque disse e eu anotei: Vaduca** - 26/03/2012. [A entrevista encontra-se transcrita no site: <<http://ft-futeboldetodosostempos.blogspot.com/2012/03/o-craque-disse-e-eu-anotei-vaduca.html>> Acesso em: 16 fev. 2021.

⁴³ Outros exemplos podem ser consultados no site:<<http://ft-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2012/02/o-craque-disse-e-eu-anotei-rubens.html>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

de combate aos vícios – o alcoolismo principalmente. Os textos eram endereçados aos homens combatendo os maus hábitos e valorizando a identificação destes com o trabalho e a função como provedor da família, que era a unidade básica da sociedade.

6.2 JOGAR NO EXTERIOR: O “SACRÍFICIO” PARA MANTER O PADRÃO DE VIDA DAS CAMADAS MÉDIAS

Uma das alternativas para os jogadores brasileiros ganharem mais e terem segurança financeira na aposentadoria, era ir jogar em times do exterior. Em meados do século XX, muitos jogadores brancos foram atuar em outros países, conquistando mais fama e melhores salários. Segundo Paulo Vinicius Coelho (2009, p. 7), a primeira transferência para Europa ocorreu em 1914, quando o jogador Arnaldo Porta foi jogar pelo Verona, da Itália. Para este autor, em cada época os jogadores iam para outros países por motivos diferentes; nos anos de 1930/40 voltavam para os países de origem de seus antepassados, tais como: Espanha, Itália, Portugal. A legislação destes países só aceitava jogadores estrangeiros se tivessem a mesma descendência; ou seja, se fossem filhos ou netos de espanhóis ou italianos, fechando as portas para os jogadores negros brasileiros. Os primeiros jogadores que foram para o exterior buscavam o profissionalismo, que ainda era incipiente no Brasil. Nos anos de 1950, buscavam maiores salários após já terem atuado em grandes times, e vencido campeonatos.

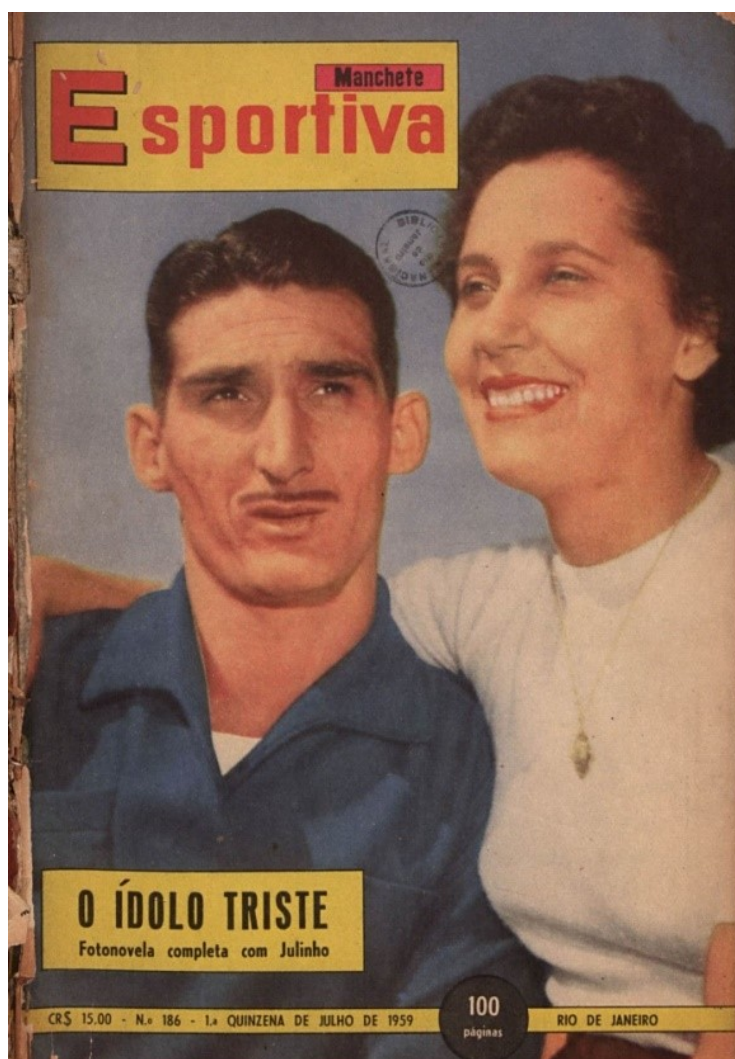
O jogador Grillo, do clube *Independente*, na Argentina, ganhava 19 mil pesos argentinos, cerca de 50 mil cruzeiros (MANCHETE ESPORTIVA, n. 38, 1956, p. 39). Era um salário muito mais alto em relação aos pagos pelos times nacionais. Vários jogadores brasileiros migraram para times da América Latina, que permitiam jogadores negros. Os times do Uruguai, na década de 1930, contrataram dois jogadores negros, sendo deles Luís Macedo Matoso, mais conhecido como Feitiço (1901-1985), que foi para o clube Peñarol. O outro foi Domingos da Guia (1912-2000), contratado pelo Nacional nos anos de 1934 e 1935, depois foi para o River Plate da Argentina, entre 1935 e 1936 (COELHO, 2009, p. 67). Na Argentina também atuou Heleno de Freitas, jogador branco, contratado pelo Boca Juniors, entre 1948 e 1949, mudando para o Junior de Barranquilla, da Colômbia, no ano seguinte.

Entre as décadas de 1930 e 1950, muitos países europeus restringiam a entrada de jogadores estrangeiros, definindo o número de jogadores que cada time poderia possuir de outra nacionalidade e se eram descendentes de emigrantes. Os ítalo-brasileiros foram os

primeiros a atuarem em clubes europeus por serem filhos de emigrantes italianos. Com isso, obtinham seus passaportes italianos, podendo assim ingressar livremente no país (RIAL, 2008; COELHO, 2009).

O levantamento realizado a partir dos relatos de Paulo Vinicius Coelho (2009) sobre os jogadores que foram para Itália e Espanha nos anos 1950 (Anexos 1 e 2), informa que 14 jogadores se dirigiram para a Itália e 15 para a Espanha.

Figura 33 – Manchete Esportiva com a fotonovela “O ídolo triste”, n. 186, 1959
Em evidência, jogador Júlio Botelho (Julinho) e sua esposa Tereza Botelho (imagem: Jader Neves)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 5 fev. 2021

Os clubes italianos eram melhores pagadores que os brasileiros, e levaram jogadores para atuarem na Primeira Divisão italiana nos anos 1950. Assim foi com o ídolo do Palmeiras, enquanto atuava no Brasil, Júlio Botelho (1929-2003), homem branco, conhecido como

Julinho. Ele foi jogar pela Fiorentina, na temporada 1956 – 1958, e se tornou o primeiro brasileiro a jogar uma final de UEFA *Champions League*. A revista Manchete Esportiva publicou uma fotonovela sobre o jogador, chamada de “O ídolo triste” (*Figura 33*), com texto de Wilson Paiva e fotografias de Jader Neves. A história conta a parte da vida do jogador em que queria ficar noivo, mas tinha que esperar para casar-se, estava começando na carreira de jogador e não ganhava o suficiente para sustentar uma família, cerca de CR\$ 7.000,00 por mês, no clube da Portuguesa (SP). Fala sobre seus problemas nos times; por ser muito perseguido pelos adversários, vivia se machucando. Mesmo com o salário baixo, casou-se com Tereza e, no ano seguinte, nasceu seu filho. O drama se deu quando apareceu a possibilidade de jogar na Itália, recebendo muito mais, o equivalente a CR\$ 45.000,00. Na fotonovela, o jogador consulta a esposa, dizendo “o que acha Tereza?”. Dessa vez a esposa aparece passiva, como era a norma da época, já que o texto foi escrito por um homem. Ela não interferiu em sua decisão respondendo que: “Nestas coisas você deve resolver”. Penso que a fala da esposa foi colocada para se enquadrar nos padrões de gênero da época, no qual a mulher tinha pouca influência sobre as decisões importantes do casal (*Figura 34*). Ao final, Julinho e sua família foram para Itália onde ele passou a jogar na Fiorentina, depois voltou para o Palmeiras e para a Seleção Brasileira (MANCHETE ESPORTIVA, n. 186, 1959, p. 4).

Na história contada pela revista sobre Julinho, o leitor é colocado a par das indecisões e medos pelos quais passava o jogador em sua carreira. Ir para outro país, a distância da família, tão prezada por eles nas reportagens, os sacrifícios que fazia para vencer, a coragem e a inteligência para desempenhar suas obrigações profissionais, se adaptar a outra cultura, se integrar para ser aclamado pela torcida estrangeira. Estes dilemas também são inerentes ao modelo de masculinidade da época, pois estavam relacionadas aos sacrifícios que o homem deveria passar para dar a sua família maior tranquilidade financeira. Assim, os homens do futebol entravam em conformidade com a masculinidade que agregava estes aspectos como positivos, em que a resistência estava vinculada ao sucesso e a independência. O homem que consegue manter a “qualquer preço” sua masculinidade a partir de defesas viris ganhava o prestígio e respeito do coletivo constituído de outros homens. Contar estas histórias nas revistas esportivas servia de exemplo para outros homens, como forma de incentivo para conquistarem sucesso e dinheiro.

Várias reportagens foram feitas sobre a vida de Julinho em Firenze (Itália), chamado de “Mister Melancolia”, por ter uma expressão facial tristonha e nunca demonstrar estar feliz. Nas reportagens, são destacadas as cartas escritas para a mãe e sempre a vontade de voltar ao

Brasil apesar das vantagens de jogar no Fiorentina. Como apresentado na *figura 34*, estava presente na fotonovela sobre o jogador o vínculo com a mãe, o bom marido e o pai cuidadoso. Matos (2001) diz que a imagem de um homem era feita a partir das denominações de bom pai e provedor, juntando assim a imagem do trabalho e da paternidade que “[...] reforçavam-se mutuamente, garantindo e consolidando o modelo de autoridade e de poder a ser desempenhado pelos homens” (p. 51).

Figura 34 – Extrato da Fotonovela “O ídolo triste”, Manchete Esportiva, n. 186, 1959

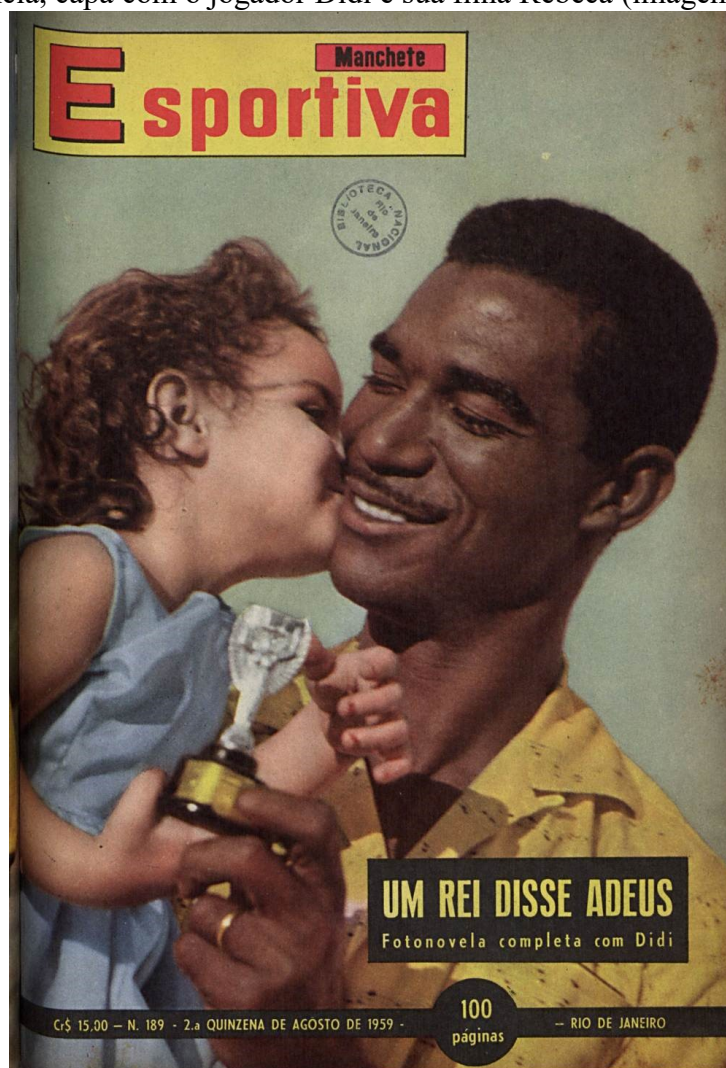


Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 5 fev. 2021

Mesmo bem-sucedidos na Europa, os homens reforçavam que estavam lá para se sacrificar pela família. Na reportagem de Dino da Costa (1931-2020), homem branco, que foi vendido pelo Botafogo ao Roma, após uma excursão pela Europa, disse ao ser entrevistado que “[...] mais que tudo sinto saudades dos meus parentes... No Brasil não ganhava muito e não tinha muitos dias de folga. Aqui terei dois meses de descanso antes de começar o outro campeonato” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 18, p. 15, 1956). Revela, mais que a saudade do

Brasil, as melhores condições de salário e trabalho na Itália. Américo, que jogava pelo Vicenza na Itália, relata as dificuldades de se acostumar com o frio da Europa e a saudade do Brasil; voltou ao Brasil para se casar e retornou para Itália (MANCHETE ESPORTIVA, nº 33, 1956, p. 17).

Figura 35 – Manchete Esportiva com fotonovela “Um Rei disse Adeus”, n. 189. 1959
Em evidência, capa com o jogador Didi e sua filha Rebeca (imagem: Jankiel)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 5 fev. 2021

Somente em 1959 um jogador negro foi atuar na Espanha, em um curto período conturbado para este jogador. Era Waldir Pereira, mais conhecido como Didi (1928 — 2001), do Clube Botafogo (RJ) e que foi para o clube Real Madri da Espanha. A edição número 189 de Manchete Esportiva (1959) trouxe a fotonovela sobre a transferência do jogador negro Waldir Pereira, mais conhecido como Didi (1928-2001), do Clube Botafogo (RJ) para o clube

Real Madri da Espanha. O *script* feito por Raul Arenas, com fotografia de Jankiel, tinha o título “Um rei disse adeus” (*Figura 35*), trazia a preocupação do jogador com seu futuro e da filha Rebeca, no enredo a tensão para acertar uma contratação com um time do exterior. Nesta, a participação da esposa do jogador foi retratada totalmente diferente, pois Guiomar era uma mulher conhecida entre os jornalistas esportivos como “temperamental”. Na fotonovela Guiomar foi colocada como uma mulher que apoia e interfere nas decisões de Didi.

O tempo de permanência desses jogadores nos clubes europeus dependia muito da adaptação ao novo lugar de residência (país europeu), bem como, do seu entrosamento com outros jogadores do time, dependia se iria conseguir se adaptar na posição em campo, determinada pelo novo técnico e fazer sucesso com a torcida, ser popular. O processo de transferência de jogadores para Europa foi maior após a metade da década.

6.3 ESPORTISTAS COMO MODELOS DE SER HOMEM: DISCIPLINADO, ECONÔMICO E CASEIRO

As revistas procuravam ressaltar o modo de vida dos jogadores que fossem exemplo para os homens das camadas populares, reforçando as ideais do homem ser resistente, não demonstrar dependência, não ser fraco, devendo ser metódico, racional e disciplinado. Um desses exemplos era o jogador negro Zózimo Alves Calazans (1932-1977), jogador do Bangu. As reportagens destacavam que ele era um excelente jogador, profissional, que não bebia ou fumava. Os vícios eram vistos como a ruína dos homens, sua degeneração, afastando-o de seu papel de pai trabalhador e provedor. As reportagens destacavam as características de um homem disciplinado, uma bússola para os demais, seus pensamentos e atos expressavam isto como fica evidente em sua fala “[...] um verdadeiro atleta controla o corpo e o espírito. O maior elogio que recebi de Flávio Costa foi: ‘A você não preciso fazer recomendações’” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 3, 1955, p. 27). Ser um homem de conduta ilibada, controlado, aponta para outra configuração do homem negro, dentro do que a sociedade esperava dele. Se ampliarmos essa fala como representativa do pensamento de homens da classe trabalhadora ela se aproxima do que Foucault chamou de “bom adestramento”, pois demonstra que para ele, era motivo de orgulho, de honra, ser reconhecido pelo técnico como um homem confiável, seguidor das regras e que não

precisava ser advertido nunca. Nesse sentido, que a disciplina como estratégia de poder, atua positivamente na construção de verdade e de subjetividade nos sujeitos, uma vez que a vigilância passava a ser internalizados, os representantes do poder não precisavam de leis ou coação direta, o cumprimento da disciplina passa a ser de responsabilidade de cada um dos indivíduos (FOUCAULT, 1999, p. 167). O técnico e os administradores institucionais não precisam estar observando os sujeitos a todo o momento, o próprio jogador é seu vigia, seu fã era seu vigia.

Em outra reportagem, estes temas são tratados, tendo o jogador Jair Rosa Pinto⁴⁴, homem branco, quando indagado pelo repórter afirmou que “[...] Não é segredo: sou alérgico ao álcool, fumo pouco e durmo bem. Não sou de boates, não gosto de boemia, vivo para o futebol e para meu lar. Tenho dois filhos, sabe?” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 159, 1958, p. 30). Ao terminar a entrevista, novamente a figura do pai honrado foi utilizada pelo jogador, ao dizer que gostaria de ver os filhos estudados, com faculdade. O repórter lhe pergunta por que não possuía um carro, e o jogador diz que não gostava de carros porque representava uma segunda família, pelos altos custos de manutenção. Mesmo com boas condições financeiras, pois depois de jogar futebol por 20 anos, investiu suas economias em imóveis, tendo conseguido adquirir 20 propriedades no Rio de Janeiro, possuir um automóvel ainda era algo que pesava no orçamento familiar. Essa fala era valorizada na revista Manchete Esportiva.

Em suas falas, além de compartilhar sua disciplina internalizada, também apresenta elementos simbólicos da masculinidade, além de refutar os vícios, pois desqualificavam os homens que eram dominados por eles. Era a figura do homem que vivia para a família que deveria se sobressair, sobrepondo a imagem do homem trabalhador-provedor e pai honrado. Essas falas estavam em consonância com os desejos das camadas médias, cujo modelo era o da família burguesa, que tinha o marido/pai como elemento central, reforçavam as ideias do que era socialmente esperado de um homem e de uma mulher.

Nessa mesma linha, a reportagem publicada em 1957, por Paulo Rodrigues, na revista Manchete Esportiva, apresentou um jogador pouco conhecido ainda, Telê Santana, homem branco, com esposa branca e filho. Muitos aspectos da personalidade de Telê são apresentados, seu apartamento, sua esposa e filho, mas principalmente o que se referia a seu comportamento em casa, onde o que se quebrava, ele mesmo consertava, sua economia com

⁴⁴ Jair Rosa Pinto (1921 — 2005) foi um dos futebolistas brasileiros que atuou no Vasco (1943–1946), no Flamengo (1947 – 1949), no Palmeiras (1949 – 1955) e Santos (1956 – 1960).

gastos pessoais, e um aspecto importante no final da reportagem, que possuía bebidas em casa somente para oferecer para as visitas, mas que não tocava nelas, porque eram caras e preferia gastar o dinheiro com os filhos (MANCHETE ESPORTIVA, n. 84, 1957, p. 12). A reportagem contava com muitas fotos, reforçando cada detalhe, numa perspectiva bem pedagógica para os leitores.

Figura 36 – Didi escravo do lar, Manchete Esportiva, n. 90. 1957, p. 12



Como último exemplo, trago novamente a imagem de Didi, que servia como modelo de homem negro com sucesso na carreira e conseqüentemente familiar, mas com outros elementos que raramente eram vistos nas revistas. Assim, na edição nº 90, de Manchete Esportiva, no ano de 1957, foi publicada uma reportagem sobre sua vida cotidiana em família, com o título: “Didi escravo do lar”. Nela, em página quadriculada com 09 fotos do jogador com a filha e a esposa (*Figura 36*).

A primeira fotografia mostrava Didi trocando a fralda da filha Rebeca, nos dizeres abaixo da foto estava escrito: “Que falem o que quiser”, provavelmente por causa de sua relação com sua esposa ou por destoar do padrão de masculinidade, pois naquela época o pai ausente, que pouco demonstrava afeto e cuidados era a norma, poucos participavam com os cuidados com os filhos, eram temidos por elas e eles. Foram ressaltadas várias vezes o que ele fazia pela filha: trocar, dar banho, pentear e pôr para dormir.

É possível ver aí que os jogadores de futebol oriundos das camadas populares, subalternizados, disciplinados, apresentassem práticas masculinas diferentes das desejadas por outros homens, mesmo assim, ainda dentro dos ideais das camadas médias. As reportagens procuravam enquadrar o modo de vida dos homens negros nos valores das camadas médias branca, sendo a aquisição de bens materiais e bons hábitos, formas de identificação de um indivíduo e de atenuar a cor de indivíduos socialmente bem-sucedidos. Igualmente, aqueles que não se adaptavam eram depreciados e colocados no esquecimento. Contudo, o exemplo de Didi destoava, ainda levariam décadas para borrar o modelo idealizado para época, o homem como chefe do lar e distante da criação dos filhos. Para esses repórteres, cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos, e valorizar as companheiras, ainda eram práticas raras, talvez por isso colocavam Didi na condição de escravo do lar.

A passagem do amadorismo para o profissionalismo no futebol, nos anos trinta, foi marcada pela grande presença de atletas de origem popular. Pires (1998, p. 27) relata que a profissionalização de várias modalidades esportivas significou a ampliação do mundo do trabalho, ao menos para aquelas/es que tinham no esporte o seu sustento, como atletas, técnicos, dirigentes, etc. Além disso, também aumentou a competitividade entre as/os atletas, pois as conquistas dentro do campo esportivo geravam conquistas fora dele, principalmente no campo financeiro. Nesse contexto, os clubes e a imprensa se aproveitavam para exigir o máximo dos atletas, demandando o alto rendimento e impondo disciplina.

Foucault complementa o poder disciplinar com o biopoder. Ambas as espécies de poder passam a coexistir no mesmo tempo e no mesmo espaço, uma vez que “[...] não

suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (Foucault 1999: 289). Ao passo que o poder disciplinar se faz sentir nos corpos dos indivíduos, o biopoder aplica-se em suas vidas, se faz pela massificação, tendo em vista que ele se dirige à população.

As práticas esportivas passaram a ser entendidas como um bem para toda população, na promoção da saúde física e moral. Neste sentido, os jogadores de futebol poderiam servir de exemplo para os trabalhadores de forma geral, devido às suas ligações com as camadas populares, pois além de possuírem o vínculo de classe, também eram ídolos para os demais trabalhadores. Neste sentido, a vinculação da imagem do jogador de futebol com as representações de homens trabalhadores, disciplinados e econômicos eram muito presentes nas reportagens e entrevistas com jogadores. As imagens de jogadores como homens de vida fácil, vagabundos, boêmios e bêbados eram combatidas, como vemos na reportagem de Ney Bianchi, para a revista Manchete Esportiva, edição 155, de 1958, cujo título era: “Revolta do Capitão Bellini - No Vasco não há juventude transviada”, que dizia:

Disseram que sou boêmio, líder de quadrilha, transviado. Isso é uma calúnia! – quem fala é Hideraldo Bellini, capitão do escrete brasileiro campeão do mundo, capitão do líder absoluto do campeonato carioca, o Vasco da Gama.

- Isso é um libelo, Bellini? – Indagamos.

- É minha defesa e a de meus companheiros –retruca ele– somos profissionais, precisamos de nosso físico para ganhar o pão de cada dia. Ele é nossa ferramenta. Não iríamos desgastá-lo com noitadas.

[...]

Mas ouça Bellini: dizem que Almir é “juventude transviada” da pior espécie. Que você Orlando, Écio e agora Delém e Teotônio vão deitar, às segundas-feiras, depois das 3 horas da manhã. É verdade?

Bellini se inquieta. Seus lábios tremem. Raiva! Mas controla a voz. Responde pausadamente, bem-falante, explicando, desfazendo, colocando os pontos nos “ii”:

- Mentiras e mais mentiras! Mentiras deslavadas e sórdidas!

- Então explica.

[...]

- Primeiro deixa eu explicar quem somos nós, que moramos em Copacabana. Somos todos do interior, temos família, que ajudamos. Muitos temos pais doentes. O meu por exemplo. Estamos acostumados com a vida simples do interior...

- Vida de caipira.

Bellini ri.

- Isso mesmo: somos caipiras. Modestos, encabulados. Pode dizer assim. Viemos para o Rio ganhar nossa vida (MANCHETE ESPORTIVA, n. 155, 1958, p. 43-44).

O texto jornalístico não remete somente ao comportamento do jogador de futebol da década de 1950, ele contém elementos morais do que era esperado de qualquer homem em

meados do século XX. O ponto principal da matéria é que jogadores do Clube Vasco da Gama foram acusados de participar de “noitadas” em festas, boates e bares no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Não faz parte de nosso propósito saber se as “noitadas” ocorriam ou não, mas o que os jogadores disseram sobre isto. A fala de Hilderaldo Luís Bellini (1930 - 2014), jogador branco, do Clube Vasco da Gama de 1952 a 1961, capitão da Seleção Brasileira campeã da Copa do Mundo em 1958, indica alguns elementos presentes nos ideais de masculinidades na década de 1950.

A reportagem, ao mesmo tempo em que fazia sensacionalismo com os fatos, também repudiava aquelas atitudes. Pedagogicamente, indicava como os homens deviam se comportar. Ser trabalhador, ter uma família e não ser juventude transviada (ser um “bom rapaz”, ter autocontrole, não sair dos limites estabelecidos socialmente) eram alguns dos elementos que os homens que viviam do esporte deviam seguir. São elementos que também indicam o que era ser homem, pois este deveria ser ativo, ter liderança e se impor. Por outro lado, deveria ter controle total de suas emoções, ser contido, não exprimir temores e incertezas.

A construção da imagem do bom rapaz era algo importante para estes atletas profissionais que, assim, buscavam afastar os aspectos considerados negativos socialmente. Por isso, a fala de Bellini põe ênfase na frase “não existe juventude transviada no Vasco”. Ela remete ao comportamento dos jovens, que vinha sendo cada vez mais comentado nesse período. Politicamente, os “anos dourados” se sobrepõe ao início da concorrência política e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, conhecida como Guerra Fria⁴⁵. Foi criado um imaginário de rivalidade entre capitalismo e socialismo e a divisão do mundo em dois blocos antagônicos, gerando insegurança e instabilidade, divisão que perdurou até o final dos anos 1980.

O clima era da constante iminência de uma nova guerra mundial e atômica, e isto provocava medo e uma sensação de descrença quanto ao futuro do planeta. Este cenário influenciou diretamente os jovens: uma parte ficou apática e indiferente em relação à sociedade e outra iniciou uma ação de renúncia aos padrões sociais e culturais anteriores, dando origem aos grupos de contracultura nas décadas seguintes. A maior manifestação dos jovens na sociedade favoreceu o surgimento de uma nova indústria ou um “mercado para

⁴⁵ Para alguns estudiosos, a Guerra Fria foi uma construção no imaginário da sociedade ocidental, a fim de favorecer a expansão e controle de áreas de influência global norte-americana. Ver: CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996, e DEUTSCHER, I. **Mitos da Guerra Fria**. In: HOROWITZ, D. (org.) **Revolução e repressão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

jovens” com a comercialização de produtos exclusivamente voltados para esse segmento, tais como: filmes, músicas, revistas, roupas, entre outros. Trata-se de um mercado que praticamente era inexistente antes dos anos 1950, e que trazia produtos que provocaram a crítica social e, também, davam origem a novas representações sobre a sociedade capitalista, com repercussão mais visível a partir da metade da década de 50 e aprofundamento entre 1960 e 1970 (HOBSBAWM, 1995, p. 318 e JACOBY, 1990).

O comportamento mais “rebelde” passou a preocupar setores da sociedade (a família tradicional, por exemplo), principalmente por se tratar de jovens das camadas médias e altas, empoderados pelo acesso à escola e a produtos da indústria cultural, tais como: rádio, televisão, cinema, revistas e discos. A parcela de jovens que iam contra os padrões culturais anteriores, ficou conhecida por termos como “juventude transviada” ou “Rebelde sem causa”, com alegações de que não tinham nenhuma motivação política para suas ações, mas questões pessoais e subjetivas (SANTOS, 2013). Suas angústias e descrenças direcionavam-se às instituições mais poderosas até a década de 1950: a família, a escola e a igreja.

A família também aparece como elemento de defesa na fala de Bellini. Ele cita o pai doente que precisa dele e sua noiva, sabendo da importância dada pela sociedade para o homem que era provedor da família, ou seja, o que cuidava, alimentava, a mantinha em todas as suas necessidades. Esta era a função do homem adulto na década de 1950; por isso ele deveria ser casado, pois com isso, garantiria o cumprimento de três normativas sobre a masculinidade: o provimento do lar, a potência sexual demonstrada na existência de filhos e a defesa da honra da família, todas vinculadas com a honra masculina. No censo demográfico de 1960, 60,5% dos homens adultos se declararam casados, no civil ou no religioso (IBGE, 1960).

Na entrevista, vemos que as noitadas em boates e as bebedeiras, faziam parte do cotidiano dos homens, mas foi refutada com veemência por Bellini perante o repórter, pois nesse momento, moralmente a imagem do esportista não deveria mais ser atrelada ao do homem boêmio e sim ao homem trabalhador, por esta razão a sua primeira justificativa iniciava-se com “[...] somos profissionais, precisamos de nosso físico para ganhar o pão de cada dia. Ele é nossa ferramenta”. Ele remete a prática esportiva com o trabalho, com o profissionalismo e com o “ganhar o pão”, justamente por ser o trabalho um definidor de homens honestos e respeitados.

Para Borelli (1999), na década de 1920 e 1930 um qualificador do sujeito masculino era ser honesto e trabalhador para poder prover o sustento de sua futura família. Na década de

1950, o trabalho ainda definia o que era ser um bom homem. Mesmo os atletas não se enquadrando no perfil do trabalhador de fábrica, Bellini utilizou essa referência porque sabia que socialmente era um fator que trazia prestígio e legitimidade, ao invés da boemia que era repudiada.

Nos estudos de Carla Pinsky (2012), no período estudado, os espaços entre o público e o privado continuavam bem definidos para homens e mulheres. As mulheres deveriam pertencer ao ambiente privado (da casa) e os homens aos locais públicos (da política, do trabalho, do lazer, etc.). Apesar de ser cada vez mais comum o trabalho de mulheres fora de casa, ele ainda gerava no homem um sentimento de incapacidade de garantir o sustento da família e, por esta razão, deveria ser evitado. Para garantir o *status quo* masculino, o trabalho da mulher quase sempre era considerado como poupança ou para complementar o salário do homem, ainda que, na maioria das vezes, fosse a remuneração das mulheres que garantia o sustento da casa, principalmente se o marido ficasse desempregado. Muitas vezes, as mulheres que trabalhavam fora do âmbito doméstico eram malvistas por estarem mais expostas ao mundo público e, segundo esta moral, por estarem mais vulneráveis, poderiam cair em tentações, sendo o perigo de a mulher "arrumar outro homem" (o de maior preocupação), ou seja, o trabalho aumentaria as chances de ela manchar sua honra e a do marido.

Estes valores que, como vimos, faziam parte do discurso de vários jogadores, que se colocavam como provedores de suas famílias e repudiavam os vícios, eram assumidos pelos jogadores que saíram das camadas populares e conseguiram ascender socialmente, passando a ter padrões de vida das camadas médias. Com isso eles assumem seus valores e discursos, em discursos sobre si, dentro de uma positividade que o trabalho como jogador lhe proporcionava, como forma de subjetividade.

As revistas esportivas aproveitavam as histórias de vida dos jogadores, romantizavam suas dificuldades e os colocavam como homens que conseguiram, com muito esforço, ascensão social, uma vez nesta posição, assumiam os valores das camadas médias. Estas histórias e falas eram aproveitadas pela imprensa, que as utilizavam pedagogicamente como referência para outros homens.

Apresentar exemplos de atletas que não se deixavam atrair pelos vícios ou atitudes que iam contra as normas estabelecidas para a sociedade capitalista, eram importantes para reforçar valores para os fãs do futebol, tais como ter capacidade para o trabalho, ser disciplinado, honrado, em oposição ao do homem que viva na boemia, fazia uso de bebidas

alcóolicas ou substâncias psicoativas e que não poderiam ser referência aos trabalhadores. Dentro desse padrão, as falas dos jogadores eram muito importantes por se tornarem uma referência de conduta para outros homens, como no caso de Marcos Cortez (1929 - 2006), conhecido como Pavão⁴⁶ ao afirmar que o que ganhava investia, pensando no que fazer quando parasse de jogar futebol, pois a carreira era muito curta, afirmou que:

[...] não emprego em noitadas o dinheiro que ganho com o suor do meu corpo, já que o dinheiro que ganho é suado da cabeça aos pés. [...] Ajudo em casa e acho que não faço mais que minha obrigação. [...] Sim, tenho um plano para depois que arquivar as chuteiras. É provável que venha a adquirir uma empresa de transportes. A propósito tenho um caminhão rodando em Santos, e já me dando um lucrinho. E em Santos tenho casa e terrenos (MANCHETE ESPORTIVA, n. 110, 1957, p. 4).

Ao frisar que não gastava seu dinheiro em noitadas, a fala de Pavão ia de encontro com o imaginário das camadas médias a respeito dos homens das camadas populares, uma vez que estes eram vistos como carentes de uma direção moral. Expressa uma moralidade que se pretendia divulgar entre os homens pobres, tais como poupar e investir em outras atividades. Mas, a primeira ideia é que sua melhora na condição de vida era fruto de seu suor, de seu trabalho. Essa educação do corpo do atleta fazia parte do processo de profissionalização, na tentativa de alcançar o padrão ideal de jogador, resistente e habilidoso. Para tanto, ações disciplinares em forma de técnicas, métodos de controle do corpo e dos atos dos indivíduos foram utilizados pelos clubes e reafirmados como fundamentais pela imprensa. Para Butler (2015a, p. 241), “habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero”, assim, dessa forma, era importante para os jogadores se mostrarem dentro da norma, conforme as falas dos jogadores descritas e analisadas.

Apresentei até o momento que os homens que jogavam futebol eram oriundos das camadas populares, que se estendiam desde os mais pobres até as camadas médias baixas, que antes de entrar para o esporte profissional, eram trabalhadores das mais variadas atividades tais como pintores, mecânicos, funcionários públicos, motoristas de caminhão, entre outras. A masculinidade esportiva no futebol estava indissociável da classe social, pois ambas compõem marcas indeléveis à formação das subjetividades. Vimos que na década de 1950, o trabalho de jogador não era bem-visto pelas famílias devido à instabilidade na profissão, sendo que poucos conseguiam ter sucesso financeiro, que no início da década ganhavam

⁴⁶ Marcos Cortez (1929 - 2006), conhecido como Pavão foi um futebolista brasileiro, que atuava como zagueiro, jogou nos clubes Portuguesa (SP), em 1950, Flamengo (RJ), de 1951 a 1960 e no Santos (SP), de 1961 a 1963.

salários baixos, chegando a ter melhores rendimentos somente no final da mesma. Os homens procuravam se capitalizar comprando imóveis, principalmente.

As revistas esportivas cobravam dos jogadores comportamentos exemplares, principalmente devendo demonstrar que eram econômicos e que não gastavam seus ganhos com excessos, bebidas e jogos. Tinham que confirmar sua retidão moral tanto em campo como na vida particular, o que muitas vezes não ocorria, pois em se tratando da constituição de modelos de masculinidades, é um “[...] um campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande” (ALMEIDA, 1996, p. 16).

As experiências vivenciadas por estes homens de origem humilde estavam nas grandes revistas por causa do esforço pessoal e do talento de cada um como atleta. As revistas procuravam enquadrar estes homens dentro do padrão de masculinidade das elites. A preocupação dos jornalistas em relação ao salário dos jogadores pode ser pensada como parte das estratégias da sociedade Biopolítica, em que não há espaço para o risco, tem que se preocupar com o futuro, com a aposentadoria, para a previdência. O homem não pode ser errante, ocioso e alcoólico.

Em relação aos homens atletas das camadas populares, muitas vezes as reportagens buscavam colocar dúvida no valor do seu trabalho. Era exigido que demonstrassem constantemente seu esforço extraordinário; bem como, colocavam em dúvida suas atitudes e seus valores. Porém, as falas dos jogadores atravessavam os textos produzidos pelos jornalistas esportivos, com relatos de dificuldades enfrentadas, o valor que empregavam ao trabalho, a responsabilidade com a família, a preocupação em possuir uma propriedade, o cuidado com os filhos.

Estas experiências de vida ajudavam na constituição da subjetividade destes homens individualmente e na dimensão de indivíduos serializados, pela circulação das informações produzidas pela imprensa esportiva. Como Guattari e Rolnik (2005) expressaram, a subjetividade é produzida, e também produtora, sendo um processo de individuação e de singularização. Sendo assim, o homem passa por experiências que ensinam o significado do ser homem. A imposição de modelos e comportamentos idealizados pelo grupo atua sobre o sujeito fazendo parte da constituição de sua individuação. Muitas vezes, as histórias de vida dos sujeitos não são equivalentes a estes modelos impostos, mas por vislumbrarem privilégios se adaptam a eles ou procuravam resistir.

6.4 AS DIFICULDADES DE SE AJUSTAR AO DISCIPLINAMENTO ESPORTIVO

Como procurei demonstrar anteriormente, os jogadores de futebol deviam seguir uma vida regrada, sem vícios, ter sua imagem vinculada aos ideais de homem provedor da família e exemplo para os filhos. Aqueles que reproduziam e reforçavam tais habilidades e competências eram considerados “homens de verdade” perante os pares e eram valorizados nas reportagens ao divulgar e enaltecer seus comportamentos. Já os que não conseguiam se adaptar a esse padrão estavam sujeitos a serem malvistas nos clubes, perante os torcedores e jornalistas. Neste caso as revistas publicavam reportagens que reprovavam tais atitudes e modo de vida. Os padrões e normas da virilidade eram constantemente cobrados entre os homens, sendo sempre reafirmados, em uma lógica de inclusão e exclusão. Neste sentido, aqueles que não seguem as regras, normas e rituais podem ser considerados menos “macho”. Apesar de muitas vezes a bebedeira, a algazarra, as rixas serem consideradas signos de masculinidade, o jornalismo esportivo tratava de reprimir estes comportamentos desviantes entre os jogadores, por meio de reportagens que denunciavam, julgavam ou como forma de retratação do mau comportamento perante a sociedade.

A boemia é um fenômeno que surgiu no século XIX, nas sociedades industrializadas e urbanas europeias. Para Sales (2010), com a industrialização europeia ocorreu a modernização das técnicas de produção e redução dos preços, o que favoreceu o aumento do consumo. No Brasil, desde o período colonial os mais humildes faziam uso da aguardente de cana junto ao alimento diário. Este consumo passou a ser combatido a partir do final do século XIX, tornando-se mais sistemático no início do XX, como tentativa de elevar o país à categoria de “civilizado”, tendo em vista o fim da escravidão e o crescente aumento das imigrações (SALES, 2010).

Sobre os botequins, Sidney Chalhoub ao analisar o cotidiano operário no Rio de Janeiro do início do século XX, afirma: “era ali, nos papos da hora de descanso, que se afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano” (CHALHOUB, 2001. p. 257). O bar aparece, nesse contexto, como espaço de integração dos moradores, mas também como locus de conflitos entre seus frequentadores. Vanderlei Machado e Joana Maria Pedro (2009), ao analisarem as relações de gênero na cidade de Florianópolis nas três primeiras décadas do século XX, percebem que a imprensa passou a noticiar com maior frequência prisões por desordens e por embriaguez, ligada a nova sensibilidade no espaço urbano do período.

O centro da cidade no entorno da Praça 15 de Novembro, passou a ser um dos principais espaços de encontro de filhos e filhas de famílias ilustres da cidade. A população pobre também buscava alternativas de lazer no centro da cidade, mas sua presença era reprimida, visto que não condiziam com os padrões de civilidade que estava posto. Neste contexto, passou-se a exigir dos homens um comportamento adequado na forma de se portar, de se vestir e de se divertir. Aqueles que não se adaptavam às novas formas de sociabilidades, passavam a ser vistos como elementos perigosos ao convívio no espaço urbano.

Os exemplos citados por Chalhoub (2001) e por Machado e Pedro (2009), mesmo que em espaços diferentes, permitem entender que o hábito de frequentar bares e botequins e consumir bebidas alcóolicas fazia parte do cotidiano de pessoas das camadas populares, que a partir do início do século XX, passaram a ser combatidos pelo Estado por ser entendido como falta de civilidade, vício, doença e associado com a criminalidade. A ação contra o alcoolismo se intensificou nas décadas seguintes, em que o foco era o homem das camadas populares, principalmente o homem trabalhador.

Nas páginas dos periódicos, percebe-se que as notícias referentes à vida boêmia entraram em evidência no cenário cultural e social, nos anos finais da década de 1930, indo até a década de 1950. Nas duas maiores cidades do Brasil, existiam bairros conhecidos pela vida noturna, onde os boêmios se encontravam. Na cidade do Rio de Janeiro, a Lapa e Copacabana, enquanto em São Paulo eram os bairros da Consolação, Santa Cecília, Santa Efigênia e Largo do Arouche. Ao contrário dos espaços destinados às práticas esportivas, vistos como relacionados à saúde e ao bem-estar da população, os lugares boêmios eram controlados de outra forma por serem vistos como relacionados com o submundo do crime, da doença e do desvio (VALVÍDIA, 2015; MATOS, 2001). Eram locais que apresentavam múltiplas vivências, frequentados por um grupo de sujeitos heterogêneos, como artistas, jornalistas, intelectuais, mas principalmente sujeitos com um determinado perfil,

[...] desprovidos de um papel social estável e de uma determinada função no maquinismo coletivo, todos que estivessem fora da cadeia produtiva, sem representação política, sem vínculos familiares respeitáveis, alheios às normas sociais tradicionais e, sobretudo à moralidade das classes abastadas, formavam o que se habituou a chamar de boemia. Na boemia viviam artistas de rua, criminosos, prostitutas, literatos proletarizados, estudantes pobres ou ricos, jovens rebeldes, agitadores, revolucionários e alguns imigrantes e mendigos, enfim, aquelas pessoas desajustadas ao sistema (VALVÍDIA, 2015, p. 43).

A autora cita, entre os boêmios, aqueles considerados desajustados, que não queriam seguir as regras impostas ou a falsa moralidade da sociedade burguesa, que saíam para ruas enquanto a cidade dormia. Para Valvídia (2008), a boemia era a outra face dos anos 1950, em que as incertezas e descontentamentos eram constantes, reflexos da provisoriedade do mundo pós-guerra. Para a estudiosa, havia nesse momento, um sentimento de efemeridade, segundo o qual, cada sentimento e emoção deveriam ser vividos agora, e um sentimento de individualismo, no qual cada ser estava anônimo e sozinho. Neste sentido, a boemia era o lugar da solidão, do desencanto e da fuga, por meio do uso do álcool, das drogas, do prazer e da dor.

Entre os frequentadores da noite também estavam muitos jogadores de futebol. Eles causavam curiosidade, desejo e furor no público, por estarem envolvidos com a vida boêmia, com a atividade sexual, o consumo excessivo de álcool e drogas. Eram clientes requisitados dos bares e casas de shows que faziam sucesso nas décadas de 1950, principalmente do bairro de Copacabana do Rio de Janeiro, em boates e bares como o Little Club Manhattan, Bacará, Bottle's, e Cassino da Urca, etc.

Na década de 1940, os jogadores de futebol que frequentavam os lugares tradicionais da boêmia no Rio de Janeiro ou em São Paulo se tornaram populares, ainda viviam entre o modelo de jogadores amadores e a passagem para o profissionalismo, dessa forma, não sofriam o controle tão grande dos clubes em relação ao comportamento e disciplina. Um dos primeiros jogadores a ficar conhecido por seu modo de vida fora dos campos de futebol foi Heleno de Freitas que:

[...] todo fim de semana era sagrado. Sábado e domingo pareciam feitos para jogar bola e curtir bailes. Dançava muito bem. Aprumado com ternos talhados em tropical brilhante, importados da Inglaterra, ou de linho branco, sabia conduzir as parceiras em valsas e polcas como ninguém. Sua preferência, no entanto, era o jazz [...] as pessoas cantavam e dançavam ao som das big bands (NEVES, 2012).

Vemos na descrição que Heleno era enquadrado no perfil do herói galã ou playboy⁴⁷; gostava de frequentar bares, clubes e boates de Copacabana, possuía muitas amantes e se excedia no uso de bebidas alcólicas e usava éter. Eram ações que, ao mesmo tempo, podiam ser vistas como desvio do ideal esportivo, mas eram valorizadas dentro dos códigos de

⁴⁷ Nesse sentido, para a historiadora Patrícia Mucelin (2013, p.22), o nome original, *Playboy*, fazia referência ao termo que apareceu nos EUA da década de 1950 e aludia a um estilo de vida adotado por homens brancos, heterossexuais e ricos, que mantinham uma vida social intensa e se relacionavam com diversas mulheres, o que representava um sinal de status social.

masculinidade, pois passavam para uma parcela da sociedade, a imagem de homem livre, autossuficiente, vitorioso, que vivia muitas aventuras.

Os territórios boêmios como bares, clubes de jogo, boates e prostíbulos, representam espaços de homosociabilidades, em que os homens em seus momentos de lazer, se reuniam para conversar, jogar e beber. Estes espaços serviam de aprendizado da masculinidade, o qual se constitui num processo social frágil, autovigiado e disputado (VALE DE ALMEIDA, 1995). Nestes locais, as masculinidades eram reafirmadas por meio de solidariedades masculinas, nos quais a amizade de outros homens deveria ser priorizada, em um mundo em oposição ao feminino, vinculado com a traição, a dor e as cobranças do dia a dia. Matos (2001, p. 83) salienta que, para muitos homens, a boemia significava também “[...] um lugar de fuga, em contraponto ao lar, espaço de refúgio e aconchego”.

Como mencionei acima, o uso de bebidas alcoólicas faz parte da internalização da identidade e sociabilidades masculinas. Assim, os homens são ensinados, desde jovens, a beber, em um sistema de significação em que é mais macho aquele que aguenta mais tempo consumindo bebidas alcólicas, sem perder o controle. Geralmente, a bebida é consumida em grupo, em um jogo de trocas (bebidas, cigarros, indicações de local de trabalho, favores pessoais, etc.) e vínculos sociais (trabalhadores, chefes, patrões ou outras hierarquias). Almeida (1995, p. 186-187) explica que o ato de beber sozinho é visto com desconfiança por outros homens, pois ao invés de reforçar os laços de amizade, de reciprocidade e de igualdade entre os homens, pode indicar a falta de controle e a quebra da cortesia e formalidades exigidas, referencial de identidade enquanto grupo e gênero.

Em seus estudos, Valvídia (2008) percebeu que, nos anos de 1950, o consumo de bebidas alcólicas era malvisto para as camadas populares. As regiões boêmias eram vistas como um problema para os governantes, que as entendiam como estreitamente relacionadas à criminalidade, à vagabundagem, à prostituição e às doenças. Entre os problemas atrelados à boemia, e combatido pelas autoridades, estava o alcoolismo. Frente ao contexto de crescente urbanização e industrialização, estas ações estavam direcionadas principalmente aos homens trabalhadores, que deveriam ser disciplinados e controlados.

Já para as pessoas das camadas médias e das elites, que aparentavam controle e disciplina, no qual a bebida era utilizada como relaxante e conversas nos cafés e bares elitizados, o consumo de bebidas alcólicas era incentivado, principalmente por meio de propagandas nos grandes magazines. Nos periódicos, os anúncios de bebidas eram destinados

às camadas médias e altas, eles remetiam ao prazer imediato, felicidade, sedução e *glamour* característico dos “Anos Dourados” (VALVÍDIA, 2008).

Alguns periódicos esportivos passaram a veicular propaganda de bebidas alcóolicas. Em um exemplar da Gazeta Esportiva Ilustrada n. 259, de agosto de 1964, encontramos cinco anúncios da aguardente Caninha Cavalinho (Carmignani S/A Comércio de Bebidas), um do vermute Cereser (Viti Vinícola Cereser S/A), um da Caninha 3 Fazendas e dois da Cerveja Caracu. Então, ao mesmo tempo em que os discursos médicos e governamentais instauravam o consumo de bebidas alcóolicas como o mal da sociedade brasileira, direcionando campanhas de educação e controle, principalmente para os homens trabalhadores, o consumo dessas bebidas para as camadas médias e altas eram incentivados por meio de publicidades nos periódicos.

As revistas esportivas Manchete Esportiva e Revista do Esporte traziam pouca publicidade de bebidas alcóolicas, mas também ecoavam os discursos contra o consumo excessivo dessas bebidas, tendo como foco os jogadores de futebol, que fugiam às regras sociais e morais. Neste sentido, devemos considerar que ser jogador de futebol ainda não era uma atividade com alto grau de prestígio e retorno financeiro. A maior parte dos homens que jogavam futebol era originária das camadas populares, entre eles, muitos homens negros. Dessa forma, os discursos sobre os jogadores mais populares que faziam uso de bebidas alcóolicas durante seus momentos de lazer, traziam embutidos tanto questões morais quanto de controle social, servindo de exemplo para outros homens.

Um caso noticiado nas revistas esportivas da década de 1950 foi o de Caetano da Silva Nascimento (1930-1970), homem negro, mais conhecido como Veludo. Segundo Marinho (2017), o menino negro e pobre nasceu no bairro da Saúde, na cidade do Rio de Janeiro, jogava futebol na praia somente nos finais de semana, porque trabalhava desde menino como estivador no cais do porto, carregando e descarregando navios. Em 1947, Caetano foi levado por um amigo da família para fazer teste no Fluminense e passou a jogar no juvenil. Em 1950, com a convocação de Castilho para a Seleção Brasileira, Veludo ficou como titular do Fluminense e seu nome ganhou destaque nos jornais. Já era apontado como um dos melhores goleiros do Brasil. Em 1954, foi convocado pela Seleção Brasileira de Futebol como reserva do goleiro Castilho. Mas, em 1956, quando seu time, o Fluminense, perdeu de 06 X 01 para o Flamengo, foi acusado de vender a partida e de bêbado. A partir deste jogo, alguns jornalistas e a torcida dos times em que Veludo atuou, não perdoavam um erro seu como goleiro.

Em reportagem de 1956 na Manchete Esportiva n. 30 (p. 33) foi publicado o seguinte: “[...] de Veludo já disseram cobras e lagartos. Um poço de vícios, corrupto e corruptor, o diabo”. As palavras são utilizadas não para desfazer uma imagem negativa do jogador, ao contrário ela reforça os aspectos negativos, permanecendo para a/o leitora/or, que por mais que justificasse seria um homem derrotado pelo vício, um homem corrompido, capaz de influenciar outros homens de forma negativa, sem emprego e derrotado, como Veludo terminou no futebol. Em outra reportagem, dois anos depois, o assunto do hábito de consumir bebidas alcoólicas e do jogo contra o Flamengo voltou à tona. O jogador disse que:

Gostava de tomar minhas cervejas, gostava demais. Fora dos treinos, fora do clube eu aceitava qualquer convite para tomar um copinho. E fui traído por um desses qualquer um. Minha fama se alastrou. Eu continuo enfrentando a tudo e a todos. Comecei nos juvenis do Fluminense e lá fiquei por dez anos. Consegui, mesmo sendo reserva de Castilho, ser convocado para a seleção brasileira onde fui titular nas eliminatórias para a Copa de 1954. Joguei no Nacional de Montevideu e retornei ao Fluminense. Maldita hora. O Fluminense estava mal e terminei sendo responsável pela goleada do Flamengo em cima do tricolor (MANCHETE ESPORTIVA, n. 158, 1958, p. 11).

Cobrado por seu comportamento, Veludo procura passar outra imagem, mostrando seu valor como jogador, focalizando a mensagem do batalhador que venceu muitas adversidades, de grande profissional, atuando em vários clubes, e que não seria ele, mas as más companhias, falsos amigos, que o convidavam para a bebida. Estas justificativas eram importantes frente à moralidade da sociedade, ou seja, teria que dizer isto para se redimir frente ao público, ao clube e à imprensa para tentar continuar jogando.

José Ribamar de Oliveira (1932-1974), homem negros, conhecido como Canhotoeiro, quando jovem era caminhoneiro, depois foi jogar no América de Fortaleza, em 1954. Foi para o Clube São Paulo, em 1955, onde fez sucesso e chegou a ser convocado para atuar na Seleção Brasileira. Canhotoeiro era descrito como um jogador sem ambição (POMPEU, 2003), que gostava de tocar violão pelos bares e boates da cidade de São Paulo. Em uma reportagem de José Carlos Stabel, com o título “Canhotoeiro: nem bêbado, nem mascarado” o jornalista pergunta: “Como responde aos que o chamam de bêbado?” e o jogador responde que “[...] sou chefe de família, que tenho responsabilidades, que sei minhas obrigações de profissional do esporte que não faria a loucura de cavar o meu túmulo, largando-me a beber como um irresponsável. Só isso” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 2, 1955, p. 35). Em resposta, Canhotoeiro utiliza valores correspondentes a masculinidade da época: ser um homem com

família, trabalhador e responsável. Esses elementos eram necessários para que ele se enquadrasse no padrão normativo para não ser reprovado no clube e socialmente.

Outro jogador enquadrado nessa categoria foi Agnaldo Berenguer (1940)⁴⁸, homem negro, também conhecido como Canhoto que na opinião do jornalista:

[...] nunca nos pareceu um jogador ajuizado. Sempre gastava tudo ou quase tudo que ganhava. Sem estudos nem visão dos negócios que chegou a possuir, foi aos poucos perdendo controle da situação. Nesse negócio não há luvas, gratificações nem ordenados compensadores. A vida de rei que levava quando jogava futebol, acabou. A vida de Canhoto mudou e ele sentiu que não estava preparado para os novos caminhos que teria de seguir. Problemas familiares surgiram e ele terminou perdendo o pouco que tinha. Começou a beber e chegou ao fundo do poço. Graças a Deus ele encontrou um amigo que o levou para uma Associação e terminou o libertando da bebida. Recuperado, ele vive em Recife de bem com a vida (SANTA ROSA, 2 ago. 2021).

No texto, procurou-se relacionar a alcoolização com a ruína financeira e familiar do jogador, pois “gastava tudo que ganhava”. O texto foi elaborado realçando ideias negativas quanto à alcoolização, vinculada às perdas materiais, como quando diz que “gastava quase tudo que ganhava”, perdeu a “vida de rei”. Também destacou elementos negativos em relação aos códigos de masculinidades, dizendo que o atleta foi sem “juízo”, sem “controle da situação”, sem “preparo para situação”.

Em 1956, o jogador negro João Carlos Batista Pinheiro (1932-2011)⁴⁹ foi destaque em reportagens de *Manchete Esportiva* por causa do consumo excessivo de bebidas alcoólicas:

As más línguas pegaram Pinheiro de “sola”. E pintaram Pinheiro como um verdadeiro alcoólatra, unha e carne com bebida.

[...]

Confesso: fiz, como qualquer rapaz, as minhas extravagâncias, pode ser que tenha exagerado, às vezes. De qualquer modo, fui bastante sensato para não insistir: risquei a boemia do meu caderno. Meu destino está ligado ao futebol, para o bem ou para o mal. Não abusarei da sorte que Deus me deu. Sou profissional sei que a carreira é curta, e não posso pensar só em mim, há meus irmãos e há minha mãe, a quem tanto devo (MANCHETE ESPORTIVA, n. 37, 1956, p. 17).

Neste caso, também foi ressaltada a incompatibilidade da vida boêmia com a de trabalhador, na figura do “ser profissional”, e para isto teria que ser “sensato”, não cometer

⁴⁸ Agnaldo Berenguer (1940) atuou no Santa Cruz-PE, Estivadores-AL, CSA-AL, Bahia, América-RJ, São Domingos-AL, Ferroviário-AL, Calouros do AR-CE, Sergipe-S. E. e Moto Clube-MA.

⁴⁹ João Carlos Batista Pinheiro (193-2011), conhecido como Pinheiro foi um futebolista que jogou em várias posições profissionalmente, sendo zagueiro, goleiro, meia e centroavante nos clubes Americano, Fluminense e Bonsucesso.

“exageros” e “extravagâncias”. O jogador se retrata perante a sociedade ao dizer que riscou a boemia de seu caderno, e que iria pensar em sua família. Os jogadores usavam os elementos discursivos que as camadas médias esperavam ouvir.

As causas do uso excessivo de bebidas alcóolicas nunca eram discutidas, algumas vezes apareciam relacionadas com a depressão. Muitos jogadores passavam a beber por não conseguir atingir os resultados esperados, isto era um fator de muita humilhação, onde cada vez o atleta se cobrava mais, tentando reverter a situação. A maioria não tinha acompanhamento especializado, contando apenas com o apoio do técnico ou de amigos, como relatado pelo jogador Benedito Custódio Ferreira (1930-2020), conhecido como Escurinho⁵⁰ ao dizer que:

[...] sofria dia e noite pensando no dia e hora do jogo.
 [...] Querem saber, em face dos gols perdidos de ficar cara a cara com o arqueiro, das críticas, das chacotas etc., como eu me sentia em campo. Confesso que mal, muito mal, mais mal, um desgraçado [...] vivia num estado de depressão permanente, vivia na fossa (MANCHETE ESPORTIVA, n. 95, 1957, p. 12).

O medo do fracasso causa em Escurinho grande pressão, quanto mais era cobrado pela mídia e pelos torcedores, mais ele entrava em depressão, em um momento em que não se falava nesse assunto. Fracassar em campo significava não ter como manter as cobranças que o modelo de masculinidade lhe impunha.

Frequentar o botequim, beber com os amigos, pagar uma cerveja ou uma aguardente para os mais próximos fazia parte da cultura dos homens das camadas populares, isto demonstrava companheirismo e respeito. Em minha análise não encontrei reportagens sobre homens brancos (jogadores) que faziam uso de bebidas alcoólicas, mas certamente os jogadores brancos que vinham das camadas populares também participassem destas formas de sociabilidades.

O hábito de consumir bebidas alcóolicas, principalmente a cachaça, tem suas origens no período colonial. A partir do século XVII muitos donos de engenhos pequenos, que não participavam da exportação do açúcar passaram a se dedicar a produção de rapadura e de cachaça para o consumo interno, cuja demanda foi aumentada com o ciclo da mineração. Os consumidores da cachaça desde seu início eram os homens brancos pobres e os escravos, os

⁵⁰ Benedito Custódio Ferreira (1930-2020) começou jogando futebol no Villa Nova Atlético Clube, em 1949, depois foi para o Fluminense em 1954, onde atuou por 10 anos. Em 1965 foi para o que Atlético Junior, de Barranquilla, na Colômbia, encerrando sua carreira no clube Portuguesa, do Rio de Janeiro em 1969.

senhores de engenho bebiam vinho vindo de Portugal. Segundo Cascudo (1983), durante o período colonial, “[...] a bebida usual era mesmo a cachaça, oferecida aos escravos como incentivo ao trabalho, vista como fortificante e mesmo dada como prêmio em ocasiões tidas como meritórias” (CASCUDO, 1983, vol. I, p. 220 *apud* SOUZA, 2004, p. 61). Essa prática continuou durante o período imperial, no século XIX, em que muitos senhores distribuíam a aguardente entre os escravizados como forma de impedir revoltas. Neste século, tornou-se comum nas grandes cidades a existência de quiosques nas calçadas, que vendiam entre outras coisas cachaça, e onde se reuniam escravizados para conversar e beber a aguardente. Somente no fim deste século que o Brasil começou a produzir a cerveja, outra bebida que passou a fazer parte do cotidiano dos homens negros (SOUZA, 2004). Sendo assim, o hábito de consumir bebidas alcoólicas é um elemento integrante da cultura dos homens negros e suas famílias, mas não somente destes. Contudo, estas práticas não eram reconhecidas como saudáveis pelas camadas médias, aliadas ao preconceito de cor, que passou a perceber todo homem negro como alcoolista, passando este estigma a acompanhar os negros, fortemente recriminada por integrantes das camadas médias e altas, sendo eles o alvo da vigilância e do preconceito constantes.

Outra prática, que passou a ser denunciada somente na década de 1970, mas que era comum desde a metade do século XX, foi a drogadição por substâncias psicoativas, utilizadas para a melhoria artificial do desempenho esportivo. Em 1974, a revista Placar noticiou a história de Orlando Garcia Pires, 42 anos, ex-massagista do Club Atlético Paranaense, Coritiba Futebol Clube, Operário Ferroviário Esporte Clube e Esporte Clube Água Verde, entre os anos de 1958 e 1969. Ele contou para a reportagem que os dirigentes estimulavam os jogadores, adicionando psicotrópicos na água ou outra bebida que era servida aos atletas. Estas práticas eram comuns, fazendo parte da rotina de 90% dos jogadores daquela época. Segundo ele, os futebolistas sentiam necessidade psicológica em fazer uso das substâncias, mesmo sem saberem o que estavam ingerindo:

Vários jogadores só conseguiam correr tomando um comprimido, podia até ser Melhoral. Eu dava Vasculati, um comprimido pequeno para ativar a circulação, e o efeito era o mesmo, pode crer. Mas havia os verdadeiros dopados, reconhecíveis pela falta de saliva, a pálpebra caída e o olhar meio parado. A técnica usada para distribuição dos estimulantes era de acordo com o tempo e o jogo. Usávamos café, chá e principalmente uísque. Muitos tomavam até sem saber, pois as bolinhas, às vezes, eram dissolvidas até na bolsa de água. Dexamil, Stenamina e Perventin eram as drogas preferidas. Nos jogos decisivos, a dose era sempre 01 ml de Perventin e 10 ml de glicose, injetados na veia dos jogadores, menos o goleiro, e quase sempre no

intervalo. No fim, com o time já campeão, tinha gente dizendo que ia fazer força no segundo tempo, etc. (MUSEU DO FUTEBOL, 2008).

O depoimento de Orlandinho mostra que o consumo de substâncias psicoativas não era algo raro nos clubes em que trabalhou, denunciando, além disso, que a comissão técnica tinha esta prática sem comunicar os atletas. A medicação Perventin, citada pelo massagista, era uma metanfetamina poderosa, criada na Alemanha em 1937, e utilizada amplamente pelos soldados do exército nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. O doping induzido pelos dirigentes, ou por conta própria, aponta para os parâmetros impostos para os atletas, cada vez mais difíceis de serem atingidos. Outro tipo de substância consumida era a chamada “bola” ou “bolinha”, composta por vários estimulantes misturados, como cocaína, efedrina e estricnina, por exemplo. Almir Pernambuquinho falou aos repórteres de Placar sobre a primeira vez que fez uso desta droga, em um jogo do Santos Futebol Clube contra o clube italiano Milan, em 14 de novembro de 1963, momento em que aceitou a oferta do assistente técnico Alfredo Sampaio, como contou:

[...] Por que eu não ia querer? O bicho pela conquista do campeonato era 2.000 cruzeiros: dava para comprar um Volkswagen zerinho. Nós entramos em campo vendo o automóvel ao alcance da mão. Do outro lado estavam os caras que podiam impedir isso [...] Depois que Alfredinho me deu a bola fiquei doido, na vontade mesmo (PLACAR, n. 147, 1973, p. 15).

Neste caso, a vitória trazia muitas vantagens econômicas e a droga foi usada para atingir seus objetivos. Em uma época em que os salários dos jogadores eram baixos, os atletas eram estimulados a jogar com mais dedicação pelo adicional ao salário, pago toda vez que ganhavam uma partida, o “bicho”.⁵¹ Contudo, o uso desses tipos de substâncias tem efeitos colaterais nocivos para a saúde dos jogadores e causam a dependência.

Pelos relatos da imprensa, os jogadores de futebol não estavam localizados na esfera hegemônica, mas são utilizados pela imprensa como forma de moldar modelos de masculinidades. As revistas esportivas, como agentes vinculados ao capital, atuavam por meio do controle da subjetividade dos homens e mulheres. A subjetivação ocorre por meio de “[...] modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários, etc.” (GATTARI E ROLNIK, 2005, p. 36). Os modelos de masculinidades, valorizados nas reportagens, ficaram

⁵¹ Bicho no futebol brasileiro é o recebimento de premiações conforme o rendimento dos atletas a cada jogo; muitas dessas premiações eram pagas diretamente, em espécie, a cada pessoa.

evidentes ao dar ênfase para os atletas como trabalhadores, de origem humilde, disciplinados, seguindo os padrões familiares da época, com a mulher submissa, que apoia o marido, o bom pai em contraponto com os homens sem controle, que faziam uso de bebidas alcóolicas e substâncias psicoativas, que viviam na boemia, doentes e fracassados.

Em se tratando da biopolítica, os jogadores de futebol que faziam uso de bebidas alcóolicas ou de drogas ilícitas, por serem conhecidos do grande público, se tornavam um problema, visto que os governos e instituições estavam preocupados com as consequências que essas práticas acarretariam sua descendência, como sujeitos que antecipam um número ilimitado e indefinido de doenças possíveis por meio de seus filhos. São essas condições, segundo Foucault (2002, p. 399), que possibilitam a emergência dos “anormais” (a prostituta, o homossexual, o criminoso, o louco, o alcoolista), um problema para a vida da população e que deveria ser combatido.

Neste sentido, desde o século XIX, os médicos vão debater o assunto, sendo os únicos capacitados a detectar sinais de problemas de saúde e desvios morais, ocorrendo a criminalização e a medicalização dos alcoolistas, pois passou a ser considerado como um “[...] problema do corpo, da saúde e do nível da força produtiva dos indivíduos” (FOUCAULT, 1984, p. 80). Segundo Matos (2001, p. 41), o consumo de bebidas alcóolicas foi combatido firmemente pelo Estado brasileiro, entre 1890 e 1940, por meio de medidas legais proibitivas e restritivas em relação à venda e ao consumo; também foram criadas propagandas oficiais e campanhas médicas direcionadas a homens e mulheres, considerados degenerados e perturbadores da ordem social, tendo como foco os negros, os mestiços, as prostitutas, entre outras/os. A produção discursiva antialcoólica, ao propagar o ideal de trabalhadores sóbrios, disciplinados, responsáveis pelo sustento da família e pela manutenção da ordem, estava em função de um mercado produtivo que primava por corpos sadios e potencializados. Nesse cenário, o jogador de futebol deveria representar o homem saudável e sem vícios, sendo muito importante para o “governo dos outros e de si” dizer publicamente que não bebia, nem participava de “noitadas” em lugares de boemia.

Para Foucault, a subjetivação é um processo de dobras (“dobrar a linha”) que operam sob as forças do poder saber, como forças facultativas e não coercitivas voltadas para si (DELEUZE, 2005). Assim, a vida do homem atleta era moldada para se enquadrar no modelo, de acordo com os padrões esperados pelas elites, o qual objetivava controlar, ao máximo, o corpo e a mente dos atletas, tornando-os exemplo de disciplina para os demais homens da sociedade. Como procurei demonstrar, ser homem significava ser honesto, trabalhador e

provedor, conseguindo com isto valorização e sucesso entre os outros homens. Como vemos em Foucault, o sujeito é produzido por meio de ações de sujeição e subjetivação, permeadas por relações sociais (materiais/discursivas) que sustentam a sociedade. Neste projeto, as mulheres não estavam incluídas, pois somente o futebol era profissionalizado, gerando altas rendas, assim despontava como exemplo de esporte, sendo considerado o mais popular, das multidões, entre os homens, o que mais recebia verbas estatais e de suas entidades, assunto quase que único entre os periódicos esportivos.

Foucault chama a atenção para o fato de o poder ser exercido nas extremidades (capilar, ramificações), como algo que circula e que funciona em cadeia e em redes (FOUCAULT, 1984, p. 182-183). Com isso, chamo a atenção para as reportagens de Manchete Esportiva, que procuravam colocar os jogadores de futebol como exemplos para os outros homens. Isto se dava ao realizarem reportagens que mostravam que os jogadores de futebol eram homens comuns, que passaram por muitas dificuldades e sofrimentos para enfim serem bem-sucedidos e recompensados. Outras vezes, mostravam seus salários, seus bens adquiridos, seus estilos de vida adaptados aos padrões das camadas médias. Sobretudo, serviam como exemplo de disciplina ao dizer repetidas vezes que economizavam o que ganhavam ou que gastavam com a família e não com noitadas nos bares e clubes sociais. Ser homem também era ser forte para suportar as dificuldades no trabalho, ou para ter controle emocional para viver em outro país, longe da família e amigos, tendo que se ajustar a outro ambiente rapidamente, aguentar o frio da Europa, entender outras línguas e culturas. Era esse homem que o futebol produzia e que as revistas enalteciam. Ao considerar o meio e as práticas de ação do cotidiano dos jogadores de futebol, compreende-se a importância e a subjetivação que o fazer, por meio da realização do trabalho, possibilitava em cada um.

Observa-se que, nos textos jornalísticos da década de 1950, diferentes formas de masculinidades eram percebidas, atravessadas pelas relações de classe, raça e de gênero. Em se tratando dos jogadores de futebol o homem trabalhador, provedor da família, bom marido e pai, eram valorizados e os jogadores que faziam uso de bebidas alcóolicas e drogas, considerados boêmios ou indisciplinados, eram reprimidos. Na reportagem da revista *Manchete* sobre os jogadores da seleção brasileira de 1958, abaixo da foto de Pelé aparecia na legenda as palavras “sem vícios” (MANCHETE, n. 313, 1958, p. 56). Então, era importante dizer para as/os leitoras/es que era um jovem de 18 anos, negro, “sem vícios”, o que não percebi estar escrito em nenhum jogador que não era negro. Podemos ficar na dúvida se era uma forma de criar uma imagem positiva dos homens de origem pobre, ditando como

deveriam se comportar, ao mesmo tempo reafirma o preconceito em relação a eles. Na sociedade biopolítica o homem não pode ser errante, ocioso e alcoólico. Não há espaço para o risco, tem que se preocupar com o futuro, com a aposentadoria, ser previdente.

7 O CORPO DO JOGADOR DE FUTEBOL EM EVIDÊNCIA NAS REVISTAS ESPORTIVAS

Na unidade anterior, apresentei que na década de 1950 o trabalho era um dos elementos que definia o que era ser um bom homem, que o corpo para o trabalho era o masculino. Dentro dos esportes, o corpo idealizado também era o do homem, uma vez que fosse disciplinado, desvinculado da reprodução, tendo domínio sobre suas emoções. Era no corpo do homem que o esporte se materializava. Assim, esperava-se dos praticantes uma capacidade de absorver e lidar com a dor inerente ao esporte, com a violência, com a capacidade de se impor perante outros homens. Neste sentido, a masculinidade estava associada ao fato de o atleta ser forte, viril, ter boa aparência e ser heterossexual; era preciso ser ostensivamente percebido assim.

A apresentação de uma prática esportiva enquanto espetáculo gera representações, significados e interpretações. É uma ação corporificada, aberta à negociação e contestação. Em um jogo de futebol, é exigida muita energia corporal para aguentar 90 minutos de jogo. Vários agrupamentos de músculos superiores e inferiores são colocados em movimento; braços, peito, ombro, costas, abdômen e pernas são colocados em ação frenética. No caso do futebol na década de 1950, os praticantes eram pessoas jovens, homens disciplinados, que iniciavam sua carreira profissional com 18 anos chegando ao final por volta dos 40 anos, quando o corpo já não correspondia às exigências do esporte.

Pensando nas dimensões que as práticas esportivas exigem dos atletas, Vigarello (2013, p. 457) diz que se trata de um “[...] corpo mercenário: não se pertence. Os corpos dos esportistas são construídos e por isso são também muito admirados, desejados e contemplados por muitas pessoas, e também pelos meios de comunicação”. Atualmente, o corpo do atleta de alto rendimento é monitorado constantemente com o auxílio do trabalho de fisioterapeutas, preparadores físicos, fisiologistas e psicólogos, que aplicam sobre ele um saber científico específico, que moldam o atleta para adaptar-se a sua modalidade esportiva. É necessário muito tempo de treinamento físico, técnico e tático, o que vai tornando o atleta cada vez mais veloz, forte, dinâmico e competitivo. Será que está era a realidade dos atletas brasileiros nos “anos dourados”?

Nesta unidade, vou apresentar como os corpos dos atletas passaram a ser alvo da mídia, sendo cada vez mais admirados, observados pelos consumidores das revistas esportivas. Mas o corpo do homem não era visto da mesma forma que o corpo das mulheres, inicialmente estava desvinculado dos afetos e dos artificios da beleza, que foi paulatinamente sendo enaltecida para se tornarem enfim, corpos aptos para vender produtos em publicidades.

7.1 AS FOTOS DE TIMES E O MODO DE SE PORTAR DO HOMEM ATLETA

Na década de 1950, o jogador de futebol vinha das camadas populares, como ainda hoje, mas não estavam em escolinhas de futebol ou em centros de treinamento dos clubes com toda estrutura e profissionais auxiliares. Os jogadores de futebol eram formados jogando na rua, no campo de terra do bairro ou na várzea, por exemplo. Muitos se apresentavam nas sedes dos times por conta própria para fazer um teste ou eram apresentados por um conhecido de alguém do time, que levava o jogador até os técnicos. Alguns jogadores, mesmo atuando em times como profissionais, muitas vezes dividiam seu tempo de treinos e jogos com outro trabalho (funcionário público, dentista, policial etc.). Nesse sentido, o corpo dos atletas era outro, os músculos eram formados nas lidas pesadas, nas corridas e atividades juvenis, ou seja, não era o corpo preparado, construído artificialmente dos atletas profissionais do presente, fruto do emprego e desenvolvimento tecnológico de técnicas e materiais.

O corpo do homem atleta que passou a ser mais visto e conhecido por meio dos grandes periódicos esportivos era do jogador de futebol. Que era um corpo etnicamente híbrido, multirracial, forte, não necessariamente alto. Este corpo por sua grande visualidade, passou a ser mais controlado, a grande mídia elegia aqueles que deveriam ser padrão e servir como referência para outros homens, geralmente o corpo do homem branco, mas o homem afro-brasileiro, mestiço, híbrido também passaram a aparecer na grande mídia por serem grandes futebolistas.

Foi na Copa do Mundo de 1938 que um texto de Gilberto Freyre para os Diários Associados de Pernambuco revelou que o Brasil tinha um estilo de jogo diferente dos outros países e que isto se devia a inserção de homens afro-brasileiros no time. O título de seu artigo já dizia muito *Football Mulato*, dizia ele que era um estilo único por que apresentava um individualismo, elementos de “surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza”. Além disso, estabeleceu relações com a capoeira, meio dança e jogo, com influência do samba e das

religiões de matriz africanas. Para Freyre, o futebol brasileiro era a expressão do *mulatismo*⁵², visto que diferente de outros teóricos, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, que criticavam a mestiçagem, Gilberto Freyre a via como nossa qualidade diferencial entre os outros povos (FREYRE, 2001). Foi a partir dos textos de Gilberto Freyre que se começou a falar de um estilo próprio de jogar futebol, uma plasticidade única, ao ponto de poder ser comparado a uma arte, posteriormente denominado de “futebol-arte”. Freyre usa como metáfora para explicar o futebol brasileiro as figuras de Apolo e Dionísio, em que para ele o futebol europeu era apolíneo e o brasileiro dionisíaco. Essa forma de marcar a diferença também fala muito sobre os corpos, para elite, apolíneo era o europeu, o brasileiro por não ser tão belo corporalmente poderia ser dionisíaco.

O “futebol-arte” se tornou uma retórica dos jornalistas e intelectuais que escreviam sobre futebol, principalmente após a vitória da Seleção Brasileira em 1958, tendo dois jogadores de origem afro-brasileira como estrelas principais, Pelé e Garrincha. O aspecto que me interessa dessa conceituação é o de perceber o futebol como uma espécie de dança, cheia de malícia, musicalidade, ginga e espontaneidade. Dentro do regime de visualidade das masculinidades estas qualidades mesmo as revistas procuravam esconder, valorizando os jogadores brancos, considerados galãs, era inevitável não mostrar os outros atores, os jogadores afro-brasileiros e com isto a alegria e a descontração que no Brasil representa jogar futebol.

Como o corpo masculino era apresentado predominante no esporte-espetáculo, ele passou a ser consumido, observado em seus detalhes, controlado nos gestos; buscava-se perceber a regularidade dos movimentos. Para Foucault (2008), em uma sociedade de controle, os mecanismos de regulação sobre o corpo são mediados por imagens e respectivas linguagens individualmente incorporadas e socialmente reproduzidas. Nesse sistema é que se estrutura o simbólico-corporal. Em contraste com a sociedade disciplinar, os mecanismos de controle funcionam, sobretudo, fora das instituições, encontrando-se diluídos nas redes flutuantes, difusas, dispersas, que organizam as práticas sociais quotidianas.

Nos treinos e apresentações, o atleta demonstra os movimentos e gestualidades específicos e muito especializados referentes ao esporte que exercita. Estes movimentos e gestos eram inseridos em um sistema discursivo que construía representações sobre o que era

⁵² Gilberto Freyre, o Brasil produziu suas teorias dentro do quadro das ideologias nacionalistas e forja uma teoria da “democracia racial”, no qual o país “racialmente misto” com a união das “raças” branca, indígena e afro-brasileira. Nesse sentido, buscava criar um sentimento nacional onde a mestiçagem fosse interpretada como um processo positivo. Sua teoria, no entanto, foi utilizada para tentar esconder o preconceito, o racismo e a violência contra populações negras e indígenas.

compreendido como “normal” ou “natural”. As revistas analisadas procuravam registrar, por fotos e textos, os momentos mais emocionantes das partidas (o gol capturado em uma sequência de fotografias, as jogadas decisivas), mas também a intimidade dos esportistas (a sua vida em família, por exemplo).

O fotojornalismo dava suporte para a espetacularização do esporte, principalmente dos jogos de arena, que atraíam milhares de pessoas e tinham grande repercussão social. Nestes momentos é que as regras, a disciplina, o moderno e o civilizado eram valorizados nos discursos dos jornalistas. A fotografia deveria cumprir um papel importante de aproximar as personalidades do público leitor; por isso, era importante que mostrassem os sentimentos dos esportistas, tais como alegria, esforço, tristeza, etc. As imagens conferiam um sentido de verdade, muito superior a outros elementos gráficos utilizados nos periódicos até então. Os proprietários de revistas detinham o controle do poder das imagens. Por meio das imagens e dos escritos em muitos periódicos, as elites propagavam e reproduziam seus ideais (SILVA, 2004). Neste sentido, as fotografias de times também estavam inseridas neste sistema simbólico, em que o time fotografado deveria representar a ordem e a disciplina.

As fotografias de times de futebol viraram uma tradição desde a chegada do esporte no Brasil em 1894. O grande momento, antes ou depois da partida, era registrado pelas lentes das câmeras, e os participantes deveriam estar rigorosamente uniformizados. No início do século XX, as fotografias tinham um tom mais formal e aristocrático, pois o esporte era praticado por homens brancos da elite. Para as poses, neste momento, os homens se organizavam em duas fileiras, sendo uma em pé ao fundo e a outra com jogadores sentados no chão com as pernas cruzadas ou deitados no gramado. Muitas vezes, as fotografias eram realizadas ao ar livre nos parques ou em um estúdio fotográfico, na frente de um painel pintado com belas paisagens. Nas décadas de 1930 e 1940, influenciados pela Segunda Guerra, os jogadores eram enfileirados como os soldados no exército (o goleiro na frente da fila e os demais jogadores na sequência), mas essa formação muitas vezes não permitia identificar os últimos jogadores. Neste período, a imprensa esportiva já registrava os eventos e as fotografias passaram a ser menos artísticas e mais jornalísticas. Leite (s/d) explica que a formação para foto do time, que se tornou mais popular, começou a ser usada na década de 1950.

Nas fotografias, os 11 jogadores titulares do time apareciam posicionados em duas linhas, impecavelmente alinhados e de frente para câmera (*Figura 37*). Na primeira fila ficavam os defensores, em pé ao fundo, geralmente de braços cruzados ou voltados para trás,

olhar fixo, altivo, corpo alinhado e rígido, peito inflado. Na segunda fileira, agachados à frente, eram colocados os atacantes e os meias (posição no jogo), que poderiam estar com os braços cruzados ou uns apoiados nos outros com os braços cruzados pelo ombro do companheiro, com olhar fixo, sem sorrisos neste momento solene. Eventualmente, outros personagens também poderiam aparecer nas fotografias, tais como: técnicos, massagistas, roupeiros ou as crianças, que eram chamadas de mascotes.

Figura 37 – Poster em folha dupla Flamengo, Manchete Esportiva, n. 21, 1956, p. 21



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 8 fev. 2021

As revistas esportivas vendiam pôsteres com os times, publicados em cores, na última capa ou em páginas duplas no meio da edição. Estas imagens eram enquadradas e expostas nas barbearias, bares, borracharias, oficinas mecânicas, nos quartos dos meninos ou mesmo na sala de casa (*Figura 37*). Essa pose era replicada por grupos de jogadores nos campeonatos de quermesse, de reuniões familiares ou de fábricas, em um processo de identificação e singularização, em que no momento de registro fotográfico ficaria para memória e ser lembrado assim, como os grandes times e seus ídolos do futebol (*Figura 38*).

Mesmo individualmente, os jogadores posavam mantendo o corpo sempre firme, peito estufado, olhar fixo, altivo e às vezes intimidador, mãos na cintura, na posição estática, cuja rigidez é realçada por todo o conjunto de músculos utilizados, como mostrado na *Figura 39*.

Figura 38 – Time amador de indústrias (década de 1950), *Manchete Esportiva*, n. 96, 1957
Em evidência, Esporte Clube Klabin, da indústria produtora de papel Klabin, Monte Alegre, Paraná



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 8 fev. 2021

A fotografia do jogador sozinho, mas agachado, com as mãos nos joelhos, também era uma das poses favoritas pelos fotógrafos das revistas esportivas. Esta pose permitia aproximar bem o rosto e o corpo do jogador, sendo importante para os fãs do futebol que não possuíam televisor ou não podiam ir ao estádio ver seu craque jogar. Algumas capas de *Manchete Esportiva* apresentavam os jogadores mais descontraídos, sorrindo em clima de brincadeira; já em outras revistas o tom solene dos jogadores se mantinha. Eram imagens fotográficas que tendiam a uma homogeneização de posturas e traços, traziam homens de faces carregadas de seriedade, movimentos que se enquadravam apenas na força física, nos limites corpóreos,

gestos e poses com a pretensão de eliminar qualquer ambiguidade a respeito da sexualidade. Nesse sentido, deveria estar dentro da normatividade esperada, pautados pelos princípios morais da sociedade, de honra e hombridade. Muito longe do estilo solto, despojado, gingado ou dançado como descreveu Gilberto Freyre, o que se transmitia pelas fotografias era os movimentos estrategicamente controlados.

Figura 39 – Pose de jogador (década de 1950) Manchete Esportiva, n. 30, 1956, p. 40
Em evidência, Roberto do Corinthians



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 8 fev. 2021

Os periódicos esportivos, anteriores a este período, continham poucas fotografias dos atletas. Geralmente os homens esportistas eram fotografados da cintura para cima, promovendo certa inversão no objeto de admiração, pois o corpo masculino não carregava os signos do erotismo.

Em relação aos homens, as revistas Manchete Esportiva e Revista do Esporte passaram a apresentar outros tipos de fotografias. Além das fotografias posadas, que procuravam apresentar um corpo forte e rígido, ao mesmo tempo revelador do caráter e da

dignidade do atleta em detrimento da beleza e do erotismo, elas passaram a exibir muitas fotografias dos atletas em movimento, realizando as práticas esportistas, colocando mais ação e emoção. Traziam, também, os homens em momentos de descontração, sorridentes e brincalhões, em seus momentos de intimidade, quase nus nos banhos dos vestiários, bem como, nos espaços privados de suas casas, com as esposas e filhos. Aos poucos, os corpos masculinos também passam a ser fotografados relacionados ao tema da beleza do corpo atlético, passando a ser apreciados e admirados por outros homens e mulheres.

7.2 A CONFRATERNIZAÇÃO DOS VESTIÁRIOS: OS CORPOS EXPOSTOS DE HOMENS BRANCOS E NEGROS

Nos esportes coletivos profissionais o vestiário é um lugar privado dos jogadores e da comissão técnica, servindo para concentração ou descontração antes e após o jogo/espetáculo. É um local onde os jogadores ficam à vontade, protegidos dos olhares do público. Dentro e fora do esporte profissional o “vestiário masculino” é um espaço de homossociabilidade⁵³. Segundo Welzer-Lang (2001, p. 462) esses lugares objetivam corrigir e modelizar o acesso à virilidade, por meio de ensinamentos do iniciador-iniciado, ou seja, pela transmissão de valores positivos de solidariedade masculina, portanto se assentam no reforço mútuo da masculinidade. Para tanto, se desenvolve aí uma pedagogia que educa o comportamento, os gestos e os olhares dos homens.

Entre homens circular nu no vestiário é algo natural, pois é algo ensinado deste a juventude. Entre um grupo de jogadores, com maior intimidade são realizadas até brincadeiras que envolvam seus órgãos genitais (WELZER-LANG, 2001, p. 462), mas uma das regras de masculinidade, ainda hoje, é a de que um homem não deve olhar para o corpo do outro, observando seus detalhes. Este ato poderia dar a entender que o observador tem desejo sexual pelo corpo do outro, e ser nominado por “rapaz duvidoso”, um dos termos usados para homossexuais na década de 1950. Se isso ocorresse, ele seria repreendido imediatamente no estilo: “o que está olhando, gostou?”. Para ser aceito dentro do padrão social comum de masculinidade o sujeito tem que cumprir de maneira clara as regras da masculinidade. A quebra das regras ou padrões assim que identificada é imediatamente reprimida. Onde quero

⁵³ O conceito de homossociabilidade foi definido e disseminado a partir de *Between Men* (1985).

chegar com isso? A revista Manchete Esportiva permitia ao leitor ver os jogadores nos vestiários, fazendo parte do espaço de homossocialização, mesmo que por meio de imagens e textos.

Manchete Esportiva trazia, em suas edições, comentários sobre o clima nos vestiários dos times, em jogos mais importantes. As fotografias no vestiário funcionavam como uma forma de apresentar os sentimentos da equipe de futebol, principalmente no pós-jogo. Elas serviam como janelas para o leitor, em uma ilusão momentânea de cumplicidade, até mesmo de intimidade com os protagonistas, que prendia esses sujeitos leitores na contemplação da felicidade após a vitória ou na tristeza da derrota. As fotos eram feitas em plano médio, frontal, de ângulo normal, cortadas na altura da cintura, o que dava a impressão de igualdade com quem as observava. Dessa forma, o leitor podia se sentir incluído na celebração, deixando de ser apenas um espectador, e tornando-se parte da equipe, sentindo-se presente naquele momento íntimo (*Figura 40*). As fotografias de vestiário foram usadas em três capas de Manchete Esportiva, em 1958, nas edições de número 161, 162 e 163.

Figura 40 – O corpo masculino exposto, Manchete Esportiva, n. 97, 1956, p. 20
Em evidência, os jogadores do Fluminense Escurinho e Castilho comemoram a vitória por 4X3 contra o Olaria



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2021

Várias fotografias de vestiário de Manchete Esportiva traziam os atletas em momentos de confraternização durante o banho. Elas representavam mais que as alegrias da vitória ou as tristezas da derrota; deixavam em evidência os corpos nus dos atletas. Porque os atletas se permitiam serem fotografados nus nos vestiários? Será que a relação destes atletas com seus corpos eram diferentes da que existe nos dias atuais? Fazia parte do jogo? Eram naturais, agora muito menos, os homens se movimentarem nus nos vestiários após uma partida; quanto mais se deixarem ser fotografados. Nos dias atuais, será que os jogadores se permitem serem fotografados durante o banho ou serem entrevistados nus no vestiário, é algo quase impossível. Agora eles parecem ter noção do uso mercadológico dessas imagens, o que acredito não estar bem evidente nos anos cinquenta do século passado.

Figura 41 – O banho nos vestiários, Manchete Esportiva, n. 97, 1956, p. 20
Em evidência, jogadores do Fluminense Escurinho e Castilho comemoram a vitória por 4X3 contra o Olaria



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2021

Andar nus entre outros homens pelos vestiários masculinos era algo natural, faz parte da rotina em vários espaços de sociabilidades masculinas, mas ser fotografado e poder ter esta

imagem exposta são coisas muito diferentes. Talvez estes jogadores não tivessem a dimensão da exploração realizada pelos meios midiáticos das imagens. Para os homens dos anos 1950 essa separação ainda não parecia ser tão evidente visto que se permitiam ser fotografados. Para estes homens, a mercantilização e a espetacularização de seus corpos ainda estava restrita ao jogo em campo.

Na *figura 41*, os futebolistas Benedito Custódio Ferreira, o Escurinho, e o goleiro Carlos J. Castilho aparecem comemorando a vitória do Fluminense Futebol Clube contra o Olaria Atlético Clube, pelo Campeonato Brasileiro de 1957, consagrando o Fluminense como líder do primeiro turno. Escurinho todo ensaboado e Castilho embaixo do chuveiro se abraçaram e demonstram para o fotógrafo a alegria da vitória. A fotografia está em plano médio, frontal, de ângulo normal, cortada na altura da cintura.

Figura 42 – O corpo masculino negro nas revistas esportivas na década de 1950, *Manchete Esportiva*, n. 162, 1958, p. 57



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

A virilidade masculina aparece reforçada nas revistas esportivas, onde o aspecto físico e sexual era potencializado. O corpo do homem negro futebolista passa a circular nos periódicos como elemento novo. Com as sucessivas conquistas, os jogadores negros como Pelé, Garrincha, Djalma Santos, Didi, entre outros, eram constantemente enfocados pelos fotógrafos.

Figura 43 – O jovem Pelé flagrado no banho no início de sua carreira⁵⁴



Fonte: G1, 18 fev. 2020.

Estes corpos aparecem nas revistas da década de 1950, muitas vezes carregados pelos estereótipos bastante férteis no imaginário social. Como exemplo, podemos ver a fotografia publicada na reportagem de Carlos Lima, com o título: “Falta um ‘deus’ no Olimpo: Pelé” (*Figura 42*). O jornalista homenageava a campanha de Pelé por seu time, dizendo que todos só falavam em Pelé, e faz trocadilhos usando o nome do futebolista em várias palavras, tais

⁵⁴ A foto de José Dias Herrera fez parte da exposição “Pelé: A Construção de um Rei”. G1, 4 jun. 2014. Créditos: José Dias Herrera. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2014/06/exposicao-em-sao-paulo-tem-foto-de-pele-nu-em-banho.html>> Acesso: 18 fev. 2020.

como: “Peléfone” e “Pelégrafo”. Na fotografia selecionada, *figura 42*, tirada durante o banho, o jogador encara a lente da câmera com naturalidade, a espuma que encobre seu rosto deixa transparecer sua energia e jovialidade, com 18 anos. Durante sua carreira de jogador, várias fotografias foram tiradas de Pelé nu dentro do vestiário, o que parecia não o incomodar (ou talvez fosse um incômodo não expressado publicamente). As imagens não colocavam o corpo nu ou seminú do jogador de futebol profissional como coadjuvante. Ele ocupava a cena toda, mesmo que recortado na linha da cintura na hora da edição no periódico.

O instante íntimo do vestiário possibilitava ao leitor admirar o corpo atlético, se comparar a ele, seguir modelos de corpo. Mas uma novidade se apresentava, a visualização do corpo do homem negro, que era pouco comum, pois as revistas de modo geral davam preferência aos homens brancos, considerados como padrão de beleza. Isto pode ser percebido na fotografia de Pelé, tirada por José Dias Herrera (*Fig. 43*). Este fotógrafo fez várias fotografias de Pelé em sua carreira e na atualidade fez uma exposição e livros sobre o jogador. Na fotografia escolhida, Pelé se permite fotografar no banho, rompendo com a clássica rigidez idealizada nas poses de jogador, como anteriormente descrevi. No momento em que foi fotografado, o futebolista estava totalmente descontraído e sorridente, ajudando na construção do ídolo pela imprensa. Depois da Copa do Mundo de 1958, ele se tornou muito admirado por suas habilidades, conseqüentemente passou a ser mais fotografado. Como visto anteriormente, muitos repórteres circulavam pelos vestiários após os jogos e, nisto, entrevistavam os jogadores e os fotografavam. Algumas fotos de jogadores nus circulavam entre estes profissionais e editoras e são publicadas ainda hoje.

A *figura 44* traz uma fotografia do francês Philippe Le Tellier, renomado fotógrafo dos astros e atrizes de cinema, para a revista francesa *Paris Match* (1938 a 1940, dedicada aos eventos esportivos e de 1949 a 1968, uma revista de variedades). Ela foi tirada no vestiário após a semifinal entre França e Brasil, durante a Copa do Mundo FIFA de 1958, na Suécia. Pelé e Bellini se confraternizam após a vitória do Brasil por 5 a 2 sobre a França, na qual Pelé marcou três gols. A fotografia não foi publicada desta forma, mas cortada na cintura, nela Pelé abraça Bellini, o capitão da equipe, conhecido por sua seriedade e compromisso com os colegas de time. Eles não estão um frente ao outro, Bellini está de frente para o fotógrafo e Pelé em sua lateral direita, o olhar de cada um vai para direções diferentes, os braços envoltos entre os dois corpos, mesmo próximos e nus existe uma separação entre eles. Este comportamento indica que existe uma camaradagem entre eles, sem sugerir nenhuma relação dúbia de suas identidades sexuais. Por outro ponto de vista, o fotógrafo também fez um

registro de que a nudez entre os homens esportistas não era um tabu, visto que não há evidências de repressão em relação a presença do profissional de imprensa no local, bem como, consentem que ele fotografe o momento íntimo dos jogadores.

Figura 44 – Pelé e Bellini se confraternizam no vestiário – 1958
A foto foi tirada no vestiário após a semifinal entre França e Brasil, durante a Copa do Mundo FIFA de 1958, na Suécia



Fonte: Le Tellier Philippe, Paris Match

As imagens do jogador Pelé remetem ao entendimento da masculinidade do homem negro esportista, cujo corpo é compreendido dentro do esquema de corporeidade voltada para a força física e para o sexo. Para explicar tais condutas, Deivison Faustino (2014) afirma que:

[...] é a partir deste referencial fetichizado que o criado supermasculino esboçará sua agência. “Ser negrão de verdade” implica assumir a atribuição de manter-se em cena como uma máquina de sexo: além de “ter a pegada”, deve ser (super) dotado de um pênis enorme, ser um animal na cama, dançar bem, ter habilidades para esportes e outras tarefas manuais, ter força física descomunal, além de jamais recuar perante uma ameaça, mesmo que isso implique o violento (e nem por isso menos glorioso)

dilaceramento de seu corpo... O homem negro deve ser “macho ao quadrado” em todas as situações exigidas, e só a partir destes atributos será reconhecido (FAUSTINO, 2014, p. 91).

Como vemos, é a partir das representações que pessoas não-negras fazem sobre o homem negro que lhe é permitido circular e ser reconhecido, sendo assim, tais representações, tornam-se o ponto de partida para construção de sua masculinidade.

Os jogadores negros na década de 1950 participavam dos times, ganhavam fama e alcançavam melhores condições de vida, mas também eram alvos de muitos destes estereótipos e sofriam com eles. Como exemplos de situações relacionadas à masculinidade dos futebolistas negros, contidas nas revistas esportivas estudadas, estão os discursos médicos, os quais tentavam explicar, pela ciência, as qualidades e as deficiências genéticas de cada raça em relação ao esporte. Segundo Bruno Otávio de Lacerda Abrahão (2010), em seu doutoramento em Educação Física, tais discursos foram empregados para desvalorizar os atletas negros que se destacavam. Ele salienta que as características físico-biológicas eram colocadas como mais importantes do que as qualidades culturais e intelectuais dos jogadores, desvalorizando os mesmos. Ao justificar o sucesso dos atletas negros com base em aspectos biológicos, os agentes de poder argumentavam negativamente em relação ao negro, ou seja, colocavam que o desempenho em competições seria fruto de sua genética, atribuindo seu sucesso a características inatas, não valorizando o esforço pessoal ou as capacidades intelectuais e culturais dos jogadores.

Não era difícil encontrar reportagens que realçavam a força muscular de Djalma Santos, o corpo avantajado e a explosão muscular de Domingos da Guia ou de Zózimo, a resistência pulmonar e a velocidade de atletas negros como Mauro Silva e Jairzinho. Também, apareciam a ginga e a malícia de Pelé, Garrincha ou Leônidas da Silva, bem como, os dribles com grande habilidade de Canhoteiro. Todas estas habilidades eram exaltadas e colocadas como fundamentais para a vitória de um time, mas serviam para compor o discurso biologizante, assimilado pelos repórteres e editores, que acabavam por classificar os corpos, justificando o alto rendimento dos atletas negros por sua “[...] genética, pois sua estrutura óssea, seu sistema muscular, seu metabolismo, seriam diferentes se comparados aos atletas brancos” (OLIVEIRA, Altemir, 2008).

Branquear os jogadores era uma das estratégias discursivas, como podemos perceber no texto publicado na Revista do Esporte, na edição nº 185, de 1962, p. 14, com o título “A pelota gosta dos escurinhos”. Neste texto, o repórter procura demonstrar que não existe

racismo no futebol brasileiro, dado o grande número de “jogadores de cor” nos times. A reportagem trazia um conjunto de fotografias de jogadores negros, todas na forma de retrato, em *close up*, com enquadramento central, anguladas ao nível dos olhos, para que o leitor observasse diretamente o rosto negro (Figura 45). No decorrer de sua argumentação, o autor utiliza o termo “escurinho” para se referir aos futebolistas, citando Pelé como o “[...] mais famoso escurinho do mundo” e muitos outros que atuavam em vários clubes, finalizando seu texto com “[...] como prova das mais evidentes de que a pelota tem, realmente, especial predileção pelos escurinhos”. O termo escurinho é uma tentativa discursiva de invisibilizar os jogadores negros, pois não eram nomeados como homens negros, apenas escurinhos.

Figura 45 – Jogadores apresentados como “Escurinhos” bons de bola em reportagem da Revista do Esporte, n. 185, 1962, p. 14



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020.

Neste sentido, podemos ir ao encontro do pensamento de Foucault (1988), de que o sexo é um demarcador de uma verdade sobre o sujeito, definindo a sua normalidade ou anormalidade, mas vemos que a raça é outro demarcador para a apreensão dessa verdade do

sujeito. É neste contexto que se viabiliza a discussão de hierarquização entre as diferentes formas de expressão das masculinidades, abordadas por Connell (1995), ao afirmar a existência de relações de subordinação, no qual os homens podem ser excluídos dependendo da posição social e econômica que ocupam, bem como, conforme a origem étnica também.

As imagens dos homens negros jogadores de futebol contrastavam com uma biopolítica em que o corpo branco era universal. Franz Fanon (2008, p. 90) diz que “é o racista que cria o inferiorizado”, portanto a experiência vivida pelo negro era dada pelo olhar do homem branco, que criava estereótipos inferiorizando o homem negro. Neste sentido, mesmo sendo vistos nas revistas esportivas não significava que eram valorizados como homens negros. Joaze Bernardino-Costa (2016, p. 512) baseado em Fanon (2008) diz que o paradoxo da invisibilidade do negro estava no fato de ele mesmo sendo visto é invisibilizado, está no presente ausente. Isto porque os estereótipos sobre o homem negro são muito fortes ao ponto de ele ser reconhecido não pelo que realmente possa ser. Sua exterioridade, a imagem sobre o homem negro, que foi construída no passado, é o que delimita o olhar sobre o corpo negro. No caso de Pelé, Didi ou Djalma Santos em que foram ao mesmo tempo homens negros e grandes esportistas, consagrados e colocados no patamar de heróis nacionais pelos meios de comunicação, estes estereótipos mesmo não sendo verbalizada textualmente, explicitada que a invisibilidade ainda os perseguia, pois não eram valorizados enquanto homens negros, indicando uma tentativa de negar a negritude ao não dizer. Os meios de comunicação auxiliam na naturalização das representações sobre os homens negros e na universalização do padrão de uma sociedade dada como branca.

Esta universalização dos padrões de “ser e estar” são muitas vezes “[...] interiorizadas inclusive pelo negro que, por isso, deseja imitar o senhor por meio do uso de máscaras brancas” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 514). Muitas vezes, era difícil para o atleta negro se reconhecer negro e ter que lutar publicamente contra os preconceitos raciais ou racismo tendo sua negritude não reconhecida socialmente e culturalmente. Além disso, havia o esforço da imprensa esportiva em embranquecer os jogadores negros. Desta forma, o “mulatismo” apregoado por Gilberto Freyre como o elemento positivo do futebol brasileiro apresenta seus limites.

Nas fotografias de vestiário além de colocarem em evidência dos corpos masculinos (brancos e negros), também remetem ao fato de ser um lugar onde a afetividade entre homens era admitida. Nestas fotos, é possível perceber que onde os jogadores se banhavam havia chuveiros coletivos, sem divisões ou portas entre uma ducha e outras, diferentemente do que

acontece nos dias atuais, onde os vestiários contam com chuveiros individuais e com portas. As fotos mostravam os atletas se abraçando, muitas vezes em grupos. A proximidade entre os corpos masculinos, como mostradas nas fotografias selecionadas anteriormente, são situações que se dão em ambientes ou eventos de predominância masculina, onde o contato era autorizado no contexto de amizade ou “camaradagem”. Louro (2000) diz que estes momentos fazem parte do processo de afirmação da masculinidade heterossexual. Contudo, essas práticas se faziam recorrentemente com ponderações, pois “[...] poucas vezes é marcada pela troca de confidências e o contato físico, ainda que seja plenamente praticado em algumas situações (nos esportes, por exemplo), se dá cercado de maiores restrições entre eles” (LOURO, 2000, p. 91).

Assim, a prática do futebol se coloca como um dos pilares organizadores das relações de gênero, um codificador de condutas masculinas e instaurador de pautas de conservação da masculinidade viril, traçando regras de sociabilidade e fidelidade entre homens. A troca de afetos entre os homens é contida, controlada por outros homens, mas no futebol, em certos momentos, como na comemoração do gol ou da vitória, ela pode ser expressa. Na ocasião das celebrações, nessa época, os homens atletas heterossexuais (em tese) podiam catalisar a afetividade contida.

7.3 AFETIVIDADES CONTIDAS

Em 1956, a Seleção Brasileira recebeu a seleção da Tchecoslováquia para fazer jogos amistosos em São Paulo e no Rio de Janeiro. No dia 5 de agosto, no Maracanã, a vitória foi dos tchecos (Tchecoslováquia 1 X 0 Brasil), gol de Anton Moravick (1931-1996). Três dias depois, no dia 8 de agosto de 1956, houve a oportunidade de a Seleção Brasileira fazer prevalecer o seu melhor futebol. Em jogo realizado no Pacaembu, o Brasil goleou a Tchecoslováquia por 4 a 1, com dois gols de Zizinho e dois do ponta-esquerda Pepe. Além do desempenho dos times, chamou à atenção dos repórteres a forma de comemoração dos tchecos (*Figura 46*). Já no vestiário, foi realizado com um beijo entre os jogadores, como expresso na legenda da imagem, ao estilo hollywoodiano, ou seja, como visualizado nos filmes e que causava escândalo. Parecem desconhecer que no contexto cultural da extinta URSS e países socialistas do leste europeu, o beijo encenado entre homens é corriqueiro, conhecido como beijo fraternal socialista.

Figura 46 – O beijo de jogadores da Tchecoslováquia em jogo de 1956, Manchete Esportiva, n. 39, 1956, p. 16



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

O beijo trocado pelos jogadores tchecos causou estranheza nos repórteres porque a demonstração de homoafetividade (mesmo que seja simulada) e não apenas afeto, não poderia ser exposta em público, como uma regra geral da masculinidade que exigia evitar o afeto, negando sua existência. Assim, os homens deveriam coibir demonstrações de afeto para se mostrarem mais fortes. As expressões das emoções esbarram no medo de se revelar frágil, pois as expressões de afetos, sentimentos e emoções foram historicamente relacionadas às masculinidades homossexuais e às mulheres. Se por acaso, os homens se permitissem projetar afetividades e atos de carinho, estariam submetidos ao risco de serem associados, pelos seus pares, às formas de expressão de mulheres ou às identidades homossexuais, consideradas por estes como inferiores (CONNELL, 1995, LOURO, 2000). Assim, um homem heterossexual, em nossa cultura, não teria por costume (norma) beijar o companheiro de time, mesmo como forma de agradecimento, de um carinho especial. Se o fizesse, esse homem poderia ser

tomado por homossexual, ao que se associaria um caráter de fragilidade, levando-o a perder poder social.

Figura 26 – O beijo proibido, Manchete Esportiva, n. 114, 1958, p. 52



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

Para Butler (2016), a heterossexualidade relacionada com a identidade de gênero masculino surge como norma, em um sistema heteronormativo, no qual os homens não devem se deixar atravessar por sentimentos e emoções no dia a dia, uma vez que o estereótipo de

masculinidade impõe que estes se mostrem sempre fortes, viris ou insensíveis, às vezes embrutecidos. Contudo, a autora acrescenta que a “[...] produção normativa do sujeito é um processo de iterabilidade – a norma é repetida e, nesse sentido, está constantemente ‘rompendo’ com os contextos delimitados com as ‘condições de produção’” (BUTLER, 2015, p. 237). Nesse sentido, Butler indica que as normas não atuam de modos determinísticos, é contingente, como podemos notar nos exemplos a seguir.

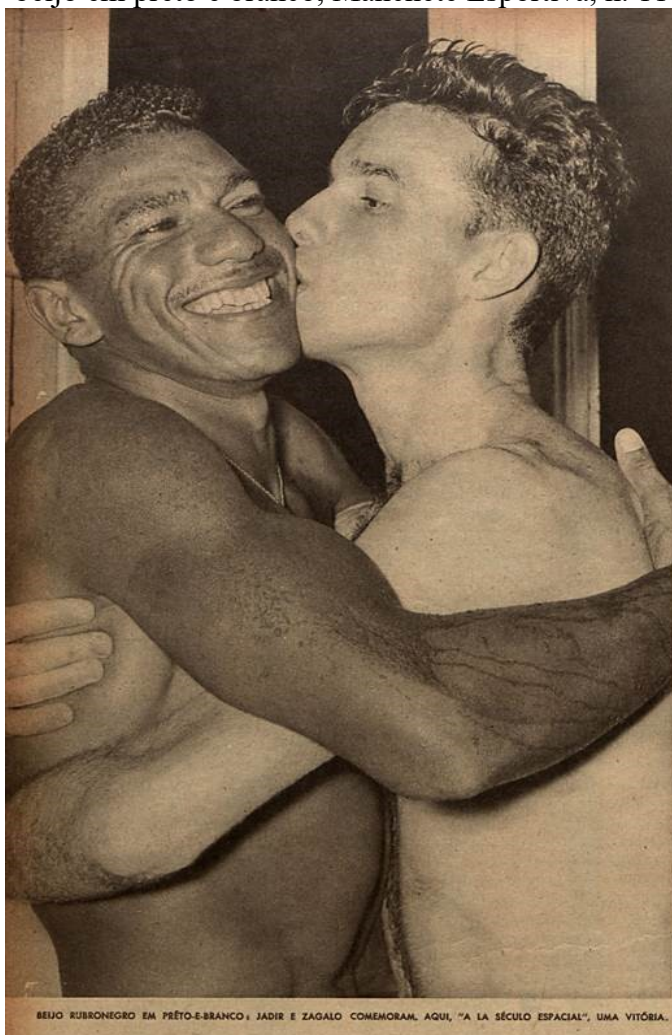
Em 1958, a Manchete Esportiva publicou uma reportagem intitulada “Guerra aos beijos” em que o jornalista Arnaldo Niskier escreveu sobre as reclamações dos ingleses quanto às formas de comemoração dos gols, em que “[...] os mais afoitos não se contentando com abraço, exageram e chegam ao beijo, o que já é bem menos *anti-higiênico*, mas plenamente compreensível, na ocasião.” (1958, p. 50 *grifo meu*). Como os beijos entre os jogadores estavam cada vez mais comuns, a Associação Britânica de Futebol passou a proibir este hábito. Para o representante não era agradável ver os jogadores “[...] abraçarem e beijarem um colega, que acaba de fazer um gol” (p. 51).

Para o dirigente esportivo inglês, em seu país não existia este estilo de “expressão emocional”. É interessante notar que Arnaldo Niskier justifica o comportamento dos jogadores brasileiros como sendo parte da cultura latina, na qual as pessoas são “emotivas por natureza”. Termina o texto mencionando que no “[...] dia em que não houvesse mais beijos e abraços, em nossos campos de futebol, o espetáculo futebolístico perderia muito de sua autenticidade” (p. 52). Para ele, o jogador brasileiro não era uma “pedra de gelo”. O moralismo heteronormativo foi ativado nesse momento, mas estando na fresta do permitido dentro das políticas de masculinidade, pois colocava o beijo como ato “anti-higiênico” e, ao mesmo tempo, compreensível nesta ocasião. O regime das masculinidades da época impunha a invisibilidade das masculinidades homossexuais.

Na legenda de uma fotografia publicada na matéria em Manchete Esportiva (*Figura 47*), na qual os jogadores Zagalo e Leônidas beijam Callazans ao mesmo tempo, constava que “[...] os excessos no futebol ocorrem não só no campo, nos dias que correm” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 114, 1958, p. 52). Por essa frase, o leitor é direcionado a reprimir tais ações e a concordar que os homens não devem demonstrar seus afetos perante outros, além da base conservadora evocada pela expressão “nos dias que correm” (as modernidades). Como indica Nolasco, somente no presente é que a rede complexa em que se movem as marcas das masculinidades se abre para outras possibilidades de representação desvinculadas dos “[...] comportamentos de virilidade, posse, poder e atitudes agressivas” (NOLASCO, 1995, p. 19).

Na continuação da reportagem sobre os excessos nas comemorações, na edição 114 de *Manchete Esportiva*, foi publicada a fotografia dos jogadores Jadir e Zagalo, do Flamengo, na legenda “Beijo rubro-negro em preto e branco” o jornalista faz anedota com a etnia dos jogadores (*Figura 48*).

Figura 278 – O beijo em preto e branco, *Manchete Esportiva*, n. 114, 1958, p. 50



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

Gustavo Bandeira (2017, p. 45) nos ajuda a pensar que os jogos de futebol são lugares em que as pessoas buscam emoções e, então, elas são aceitas e exigidas, sendo autorizadas “[...] por serem produzidos nesse espaço distinto do cotidiano, não carregariam as mesmas sanções morais e mesmo estéticas em relação a outros espaços”. Para Bandeira (2017), estes espaços do futebol até os dias atuais, operam em uma lógica heterossexista, na qual conviviam ao mesmo tempo diversos padrões de masculinidades, sendo que, em meio a xingamentos, verbalizações homofóbicas e racistas, de violência controlada, também:

[...] apareciam grandes manifestações de afetos e sentimentos masculinos. [...] Nos estádios de futebol também apareciam, e ainda aparecem, maiores contatos físicos entre os torcedores, que vão desde saltos de um lado a outro abraçados, até a explosão do gol em que se abraçavam ‘desconhecidos’ na hora da euforia. Os jogadores, sempre alvo de rigoroso controle de suas virilidades, também tinham permissividade para demonstrações afetivas com seus companheiros (BANDEIRA, 2017).

Essas manifestações de emoções e afetividades produzidas nos estádios, beijos e abraços, são permitidas dentro das partidas de futebol de espetáculo, mas Bandeira (2017) acrescenta que não serão mantidas, necessariamente, ao final dos jogos ou em outros contextos, pois são acontecimentos autônomos em relação aos demais espaços cotidianos. Os desejos e/ou afetos proibidos por interdições morais, são liberados neste instante, como nos dias de carnaval; fora deles, às posições heteronormativas são restauradas.

Figura 28 – Beijo da goleada, Manchete Esportiva, n. 20, 1956, p. 57 (imagem: Ângelo Gomes)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

A capa de Manchete Esportiva, edição número 20, de 1956, trouxe a foto dos jogadores Rubens e Alarcon do América (RJ), em um beijo de comemoração, com a chamada “O beijo da goleada” (*Figura 49*), se referindo ao jogo entre o América 5 X Flamengo 1. A goleada foi muito comemorada, pois era a vitória de um time menor sobre o grande time. Na *figura 50*, vê-se o beijo de Olavo Souza Flores (1929), o Sarará, em ato afetivo com Tomás Soares da Silva (1921-2002), o Zizinho.

Figura 29 – Beijo da vitória, Sarará beija Zizinho após o jogo que decidiu o título paulista de 1957, São Paulo contra Corinthians

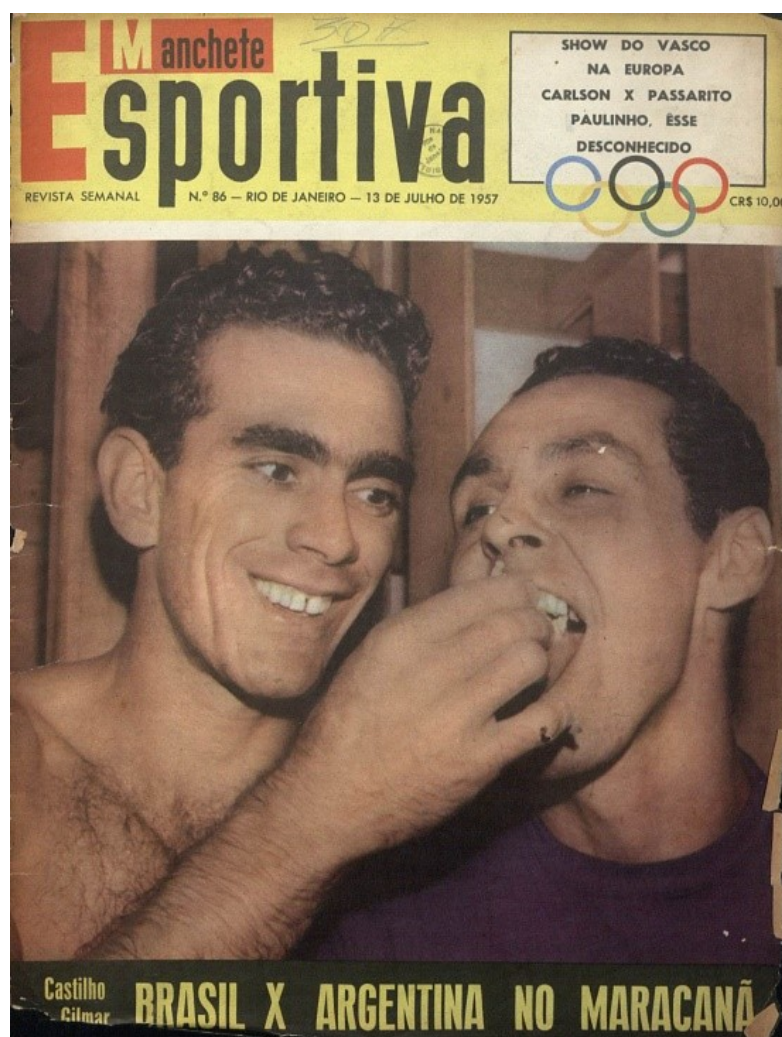


Fonte: FONTENELLE; ASTORTI (1992)

O beijo afetivo foi dado após o jogo que decidiu o título paulista de 1957, de São Paulo contra o Corinthians. As fotografias que trouxemos se inserem nos momentos em que a afetividade entre homens é permitida em público. A cena capturada pelas lentes do fotógrafo algumas vezes mostrava mensagens de afeto remetentes às amizades e o companheirismo, como na capa de Manchete Esportiva de número 86, de 1957, que trouxe os goleiros da

Seleção Brasileira de Futebol Gilmar dando comida na boca de Castilho, para representar que eram próximos e não havia rivalidade entre os dois (*Figura 51*). As encenações realizadas entre os jogadores talvez partissem deles ou dos próprios fotógrafos das revistas, suas reações ao rirem da situação, por ter que cumprir um papel determinado; essa artificialidade construída, também pode nos levar a crer que de fato havia um padrão muito menos tenso, e de maior coleguismo (inclusive com os repórteres), do que na atualidade. As amizades, por outro lado, eram poucas vezes mencionadas, em meio ao discurso da naturalização da violência, da normalização dos corpos em que era importante separá-los por meio da concorrência e do individualismo que movimentavam o mundo masculino.

Figura 30 – Afeto entre os goleiros Gilmar e Castilho, Manchete Esportiva, n. 86, 1957



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

Estas fotos de beijos e abraços entre homens não revelam, no geral, a resistência ao padrão normativo da heterossexualidade. Demonstram que as trocas de afeto entre os jogadores da década de 1950 não eram tão reprimidas como atualmente. A imprensa faz o papel de porta voz do patriarcalismo, questionando estes atos. Além disso, nos casos de derrotas, o eixo narrativo dos jornalistas facilmente trazia argumentos para acusar a ausência de virilidade dos jogadores. Pacheco (2010) exemplifica que este argumento foi utilizado na cobertura da Copa de 1950, como justificativa para a derrota brasileira.

Welzer-Lang (2001) aponta que, para contar com os privilégios patriarcais, o homem não pode apresentar características e atitudes afeminadas; aqueles que não se colocam no padrão são excluídos e deslocados para o grupo dos “dominados”. Assim, o jogador que não se adequava à rígida heteronormatividade cobrada no futebol, era pré-julgado em relação à sua orientação sexual, sendo perseguido, ignorado ou excluído, por companheiros de equipe, técnicos e dirigentes, o que causava grandes prejuízos em sua carreira profissional. Por isso, eles procuravam não demonstrar em público seus desejos ou afetividade em relação a algum companheiro.

A imprensa esportiva referenciava apenas o padrão heterossexual; não havia menção a outras orientações sexuais nas revistas esportivas deste período. Este é um processo de identificação tido como inteligível, pois como coloca Butler (2016), prevê coerência entre sexo, gênero e desejo entre os sujeitos:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivos de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2016, p. 43).

Os comportamentos que não seguiam a lógica eram ridicularizados, perseguidos e vistos como padrões desviantes (FOUCAULT, 1988). Evidentemente que existiam relações homoafetivas entre as pessoas que praticavam esportes na década de 1950, mas eram vistas sob a marca que o termo homossexual carregava. Desde sua proposição no século XIX, ele era empregado para designar relações descritas a partir de três estigmas: sexualidade desviante, loucura e crime (KATZ, 1996).

Na década de 1950, a sociedade procurava invisibilizar os sujeitos e as relações homoafetivas por meio do “poder da norma” (FOUCAULT, 1998), em que as instituições de poder estabeleciam o normal como coerção social, inibindo essas manifestações. Camargo (2018), embasado em Eve Kosofsky Sedgwick (2007), assevera que, no meio esportivo, impera a filosofia do segredo sobre a existência de relações homoafetivas. Essa prática é conhecida como “*don’t ask, don’t tell*”, que significa “não pergunte, não conte”, e consiste em um procedimento originado nas instituições militares em sua política de sigilo sobre práticas homoafetivas e bissexuais. Nesses espaços, sempre foi comum existir formas particulares de homosociabilidades como a “camaradagem”. Neste tipo de relação homoafetiva, existe o reconhecimento e a manutenção da masculinidade heterossexual, ficando o desejo homossexual em segredo.

Figura 31 – Beijo também vale..., Revista do Esporte, n. 84, 1960, p. 52



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020

Os homens que não assumem suas relações homoafetivas permanecem presos em uma estrutura de silêncio, ficam no “armário”, segundo a gíria gay. Os homens nessa situação priorizavam a aceitação social e familiar que a vida heterossexual lhes proporcionava, recebendo as vantagens que o patriarcalismo podia-lhes conferir. Para isso, seus sentimentos e desejos em relação a outros homens são suprimidos ou escamoteados. Para Miskolci (2007), este é o ato doloroso de permanecer no armário. Estas relações ficavam (e ainda ficam) no âmbito do privado, pois não são toleradas, reconhecidas e visíveis no espaço público. Miskolci (2007) coloca as relações homoafetivas que estão no armário, como um regime de controle da sexualidade, culturalmente criado e subjetivamente incorporado por meio do aprendizado social, sendo um lugar “contraditório ou impossível, pois ninguém pode estar completamente nele nem se beneficiar da decisão de deixá-lo” (MISKOLCI, 2007, p. 61). A opressão às relações homoafetivas é tão forte e extensa que um simples decreto da vontade não pode dissipar facilmente esta estrutura “[...] definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26).

A vida homossexual nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, na década de 1950, era limitada a alguns bairros e ruas da região central, onde havia bares e restaurantes frequentados por artistas, intelectuais, boêmios, entre outros, dentre os quais, muitos eram homossexuais, reunidos nos mesmos espaços de socialização e lazer, na constituição de redes de amizade e sociabilidades. Em São Paulo, os principais pontos de encontro se localizavam nas Avenidas São João e Ipiranga e arredores. Algumas pessoas se encontravam, por exemplo, em locais privados nas casas e apartamentos no Largo do Arouche (SILVA, 2005).

No Rio de Janeiro, nos anos de 1950, havia uma rede de locais onde homossexuais se encontravam. Rodrigues (2016, p. 93) cita alguns destes locais, como segue:

[...] há registros de núcleos de sociabilidades formados na: Cinelândia, Rua do Passeio, Avenida Nossa Senhora de Copacabana, no Edifício Avenida Central, em determinados trechos das praias (de Copacabana – Bolsa de Valores, do Flamengo e de Ipanema).

[...] Durante as décadas de 1950 e 1960, ademais dos parques, de trechos de praias, praças e banheiros (públicos e de cinemas), as opções de socialização constituídas pelos homossexuais masculinos eram as festas residenciais e, posteriormente, em clubes (geralmente desfiles com trajes femininos, parodiando os concursos de misses), a frequência aos programas musicais de auditório e à plateia dos concursos oficiais de misses.

É importante trazer esses exemplos de locais de sociabilidades homoafetivas para evidenciar que, apesar da invisibilidade e repressão exercidas pela sociedade, essas

sociabilidades estavam presentes em vários espaços da cidade. Mas, nos esportes, ainda hoje, os homens homossexuais não têm permissão de se manifestarem. Como afirma Medrado (1997), a masculinidade possui dois contrapontos: a feminilidade e a homossexualidade, pois para ser homem não pode estar relacionado a mulher “mas também e, principalmente, não ser homossexual ou, mais precisamente, não ser “passivo” (MEDRADO, 1997). A imagem do beijo que o atleta russo Robert Shaviakadze ganhou do seu colega ao vencer a competição do salto com varas nos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960 (*Figura 52*), pode nos trazer evidência de que, mesmo podendo não ser uma manifestação de resistência, de que estas relações homoafetivas existiam entre os esportistas na década de 1950, é um pequeno gesto, flagrado pelas lentes do fotógrafo, que no impulso do momento, na alegria da vitória, se apresenta aos olhos de todos, sugere que não existe um modelo de masculinidade único, revelando uma falsa estabilização do gênero, conforme indicado por Butler (2016).

Como expresso por Foucault (1988), a vontade de saber constituiu-se como um dispositivo histórico de poder das sociedades Ocidentais, que passaram a exercer controle de indivíduos e grupos por meio de instituições sociais e por meio de teorias médicas, de epidemiológicos, do *mass media*⁵⁵ e afins. O corpo é, enfim, discurso, uma vez que institui regimes de verdade acerca do que se pode e se deve dizer/fazer e de quais lugares se pode e se deve ocupar em um complexo jogo de saber/poder, o qual, contemporaneamente, está esquadrihado, alinhado e regulado pelas telas da mídia.

7.4 O JOGADOR GALÃ: CORPO, BELEZA E MASCULINIDADES NAS REVISTAS ESPORTIVAS

No final da década de 1950, juntamente com os atributos considerados importantes da masculinidade esportiva, da força física e da firmeza moral, as revistas Manchete Esportiva e Revista do Esporte também procuravam vender mais exemplares produzindo matérias que induziam o olhar para a beleza física dos atletas.

O conceito de beleza é uma construção social, por isso ele é muito relativo, apesar dos princípios da aritmética e geometria geralmente utilizados para definir o que é belo mudaram de sentido conforme as épocas. Diante desta realidade utilizo o conceito de Umberto Eco que

⁵⁵ São sistemas de reprodução e difusão de informações, geridos por empresas que se especializam em meios de comunicação de massa (rádio, TV, cinema, livros, discos, etc.).

a entende como multifacetada e que “assumiu faces diversas segundo o período histórico e o país: e isso não apenas no que diz respeito à beleza física (do homem, da mulher, da paisagem)” (ECO, 2004, p. 14).

Nos anos 1950 a indústria da beleza estava voltada para as mulheres. Em relação à atualidade os homens ficavam em segundo plano. Segundo o senso comum, um homem não deveria dar atenção para cuidados estéticos e de moda. Maria Dolores de Brito Mota (2008) explica que a concepção de que as mulheres são consideradas a expressão privilegiada da beleza, tal como concebida nos dias atuais é historicamente construída. Na maior parte da história ocidental a beleza da mulher estava atrelada a aspectos negativos. Esta noção tem início a partir do final do Império Romano (século IV), em que a figura feminina passou a ser diabolizada, especialmente a sua beleza física, ligada à sedução e ao prazer. Essa visão perdurou durante toda a Idade Média. Somente com a Idade Moderna e com o movimento renascentista que a beleza física da mulher assumiu um sentido positivo, sendo considerada bela e divinizada. Nas sociedades europeias desse período o belo era confundido com a “face de Deus”. Contudo, a beleza das mulheres, nas sociedades modernas foi construída para o deleite e prazer dos homens, sendo considerada sempre frágil, passiva e dependente dos homens. Para Matos (2008), na contemporaneidade, a beleza feminina não é mais centrada na “face de Deus” e sim no poder material e consumo dos bens que estruturam a nova sociedade. A beleza passa a ser fabricada pelos inúmeros produtos cosméticos, técnica de embelezamento, produtos de moda. A mulher com maior poder aquisitivo passa a ser a mais bela, mesmo com o barateamento dos produtos de beleza, a partir dos anos 1950. Neste sentido, o corpo também é transformado em mercadoria, sendo cultuado conforme o padrão de beleza instituído socialmente por meio das revistas femininas, da publicidade, das atrizes de cinema, dos desfiles de moda, de uma grande indústria em torno da beleza. A partir dos anos 1950 “[...] a aparência passa a ser priorizada numa época histórica onde a imagem ocupa a centralidade de um ambiente social” (MATOS, 2008, p. 103).

A beleza do homem esportista pode ser relacionada aos ideais antigos gregos em que a imagem do corpo masculino, que era “exposto, nos ginásios, sendo a sua nudez uma forma nobre de exaltar toda a grandeza física e beleza dos homens” (MOTA, 2008, p. 100). Entre os gregos os esportes eram praticados apenas por homens, sendo um dos pilares da educação destes, estando vinculada a purificação do espírito, da formação do cidadão e preparação para as guerras. Existe uma máxima atribuída aos gregos que explica a relação do esporte com a beleza, sendo ela: “não há educação sem esporte, não há beleza sem esporte; apenas o homem

educado fisicamente é verdadeiramente educado e, portanto, belo” (RUBIO, 2002, p.131). A autora explica que para os gregos, ao belo estava diretamente relacionado ao conceito de bom (PLATÃO, s.d.). Desta forma, nesta sociedade, a beleza e o culto ao corpo esportivo era de grande importância, estas ideias influenciaram a concepção de beleza na contemporaneidade.

O corpo musculoso dos atletas passou a chamar atenção dos periódicos esportivos. Muitos eram comparados aos deuses Apolo e Dionísio. A reportagem de 04 de janeiro de 1958 de Manchete Esportiva exaltava os homens do culturismo. Escrita por J. Drummond Netto, tinha como título “Mister Carioca” (*Figura 53*) Atualmente denominado de fisiculturismo é uma técnica corporal desenvolvida na Europa a partir do final do século XIX. Está prática corporal que busca o desenvolvimento muscular como celebração estética do corpo humano, inicialmente foi inspirada nas estátuas clássicas dos atletas da Grécia Antiga a busca por um corpo atlético através da prática esportiva (DE SOUZA; FERREIRA, 2016, p. 01). Na reportagem citada é interessante ver como o repórter trata da beleza masculina, dizendo que:

[...] Os homens, dionisiacamente, passaram a se interessar pela melhoria não só da fachada como da estrutura [...] O desfile foi de encher os olhos, especialmente da assistência feminina. Jovens de vários tipos exibiram plásticas invejáveis [...] viram-se os juízes em papos de aranha para escolher o “mais belo físico de 1957” (MANCHETE ESPORTIVA, n. 111, 1958, p. 34).

Esta reportagem é uma das poucas em que o jornalista utiliza o termo beleza em relação aos homens. Entretanto, J. Drummond Netto também faz uso de outras figuras de linguagem para falar da beleza dos homens, ele usa os termos: plasticidade, melhor físico, Apolos modernos, para dizer que os homens tinham beleza. Também se exime dos julgamentos ao dizer que enchia aos olhos das mulheres. Ele utiliza termos que remetem ao conceito de beleza dos gregos (Apolo, dionisiacamente e estátuas de carne).

Umberto Eco (2004, p. 417) apresentou outros elementos atrelados ao conceito de beleza em meados do século XX, entre eles estão: a capacidade produtiva de mercadorias e do consumo destas. Nesta lógica, a beleza atrelada ao consumo passa a ser “reprodutível”, “perecível” e também passageira, pois sempre surgem novos modelos e produtos que substituem os que estão. Para Eco a fluidez dos modelos de beleza, tanto de mulheres quanto de homens, passa a ser ditados pelos ícones da moda (modelos) expostos nas capas de revistas, cinema e televisão. Diferente de épocas passadas, na contemporaneidade não existe

um modelo único de beleza, pois a *mass media* coloca vários padrões em cena, onde um ícone pode servir de inspiração por uma semana e modificar na outra.

Figura 323 – Mister Carioca, Manchete Esportiva, n. 111, 1958, p.34
Em evidência, Humberto C. Sturaro e Giovanni



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020.

Tendo em vista a importância da influência midiática no século XX, ideais de beleza também foram criados e colocados em circulação para os homens. Não se pode negar a influência que a indústria hollywoodiana teve nesse processo. Os exemplos dos ideais de beleza masculina iam desde atores como Fred Astaire, Gary Cooper e Clark Gable, representando o homem esguio, ágil e manso até Marlon Brando e John Wayne representando ideais de grande virilidade. Tendo os artistas de cinema como referencial do homem belo e os atletas com físico igualável aos parâmetros gregos será que outros esportistas estariam dentro destes padrões também? As revistas procuravam fazer relações destes modelos com os jogadores de futebol?

Algumas revistas esportivas recorrentemente publicavam reportagens associando os jogadores de futebol com galãs de cinema. Esta estratégia pode estar relacionada com a entrada de muitos filmes de Hollywood nos cinemas brasileiros. Buscava-se assim, estabelecer relações dos atores estadunidenses com os homens brasileiros, moldando novas formas de comportamento, bem como, suas preferências para a utilização de determinados produtos comercializados nas revistas. O cinema passou a contribuir para construção de uma nova estética masculina, ao mesmo tempo belo e viril. Os homens brasileiros se inspiravam em atores como Clark Gable, Burt Lancaster, Glenn Ford, James Dean e Marlon Brando. Os enredos dos filmes desse período contavam histórias a partir da ótica, fundamentalmente, masculina e heterossexual, sob uma perspectiva das camadas médias brancas, sendo privilegiado esse público consumidor (LOURO, 2011, p. 426).

Os jogadores jovens e belos eram atraídos pela pedagogia do cinema e as revistas procuravam relacionar sua aparência a dos artistas. Como parte das tecnologias de gênero, também contribuía para constituição da masculinidade, isto é, seja belo e forte como Mauro, Ari e Bellini. As imagens destes jogadores poderiam ser aproveitadas pelas empresas de produtos cosméticos e de perfumaria, com vistas a aumentar o mercado consumidor. As revistas traziam propagandas de produtos como: xampu anticaspas, sabonete, creme dental, desodorante, pomada para cabelo brilhantina, aparelho de barbear, entre outros. Alguns produtos eram produzidos inicialmente para consumo das mulheres, mas, com o crescimento das camadas médias, as empresas passaram a ampliar o público consumidor, geralmente produtos de empresas multinacionais recém-instaladas no Brasil.

Vigarelo (2006) levanta a historicidade dos cuidados com o corpo masculino, que ocorre a partir do século XIX, com a maior preocupação com a higienização, a desodorização, o vestir e o apresentar-se publicamente. Nesse período, surgiu a figura do Dandi como representante da figura do homem moderno que quer se impor como sujeito livre e autossuficiente, na constante busca de realizações. As mudanças ocorreram também com o refinamento no modo de se vestir, com vestes mais austeras, características de um homem conquistador, empreendedor e provedor. Na metade do século XX, os homens brasileiros também tinham a preocupação com os cuidados pessoais tanto de higiene quanto na forma de vestir.

Esse tipo de cuidado pessoal, por meio da melhor aparência e o uso de produtos cosméticos era valorizado pela Revista do Esporte. Ao publicar informações sobre os gostos e hábitos dos atletas, a partir das perguntas feitas na coluna chamada *Raios X de corpo inteiro*,

escrita em poucas palavras. Dentre as perguntas respondidas pelos atletas, constavam sempre as do tipo: qual creme dental usava? (Kolynos, Colgate, Ross, etc.), qual sabonete preferia? (Lever, Pinho da Sibéria), qual perfume? (Loção Arpège), se usava gumex no cabelo? E qual marca de cigarros consumia? (Continental), dentre outras. Essas representações eram importantes para o capitalismo brasileiro, no qual as camadas médias foram tendo acesso a produtos que começavam a ser produzidos no Brasil, e os jogadores promoviam os produtos mesmo sem serem contratados pelas indústrias.

A Revista do Esporte trazia reportagens com os jogadores mais bem vestidos, como na edição 155, de 1962, em que os repórteres e fotógrafos elegeram os 10 jogadores mais elegantes. Os critérios que fizeram com que cada jogador figurasse na lista foram detalhados no texto.

[...] Gilmar: é elegante em tudo, no trajar, nos gestos, na maneira de atuar no gol. Educado e atencioso. Sabe vestir-se bem. Gosta de coletes. Seus ternos são sempre de talho impecável. Anda irreprensivelmente penteado. E toda sua elegância é natural, *sem afetação* [grifo meu]

[...] Márcio: o goleiro dos aspirantes do Fluminense é elegante por natureza. Vasta cabeleira, sempre bem tratada. Ele cuida dos mínimos detalhes antes de entrar em campo.

[...] Belo porte, físico bem cuidado, Mauro é também o tipo do galã.

[...] Wilson Santos: trata com atenção o seu penteado. Está sempre bem barbeado. É um cavalheiro dentro de campo. Sabe falar bem. Gosta de bons perfumes e gasta bem com suas roupas.

Ari (o goleiro): todos já devem ter reparado na preocupação do arqueiro do Flamengo em manter seu topete em forma. Tem cabelos pretos e vastos, cuidadosamente tratados. *Mas sem afetação*. Gosta de blusões escuros. Veste-se com requinte. Fica-lhe bem o cordão de ouro na camisa sempre aberta no peito. É calado, mas muito fino. [grifo meu] (REVISTA DO ESPORTE, n. 155, 1962, p. 22).

A preocupação com a aparência já é mais comentada no início da década de 1960. O texto apresenta a preocupação dos homens com a moda, com o uso de joias e perfumes, além do cuidado com os cabelos, “irreprensivelmente” penteados. A reportagem indica formas de comportamento para o homem esportista elegante, como modelo para outros homens. Estes deveriam se preocupar com o saber se vestir, ser educado, saber falar e ter cuidados estéticos. Na reportagem, o jornalista se preocupa em preservar os jogadores, ao dizer que “não são afetados”, entendido como “não afeminado” ou sem ser afetado pelos padrões de feminilidade.

Muitos jogadores que se preocupavam com a aparência recebiam apelidados pelos companheiros de time e pelas torcidas com nomes de mulheres quando eram reconhecidos

como muito bonitos e cuidados. Segundo Neves (2006, p. 8), Heleno de Freitas era comparado a uma vedete; por sua vaidade e temperamento difícil, recebeu o apelido de Gilda, em referência a personagem do filme de Charles Vidor. O goleiro Mauro (*Figura 55*) era chamado de Martha Rocha, primeira Miss Brasil em 1954, fato que lhe deixava muito zangado. Era uma forma de diminuí-lo como homem, dentro dos códigos da masculinidade.

Se antes a aparência física dos jogadores era algo acessório e dispensável, para estas revistas se tornou uma oportunidade de fazer várias reportagens, fotonovelas românticas ou anunciar produtos. Os textos eram cuidadosamente escritos para não ultrapassar os padrões do público leitor, pois uma das regras da educação da masculinidade era não demonstrar admiração pela beleza de outro homem, assunto considerado um tabu até os dias atuais.

Alguns futebolistas brasileiros ficaram conhecidos pela beleza, como Yeso Amalfi (1924 - 2014), o qual foi um meia-direita do São Paulo Futebol Clube. Tendo iniciado sua carreira em 1943, depois foi para o clube Boca Juniors (1948), da Argentina, e para o Peñarol (1949) do Uruguai. Em 1950, foi transferido para França, onde jogou no Olympique de Nice (1950), atuou na Itália no clube Torino (1951), voltou para França para atuar no Racing (1952), Mônaco (1952), Red Star (1955) e no Olympique de Marselha (1957), onde encerrou a carreira. Na França, Yeso Amalfi era visto como um ídolo dentro do campo, mas fora dos gramados, era mostrado pela mídia como jogador galã, que gostava da vida noturna e vivia em companhia de artistas, empresários e políticos (COELHO, 2009).

Outro jogador identificado pela beleza, gerando muitos comentários na imprensa da época, foi Heleno de Freitas (1920-1959). Ele, que iniciou sua carreira no Botafogo (1940), passou pelo Club Atlético Boca Juniors (1948), da Argentina, pelo Atlético Junior de Barranquilla, da Colômbia (1949), pelo Santos (1951) e pelo clube América do Rio de Janeiro (1959). Vinha da elite mineira, tinha bons ternos, automóvel, uma motocicleta. Sua família morava em um casarão no centro do Rio de Janeiro, mas ele morou muitos anos no Hotel Copacabana Palace.

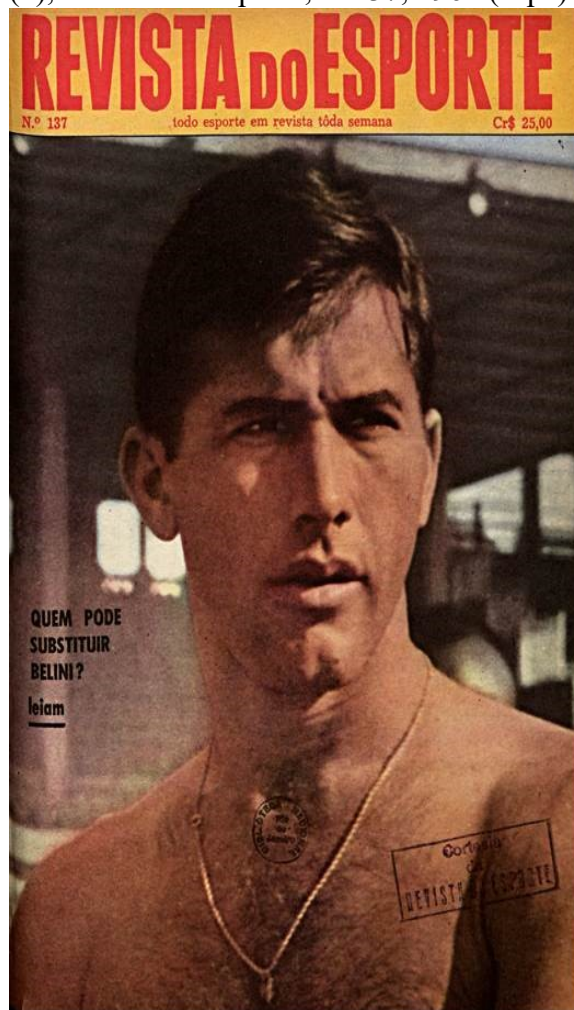
Fora do futebol, era considerado um galã por ser muito bonito, alto (1,85 de altura), físico atlético, como descreveu Marcos Eduardo Neves (2006) em seu livro “Nunca houve um homem como Heleno”. Segundo o autor, o futebolista causava admiração, ao deixar o vestiário, com “as pernas brilhando da massagem de aquecimento, encharcadas de óleo. E um penteado à base de gomalina que, aliado a beleza física, dava-lhe um ar de Rodolfo Valentino de chuteiras”, acrescentando também que ele foi descrito na revista Sport Ilustrado de 1942, como “artilheiro e craque grã-fino”, pois “ele dita modas. Veste-se com grande apuro. As

roupas são impecáveis na confecção e a sua coleção de gravatas causa inveja aos milionários” (NEVES, p. 62). Por causa de complicações de sífilis não tratada, morreu jovem e ficou conhecido como o “príncipe maldito”.

Figura 334 – Beleza masculina de Bellini (1), Revista do Esporte, n. 77, 1960 (capa)



Figura 345 – Beleza masculina de Bellini (2), Revista do Esporte, n. 137, 1961 (capa)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020.

Nos anos de 1950, o jogador que chamava atenção por sua beleza era Hideraldo Luís Bellini. Nascido em Itapira (São Paulo), no dia 7 de junho de 1930, atuou como zagueiro pelo Vasco da Gama de 1952 a 1963, pelo São Paulo de 1963 a 1968, e pelo Atlético Paranaense em 68, quando encerrou sua carreira. Ele disputou pela seleção brasileira as Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1966. Faleceu em 20 de março de 2014. Bellini saiu em várias capas de revistas esportivas, dentre as quais destaque duas da Revista do Esporte (Figuras 53 e 54).

Diferente de Yeso Amalfi ou Heleno de Freitas, Bellini não era caracterizado pela mídia como tendo envolvimento com temas como violência excessiva, drogas ou boemia.

Na capa da edição número 77, de 1960, o fotógrafo Nelson Santos usou de um plano americano para fotografar o jogador vestido com o uniforme do clube Vasco da Gama, agachado com os braços amparados nos joelhos. A fotografia era em cores, o ângulo era frontal, com um leve *contra-plongée*. O olhar frio de Bellini para a câmera expressa confiança e superioridade, características que o tornaram líder na seleção brasileira de futebol. A imagem da capa é completada na descrição realizada pelo editor, com os dizeres “[...] um símbolo de dedicação, entusiasmo e eficiência” (REVISTA DO ESPORTE, n. 77, 1960, p. 55). Na capa da edição 137, de 1961, em que Bellini foi fotografado por Jurandir Costa, que focalizou o jogador em *close up*, em ângulo na altura do olho em $\frac{3}{4}$, o jogador aparece sem camisa, com olhar como que a procura por algo ou alguém, e ao fundo aparecem fora de foco às arquibancadas do estádio. A fotografia parece ter a intenção de valorizar a beleza do jogador, em uma pose como a de um herói de cinema, e fisionomia séria de quem tem uma missão a cumprir. Na chamada da capa, a frase “Quem pode substituir Bellini?” direciona a/o leitor para outro assunto, mas, na descrição da capa, o editor diz que além de craque da torcida vascaína e “[...] tipo galã, é também o ídolo de muitas moças que torcem por outros clubes” (REVISTA DO ESPORTE, n. 137, 1961, p. 41), deixando transparecer sua intenção.

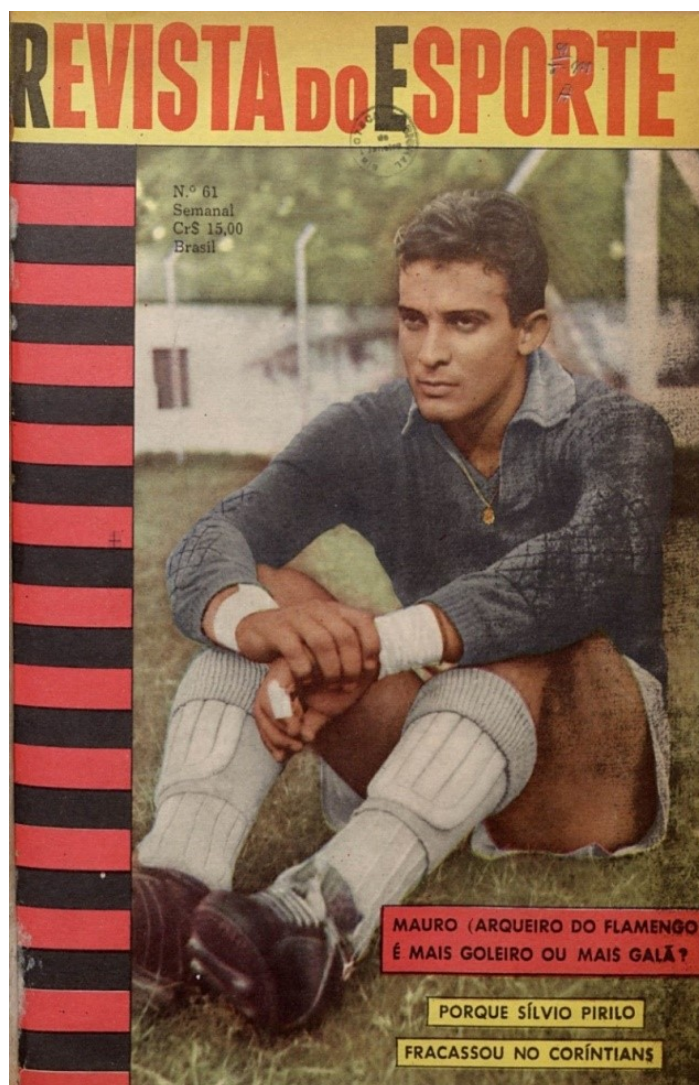
Várias reportagens foram realizadas por Manchete Esportiva e pela Revista do Esporte por causa de boatos de que Bellini foi convidado para participar de um filme em Hollywood nos Estados Unidos. O repórter Paulo Rodrigues escreveu em Manchete Esportiva:

[...] Mais dia, menos dia, roubariam o deus do futebol. O deus do futebol voaria para longe. Mais tarde, voltaria para aparecer nas telas dos cinemas, sem a camisa do Vasco, sem bola e sem ter, como cenário, o Maracanã. Apareceria talvez de ‘mocinho’, atirando, talvez de Tarzan, gritando, gritando [...] Claro, Bellini não tem culpa do seu charme, do seu jeito de Itapira, meio da Grécia (MANCHETE ESPORTIVA, n. 140, p. 148).

O jornalista opta por escrever um texto que reforçava a ideia de Bellini como herói, utilizando o cinema de Hollywood para assemelhar o jogador a um ser lendário, como os personagens dos filmes, que salvavam as pessoas mais frágeis dos perigos. Essas construções de ídolos eram importantes para a nascente indústria cultural no Brasil, que era carente de celebridades. Elas precisavam ser fabricadas para servir de modelo para outras pessoas, segundo os princípios elencados como mais apropriados para os integrantes das elites. As

imagens sedutoras, envolventes, com certo teor erótico dos jogadores de futebol considerados “galãs” registradas nas revistas esportivas, passariam a figurar no imaginário das pessoas das décadas de 1950 e 1960. Produzidas em série, elas eram pensadas para exercer impacto sobre o espectador. Outros atletas escolhidos como ideais de beleza foram os goleiros do Flamengo Mauro Matta Soares (1937) e Ari Carlos Seixas (1933-2011). Várias reportagens foram elaboradas mencionando a bela aparência dos jogadores, as quais também tratavam de suas vidas fora do esporte, seus casamentos, seus gostos pessoais, o assédio das fãs, etc.

Figura 356 – O atleta galã, Revista do Esporte, n. 61, 1960, p.1 (imagem: Nelson Santos)
Em evidência, o goleiro Mauro, do Flamengo

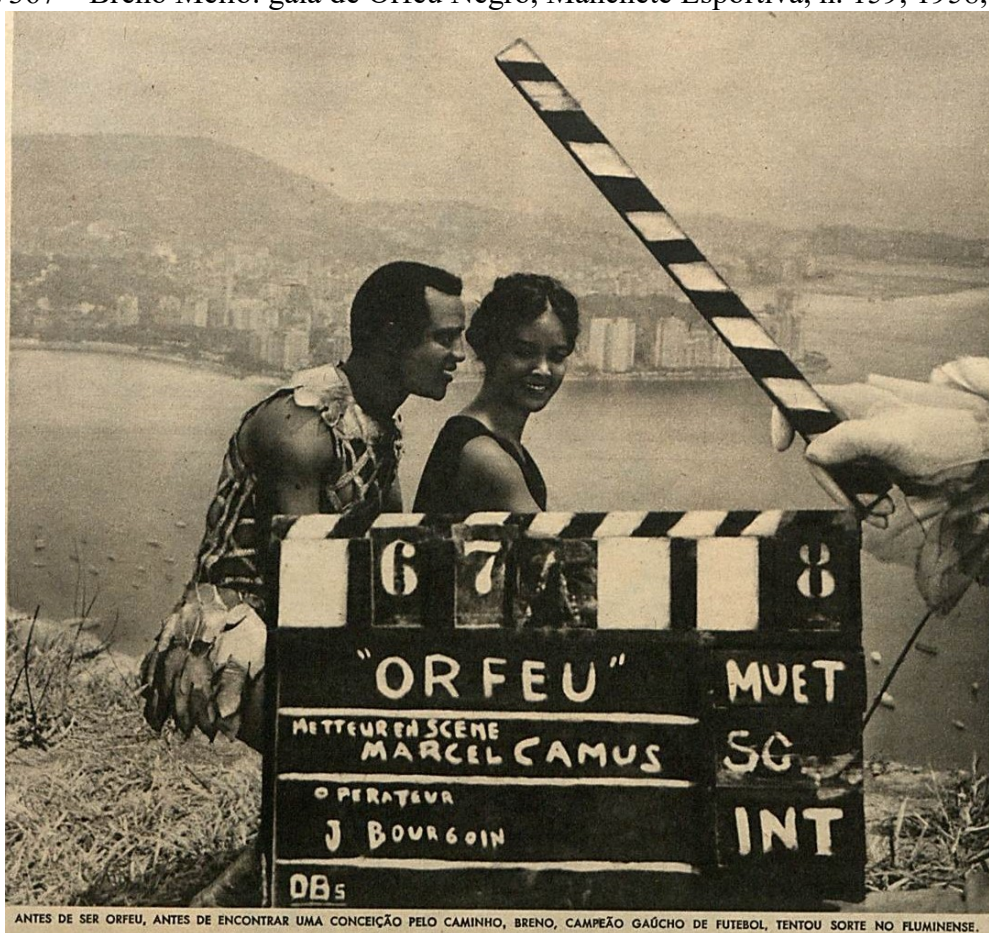


Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 4 fev. 2020

Entre os homens negros, o jogador Breno Higino de Mello (1931-2008), foi um dos únicos a ser conhecido como galã (*Figura 56*). Ele iniciou sua carreira no Renner de Porto Alegre, em 1954, depois jogou pelo Santos e pelo Fluminense, quando em 1959 foi convidado pelo diretor francês Marcel Camus para estrelar o filme "Orfeu Negro". O roteiro do filme baseava-se na peça de teatro "Orfeu da Conceição", escrita por Vinícius de Moraes. O filme foi um sucesso de crítica e ganhou inúmeros prêmios, entre os quais a Palma de Ouro em Cannes, em 1959, o Globo de Ouro e o Oscar de filme estrangeiro em 1960.

Manchete Esportiva publicou uma fotonovela para contar essa parte da história de Bruno Mello, na edição de número 187, no ano de 1959. O título da fotonovela era "O sonho de Orfeu", *script* de Fernando Horácio, fotografias de Jankiel, atuavam Breno, a esposa Liégi e José Leventhal, o agente que apresentará Breno a Camus.

Figura 367 – Breno Mello: galã de Orfeu Negro, *Manchete Esportiva*, n. 159, 1958, p. 12



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 10 fev. 2020.

A fotonovela trazia as dificuldades que Breno passava no futebol, sem a certeza de ser recontratado pelo Fluminense. Mostra também, que com o filme o jogador ganhou fama, mas não recebeu pela sua atuação, ou os lucros com as premiações.

Nessa única oportunidade que um homem negro, posou como galã, no período e revistas em estudo. O sucesso do filme fazia com que os meios de comunicação fizessem menção a beleza de Breno Mello. Ao contrário de outros jogadores que não eram negros, mas eram lançados a categoria de galã de cinema. Como citado, o caso de Bellini, Ari Carlos Seixas e Mauro Matta Soares. Sobre este último, na edição número 55, de 1959 da Revista do Esporte dizia:

Mauro Matta Soares (futuro advogado) tem um físico privilegiado: 1,81 de altura, pesa 75 quilos e tem olhos e cabelos castanhos. É figura sempre comentada pelo público feminino devido a pinta de galã que possui. O traje esportivo é seu favorito, mas se da bem com a gravata.

[...] As câmeras não me metem medo. Se me convidarem trocarei as chuteiras pelos estúdios e acho que não farei fiasco, pois sempre observei muito a atuação dos grandes astros (REVISTA DO ESPORTE, 1960, n. 55, p. 15).

O texto diz ao leitor que os homens se preocupavam com os cuidados pessoais, tendo cuidado para se manter nos limites colocados para a masculinidade. Nesse sentido, a revista resguarda os jogadores da associação com o feminino, defendendo mudanças de comportamento por meio do cuidado com a aparência, com a gentileza no lugar da brutalidade, sendo “um cavalheiro” dentro e fora do campo, ao mesmo tempo seguindo os padrões de masculinidade, acima de qualquer suspeita, não se identificando com as mulheres ou gays.

O corpo masculino esportivo, em exposição nas revistas esportivas, enfatiza as características físicas necessárias aos outros homens, como um corpo ativo e musculoso, valorizado socialmente como o mais capacitado e o mais belo. Esses corpos eram festejados e cada vez ganharam visibilidade se colocando como disponíveis para promoção e venda de produtos de higiene pessoal, de moda, de cigarros, de bebidas, etc. Mesmo que de forma embrionária em relação aos patrocínios atuais, os jogadores muitas vezes, participavam de campanhas publicitárias em troca de brindes, como roupas, refeições, entre outros benefícios. Como exemplo, trago a propaganda para indústria de roupas Danti Ramenzoni S.A, em que os jogadores Gilmar, Mazzola e Bellini foram utilizados como modelos (*Figura 57*). A indústria utiliza a fama dos jogadores para promover sua marca. Os atletas aparecem de corpo inteiro,

sendo que Mazzola está no centro da imagem, agachado e segurando uma bola. Nota-se que os trajes na cor azul predominam, misturando sobriedade com esportividade.

As representações do corpo masculino esportivo começaram a ser utilizados nas publicidades, pois os jogadores se tornavam pessoas públicas, eram endeusados pelas revistas esportivas por seus feitos e vitórias em competições, o padrão de beleza masculina estava atrelado a um corpo musculoso, mas também porque remetiam às representações de virilidade, de força, de agilidade e de rapidez, capacidades exigidas para os homens na fase do capitalismo brasileiro de meados do século XX. Estas representações são perceptíveis nas poses e dizeres da propaganda que termina com a frase “Sim, eles usam Ban-tan Ramenzoni... máscula distinção esportiva”.

Figura 378 – Propaganda de roupas com jogadores, Manchete Esportiva, n. 138b, 1958, p. 2

Ídolos
de milhões
de torcedores...
...campeões
também
na elegância!

GILMAR
MAZZOLA
BELINI

Os astros mais queridos do
nosso futebol elegeram
Ban-tan Ramenzoni. É uma
escolha de elegância de quem
sabe vestir bem. Impedíveis
na talta e no acabamento,
os camisas Ban-tan Ramenzoni
oferecem economia, modernos
padrões, modelos originais.
Sim, eles usam Ban-tan Ramenzoni...
máscula distinção esportiva.

INDÚSTRIAS DANTE RAMENZONI S. A.
Rua Severo, 47 - São Paulo - Av. Osório Rocha, 116 - L' andar - Porto Alegre
Rua Marechal Floriano, 38 - 5.º loja 202 - Rio de Janeiro

Ban-tan
RAMENZONI

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 20 fev. 2020.

Se a beleza não era nominada declaradamente nos textos das revistas esportivas era exaltada com outros termos, o homem elegante, galã, de bom aspecto físico. Como vimos no início deste tópico, a beleza resulta de uma construção social, que muda conforme os valores de cada época e lugar. Em relação aos seres humanos, a beleza relaciona-se aos seus corpos, suas curvas, simetrias, músculos e peles, é nessa materialidade que ela é percebida, falada, cultuada ou negada. Da mesma forma, sempre expressa e reproduz relações de gênero, uma vez que valoriza a fragilidade das mulheres e a virilidade e força muscular dos homens. Nesse sentido, o corpo do homem atleta passa a ser cada vez mais identificado com a beleza, seja corpulenta, musculosa e viril, seja esguia e ágil os meios de comunicação de massa utilizarão o padrão que lhes for oportuno, objetivando o lucro.

8 CONCLUSÃO

Esta tese se inicia com as seguintes questões: se nos periódicos esportivos também eram veículos para transmissão de valores morais das camadas médias como em outros segmentos de imprensa? Como os discursos construídos pela mídia esportiva convocavam os leitores para modelos de feminilidades e masculinidades considerados ideais pelas camadas médias e altas na década de 1950? Como as revistas procuravam falar dos homens, oriundos das camadas populares e me perguntar como o preconceito racial estava presente em suas reportagens? Por fim, como era fomentada pela mídia esportiva da década de 1950, dos grandes centros urbanos do país, uma biopolítica, para a governança da população por meio das práticas corporais e de lazer?

Iniciarei pela última questão referente à biopolítica, pois ela perpassa todas as outras questões. Na escrita da tese, procurei demonstrar que as práticas esportivas já vinham sendo realizadas no Brasil desde o final do século XIX, sendo noticiadas em vários periódicos. Estas práticas inicialmente eram realizadas por pessoas da elite, que possuíam meios econômicos e dispunham de tempo livre para se dedicar a elas. Foi a partir dos anos de 1930, com a Era Vargas, quando se deu início ao forte processo de industrialização e urbanização, que as práticas esportivas passaram a fazer parte das políticas públicas, influenciadas por ideias difundidas por médicos, higienistas e biólogos com a preocupação ou vontade de educar a população, para hábitos mais saudáveis. Neste período, as propostas para institucionalização dos esportes estavam vinculadas aos pensamentos eugênicos e higienistas, que tinham como objetivo disciplinar e controlar o comportamento de pessoas das camadas populares, principalmente os trabalhadores das fábricas (GOELLNER, 2000).

Na década de 1950 muitas regras e leis já tinham sido elaboradas visando regulamentar as práticas esportivas. Assim, nos governos do General Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) a Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1961), a maior parte dos recursos financeiros para o incentivo às práticas esportivas foram direcionados, principalmente, para os grandes clubes de futebol e aos esportes de alto rendimento (esportes olímpicos), na perspectiva de fazer propaganda política com as possíveis vitórias. Também ocorreu um grande investimento na formação de professores de Educação Física para atender à crescente demanda e para dar conta da implantação das atividades físicas nas escolas da rede pública nacional. Desta forma, percebo que as práticas esportivas já estavam totalmente instaladas no governo como estratégia biopolítica na década de 1950.

Foucault (1988) exemplificou que o dispositivo da sexualidade possuía tanto efeitos disciplinares como efeitos regulamentadores. Para ele, a norma era um elemento que transitava entre o poder disciplinar e o biopoder. Ao normalizar as práticas esportivas e as/os atletas poder-se-ia estabelecer um equilíbrio entre a ordem disciplinar do corpo de cada indivíduo e da população, que usufruiria mais qualidade de vida, de mais saúde e deveria adquirir o controle físico do corpo e da mente, pois os esportes estavam atrelados a valores morais, que cada homem ou mulher deveriam assumir como corretos. Existia a preocupação do Estado com a saúde dos homens e mulheres operários, visto que além de institucionalizar as práticas esportivas em várias instituições também foram criados vários serviços de assistência social ainda no governo de Getúlio Vargas, que estavam em operação durante a década de 1950, tais como: Ministério da Educação e Saúde Pública, Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), Liga Nacional contra o Mocambo, Institutos de Previdência e Assistência Social e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

Era por meio da normalização que os homens e mulheres atletas vão se constituir, ela atuava sobre a subjetividade, objetivando e assujeitando, não como uma forma repressiva e com violência, pois se estabelece como “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (FOUCAULT, 1999, p. 153).

Desta forma, a cultura esportiva na década de 1950, estava no campo de forças que envolvia muitos interesses, principalmente para ser um mecanismo de integração e coesão social, ajudando a forjar o sentimento de unidade, tendo no futebol um de seus principais aliados. Somando-se a isso as/os atletas poderiam servir de modelos de disciplina, resignação e de ascensão social para o restante da população, desde que estivessem dentro da normatização de crenças, valores, sentimentos e posicionamentos pensados pelas camadas médias e altas.

Dessa forma, sintetizo a resposta da segunda questão: como os discursos construídos pela mídia esportiva convocavam os leitores para modelos de feminilidades e masculinidades considerados ideais pelas camadas médias e altas na década de 1950?

A partir da análise das fontes foi possível perceber que a normalização dos sujeitos não se dava apenas no interior das instituições esportivas, tais como clubes e associações esportivas e de lazer. A imprensa especializada foi fundamental nesse processo, sendo constituída praticamente junto com o desenvolvimento da área de esportes. Na década de 1950, praticamente todos os grandes veículos de comunicação contavam com equipes que

trabalhavam com este seguimento. Muitas revistas direcionadas ao público entusiasta com esportes passaram a ser editadas, movimentando o mercado editorial. Entre elas destacamos a revista Manchete Esportiva, que empregava técnicas modernas do jornalismo, implantadas no Brasil a partir de manuais de publicação de 1950, contribuindo para o aprimoramento dos impressos esportivos. Desta forma, a imprensa especializada foi entendida como fazendo parte dos quadros da biopolítica, visto que começam a fazer uso de uma linguagem convocatória e de discursos que buscavam estabelecer modelos de masculinidades e feminilidades, tomando para si a função de orientação dos modos de ser, estar e agir das pessoas, conforme os valores das camadas médias.

Podemos passar para a segunda questão que orienta esta pesquisa, sendo ela: como os discursos construídos pela mídia esportiva convocavam os leitores para modelos de feminilidades e masculinidades considerados ideais pelas camadas médias e altas na década de 1950?

A análise dos periódicos permitiu perceber que as mulheres realizavam várias práticas esportivas nos clubes e associações. Algumas práticas eram proibidas para mulheres, como as lutas e o futebol, mesmo assim, elas não deixavam de realizá-las, como algumas reportagens demonstraram. A maioria das mulheres que se dedicavam aos esportes e eram entrevistadas pelas revistas esportivas, geralmente eram mulheres brancas das camadas médias, e se dedicavam ao esporte de forma amadora. As mulheres negras também realizavam práticas esportivas nos clubes e associações, principalmente no atletismo, no voleibol e no basquetebol, de onde saíram grandes vencedoras como: Melânia Luz, Wanda dos Santos e Érica Lopes. As vitórias das atletas negras foram marcadas pela racialização da sociedade, repetida nos meios de comunicação, fazendo com que fossem publicadas poucas reportagens sobre elas, numa política de apagamento, quando ocorriam estavam inseridas nas estratégias de negar o racismo que ocorria na sociedade da época uma vez que estavam amparadas na teoria da democracia racial.

As revistas procuravam apresentar as mulheres em práticas esportivas conforme os padrões de gênero estabelecidos para época. Cabe ressaltar que o esporte é um campo de disputa política, no qual as relações de poder estão presente em todos os momentos, ao estabelecer quais práticas as mulheres podem realizar, para onde iam os financiamentos públicos e privados, na contínua comparação dos índices e pontuações femininas e masculinas, no exercício da violência controlada, entre outros. Essas relações de poder

criavam hierarquias sociais em que o alvo central era o corpo feminino, inferiorizado e racializado.

Dentro deste padrão, uma visualidade sobre o corpo feminino foi elaborada como emblema de beleza, saúde, civilidade e prestígio social. Muitas vezes, as revistas procuravam sensualizar as mulheres esportistas, que eram fotografadas em poses sensuais, sentadas ou deitadas, onde partes do corpo ficavam a mostra. Neste caso, os corpos das moças da elite e das camadas médias que praticavam esportes de forma amadora, entravam em um sistema de visualização, em que o objetivo não era divulgar e valorizar as práticas esportivas, mas era colocar seus corpos para apreciação e consumo de homens, em uma espécie de apresentação social. Raras vezes, as revistas traziam reportagens com mulheres que fugiam aos estereótipos, em ação esportiva, em que suas habilidades atléticas poderiam ser percebidas.

Por outro lado, as reportagens procuravam apresentar as jovens mulheres esportistas, que frequentavam os clubes sociais e recreativos, como moças de família, como seguidoras dos princípios morais aceitos pela sociedade, que estavam preparadas para o casamento, tornando-se boas esposas e mães. No final da década, este cenário sofreu alterações com a presença maior de vedetes como jogadoras de futebol e participando dos concursos de *miss*. Para estas mulheres outra forma de moralidade era ativada, cujo corpo passava a ser objetivado.

Ao escrever sobre as jovens esportistas, Manchete Esportiva dava ênfase ao amor romântico atrelando-o ao casamento e às representações tradicionais de mulheres. As mulheres brancas das camadas médias, que praticavam esportes, também expressavam mudanças no pensamento e moral burguesa da época dizendo que não gostariam de largar as práticas esportivas após se casarem, que os namorados lhes tiravam a liberdade, que precisavam estudar e ter renda própria. Essas falas borravam os discursos impostos, contribuindo para a produção de novas subjetividades e já demonstrava a existência de um pensamento que foi amadurecido a partir dos anos sessenta do século XX.

Quanto às formas de masculinidade constituída a partir das práticas esportivas, o recorte se deu tendo como foco o homem futebolista, que estava presente em maior número de reportagens. O perfil destes homens se diferenciava das mulheres esportistas que eram alvo de entrevistas e reportagens nas revistas esportivas. Eram homens que vinham das camadas populares dos grandes centros urbanos. Para esses, os esportes se inseriam como profissão e uma possibilidade de ascensão social, passando das camadas mais baixas, sem instrução, que

exerciam atividades mal remuneradas, para os padrões de consumo e modos de vida das camadas médias.

Em meados do século XX, em um período de transformações e mudanças culturais, velhos e novos valores foram exigidos dos homens, que implicavam numa nova corporeidade, mais forte, saudável, individualista e disciplinado, no qual, a virilidade era enaltecida por meio do controle da violência e dos valores morais.

Em conformidade com Vale de Almeida (2000), em que as masculinidades são um conjunto de significados sociais ligados aos comportamentos, as atitudes e valores morais, que são constantemente avaliados, negociados e reiterados dentro de grupos de solidariedade. A masculinidade se constrói e se mostra justamente quando os homens estão em grupos ou bandos. Os homens que participavam do jogo em campo, também passavam por rituais carregados de simbologias do que é ser macho. Nestes momentos é que eram transmitidos aos mais jovens os ideais de masculinidade, bem como, eram reafirmados entre os veteranos. Jogar futebol ou conversar sobre o jogo em nossa cultura é um desses momentos em que os bandos de homens se reúnem, neles é que os “verdadeiros” homens vão mostrar sua força física, sua bravura e honra, em uma espécie de ritual, luta e jogo. Depois vão se confraternizar nos vestiários, sorrir nas vitórias e chorar nas derrotas. Os que não jogam devem estar informados sobre as partidas, campeonatos, saber quem são os jogadores e técnicos para assim, dialogar com seus pares. Sem isso, a interação entre homens heterossexuais fica mais difícil, por isso a imprensa esportiva tem um papel fundamental, pois a maioria dos homens é de não praticantes, mas que tem obrigação de falar sobre futebol.

Fora de campo, os jogadores de futebol tinham que verbalizar e demonstrar com gestos, que eram homens trabalhadores, provedores da família, bons maridos e pais honrados. Valores encabeçados pelas camadas médias, que viam nas famílias das camadas populares a degeneração da civilidade brasileira, com muitos vícios, pobreza, doenças e com valores morais corrompidos. O jogador que chegava às camadas médias tinha que assumir seus padrões e se tornar exemplo para os outros homens. Se assim o fizesse era valorizado e poderia frequentar outros circuitos sociais, conseguindo mais vantagens, como por exemplo, um emprego para o filho ou para si após se aposentar. Aqueles que tinham dificuldades de seguir este modelo, os que faziam uso de bebidas alcóolicas ou drogas, considerados boêmios ou indisciplinados eram reprimidos, excluídos e passavam por necessidades.

Para Connell (2016, p. 144), as práticas corporais se tornam meios importantes de diferenciação entre meninos e jovens, e espaços de produção das masculinidades hegemônicas

e subordinadas. Na década de 1950 a sociedade procurava invisibilizar os sujeitos e as relações homoafetivas por meio do “poder da norma” (FOUCAULT, 1998), em que as instituições de poder estabeleciam o normal como coerção social, inibindo essas manifestações, os beijos e trocas de afetos entre os homens jogadores eram, de certa forma, permitidas nos momentos de comemoração da vitória, fora destes espaços e tempos, as trocas de carinho entre os homens seguiam a regra do não ver e não falar.

As revistas esportivas, também evidenciaram que a beleza corporal, que era algo percebido somente em relação às mulheres, passou a ser apresentada também em relação aos homens esportistas. A preocupação com a aparência masculina passou a ser mais comentada no início da década de 1960. Vários textos tratavam da preocupação dos homens com a moda, com o uso de joias e perfumes, além do cuidado com os cabelos, “irrepreensivelmente” penteados. Também era comum nas reportagens com homens atletas o repórter perguntar que creme dental usava ou qual sabonete era de sua preferência. Produtos industrializados das grandes empresas multinacionais que chegaram ao Brasil na década de 1950. Estes deveriam se preocupar com o saber se vestir, ser educado, saber falar e ter cuidados estéticos. Assim, o homem esportista, se assemelhava aos astros do cinema norte americano, também servindo como modelo para outros homens, tanto de comportamento quando para indicar os produtos industrializados ideais para o consumo de outros homens.

As experiências dos jogadores de futebol, na década de 1950, ao serem historicizadas permitem que várias identidades apareçam. Do homem das camadas populares que ganha notoriedade, mas que passa pelos marcadores de classe, raça e de gênero. A identidade do jogador que mostrar-se viril dentro e fora do campo, sendo violento, do homem que também é pai e esposo, que tem obrigações com sua família, do homem vaidoso, entre outras. Porquanto, investigar as masculinidades é evidenciar que existe uma diversidade de identidades masculinas e que apesar do poder que dão a intenção que possuem, são na verdade atravessadas por outras malhas de poder, micro, especialmente das relações de controle social, dos condicionamentos físicos, técnicos e táticos, dos ordenamentos e hierarquias dentro e fora de campo.

Voltando a questão das práticas esportivas inseridas nos quadros das biopolíticas, visto que as instituições e Estado promoviam as práticas esportivas como forma de assegurar a saúde física e moral de uma parcela da população, neste caso principalmente os homens. Assim, as práticas esportivas fazem parte das políticas que cuidam de prolongar a vida por meio de uma atividade saudável para o corpo, neste caso o corpo masculino. Tinha-se uma

realidade em que os corpos dos homens deveriam ser fortes e saudáveis, já as mulheres precisariam se manter frágeis e delicadas ao mesmo tempo saudáveis para gerar filhos mais fortes, melhorando a raça brasileira. Considero que os discursos elaborados pelos jornalistas esportivos, que se tornaram o material mais importante para o estudo, estavam dentro de um campo de forças que buscavam manter o controle sobre as mulheres e dos homens das camadas populares, portanto, dentro de uma ordem do discurso, como apresentado por Foucault. As revistas buscavam a normatização do corpo atlético, que fossem exemplos ideais de mulher e homens, suas formas de narrar os eventos e falar sobre as pessoas ajudavam na constituição de subjetividades desses sujeitos, bem como das/os leitoras/es, que eram fãs de clubes e atletas. A imprensa esportiva atual tem condições de superar muitos dos aspectos aqui elencados, que ainda hoje, insistem na sua permanência, e que espero estejam em breve somente nos periódicos antigos e amarelados pelo tempo.

FONTES

Revistas:

- Revista Mundo Esportivo, junho de 1951.
- Revista Vida do Crack (1957): número 03.
- Manche Esportiva (1955 – 1959): números 01 ao 165.
- Revista do Esporte (1959 – 1960): números: 01 aos 95.
- Revista Manchete (1958): número 313.
- Revista Placar (1973): número 147

Sites:

Entrevistas gravadas e transcritas pelo Projeto: Futebol, memória e patrimônio e está disponível sob a forma virtual na página do CPDOC, no sítio: <https://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>:

- BARROS, Ademir de. Ademir de Barros (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2012. 72 pg.
- HONÓRIO, Antônio Wilson. Antônio Wilson Honório (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 52p.
- MACIA, José. José Macia (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 58 p.
- SANTOS, Antônio Lima dos. Antônio Lima dos Santos (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013. 62 p.
- SANTOS, Djalma. Djalma Santos (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2011. 81 pg.

Sites com entrevistas com ex-jogadores realizadas pelo blog: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br>

- Badeco: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2010/07/o-craque-disse-e-eu-anotei-badeco.html>
- Dino Sani: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2010/09/o-craque-disse-e-eu-anotei-dino-sani.html>
- Ademir da Guia: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2010/11/o-craque-disse-e-eu-anotei-ademir-da.html>
- Yeso Amalfi: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2011/02/o-craque-disse-e-eu-anotei-yeso-amalfi.html>

- Mario Américo Neto: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2011/03/o-craque-disse-e-eu-anotei-mario.html>
- Mario Travaglini: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2011/06/o-craque-disse-e-eu-anotei-mario.html>
- Leivinha: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2011/06/o-craque-disse-e-eu-anotei-leivinha.html>
- Turcão: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2011/12/o-craque-disse-e-eu-anotei-turcao.html>
- Edu Bala: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2012/01/o-craque-disse-e-eu-anotei-edu-bala.html>
- Zenon: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2012/01/o-craque-disse-e-eu-anotei-zenon.html>
- Rubens Minelli: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2012/02/o-craque-disse-e-eu-anotei-rubens.html>
- Félix: <http://ftt-futeboldetodosostempos.blogspot.com.br/2012/03/o-craque-disse-e-eu-anotei-felix.html>
- KFOURI, Juca. **Histórias de Didi e Guiomar...**, 2012. Disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2012/02/historias-de-didi/?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 12/11/2021.
- MARINHO, Mário. **O peladeiro Veludo**. 2017 Disponível: <http://www.chumbogordo.com.br/10011-o-peladeiro-veludo-coluna-mario-marinho>. Acesso: 20/10/2021.
- Érica Lopes da Silva, 2021. Disponível: HTTPS://WWW.GREMIOPEDIA.COM/WIKI/%C3%89RICA_LOPES_DA_SILVA. acesso: 13/01/2021.
- Exemplos de luta e valorização da cultura negra marcam nome na história de Itaperuna, no RJ. Disponível em: <HTTPS://G1.GLOBO.COM/RJ/NORTE-FLUMINENSE/NOTICIA/2021/11/20/EXEMPLOS-DE-VALORIZACAO-DA-CULTURA-NEGRA-MARCAM-NOME-NA-HISTORIA-DE-ITAPERUNA-NO-RJ.GHTML>. Acesso: 13/01/2021.

LEIS, DECRETOS, NORMAS E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941 – Estabelece as Bases de Organização dos Desportos em todo o país. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-norma-pe.html>> Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Deliberação CND nº 7, de 07 de agosto de 1965 – Baixa instruções às Entidades Desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-norma-pe.html>> Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969 – Torna obrigatória a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-705-25-julho-1969-374152-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas**. Brasília: PNUD, 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1950. Rio de Janeiro, 1950.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1951. Rio de Janeiro, 1951.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1952. Rio de Janeiro, 1952.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1953. Rio de Janeiro, 1953.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1954. Rio de Janeiro, 1954.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1959. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1960. Rio de Janeiro, 1960.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1961. Rio de Janeiro, 1961.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Anuário Estatístico do Brasil**: 1962. Rio de Janeiro, 1962.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Estatísticas do Século XX**. Livro & CD-ROM. Rio de Janeiro, 2003.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, B. O. L. **O “preconceito de marca” e a ambiguidade do “racismo à brasileira” no futebol.** Tese (Doutorado). Universidade Gama Filho. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Rio de Janeiro, 2010.
- ABRIL. **Revista do Brasil.** São Paulo: Editora Abril, 2000.
- AGOSTINO, G. **Vencer ou morrer:** futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALBUQUERQUE, A. de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf>. Acesso em: 2 maio 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **Nordestino:** uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.
- ALI, F. **A arte de editar revistas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- ALMEIDA, M. V. de. Gênero, masculinidade e poder. Revendo um caso do Sul de Portugal. **Anuário antropológico/95**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- ALMEIDA, M. V. de. **Senhores de si:** uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMARO, F. H. Diamante Branco: o que o herói pode nos dizer de sua cultura? **Revista Esporte e Cultura**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- ARAGÃO, R. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In: COLLING, L.; THÜRLER, D. (Orgs.) **Estudos e política do CUS - Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade.** Salvador: Edufba, 2013, p. 344.
- ARAUJO, C. de. **1964:** As armas da política e a ilusão armada. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.
- ARCHANJO DE FREITAS JÚNIOR, M. Plano Paulo Machado de Carvalho: um projeto modernizador ou uma tentativa de civilizar os jogadores brasileiros? **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 7, n. 1, 2014.
- ARCHETTI, E. P. **Masculinidades:** fútbol, tango y polo em la Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Delgadrón: 2016.

BAHIA J. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAUBÉROT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. (org.) **História da Virilidade: a virilidade em crise? Século XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, M. Del (org). **História das mulheres no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 607-639.

BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BILGE, Sirma e COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. **História**, Franca, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 29/08/2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742007000200007>.

BLOCH, A. **Os irmãos Karamabloch: ascensão e queda de um império**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BONFIM, A. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

BOTTON, F. B. O. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 19 e 20, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. "Como é possível ser esportivo?". In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BUITONI, D. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, p. 11-42.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1, 2019.

CAMARGO, W. X.; RIAL, C. S. Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global? **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 3, p. 977-1003, set./dez. 2011.

CAMARGO, W. X.; RIAL, C. S. Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições mundiais esportivas LGBTs. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMARGO, W. X.; RIAL, C. S. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. **Movimento**, Porto Alegre: ESEFID/UFRGS, p. 1337-1350, dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66188/39803>>. Acesso em: 24 out. 2020.

CAMARGO, W. X.; KESSLER, C. S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 191-225, 2017.

CAMARGO, L. A. R.; SILVA, M. R. Os clubes sociais e recreativos e o processo civilizatório brasileiro: uma relação de hábitos e costumes. In: **XI Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Buenos Aires, 2008.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Encontro nacional sobre migração**, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IPARDES: FNUAP, 303-327, 1998.

CARNEIRO, S. Gênero, Raça e Ascensão Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento no Brasil: JK-JQ**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, C. F. S.; MAUAD, A. M. História e imagem: o exemplo da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Orgs.) **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-18.

CASTRO, C. *In corpore sano* - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1997.

CASTRO, R. **Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTRO, R. **O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTRO, F. G. de. O “cuidado de si” em Platão e em Balzac: algumas páginas da história da subjetividade. **Revista mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v. X, n. 4, p. 1286, dez., 2010.

CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CLÉMENT, J.-P. Contributions of the sociology of Pierre Bourdieu to the sociology of sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 12, p. 147-157, 1995.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

COELHO, P. V. **Jornalismo Esportivo**. São Paulo: Contexto, 2003.

COELHO, P. V. **Bola fora: o êxodo do futebol brasileiro**. São Paulo: Panda Books, 2009.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.

CONNEL, R. W. Políticas Da Masculinidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

CONNEL, R. W. **Masculinidades**. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México, 2003.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, Abr. 2013.

CONNEL, R. W. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CORDEIRO FILHO, C.; ALBERGARIA, M. Voleibol masculino e feminino. In: COSTA, L. da (org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

COSTA, L. da (org.). **Diagnostico de Educação Física/desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundo Nacional de Material Escolar, 1971.

COSTA, L. Futebol folhetinizado. A imprensa esportiva e os recursos narrativos usados na construção da notícia. **Logos**, v. 17, n. 2, p. 65-77, 2010.

COSTA RIBEIRO, C. A; VALLE SILVA, N. do. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 1, p. 7-51, mar. 2009.

COUTO, A. A. G. Os cronistas do Jornal dos Sports (1950-1958): subjetividade, clubismo e denunciamento. **Revista FuLiA / UFMG**, v. 2, n. 3, set.-dez., Crônica Esportiva no Brasil, 2017.

CUNHA, L. B. **A Educação Física Desportiva Generalizada no Brasil**: princípios e sistematizações de um método de ensino em circulação (1952-1980). Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

COURTINE, J.-J. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

COUTO, A. A. G. **A hora e a vez dos esportes**: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950). Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

COUTO, A. A. G. **Cronistas esportivos em campo**: Letras, Imprensa e Cultura no Jornal dos Sports (1950-1958). Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, 1, p.171-189, 2002.

DALSIN, K.; GOELLNER, S. V. O Elegante Esporte da Rede: O Protagonismo Feminino no Voleibol Gaúcho dos Anos 50 e 60. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 153-171, jan.-abr. 2006.

DAMO, A. S. **Do dom à profissão**: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE SOUZA, Andreza Conceição; FERREIRA, Jaqueline Teresinha. O fisiculturismo no Brasil: uma análise histórico-social. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Revista Digital.

Buenos Aires, Año 21, Nº 221, Octubre de 2016. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd221/o-fisiculturismo-uma-analise-historico-social.htm>>. Acesso em: 26/03/2022.

DEUTSCHER, I. Mitos da Guerra Fria. In: HOROWITZ, D. (org.) **Revolução e repressão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DEVIDE, F. P. **Gênero e mulheres no esporte**: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos. Ijuí: Editora Unijuí: 2005.

DEVIDE, F. P. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. **Movimento**, Porto Alegre: ESEFID/UFRGS, v. 10, n. 2, mai.-ago. 2004.

DEVIDE, F. P. **História das Mulheres na natação brasileira no século XX**: das adequações às resistências sociais. 2003. 347f. Tese (Doutorado em Educação Física e Cultura) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, C. A. G.; MELO, V. A. de. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). **Movimento**, Porto Alegre: ESEFID/UFRGS, v. 15, n. 3, p. 249-271, maio 2009.

DOMINGUES, F. S. **O Brasil arcaico e a modernização produtiva**: qualidade de vida, democracia e desenvolvimento nos “anos dourados” (1946-1964). Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-graduação em Economia, 2014.

DRUMMOND, M.; FORTES, R.; MELO, V. A. de; SANTOS, J. M. M. (orgs.) **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1992. p. 389-412.

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 321-348, 1997.

DUNNING, E. Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer. In: **História Questões e Debates**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

ECO, U. **História da Beleza**; tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FARIA, E. L. Jogo de corpo, corpo de jogo: futebol e masculinidade. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 65-86, 2009.

FARIAS, C. M. de. Os Jogos Femininos e a experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964). **Anais...** São Paulo, julho 2011.

FARIAS, C. M. de. **Sonhos, lutas e conquistas**: projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-1979. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

FARIAS, C. M. de. Entre diferenças e desigualdades: o protagonismo das primeiras atletas olímpicas negras do Brasil. **Revista Canoa do Tempo**, v. 11, p. 77-98, 2019.

FARIAS, T. D. M. **Imprensa esportiva carioca**: modernizações e segmentação – Um estudo de caso sobre o diário Lance! Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Escola de Comunicação (ECO), Rio de Janeiro, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FAUSTINO, D. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: E. A. BLAY (org.) **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75-104.

FEITOSA, M.; LEITE, N.; LIMA, A. B. In: DACOSTA, L. (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

FERREIRA, J. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). São Paulo: Atual, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Niterói: Forense, 2006.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Niterói: Forense, 2008c.

FREITAS, I. M. A. de. **A moral dos Corpos**: desejos, dispositivos e subjetividades em Fortaleza (1910-1950). 2012. Tese de Doutorado – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

FREYRE, G. (1947). **Interpretação do Brasil**. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GASTALDO, É. Uma Arquibancada Eletrônica: Reflexões sobre futebol, mídia e sociabilidade no Brasil. **Campos - Revista de Antropologia**, v. 6, p. 113-123, dez. 2005.

GASTALDO, É. O Complô da Torcida: futebol e performance masculina em bares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, p. 107-123, 2005.

GASTALDO, É. Comunicação e esporte: explorando encruzilhadas, saltando cercas. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 39-51, mar. 2011.

GODOY, A. P. **Imagens veladas**: relações de gênero, imprensa e visualidade no Rio de Janeiro dos anos 1950. Curitiba: Appris, 2017.

GOELLNER, S. V. As atividades corporais e esportivas e a visibilidade das mulheres na sociedade brasileira do início deste século. **Movimento**. Porto Alegre, v. 9, p. 47-57, 1998.

GOELLNER, S. V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. Locais da memória: histórias do esporte moderno. **Arquivos em movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 79-85, 2005a.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005b.

GOELLNER, S. V. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Revista de História do Esporte**, 2008, v. 1, n. 1, 35-56.

GOELLNER, S. V. Imagens da mulher no esporte. In: PRIORI, M. Del; MELO, V. A. de (orgs.) **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOMES, Â. de C. (org.) **O Brasil de JK**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Â. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, J. E.; BARROS, J. A. (orgs.) **Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou**. Rio de Janeiro: Desidrata, 2008.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis, v. 75, p. 1-37, 2004.

HELAL, R.; LOVISOLO, H.; SOARES, A. J. **A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, B. B. de; MELO, V. A. de. **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política - Feminismo e Antirracismo**, 16, 2015, p. 193-210.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo, Trajetória Cultural/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

JÁCOME, P. P. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

KESSLER, C. S. **Mais que barbeis e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KFOURI, J. **Confesso que perdi: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KIMMEL, M. S. **Manhood in América: a cultural history**. 3.ed. New York: Oxford United Press, 2011.

KNIJNIK, J. D. **A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história**. São Paulo: Mackenzie, 2003.

KNIJNIK, J. D. (org.) **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

KRUG, D. F.; MAGRI, P. E. F. **Natação**: aprendendo para ensinar. São Paulo: All Print, 2012.

KUPPER, A. **Nos rastros da bola**: o futebol brasileiro entre apropriações e desapropriações. 2019. 285 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

LAGO, M. C. de S.; WOLFF, C. S. Masculinidades, diferenças, hegemonias. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 233-240, 2013.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. (org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LEVINE, R. Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro. In: MEIHY, J. J. S. B.; WITTER, J. S. (orgs.) **Futebol e cultura: coletânea de estudos**. São Paulo: Convênio Imesp/Daesp, 1982.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LOURO, G. L. O cinema como pedagogia. In: LOURO, G. L.; LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte, 2011.

LUCA, T. R. de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAIA, P. R. de C. Ladeira Sacopã, 250: um parque, um quilombo, um conflito sócio ambiental na lagoa Rodrigo de Freitas. **Revista Vitas**. Rio de Janeiro, set. 2011.

MACCLANCY, J. **Sport, identity and ethnicity**. Oxford: Berg, 1996.

MACHADO, Vanderlei; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na cidade de Florianópolis (1900 – 1930). **Dimensões: revista de história da UFES**, v. n 22, p. 83-100, 2009.

MACHADO, V. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Florianópolis/Porto Alegre, 2007.

MAIO, M. C. Apresentação. In: Pinto, L. A. **O Negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

- MANDELL, R. **Sport: a cultural history**. New York: Columbia University Press, 1984.
- MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MARCHI JÚNIOR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M.; LUCENA, R. (org.) **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-111.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MARTINS, A. L. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1992)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (org.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo, Loyola, 1999.
- MATOS, M. I. Por uma história das sensibilidades: em foco: a masculinidade. **História questões & debates**, Curitiba, v. 34, p. 45-63, 2001.
- MATOS, M. I. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.
- MATTOS, S. **História da televisão brasileira**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MEDRADO DANTAS, B. O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.
- MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- MELO, V. A. de Melo. Mulheres em Movimento: a Presença Feminina nos Primórdios do Esporte na Cidade do Rio de Janeiro (até 1910). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 127-152, 2007.

- MELO, V. A. de. **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.
- MELO, V. A. de; SCHETINO, A. M. A Bicicleta, o Ciclismo e as Mulheres na Transição dos Séculos XIX e XX. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 286, jan-abr. 2009.
- MELO, V. A. de; KNIJNIK, J. D. Futebol, cinema e masculinidade: uma análise de Asa Branca, um Sonho Brasileiro (1981) e Onda Nova (1983). **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 9, n. 2-3, 2009.
- MELO, V. A. de. **Dicionário do esporte no Brasil** [livro eletrônico]: do século XIX ao início do século XX. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Ciências da Saúde, 2018. (Coleção Educação Física e esportes).
- MELO, R. G. de; TURCO, B. Atletismo. In: DACOSTA, L. (org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.
- MENEZES, U. B. de. Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-23, 2003.
- MESQUITA, R. M. de; PEIL, L. M. N.; e TODT, N. S. Basquetebol masculino. In: DACOSTA, L. (org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.
- MIRZOEFF, N. **An introduction to visual culture**. London: Routledge, 1999.
- MOREL, M. **A história do esporte e do poder na Era Vargas**: do Estado Novo aos braços do povo – uma ótica imprensa carioca no período de 1930 a 1954. COMBRACE.
- MOTA, M. D. B. De Vênus a Kate Moss: reflexões sobre corpo, beleza e relações de gênero. **Actas de Diseño**, Florianópolis: UDESC, v. 5, p. 100-104, 2008.
- MOURÃO, L. **A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: desagregação à democratização**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: PPGEE/UGF, 1998.
- MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano VII, n.13, 2000/2.
- MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (orgs.) **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, E. A. do. **Pelé**: a autobiografia. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2006.
- NEVES, A. S. A. das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 336, set.-dez. 2007.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, S. (orgs.) **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, R. M.; COSTA, T. C. A. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

OLIVEIRA, P. P. M. de. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 91-112, 1998.

OLIVEIRA, P. P. M. de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2004.

OLIVEIRA, G. A. S. de; COSTA, J. S. Atletismo feminino nos Jogos Olímpicos. In: DACOSTA, L. (prg.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

OLIVEIRA, A. A participação do atleta negro no esporte: das pistas de atletismo às pistas de Fórmula 1. **Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 13, n. 126, 2008. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd126/a-participacao-do-atleta-negro-no-esporte.htm>>. Acesso em: 10 maio 2021.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PACHECO, G. de R. N. **Segmentação no jornalismo impresso**: classificação do real e fragmentação do noticiário. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PACHECO, L. T. Discursos e representações da mulher na imprensa (esportiva): o caso de Guiomar e sua relação com Didi entre 1954-1962. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais...** Fortaleza, 2009.

PAIXÃO, H. P. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2016.

PAULSON, S. **Masculinidades en movimiento**: transformación territorial y sistemas de género. Buenos Aires: Teseo, 2013.

PATIAS, J. C. O espetáculo no telejornal sensacionalista. In: COELHO, C. N. P.; CASTRO, V. J. (orgs.) **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo: v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

PEDRO, J. M. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, v. , p. 238-259.

PELEGRINI, S. de C. A. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PELEGRINI, S. de C. A.; ZANIRATO, A. (orgs.) **Dimensões da imagem: interfaces teóricas e metodológicas**. Maringá: Eduem, 2005.

PERROT, M. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PIERRE, F. E. P. A hegemonia do modelo objetivo e a formação do jornalista. **Comunicação & Informação**, v. 2, n. 1, p. 11-27, 2013.

PINSKY, C. B. Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-512.

PINHO, O. Um enigma masculino: Interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil. **Revista Universitas humanitas**, n. 77, ene.-jun., p. 227-250, 2014b.

PINHO, O. Qual é a identidade do homem negro? In: **Revista Democracia Viva**, n. 22, p. 64-69, 2004.

PISCITELLI, A.; SIMONI, V. Masculinities in times of uncertainty and change: introduction. **Etnográfica**, v. 19, n. 2, p. 293-299, 2015.

POMPEU, R. **Canhotoiro, o homem que driblou a glória**. São Paulo: Ediouro, 2003.

PRADO, J. L. A. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ/Fapesp; 2013.

PRADO, M. **História do rádio no Brasil**. São Paulo: Da Boa Prosa, 2012.

PRIORE, M. del; MELLO, V. A. de (orgs.) **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PRIORE, M. del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

PRONGER, B. Sex and sport. In: PRONGER, B. **The arena of masculinity: sports, homosexuality, and the meaning of sex**. New York: St. Martin's Press, 1990. p. 177-213.

PUBLIO, N. S. **Evolução histórica de ginástica olímpica**, 2.ed. São Paulo: Phorte, 2002.

QUEIROZ, Maria Teresa Sokolowski. A história cultural de Michel Foucault. **Comunicações: Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, ano 10, nº 2, Dez. 2003, p. 169-181.

RESENDE, V. F. Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, L. L. (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RIAL, C. S. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2008.

RIBEIRO, A. **Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva no Brasil São Paulo: Terceiro Nome, 2007.**

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 147-160, ago. 2003.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RODRIGUES, M. **O Brasil na década de 1950**. São Paulo: Marly Rodrigues, 2010.

ROSOSTOLATO, B. O homem cansado: uma breve leitura das masculinidades hegemônicas e a decadência patriarcal. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2018.

ROQUE, Z. S. S. **A cidade, o futebol e o trabalho: memórias do “futebol de fábrica” em São José dos Campos 1920- 2010**. 2012. Tese (Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

RUBIO, Katia (Org.). **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta**. São Paulo, SP: Laços, 2021.

_____. Do olímpio ao pós-olímpio: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, 16(2): 130-43, jul./dez. 2002.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre "camadas populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. (org). **A aventura sociológica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. A. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

SALES, E. V. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. **Gênero & História**, Recife, v. VII, p. 167-203, 2010.

SALVINI, L. *et al.* A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 2, n. 26, p. 401-410, 2012.

SANT'ANNA, D. B. de. A insustentável visibilidade do corpo. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 4, ago/dez de 2003.

SANTOS NETO, J. M. dos. **Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil**. Salvador: Edufba/Pallas, 2007.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHETINO, A. M.; MELO, V. A. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-MG, 2008, Belo Horizonte. **Caderno de Resumos...** 2008.

SCHETINO, A. M. Apontamentos sobre a cultura esportiva no Rio de Janeiro nas décadas de 1940-1950. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. **Anais...** 2013.

SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Editora Senac, 1999.

SCHPUB M. R. (org.) **Masculinidades**. São Paulo/Santa Cruz: Boitempo/Edunisc, 2004.

SCHUMAHER, S., & VITAL BRAZIL, E. **Mulheres negras do Brasil**. São Paulo: Senac, 2006.

SILVA, A. P. da S. **Pelé e o complexo de “vira-latas”**: discursos sobre raça e modernidade no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008.

SILVA, S. L. **Fotojornalismo em revista: O Fotojornalismo de O Cruzeiro e Manchete nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói: PPGC/UFF, 2004.

SILVA, G. C. e. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA, F. C. T. da. Futebol: uma paixão coletiva. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos (orgs.) **Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006. v. 2.

SILVA, C. L. B. Sobre O Negro no Futebol Brasileiro, de Mário Filho. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos (orgs.) **Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006. v. 2.

SIMMEL, G. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, E. (org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983. v. 34.

SOARES, A. J. **Futebol, raça e nacionalidade: releitura da história oficial**. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da História: ensaio de metodologia e teoria**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, p. 281-300, 2007.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, D. de (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUTO, S. M. **Imprensa e memória da copa de 50: a glória e a tragédia de Barbosa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SOUSA, J. P. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó/Florianópolis: Grifos/Letras Contemporâneas, 2000.

SOUZA, M. P. de (org.) **O berro impresso das manchetes**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

SOUZA, J. “Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira”. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, p. 135-155, dez. 2000.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**. Brasília: Editora UNB, 2000a.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-junho de 2004, p. 56-75.

SWAIN, T. N. Desfazendo o "natural: a heterossexualidade compulsória e *continuum* lésbico. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SWAIN, T. N. **A construção das mulheres ou a renovação do patriarcado**. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/renovacao%20patriarcado.htm>>. Acesso em: 30 out. 2020.

- SWAIN, T. N. Entre a vida e a morte, o sexo. **Labrys** [online], 2006.
- SWAIN, T. N. Diferença sexual: uma questão de poder. In: **Simpósio de gênero e literatura da Universidade Federal do Ceará**, I. Texto apresentado. ago. 2011.
- TUCHERMAN, I. Michel Foucault hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. **Revista FAMECOS**, v. 12, n. 27, p. 40-48, 2018.
- STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- STYCER, M. **História do Lance!** – projeto e prática do jornalismo esportivo. São Paulo: Alameda, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TOLEDO, L. H. de. Didi: a trajetória da folha-seca no futebol de marca brasileira. In: SILVA, V. G. da (org.) **Artes do corpo** São Paulo: Selo Negro, 2004.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2012. v.1.
- UNZELTE, C. D. **Futebol em revista no Brasil: dos primeiros títulos à resistente Placar**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: Fundação Cásper Líbero, 2015.
- VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. Textos e Debates: **Revista de Filosofia e Ciências Sociais da UFRR**, Boa Vista, v. 1, n. 7, p. 22-43, 10 jan. 2004. Semestral.
- VALPORTO, O. **Vôlei no Brasil: uma história de grandes manchetes**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- VALDÍVIA, M. B. **A São Paulo glamourosa: encantos e desencantos (1949-1959)**. 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- VERAS, E. F. **De Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-graduação em História, 2015.
- VERAS, E. F. As múltiplas faces da beleza de Heleno de Freitas: entre a boemia, o futebol, os lenitivos e a loucura. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 38-54, jan./jun. 2015.

VIGARELLO, G. Entrenarse. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **Historia del cuerpo**. Las mutaciones de la mirada. El siglo XX. Madrid: Taurus, 2006. v. III.

VIGARELLO, G. Sistema de esportes, esportes concorrentes. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R.-M. (orgs.) **Trabalhar com Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VIGARELLO, G.; HOLT, R. O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, A. (org.) **História do corpo** Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. 2, p.393-478.

VIGARELLO, G. Introdução. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do Corpo: da renascença às luzes**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 15-18. v. 1.

VIGARELLO, G. Virilidades esportivas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX/XXI**. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M. R. (org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

WISNIK, J. M. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**APÊNDICE A --- QUADROS DE JOGADORES BRASILEIROS EXPORTADOS
PARA ITÁLIA E ESPANHA NA DÉCADA DE 1950**

Quadro 1: Jogadores brasileiros exportados para Itália na década de 1950			
Períodos	Jogador/Posição	Clube Brasil	Clubes italianos
1951 a 1952	Iezo Amalfi – Meia	São Paulo	Torino
1955 a 1968	Dino da Costa - Centroavante	Botafogo	Roma; Fiorentina; Atalanta; Juventus, Verona e Ascoli.
1955-1956	Américo – Meia	Linense	Vicenza
1955 a 1958	Julinho – Ponta-direita	Portuguesa	Fiorentina
1955 a 1968	Vinícius – Meia	Botafogo	Napoli, Bologna, Vicenza e Internazionale
1955 a 1957	Dido – Meia	Guarani	Spal Ferrara
1956 a 1958	Nardo – Meia	Corinthians	Fiorentina e Juventus
1956 a 1960	Humberto Tozzi – Atacante	Palmeiras	Lazio
1957 a 1963	Del Vecchio – Meia	Santos	Verona, Napoli, Padova e Milan
1957 a 1959	Sorio – Meia	Jabaquara	Spal
1958 a 1964	Mazzola – Centroavante	Palmeiras	Spal e Milan
1959 a 1964	Bruno Siciliano – Meia-atacante	Botafogo	Juventus, Vicenza, Venezia, Juventus e Bari
1955-1956	Leonardo Colella – Atacante	Corinthians	Juventus
1961 a 1964	Dino Sani – Meia	São Paulo	Milan

Fonte: COELHO, Paulo Vinicius. **Bola fora:** o êxodo do futebol brasileiro. São Paulo: Panda Books, 2009, p. 162 - 168.

Quadro 2: Jogadores brasileiros exportados para Espanha na década de 1950			
Períodos	Jogador/Posição	Clube Brasil	Clubes italianos
1955 a 1960	Didi – Meia-direita	Botafogo	Real Madrid
1957 a 1964	Evaristo – Atacante	Flamengo	Barcelona e Real Madrid
1957 a 1961	Brandão – Ponta-esquerda	Santos	Celta, Espanyol e Oviedo
1957-1960	Machado – Atacante	Madureira	Valencia
1957 a 1961	Walter Marciano – Meia	Vasco	Valencia
1958 a 1961	Vavá – Centroavante	Vasco	Atl. de Madrid,
1958 a 1963	Décio Recaman – Zagueiro	Bangu	Espanyol e Valencia
1958 a 1966	Duca – Meia-direita	Flamengo	Zaragoza e Mallorca
1958 a 1959	Wilson Moreira – Centroavante	Vasco	Betis
1958 a 1961	Joel – Ponta-direita	Flamengo	Valencia
1959 a 1960	Álvaro – Centroavante	Santos	Atl. de Madrid
1959 a 1965	Ramiro – Zagueiro	Santos	Atl. de Madrid
1959 a 1962	Índio – Centroavante	Corinthians	Espanyol
1959 a 1968	Canário – Ponta-direita	América-RJ	Real Madrid, Sevilla e Zaragoza
1961 a 1962	Martins – Centroavante	Cruzeiro	Mallorca

Fonte: COELHO, P. V. **Bola fora:** o êxodo do futebol brasileiro. São Paulo: Panda Books, 2009, p. 199 - 203.